

Livro de Resumos



SBS | Norte 2010

2^o Encontro da Sociedade
Brasileira de Sociologia

GT 01 – Estado, mercado e meio ambiente

Coordenadores: Marcelo Sampaio Carneiro (PPGCS/UFMA), Eugênia Rosa Cabral (CCHE/UNAMA), Antonio José Pedroso Neto (PPGDRA/UFT)

A proposta deste GT é discutir a produção e a operacionalização das formas de governança de atividades que tem na utilização dos recursos naturais sua base econômica ou que impactam o meio ambiente. As formas de governança que serão analisadas dizem respeito tanto à regulação realizada pelo Estado (por exemplo: A Lei de Gestão das Florestas Públicas) como a feita por dispositivos de mercado (caso dos selos ambientais). Pretende-se reunir estudos que abordem a questão da exploração ou conservação de recursos naturais, tomando como referência essas duas modalidades de governança (Estado e Mercado), procurando destacar, a partir de estudos de caso e análises gerais os pontos fortes e frágeis de cada uma dessas abordagens da regulação ambiental. Uma das principais contribuições das Ciências Sociais para o debate contemporâneo sobre os problemas ambientais, em geral, à utilização e/ou conservação dos recursos naturais, especificamente, diz respeito às diferentes formas de governança da ação humana. Nos anos 1980/1990 o tema da governança apareceu como parte da discussão relacionada ao processo de globalização econômica e do “fracasso” da regulação estatal em dar conta dos desafios colocados por problemas de natureza transnacional.

14 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 1ª Sessão

A exploração do exótico: produção e comércio de flores tropicais na Amazonas

Rute Holanda Lopes – UEAM e Kátia Viana Cavalcante – UFAM

Ao analisar a produção e a comercialização de flores tropicais na RMM - Região Metropolitana de Manaus, o trabalho estuda o sistema produtivo e comercial dos pólos floristas da RMM e verifica a representatividade dos ganhos com a produção de flores para a renda do agricultor. A biodiversidade amazônica possui uma flora extremamente rica e exótica, ainda pouco explorada comercialmente. Espécies ornamentais e florísticas são nicho de mercado que, embora com produção local incipiente, começa a se desenvolver no Estado do Amazonas. No caso das flores ornamentais amazônicas, o principal fomentador da produção e do comércio de plantas exóticas é o SEBRAE com a oferta de capacitação de pequenos agricultores. O comércio de espécies oriundas da flora amazônica tem se desenvolvido gradativamente e começa a despertar o interesse de consumidores regionais e externos; de acordo com floristas locais, representa 5% do mercado amazonense. Localmente, este nicho de mercado caracteriza-se por consumidores individuais que buscam produtos diferenciados e que valorizem a cultura e o produto local, bem como por empresas de turismo e de eventos, que, além de consumirem o produto como forma de ressaltarem a beleza local. Dentro da RMM, destaca-se a produção de flores ornamentais amazônicas, no município de Presidente Figueiredo, que envolve 30 famílias na produção de Bromélias e Helicônias, e no município de Rio Preto da Eva, cuja produção envolve 12 famílias no cultivo, principalmente de Helicônias. Um dos principais entraves ao crescimento da atividade são as exigências técnicas: catalogação das espécies e matrizes, registro junto aos órgãos governamentais e questões fitossanitárias. O mercado de flores tropicais encontra-se em um processo de crescimento produtivo pela expansão comercial.

Comércio Internacional de Produtos Agrícolas e o Meio Ambiente

Maria do Socorro B. de Lima – UFF

É sabido que até pouco tempo o tratamento legal dado ao meio ambiente restringia-se a normas esparsas nas legislações dos países. Contudo, o aumento do nível de percepção global dos impactos negativos decorrentes do uso dos recursos naturais em escala, colocou para a sociedade global, a questão da escassez e finitude da natureza e o fato de que seu uso indiscriminado ameaça, em última instância, a própria existência humana. Esta constatação contribuiu para que se buscasse a adoção de um regime internacional formal para a solução de problemas ambientais globais. No foco deste debate, destacamos a questão da produção agrícola na Amazônia. Por tratar-se de uma região singular, do ponto de vista da segurança ambiental global, novos critérios de sustentabilidade têm sido requeridos para as cadeias da soja/carne. Este novo quadro institucional impõem a necessidade imperiosa de se compreender os mecanismos de governança e as novas institucionalidades que tem segundo Esty, exigido uma “ação coletiva” em nível internacional (ESTY, 2002), colocando para aos atores globais, a necessidade de modificação nos padrões de comportamento em relação à sua própria ação. A resolução/minimização destes problemas requer um esforço de cooperação e flexibilidade na negociação entre países e entre diferentes atores (estatais e não-governamentais, privados), tanto para a criação de instrumentos legais como para escolhas de políticas públicas e para a adoção de compromissos voltados para a proteção ambiental e a segurança alimentar global. É, pois, objetivo deste artigo discutir no âmbito da regulação internacional, a construção/elaboração de instrumentos de governança ambiental tomando como foco os produtos de origem agrícola, em particular, os ligadas à cadeia da soja.

A Política pública e o ator social no processo de reconfiguração da matriz sócio-produtiva do extrativismo não madeireiro na Amazônica Ocidental

Edson Vanda Pereira dos Santos - Fundação de Tecnologia do Estado do Acre

A coleta de sementes florestais sempre esteve engajada ao modo de vida da população extrativista do Acre, seja para fim alimentar ou medicinal. No campo econômico, sua experiência é bem recente. Nos últimos 10 anos as políticas setoriais estão incentivando a formação de núcleos de coletores de sementes florestais nativas. O objetivo é consolidar a atividade como uma fonte de renda familiar, agregando-a àquelas tradicionalmente desenvolvidas, e reduzir a dependência econômica da agricultura e pecuária. Como experiência recente, esta iniciativa merece atenção especial no que se refere à transformação da base socioeconômica da população extrativista do Acre. Neste viés, a experiência dos coletores de sementes da Floresta Estadual do Antimary (FEA) aparece como oportuna para reflexões sobre o papel da política pública e dos atores sociais na ressignificação do extrativismo familiar não madeireiro na Amazônia Ocidental. No contexto da reconfiguração da matriz de econômica do Acre desencadeada nos últimos 10 anos, este trabalho procura apresentar indícios de significativa transformação da base sócio-produtiva de um fragmento da população extrativista do Acre. Mesmo diante das dificuldades de gerenciamento, ajustamento ao marco regulatório e da necessidade de surgimento de novos nichos de mercado, a análise sobre os coletores de sementes florestais da FEA no período de 2001 a 2009 leva a crer que a experiência aparece como um relevante indicador de diálogo favorável entre discurso e prática de políticas setoriais envolvendo governo e populações extrativistas. Diálogo este que aponta para o fortalecimento da renda

familiar ancorada no extrativismo florestal não madeireiro e a redução de indicadores que nos últimos 20 anos colocaram a agricultura e pecuária como principais fontes de renda familiar na referida Unidade de Conservação.

Pôster

Ecoturismo e desenvolvimento sustentável no Parque Ambiental de Paragominas

Aldemy Aguiar Maciel – UEPA e Fernando – UEPA

O ecoturismo é entendido, neste estudo, como uma atividade fundamental para a valorização e a proteção de áreas ambientalmente frágeis, por meio da visitação monitorada e da educação ambiental dos turistas. A fragilidade e a singularidade ambiental da área abrangida pelo Parque Ambiental tornam a compreensão da atividade ecoturística uma necessidade, a partir da qual se poderá direcionar o seu uso sustentável. Esta pesquisa está dividida em três partes: uma de fundamentação teórica sobre o tema ecoturismo; uma segunda, que identifica a demanda e a oferta de atrativos ecoturísticos, analisa os impactos do ecoturismo, e faz a correlação entre estes e sua singularidade. Por fim, faz-se a proposição de alternativas para o desenvolvimento do ecoturismo no Município de Paragominas mais especificamente no Parque Ambiental sugerindo-se medidas e ações para que esta atividade seja um meio para que se alcance os objetivos de conservação do meio ambiente, e não mais um problema a ser resolvido dentre tantos outros que já enfrenta. Assim, para estimular o crescimento do ecoturismo na área, deve-se considerar o modelo de uso público que se pretende para um Parque Ambiental. Para tanto, deve haver uma discussão ampla com os empresários, com a comunidade e com o poder público, para que se implante uma atividade produtiva para a maioria dos envolvidos, gerando empregos, renda e preservando o meio ambiente, urna das maiores riquezas da região.

16:00h às 18:00h - 2º Sessão

Gestão Ambiental em Área de Risco no Município de Barcarena – PA

Paulo Altemar Melo do Nascimento – FUNIBER

Gestão Ambiental em Área de Risco no Município de Barcarena-PA O presente trabalho se propõe a realizar uma análise crítica dos instrumentos de gestão ambiental aplicados no Distrito Industrial de Barcarena, Estado do Pará, ressaltando como o licenciamento e a fiscalização foram evidenciados principalmente na ocorrência de acidentes ambientais. Trata também da relação entre desenvolvimento e meio ambiente, com ênfase na problemática socioambiental no município, focalizando as dimensões dos problemas decorrentes do modelo de industrialização implantado na região, bem como, a análise do diagnóstico de gestão ambiental efetivadas em Barcarena. Em face dos problemas sócio-ambientais, observa-se duas formas de gestão ambiental: a exercida pelos órgãos públicos e a implementada pelas empresas privadas. No caso da gestão pública ocorre um desafio para os órgãos responsáveis pela gestão ambiental em face da falta de estrutura e investimentos no setor. Quanto à gestão ambiental empresarial, se constitui numa oportunidade de lucro para as empresas, posto que, estas têm seus produtos e serviços divulgados e sua imagem promovida, além de ser uma exigência do mercado a adequação das empresas às normas ambientais. O local da pesquisa é considerado como área de risco ambiental devido o complexo de indústrias metal-mecânicas instaladas. Isto leva à questão dos riscos do modelo de desenvolvimento da sociedade industrial tanto na área social quanto no meio ambiente natural. Outra discussão importante,

diz respeito ao destaque que será dado aos acidentes ambientais decorrentes da atividade industrial nessa área de risco e a avaliação dos instrumentos de licenciamento e fiscalização, visando verificar sua eficiência no contexto social, tecnológico e ambiental da região.

Gestão ambiental na Amazônia – avaliação de projetos “boas práticas” no agronegócio da soja em Santarém.

Angela Cristina dos Santos Carvalho - NAEA /UFPA, Ronie Carlos Magalhães Chagas – NAEA/UFPA e Kátia Fernanda Fernandes Garcez – UFRA

O avanço da soja e do agronegócio sobre o bioma amazônico tem sido tema de debate na comunidade científica nacional e internacional. A problemática do desmatamento na Amazônia coincide com a preocupação de inserir modelos de desenvolvimento que reflitam a realidade das populações locais sob a ótica do desenvolvimento local sustentável. Dentro desse embate entre o avanço do agronegócio e modelos de desenvolvimento mais sustentáveis, surgem boas práticas que visam mitigar os impactos sócio-ambientais para a Amazônia. Dessa forma o processo de certificações, de selos verdes, do código florestal e da legislação ambiental vem somar ações reguladoras do estado, sociedade e mercado selecionando assim produtos sustentáveis. Diante desse cenário esse artigo analisou o projeto “soja responsável na Amazônia” da TNC que através de treinamentos e parceiras com os produtores locais da cidade de Santarém visou à implantação das normas de certificação para a soja e a implementação de um sistema de gerenciamento da cadeia de suprimentos em torno de Santarém. Com objetivos de mitigar impactos ambientais, incluindo o monitoramento das alterações na vegetação sobre todas as unidades produtoras, educação aos produtores sobre a adequação ao código ambiental e restauração de todas as áreas degradadas de preservação permanente e sistema de compensação do desflorestamento passado com a criação sobre as áreas desmatadas, áreas de preservação permanente, em conformidade do código florestal brasileiro. Diante do cenário de desmatamento configurado na produção agrícola em Santarém. A proposta se torna uma alternativa em mitigar os impactos ambientais com a interação do desenvolvimento local. Nesse sentido os mecanismos de regulação: por certificação, monitoramento, licenciamento e a legislação ambiental se completam tornando eficazes o sistema de gestão ambiental, através da regulação do mercado com as instituições particulares e governamentais.

Gestão ambiental sustentável para o desenvolvimento local no contexto das concessões de florestas públicas no estado do Pará.

Lorena Carolina Monteiro – UFPA, Antônio Cordeiro de Santana – UFRA

O objetivo deste trabalho foi apresentar uma súmula sobre a importância do setor florestal e analisar os instrumentos de política pública para as concessões de florestas públicas, com foco no desenvolvimento local do estado do Pará. A dimensão da economia da madeira no estado do Pará tem alto peso para o desenvolvimento, pelos empregos, renda e impostos que gera. O setor madeireiro do Estado é um dos principais produtores de madeira nativa do Brasil. O marco regulatório do novo modelo do Governo Federal para a Gestão de Florestas em áreas públicas é a Lei nº 11.284/2006 que dispõe sobre a Gestão de Florestas Públicas para a produção sustentável. A referida lei estabelece a concessão florestal como o instrumento legal adequado para propiciar o manejo de florestas públicas com critérios sociais e ambientais garantidos na concessão de florestas. Um sistema de concessões públicas de Florestas

Nacionais (FLONAS) estaduais e federais pode ser vista como uma alternativa promissora de política pública ambiental para a exploração madeireira e não madeireira no estado do Pará, onde serão realizados contratos de concessão de longo prazo para grandes áreas de florestas, a partir de concorrências nacionais entre empresas privadas, sob cláusulas que especificam condições para o uso da terra e dos recursos naturais.

De acordo com o governo, a intenção da lei de florestas públicas seria justamente contribuir para proteger e estimular as empresas que operam na legalidade e, assim, diminuir o espaço para o mercado negro, formado pelas madeireiras que trabalham de forma predatória. Nos vários países que se utilizam desses sistemas, além das concessões serem estruturadas de forma imperfeita, criando incentivos para a exploração predatória da madeira, os principais causadores de ineficiências da exploração florestal são falhas de políticas relacionadas à regulação e monitoramento por parte dos governos. Essas falhas ocorrem quando o governo permite o descumprimento das leis ambientais existentes, incentivando ineficiências na utilização de recursos florestais. Esse comportamento é causado principalmente pela escassez relativa de recursos disponíveis para os órgãos encarregados do monitoramento ambiental. A tarefa de monitorar vastas áreas para verificar o uso adequado da área concessionada é muito complexa e requer, além de apoio político, uma estrutura organizacional forte e tecnologicamente avançada.

Modelo Juruti Sustentável: um caso em busca de governança negociada entre comunidades, empresas e poder público no “faroeste” paraense

Fabio Abdala – Consultor

Em 2006, a Alcoa iniciou a instalação de uma mina de bauxita no município de Juruti, extremo Oeste do Pará. Área predominantemente rural, com 25 mil habitantes, 10º. pior IDH no Estado, ou seja, convivendo com baixa renda e sem acesso a serviços básicos de saúde e educação, somando-se à ausência dos poderes públicos e vulnerabilidade na proteção de ecossistemas florestais. As fragilidades sociais e institucionais se explicitaram de forma contundente. Os conflitos sociais e ambientais que eclodiam sob a liderança de comunidades e órgãos públicos colocavam em risco a licença para a Mina se instalar e operar. Neste contexto o Juruti Sustentável propôs-se como modelo de implementação de uma agenda de sustentabilidade local, baseado em um tripé de intervenção requerendo a colaboração entre poderes públicos, comunidades, organizações civis e empresas, cujos componentes e finalidades são: 1) Governança: Conselho Juruti Sustentável: espaço permanente de diálogo e ação coletiva entre sociedade, governo e empresas, que discute o futuro comum de interesse público, prioriza ações e formula uma agenda de longo prazo; 2) Monitoria: Indicadores de Sustentabilidade: instrumentaliza o monitoramento do desenvolvimento de Juruti e entorno e alimenta o Conselho com informações qualificadas para tomada de decisões; 3) Financiamento: Fundo Juruti Sustentável: complementa os financiamentos locais às ações de desenvolvimento a partir dos Indicadores priorizados pelo Conselho, e mobiliza recursos para gerar patrimônio financeiro para as presentes e futuras gerações. Trata-se de um caso de governança pluralista, inspirado em paradigmas de sustentabilidade, exigente em moderação de grupos, geração de agendas positivas e solução de controvérsias, em meio a um processo intenso de conflitos e projetos políticos divergentes. Busca-se explicitar suas concepções teóricas e ideológicas, seus arranjos institucionais e modos de operar.

15 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 3ª Sessão

Estado e mineração: um estudo sobre atividade da CVRD a partir de 1990, no Pará

Raimundo Valdomiro de Sousa – NAEA/UFGA

O presente trabalho constitui uma análise da evolução da economia do setor mineral, no Pará, a partir de 1990, quando inicia o processo de reordenamento legal e institucional que resultou na privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), no ano de 1997. O valor da produção da indústria mineral no Pará passou de US\$ 2,5 bilhões, em 2002, para US\$ 8 bilhões, em 2007. A estimativa do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) é de que para o ano de 2012 o valor da produção mineral no Pará atingirá US\$ 34 bilhões. Enquanto no período entre 2002 a 2007 a indústria extrativa concentrava 60% da produção, ficando 40% com a indústria de transformação, para o ano de 2012 a projeção do IBRAM estima uma proporção de 75% para a indústria extrativa e 25% para a indústria de transformação, o que indica o fortalecimento do caráter primário-exportador do modelo de crescimento atual, da economia mineral no Pará. Esse crescimento pode estar relacionado às mudanças legais e institucionais que ocorreram e que vêm se processando na sociedade brasileira, tais como: Plano Real; reforma constitucional, de 1995, no capítulo sobre a ordem econômica, que alterou o conceito de empresa nacional e criou as condições legais para o acesso de empresa estrangeira ao sub-solo brasileiro; Lei Kandir, que desonerou a exportação de primários e semi-elaborados; Medida Provisória 2.166-67, que alterou o Código Florestal e criou o conceito de obra de utilidade pública e definiu que obras de infraestrutura de transporte e energia são obra de utilidade pública. Essas mudanças no plano econômico, institucional e legal são aqui interpretadas como um processo de transição no regime de acumulação e no modo de regulação, à luz dos conceitos da escola da regulação, desenvolvidos por (LAPIETZ, 1988; HARVEY, 1998).

Estado, mercado e sociedade civil: apropriação e legitimidade do discurso ambientalista

Lilian Tatiana de Barros Vieira – UFGA

Neste trabalho, o objetivo é analisar estratégias, relações com outros agentes, e perspectivas da atuação de entidades não governamentais ambientalistas. Nestas, a partir de observações do trabalho da FASE e do IPAM, discute-se, principalmente o significado, em termos de legitimidade do papel desempenhado por estas entidades na captação e aplicação de recursos públicos às atividades de intervenção e produção do conhecimento realizadas por estes agentes. O contexto ao qual estão referidas tais entidades, uma ancorada historicamente no compromisso com a questão social e a outra, ancorada na ciência, atividade reconhecida pela capacidade de gerar exigências ambientais (Hannigan, 1995), é o da ambientalização, enquanto apropriação do discurso ambientalista (Leff, 2006; Leite Lopes, 2006), mas também enquanto mobilização de agentes econômicos privados, do Estado e dos movimentos sociais, em adesão às demandas tanto de ordem social quanto ambiental, na última década do século XX, principalmente na Amazônia brasileira, quando, de acordo com Alonso & Costa (2006), o debate ambiental alcança expressividade global.

Participação e Influência do Empresariado Industrial em processos de produção de regras ambientais no âmbito do CONAMA

Eugênia Rosa Cabral – Unama

Em resposta às pressões políticas dos movimentos ambientalistas e de organismos internacionais, além da necessidade de se enquadrar às normas ambientais dos países onde operam, segmentos do empresariado industrial incorporaram a variável ambiental a suas agendas, reestruturando a gestão dos processos produtivos e o padrão de relacionamento com o Estado e a sociedade civil. Restrições impostas pela regulação ambiental fazem com que instâncias do poder público que elaboram normas ambientais tornem-se alvos de pressão política desse grupo. Em função dessas restrições, a participação de representantes do empresariado nessas instâncias tornou-se necessária para minimizar o impacto econômico da questão ambiental sobre investimentos produtivos. Conforme estudiosos do tema, por um lado, a incorporação da questão ambiental na agenda do empresariado pode aumentar a competitividade deste; por outro, a adequação às normas ambientais pode significar aumento do “Custo Brasil”, que se traduz na diminuição da competitividade no mercado internacional, conforme argumentam representantes desse grupo de interesse. Diante dessa contradição, como se posiciona o empresariado industrial nos processos de produção de instrumentos da política ambiental brasileira? Este trabalho analisa a participação e o grau de influência desse grupo de interesse nos processos de elaboração de três resoluções ambientais do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Como representantes do empresariado industrial acessam essa instância política e qual a extensão de sua influência nos processos deliberativos, são questões analisadas à luz de teorias de grupo de interesse e abordagens institucionalistas que explicam os canais de acesso, as formas de representação e de participação e o poder de influência desse grupo, considerando a estrutura e a dinâmica de funcionamento da instituição alvo de pressão. Palavras-chave: regulação ambiental, ambientalismo empresarial, interesses de grupo.

Pôster

Notas sobre os limites dos instrumentos econômicos na política ambiental

João Julio Vitral Amaro – UFMG

A economia, pretendendo-se hegemônica frente às outras ciências sociais, reduz toda questão ecológica à trocabilidade da forma-social-dinheiro. Assim, a dificuldade de ser analisada para a abordagem da economia ambiental liga-se às especificidades das duas disciplinas: a economia e a ecologia. Para a primeira, o espaço econômico é definido pelas relações de troca. Para a ecologia os limites de um território são fixados pela capacidade das espécies se manterem em um ecossistema. Assim, pode-se afirmar a seguinte distinção: relações de grandeza física nem sempre coincidem com relações de grandeza econômica. Desde os primórdios da constituição da economia como ciência já se sabe que “vocação natural” nem sempre significa “vocação econômica” suficiente para estabelecer as bases de, p. ex., uma economia nacional. A teoria econômica desde os clássicos, no entender da abordagem ecológica, abre um abismo entre “grandeza física” e “grandeza econômica”: leis naturais e leis econômicas se distanciam e se tornam irredutíveis. Pode ser que nem todos os problemas ambientais sejam redutíveis a um problema de viabilidade econômica simplesmente como é caso, por exemplo, dos problemas que apenas são interpretados pela economia como “externalidades”. Enfrentando esta questão

Ronald Coase chega a resultados que apontam os limites da teoria até então predominante na economia ambiental, oferecendo um conjunto de argumentos contra as formulações de Pigou, principalmente contra as medidas intervencionistas pressupostas na formulação da taxa pigouviana. A crítica mais geral que se pode fazer aos instrumentos econômicos, incluindo os derivados de Coase, é que sempre vai haver algum “resíduo” (literalmente, de poluição ou outros danos) cuja neutralização escapa às medidas restritas à racionalidade econômica.

16:00h às 18:00h - 4ª Sessão

Relações de confiança e cooperação nas empresas do setor madeireiro no estado do Pará: evidências sobre a formação do capital social.

Pérola Oliveira – Unama

O objetivo do trabalho é o de avaliar as relações econômicas e sociais presentes no Arranjo Produtivo da Madeira no Estado do Pará de maneira a identificar as evidências sobre a formação do capital social. Na visão de Uphoff o capital social pode ser avaliado a partir da presença de redes sociais, associações, instituições, regras e procedimentos ou com base em atitudes e normas de comportamento, mudanças de valores, reciprocidade e confiança. As evidências serão analisadas a luz da teoria institucional de Douglas North e da teoria econômica institucional relativa aos custos de transação da firma preconizada por Coase e seus seguidores. O procedimento metodológico utilizado foi o da pesquisa bibliográfica conduzida a partir de fichamentos realizados em artigos, dissertações, teses e relatórios de pesquisas. Os estudos pesquisados mostram haver evidências da formação embrionária de redes informais de relacionamento entre empresas, fornecedores e clientes, em que se relata o comportamento oportunista de alguns agentes econômicos. As empresas do setor madeireiro estão articuladas com outras instituições setoriais a partir de redes de relacionamento, regras de relacionamento e a confiança mútua dos participantes com conseqüências diretas sobre os custos de produção, na alocação produtiva das empresas, nas estruturas de governança e na conformação da cadeia de valor dos produtos finais o que proporciona a criação de um ambiente competitivo e a geração de vantagens competitivas sustentáveis.

Pecuária, capital e desmatamento na Amazônia: uma nova relação, uma nova discussão.

Leonela Guimarães da Silva – UFPA

A expansão da pecuária na Amazônia iniciada a partir de 1970 e aprofundada no início da década de 90 com o deslocamento da fronteira pecuária nacional para região, constitui uma das principais causas do desmatamento regional. O crescimento do rebanho implica ou no aumento de maior lotação por hectare ou na abertura de novas áreas, e o pecuarista em geral opta pelo sistema que oferece menor custo. Na região a abertura de novas áreas acabou sendo a opção adotada em função da facilidade e preços baixos na ocupação de novas áreas. Somente a partir de 2009 tem se visualizado que a pecuária regional poderá se intensificar e reduzir seu papel no desmatamento. Este trabalho procura apresentar essa nova tendência que esta ligada a chegada do grande capital agroindustrial da indústria frigorífica, representado pelas empresas JBS, Bertin, Marfrig, Minerva e Independência, à região. A presença desse capital que a princípio poderia influenciar no aumento do desmatamento via abertura de novas áreas para expansão do rebanho, agora pode atuar em sentido contrário. Essa nova tendência é

resultado da publicação do Relatório do Greenpeace em 2009, no qual evidenciou que essas empresas estavam adquirindo bovinos de fazendas ilegais que promovem o desmatamento. A partir disso, seguindo recomendação do Ministério Público Federal, a rede varejista começou a pressionar esses frigoríficos para tomarem medidas junto aos seus fornecedores de bovinos e assim garantir ao consumidor uma carne que não tenha como origem o desmatamento da Amazônia. Este trabalho vai discutir qual será o real impacto das ações desse capital na redução do desmatamento causado pelos pecuaristas na região e se é possível que o mercado, neste caso, atue como um indutor de externalidades positivas.

Povos indígenas e a floresta em pé: oportunidade de mercado?

Carolina Schneider Comandulli – UNICAMP

Debates sobre degradação ambiental e aquecimento global têm ganhado cada vez mais espaço na mídia e nas agendas de governo. Políticas de seqüestro de gases do efeito estufa têm sido referidas entre as principais estratégias no combate ao aquecimento global. Recentes pesquisas sobre o estado de preservação das Terras Indígenas (TIs) no Brasil situam os povos indígenas em uma relevante posição, pois suas terras passam a ser valorizadas como provedoras de serviços ambientais e potenciais locais para se desenvolver grandes projetos no âmbito do mercado internacional de carbono. No entanto, essa visão que correlaciona os povos indígenas à preservação ambiental, chamada aqui de “socioambientalismo”, é recente. Concorrem com ela a percepção dos povos indígenas como entraves ao progresso, referida como “desenvolvimentismo”, e como obstáculo à preservação ambiental, denominada aqui “preservacionismo”. Neste artigo, primeiramente, analisam-se essas três correntes como retrato das formas da sociedade ocidental relacionar-se com os povos indígenas. Aponta-se que, por mais distintas que sejam suas abordagens e estratégias, elas estão, em essência, pautadas na mesma idéia dicotômica entre o humano e o natural, a partir da qual a humanidade consiste na transcendência sobre a natureza, e o mundo, visto como globo (Ingold, 2000), é um objeto a ser gerido pela ação humana. Num segundo momento demonstra-se que o estabelecimento de um mercado seqüestro de carbono internacional faz convergir essas três correntes em uma estratégia comum, e que o que permite esse tipo de convergência é precisamente a imagem ocidental do mundo como espaço a ser administrado. Finalmente, pondera-se sobre o efeito que a implementação de projetos de carbono pode ter nas TIs e indaga-se sobre qual será a resposta desses povos a essa iniciativa pautada em uma percepção do ambiente que difere radicalmente da sua.

Pôster

Sociedade de consumo e ambiente rural: a emergência do discurso político do consumo e sua inserção na agenda de debate da sociologia rural

Lidiane Alves da Cunha – UFT

A partir da compreensão sociológica do que é a sociedade de consumo e a inserção da discussão ambiental em torno do chamado consumo consciente, uma nova agenda de debates permeará as discussões em torno do universo rural. Isto porque, com a crescente busca por práticas de consumo corretas, saudáveis ou conscientes, o campo tornou-se o cenário de políticas de desenvolvimento pautadas pela forte preocupação ambiental em suas propostas, bem como o lócus de um modo de vida mais saudável e politicamente correto. As demandas dessa nova

sociedade geraram releituras das relações simbólicas aí presentes bem como uma revisão do debate acadêmico em torno destes termos. Neste cenário, as políticas de desenvolvimento de regiões periféricas não mais prescindem das análises ambientais e seus impactos sobre as populações tradicionais que aí residem. Assim, propomos uma revisão e compreensão dos conceitos básicos da sociologia do consumo e rural para a partir destes compreender como a sociedade contemporânea tem debatido a preocupação ambiental, tendo como mote o consumo consciente e a busca por práticas ecologicamente corretas. Como estas discussões são recentes, nos pautaremos nas contribuições que a sociologia rural tem dado para a releitura desta sociedade.

GT 02 - Democracia, violência e conflitos sociais

Coordenadores: César Barreira (UFC), Luiz Fábio S. Paiva (UFAM),
Marisol de Paula Reis (UFAC) e Daniel Brito (PPGCS-UFPA)

O objetivo congregar trabalhos que versem sobre a experiência democrática brasileira, tendo em vista as contradições suscitadas pelas Ciências Sociais a partir de estudos e pesquisas que versem sobre as temáticas da violência e dos conflitos sociais. Interessa-nos saber como a violência tem emergido como fenômeno social significativo para cientistas sociais que tem empreendido estudos sobre suas manifestações nas cidades, no cotidiano, na vida doméstica, nas instituições sociais (escolas e presídios), dentre outros espaços de sociabilidades. Ademais, desejamos receber trabalhos com interesse por dinâmicas que envolvam os conflitos sociais em suas diversas formas de manifestação. Os estudos voltados para compreensão das práticas de pessoas, organizações e instituições públicas interessadas no controle social da violência em suas diversas manifestações também serão acolhidos nesse GT. Objetiva-se criar um diálogo em torno da temática da violência e dos conflitos sociais em suas múltiplas manifestações no mundo contemporâneo.

13 de Setembro de 2010

14:00h às 16:00h

1ª Sessão: Conflitualidades e violências em múltiplas perspectivas

Da violência: acerca do mal no pensamento de Martin Buber e de Emmanuel Levinas.

Katia Marly Leite Mendonça – UFPA

Este artigo – resultado de pesquisa pós-doutoral realizada em 2010 na Universidad Pontificia Comillas, em Madrid, com o apoio da CAPES - tem por objetivo avançar na compreensão da violência nos processos sociais a partir da discussão sobre o problema do mal como abordado pelos pensamentos de Emmanuel Levinas e de Martin Buber. O artigo se inscreve na pesquisa VIOLÊNCIA E DIÁLOGO: INVESTIGAÇÕES EM TORNO DO CAMPO DA SOCIOLOGIA DA ÉTICA (CNPq) a qual está direcionada para a análise da dimensão ética da violência e da paz nos processos sociais. Na literatura no campo da ética, a violência é abordada quase sempre como momento de negação do outro (como o são os temas do desencontro em Buber e da alergia à alteridade em Levinas). Ora, a partir do estabelecimento de uma interface envolvendo relações no campo do intersubjetivo e do social, podemos verificar as possibilidades de interpretação das dimensões sociais da violência a partir das questões do mal, do diálogo e da alteridade presentes nas obras de Buber e de Levinas, assim como os desdobramentos que surgem dessas reflexões. Embora suas perspectivas influenciadas especialmente pelas experiências que brotaram da Segunda Guerra Mundial, permanecem, contudo, válidas as discussões e questões por eles levantadas e o diálogo travado entre os mesmos para a interpretação dos tempos atuais com novas formas de violência, com outras dimensões da barbárie. A reflexão sobre o mal e sobre a violência adotará em ambos nuances diferenciadas marcadas em especial por suas posições diante da mensagem bíblica judaica e da filosofia ocidental. Retomar estas questões que nos permite a adoção de um viés transdisciplinar e o estabelecimento de um diálogo entre a filosofia e a sociologia a fim de se compreender a violência social.

Violência e conflito na sociedade pós-convencional: os dilemas da razão prática e das relações de reconhecimento.

Davyd Spencer Ribeiro de Souza – UFAM e Maria Izabel de Medeiros Valle – UFAM

A pesquisa analisa o fenômeno da violência e do conflito social moderno no contexto das sociedades contemporâneas, classificadas aqui de sociedades pós-convencionais. As estruturas jurídico-normativas destas sociedades apresentam certo nível de sofisticação e complexificação social em relação ao tratamento e regulamentação dos dilemas morais, isto é, dos conflitos de ação moral (HABERMAS, 1990a). A pesquisa busca analisar o fenômeno da violência e da conflitualidade no contexto dos dilemas morais e normativos decorrentes da crise da modernidade. Visa compreender como a violência se manifesta e se generaliza nas sociedades marcadas por uma moral e por uma racionalidade de tipo pós-convencional. Esta questão vincula-se aos dilemas do uso da razão prática como meio de coordenação da ação dos sujeitos e resolução dos dilemas ético-morais, postos pelas práticas de violação dos princípios universais que formam a identidade individual e coletiva dos sujeitos (HABERMAS, 1990). A pesquisa se propõe, ainda, a analisar a violência como prática contrária às relações de reconhecimento, ou seja, como forma de desrespeito social das expectativas morais inerentes às identidades individuais e coletivas (HONNETH, 2003). A efetivação da autonomia e a auto-realização dos indivíduos dependem do reconhecimento e da valorização positiva dos demais membros da sociedade. O não reconhecimento implica em uma violação das expectativas morais dos sujeitos, o que pode incorrer em uma luta por reconhecimento social manifesta em um conflito social motivado pela violação e o desrespeito da gramática moral das relações sociais (HONNETH, 2003). Finalmente, a investigação busca colocar em relevo os dilemas da razão prática e das relações de reconhecimento no contexto de modernidade periférica, tomando como objeto de problematização a singularidade da sociedade brasileira.

Mediação de Conflitos Interpessoais: a experiência do projeto-piloto de Justiça Restaurativa do Distrito Federal.

Laiza Mara Neves Spagna – UnB

Frente às deficiências do Sistema de Justiça brasileiro, principalmente quanto a seu acesso, as formas alternativas de administração de conflitos surgem como possibilidades de se superar os entraves de um Estado de Direito Punitivo. Dentre essas formas, a Justiça Restaurativa emerge como novo paradigma para se perceber e administrar os conflitos, ao ser utilizada como forma de intervenção em possíveis desfechos violentos das indisposições sociais. Considerando o crime como uma violação às pessoas e aos relacionamentos (Zerh, 2008), a metodologia restaurativa tenta proporcionar a reparação do mal causado numa perspectiva de futuro, utilizando procedimentos de mediação, para restabelecer as sociabilidades dos atingidos. A partir dessa questão, o presente trabalho investiga, sociologicamente, aspectos do projeto-piloto de Justiça Restaurativa no Distrito Federal, implementado no Juizado Especial de Competência Geral do Núcleo Bandeirante / DF. O objetivo central dessa pesquisa é analisar como se dá o reconhecimento (Oliveira, 2002) das conflitualidades destinadas ao projeto, como também, as representações sociais (Moscovici, 2007) desenvolvidas pelos envolvidos sobre as práticas mediação utilizadas. Através de pesquisas etnográficas e entrevistas semi-diretivas, realizadas nos anos de 2006, 2007 e 2008, foi possível salientar contribuições dos princípios restaurativos à cultura jurídica brasileira. Como também, foi possível perceber as

principais dificuldades na adequação dos pressupostos da Justiça Restaurativa, pautados em valores universais, a uma realidade social específica do Distrito Federal.

Formação policial, mediação e conflitos sociais: reflexões iniciais sobre a disciplina de mediação de conflitos.

Ana Karine Pessoa Cavalcante Miranda – UECE, Lara Abreu Cruz – UECE, Maria Glaucíria Mota Brasil

De acordo com a relação dos dez bairros da cidade de Fortaleza com maior número de ocorrências policiais registradas na Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (CIOPS) no período de 2005 a 2008, os tipos de conflitos que geram mais ocorrências policiais, média de 45,6% dos casos, se caracterizam por serem conflitos de natureza social (briga de família e perturbação do sossego alheio), surgidos entre pessoas que possuem vínculos afetivos e relações continuadas (famílias, vizinhos, colegas) que, por não conseguirem dialogar para bem administrar os problemas vividos, transformam discussões em agressões ou até em crimes de maior potencial ofensivo. Nesse contexto, a mediação de conflitos apresenta-se como um dos conteúdos indispensáveis à formação policial, pois fomenta uma efetiva práxis cidadã e democrática no momento em que facilita a resolução de controvérsias por meio da construção de consenso e, conseqüente, cultura de paz. Objetivou-se com o presente estudo analisar a disciplina de mediação de conflitos ministrada, em 2007, aos aspirantes a polícias militares. Por meio de uma pesquisa qualitativa, realizou-se levantamento bibliográfico e análise de documentos oficiais para a efetivação do comparativo entre o material utilizado para a formação nesta área (ementa, apostila e proposta do curso) e o referencial teórico nacional para a formação dos agentes de segurança, qual seja a Matriz Curricular Nacional. O estudo revelou uma apostila muito densa, com textos sem embasamento científico, referências e sem um objetivo bem delimitado para a sua correta compreensão. Diante disso, conclui-se que é necessário pensar a intencionalidade das atividades formativas, pois o investimento no capital humano e a valorização profissional tornam-se imprescindíveis para atender as demandas, superar os desafios e contribuir para a efetividade das organizações de segurança pública. Palavras-chave: Formação policial. Mediação de conflitos. Conflitos sociais.

Pôster

A apropriação das NTIC na (re)produção da violência no ciberespaço: um aporte sobre o fenômeno da ciberviolência

Rubens da Silva Ferreira – UFPA

O trabalho em questão tem como objeto de estudo as formas pelas quais indivíduos têm se utilizado das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) para perpetrar ações violentas na contemporaneidade. Tal interesse fundamenta-se na constatação de uma literatura nacional incipiente que se propõe a discutir a utilização do ciberespaço para práticas violentas de toda sorte, quer difamando as vítimas, invadindo a privacidade, aliciando crianças e adolescentes, realizando transferências bancárias ilícitas, quebrando a segurança de computadores públicos e privados ou constituindo comunidades virtuais de ódio em sites de relacionamento para sociodesvalorizar indivíduos e/ou grupos de nordestinos, de negros, de homossexuais, de judeus e outras categorias de sujeitos que possam ser enquadrados como minoras. Assim, têm-se como objetivos: levantar as bases teóricas que sustentam a construção

de entendimentos sobre esse fenômeno conhecido como ciberviolência (ciberviolence); verificar como os agressores têm se apropriado da Internet para a disseminação de ações violentas e, por fim, entender os mecanismos de reação do Estado e da sociedade civil diante dessa realidade que está para além das fronteiras público/privado, uma vez que a conformação de uma sociedade em rede expõe todos aos riscos do ataque de agressores nem sempre possíveis e se identificar para os devidos encaminhamentos jurídicos. Ao se pensar no desenho metodológico deste estudo, optou-se pela pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, em que o survey se impõe no ambiente virtual, precipuamente na busca de evidências sobre as ações violentas mediadas pelas NTIC. Nesta perspectiva, comunidades virtuais de ódio existentes no site de relacionamento denominado Orkut foram visitadas dada a grande adesão de brasileiros a esse meio de comunicação. Importante neste sentido é, também, a realização da pesquisa bibliográfica, por meio da qual se tem acesso a fontes das mais diversas, entre artigos de periódicos nacionais e internacionais, jornais em formato impresso e digital e capítulos de livros. Por certo a discussão interdisciplinar se faz emergir diante da complexidade do fenômeno, o que conduz à leitura de obras das Ciências Sociais – inclusive as aplicadas como a Ciência da Informação –, da Psicologia e do Direito no entendimento da violência, da Internet e da sociedade da informação, está última, aliás, entendida como uma expressão que se associa à conectividade dos indivíduos em escala global, ou ainda, aos países que intensivamente utilizam de modo combinado a informática e as telecomunicações. Destarte, os resultados preliminares apontam para a superexposição de crianças e de adolescentes que recorrem frequentemente a essas tecnologias, qual seja a Internet, os programas de conversação, as webcams ou mesmo os aparelhos celulares como meios de entretenimento e sociabilidade remota, tornando-se suscetíveis à aproximação de abusadores ao utilizarem os computadores dos laboratórios de informática das escolas, das lan houses e mesmo do espaço domiciliar.

16:00h às 18:00h - 2º Sessão: Democracia, cidadania e movimentos sociais
Violência e Democracia em São Paulo: notas para a história de um campo de discussão.

Francisco Thiago Rocha Vasconcelos – USP

O presente trabalho tem como objetivo analisar a história das discussões sobre violência realizadas pelas Ciências Sociais em São Paulo. O foco de análise incide na relação das lutas pela redemocratização com trajetórias intelectuais, atuações políticas e institucionalização de grupos de pesquisa. A hipótese do estudo é a da unificação do campo pela militância em direitos humanos, com a criação do Núcleo de Estudos da Violência – NEV/USP, com a proposta de investigar a continuidade da violência do Estado e das violações aos direitos humanos apesar da transição democrática no Brasil. O objeto principal são as ligações e tensões existentes entre os estudos sobre violência e justiça criminal realizados pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC e por Paulo Sérgio Pinheiro e Sérgio Adorno, que viriam a formular a proposta do NEV. As principais divergências teóricas, expressas nos estudos sobre violência policial, “quebra-quebras” e linchamentos, são explicadas pelas diferentes visões acerca dos significados da violência para a relação entre sociedade e Estado na democracia: a violência como expressão de cidadania “protopolítica” ou a violência como violação dos direitos humanos.

Da Ordem e das Desordens.

Cleide Magáli dos Santos – UFBA

Da Ordem e das Desordens: O presente trabalho, oferece reflexões iniciais sobre a tese desenvolvida no decorrer do doutorado em ciências sociais e pretende um olhar sobre Segurança Pública vs. Movimentos Sociais. O tema proposto, apresenta dois aspectos significativos: (i) o estabelecimento do Estado Democrático de Direito, no Brasil, a partir dos anos de 1980, trouxe à tona o debate sobre o uso da força pública em uma sociedade povoada por cidadãos, ou seja, sobre como assegurar que esse uso não irá ferir os direitos civis, ou ainda mais precisamente, sobre como impedir que os detentores imediatos da força pública se excedam na execução da tarefa de garantir a ordem em nome de uma pretensa paz social e (ii) vivendo-se a cidade restringida na sua urbanidade, os grupos e os indivíduos vivem um constrangimento à sua consciência social. Nesse contexto, a ocupação dos espaços públicos urbanos, pode ganhar significado de contestação de uma dada Ordem. No rol dos “desafiadores da ordem”, os jovens estão incluídos, uma vez que, mobilizados, apresentariam forte característica de contestação/contraposição. Assim, o estudo tem por objetivo analisar as ações para manutenção da ordem pública, seus significados e repercussões, à luz dos episódios de mobilizações do M.E, dos quais foram palcos os espaços públicos da cidade de Salvador-Ba, nos anos 2000. Neles, verificaram-se manifestações de violência como expressões de conflitos sociais (pelo uso de espaços públicos, pela equação da restauração imediata de uma dada ordem pública, pelas gramáticas da autoridade etc). Por isso, o estudo tenta manter a fluidez necessária entre fronteiras de várias áreas de conhecimento (direito, sociologia, ciência política, história social etc), recorrendo a autores tais como: Adorno; Sain; Oliveira; Silva; Longo e Korol; Benevides; Oliveira; Klein; Sousa; Carvalho Neto; Espiñeira, dentre outros.

Ações coletivas, cidadania e cultura política: um estudo com base na realidade de Tocantins.

Rejane Cleide Medeiros de Almeida – UFT

A pesquisa intitulada ações coletivas, cidadania e cultura política: um estudo com base na realidade do Tocantins tem por objetivo investigar a importância das ações coletivas na construção da cidadania. Situa-se questões correlatas ao estudo conceitual do tema, verificando-se as implicações relativas à cidadania no contexto político brasileiro, em especial, na Região do Bico do Papagaio – TO. Sobretudo, a partir de 1990 com referência as ações coletivas desenvolvidas por trabalhadores rurais. A pesquisa implica a recuperação de aspectos históricos das ações coletivas na tentativa de buscar elementos que possam trazer visibilidade ao cenário atual da política e de suas complexas relações. Para isso considera-se necessário apanhar elementos diretamente ligados à emergência dos movimentos sociais. A pesquisa encontra-se em fase de andamento com observação participante, entrevistas e estudos teóricos. Nesse sentido, busca-se nesta reflexão a possibilidade de apresentar e discutir a temática com outros pesquisadores visando ampliar a discussão e buscar contribuições. PALAVRAS-CHAVE: Ações coletivas; cidadania; cultura política

Pôster

“Novos movimentos sociais” e conflitos: uma análise da sociedade brasileira contemporânea a partir de J. Habermas e A. Touraine

Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa – UFCG

O Estado moderno se constituiu a partir das dinâmicas de controle social, sobretudo daquelas originadas em pactos sociais. Nesta perspectiva, os indivíduos optaram por perder parte de sua liberdade de ação tendo em vista a construção de um ambiente relacional mais seguro, isto é, menos conflituoso. O aparelho jurídico formal se configura, no âmbito do Estado moderno, enquanto um dos pilares de manutenção deste ambiente social pautado pela segurança. Contudo, a existência de um aparato normativo repressivo e punitivo, bem como a legitimidade do uso da força, não extingue a existência de conflitos sociais. Na verdade, o desenvolvimento do Estado moderno foi marcado pela elevação da intensidade de certos conflitos sociais. Contemporaneamente diversas perspectivas de abordagem têm lançado olhares sobre as dinâmicas de regulação dos conflitos sociais, pensando, em especial, o papel do Estado neste sentido. O presente artigo visa contribuir com tal discussão na exata medida em que busca pensar, sob uma ótica teórica específica, o modo pelo qual o afrouxamento dos pactos sociais cujo mediador principal é o Estado contribui de modo fundamental para o possível aumento dos conflitos sociais, em específico aqueles de natureza política. Neste sentido, a partir das discussões empreendidas no campo da sociologia acerca dos novos movimentos sociais, sobretudo a partir das análises de Jürgen Habermas e Alain Touraine, buscamos compreender as dinâmicas de conflito social no Brasil contemporâneo, pautadas especialmente por elementos de caráter político.

Discurso e Conflito dos Movimentos Sociais Rurais na Amazônia: movimento de posseiros e os agentes mediadores.

Henry Willians Silva da Silva – UFPA/UEPA

O artigo tem como objetivo identificar a atuação e os discursos dos diversos agentes sociais ou instituições envolvidas com as causas dos movimentos, na luta pela terra no estado do Pará. A pesquisa qualitativo-descritiva serviu de instrumento para a coleta de dados assim como a análise de discurso das entrevistas de matriz francesa. Há nos diversos discursos e atuações consciência política e contestação da ordem social vigente por isso afirmamos que os movimentos sociais, no campo têm um caráter político, lutam por direitos e uma proposta alternativa para a sociedade. Conclui-se que existem coalizões, conflitos internos e discursos convergentes entre os diferentes agentes sociais ou instituições na condução das lutas no espaço agrário.

14 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 3ª Sessão: Instituições, sociabilidades e práticas de enfrentamento à violência.

Bullying: sociabilidade e violência entre pares no ambiente escolar.

Sammy Silva Sales – UFPA, Bárbara Duarte de Souza – UFPA, André Dantas – UFPA, Cícero Pedrosa Neto – UFPA, Luciane Tavares – UFPA

Diante da problemática da violência no ambiente escolar e a conseqüente preocupação com o papel da escola como espaço de sociabilidade que vê a eficácia de sua função ameaçada pela presença crescente de comportamentos violentos entre os alunos, buscamos entender como se dá as relações de sociabilidade entre crianças no ambiente escolar e procuramos identificar os tipos de comportamentos mais freqüentes que possam ser caracterizados como bullying, no que seja comportamentos agressivos e intencionais que ocorrem repetidamente, sem motivo evidente, entre um aluno ou um grupo de alunos contra outro(s), em uma relação desigual de poder. Dessa forma, para identificarmos os comportamentos agressivos mais comuns, aplicamos 47 questionários entre alunos de 3 turmas da 4ª série do ensino fundamental de uma escola municipal de Belém, onde buscamos saber quais os comportamentos mais recorrentes que haviam presenciado, cometido e/ou sofrido, além de entrevistas semi-estruturadas com alunos e professores e observação direta no horário de recreação. Assim, a partir do material coletado pudemos analisar que o bullying não pode ser confundido com brincadeiras de crianças, nem admitido como situação corriqueira e natural, dessa forma é imperioso considerar que o fator de igualdade de condições entre os estudantes que viabiliza a socialização, é o fato de todos estarem envolvidos como agressores, alvos ou testemunhas em práticas de violência, especialmente essa violência sutil, na qual, em suas inúmeras expressões todos estão envolvidos ou vivem tal fenômeno.

Práticas educativas com crianças vítimas de violência sexual.

Karla Viviane Lourinho de Jesus – UEPA, Tatiane de Nazaré Francisca da Paixão – UEPA, Ana Telma Monteiro de Souza – UEPA

As práticas educativas realizadas com crianças vítimas de violência sexual, são relevantes, pois as ajudam em vários aspectos: sociais, cognitivos, terapêuticos e emocionais. Verificamos que os profissionais responsáveis por atender as crianças vítimas de violência sexual, são preparados e qualificados. O objetivo principal da pesquisa foi investigar a importância das práticas educativas com crianças vítimas de violência sexual, atendidas na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará e a contribuição para o restabelecimento social das vítimas. Na pesquisa de campo utilizamos a abordagem qualitativa descritiva com o estudo de caso. Optamos pela teoria marxista, pois nos possibilitou entender a importância das práticas educativas, através do método crítico dialético caracterizado pela observação, registro e descrição de um determinado fenômeno social com objetividade, procurando descobrir a frequência em que o fenômeno ocorre e sua relação com os outros fatores. Os sujeitos da pesquisa foram os profissionais que atuam com a realização das Práticas Educativas: Terapeuta Ocupacional, Psicólogo, Assistente social e Pedagogos, onde analisamos as práticas educativas que os mesmos utilizam para o atendimento das crianças com idade de 5 a 12 anos vítimas de violência sexual, atendidas na Fundação. A Coleta de Dados correspondeu ao preenchimento de um roteiro de entrevista, não acarretando qualquer risco à integridade individual. Já o diário de campo contemplou as observações da pesquisa. Foi realizada a análise da temática com bases teóricas em Freire, Matos, Kishimoto e outros. Como resultados constatamos a importância das práticas educativas com as crianças, pois elas passam a interagir com os profissionais de forma segura e confiante o que facilita o atendimento com elas, diferente do modo arremido e introspectivo com os quais estas crianças chegavam ao hospital.

A construção da política pública de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil.

Flávio Corsini Lirio – UFPA, Genylton Odilon Rego da Rocha – UFPA

A política pública voltada ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes é uma realidade recente. A complexidade da temática e os seus efeitos “perversos”, por muito tempo, fizeram o próprio estado assumir uma posição de negação da mesma. O descortinamento deste tipo de violência na esfera privada, ou no âmbito do estado, tem sido uma luta incessante de setores sociais e governamentais que lidam com esta problemática. A pesquisa em andamento tem como base a análise documental das políticas instituídas pelo estado brasileiro que tem como objetivo o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no território nacional. O período estudado é da década de 1990 até 2008. O material em análise são: o Plano Nacional de Enfrentamento e ações/programas ou serviços que surgiram a partir de sua elaboração. A Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e Adolescente de 1990 contribuíram para o fortalecimento de iniciativas nesta área, além de Tratados e convenções internacionais em que o Brasil é signatário e que tratam do fenômeno da violência sexual infanto-juvenil no mundo. As principais ações da política tem se constituído no campo do atendimento às vítimas e seus familiares. Não obstante também tem se intensificado ações de prevenção e responsabilização. Mais recentemente, vem sendo introduzida a discussão de uma política de atendimento às pessoas que cometem este tipo de violação. Considero que a política pública de enfrentamento a esta problemática, pelo seu aspecto recente, possui algumas lacunas que devem ser observadas e problematizadas. Dentre elas destaco as ações voltadas à área da educação que não tem conseguido criar uma ambiência favorável de inserção da escola na rede de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil.

Estratégias de acesso à justiça do MOVIDA diante de um caso de violência institucional: análise do caso Carlos Gustavo Maia Russo (2005-2010).

Glaucy Learte da Silva – UFPA, Deuzélia Patricia Velente Machado – UFPA, Márcio Pereira de Souza – UFPA

A violência policial tem sido uma constante na sociedade brasileira, a cada dia surgem novos casos e parece ser um problema sem solução, que perdura por vários motivos sendo eles a falta de impunidade, formação deficitária do policial, resquícios do período ditatorial, entre outros. “A precariedade do sistema carcerário e a violência policial foram os principais motivos de crítica ao Brasil na edição 2010 do relatório anual sobre direitos humanos da Anistia Internacional”. Este estudo, motivado pelo que vem sendo discutido em torno da violência cometida por aqueles que deveriam garantir a segurança da população, busca compreender e identificar quais as estratégias que o MOVIDA - movimento das vítimas de violência urbana em Belém, utiliza para ter acesso à justiça e para tal escolhemos o caso de Carlos Gustavo Maia Russo, morto em 2005, após intervenção da polícia militar, ao interceptar seu carro que estava em poder de um sequestrador, o qual fora alvejado com vários tiros, morrendo Gustavo Russo e seu raptor, sendo que hoje, após cinco anos, a maioria dos policiais acusados foram absolvidos “durante a leitura da sentença os familiares e amigos do produtor de evento, integrantes do Movimento pela vida (Movida) deixaram silenciosos o plenário do júri, permanecendo somente os familiares dos policiais”. Nossa inquietação gira em torno das estratégias tomadas por este movimento para ajudar a família da vítima a lutar por justiça, que nem sempre consegue a condenação dos réus. Pretendemos entender

de que maneira o MOVIDA se mobiliza para reivindicar punição aos acusados, neste caso os policiais. Quais seriam suas “armas”, seus argumentos, que visão tem do sistema judiciário? A fala das lideranças do MOVIDA, ou seja a partir da análise dos discursos foi que pudemos entender sua atuação contra a violência institucional que faz vítimas constantemente em Belém do Pará.

Pôster

As múltiplas ‘faces’ dos maus-tratos e a inserção do serviço social na Central de Atendimento Emergencial (CAE)-AM.

Márcia Karla de Castro Neves do Carmo – UNINORTE/AM e Bernadete Reis Maia – UNINORTE/AM

A violência contra a infância é uma expressão da Questão Social. Segundo o Laboratório de Estudo da Criança (LACRI) 2006, mesmo com avanços nas políticas de proteção, que estabelecem crianças como “sujeito de direito”, estas ainda não possuem seus direitos plenamente respeitados, uma vez que, estatísticas traduzem um número estarrecedor de crianças vitimizadas. Diante disso, conhecer as ações do Estado na elaboração e execução de Políticas de Proteção às crianças vítimas de violência faz-se necessário para entender a aplicabilidade e o alcance da legislação, e o mundo adulto precisa conceber a criança como “pessoa” que prescinde de cuidados sociais, por ser vulnerável e encontrar-se em processo de desenvolvimento, provida de inteligência, necessidades e sentimentos. Guerra (2001) conceitua os maus-tratos o uso da força física de forma intencional contra a criança, por parte dos pais, responsáveis ou familiares, com objetivo de lesar, ferir e até destruir. Os maus-tratos à infância são problemas de saúde pública, que podem gerar uma vasta gama de consequências principalmente para a vítima dos maus-tratos e ainda para a sociedade. O debate também tem como objetivo enfatizar a inserção do Serviço Social na Central de Atendimento Emergencial - CAE/AM, pois o Assistente Social é o agente fundamental e parte integrante no processo para o acesso aos direitos das vítimas, uma vez que é comprometido com a causa objetivando interromper o ciclo da violência. Concluímos neste estudo que, para compreender os maus-tratos, deve-se ter claro que existem determinantes para que essa situação se configure tornando-se necessário pautar discussões, nos espaços de direito da criança e do adolescente. Este é o tipo de violência que estará em debate devido sua importância estatística, que ocorre nos lares, no convívio familiar, por agentes que supostamente deveriam ser seus protetores.

16:00h às 18:00h - 4ª Sessão: Juventudes, identidades e conflitos

A produção social do jovem assaltante e as dinâmicas identitárias do “bichão” no tráfico de armas e drogas no “mundão”.

Leonardo Damasceno de Sá – UFCE

Homicídios classificados como execução sumária por acertos de contas são cada vez mais atribuídos pelos órgãos de segurança pública e pela imprensa como estando ligados às dinâmicas do avanço do crack entre os jovens das periferias. Todavia, pouco se discute a questão do tráfico de armas que promove arranjos locais em parceria com varejistas de drogas, visando aquisição de armas, principalmente, de uso exclusivo das forças armadas, que passam a ser alugadas para jovens das comunidades locais, a fim de que realizem a rentabilidade socioeconômica da arma por meio de assaltos no espaço urbano. A circulação

das armas através dos “traficantes” de crack e de “mesclado” revela um circuito de jovens onde o jovem, principalmente, do sexo masculino, com idades que variam entre 12 e 25 anos, são iniciados e treinados para a prática de assaltos em diversas modalidades. Neste processo social, a economia simbólica do “bichão”, ou seja, do jovem temido na e pela população local, e admirado por crianças e adolescentes, produz seus próprios ganhos simbólicos para a política de reputação e de má-reputação de jovens que é decisiva para as alianças e as guerras entre facções armadas e contra segmentos policiais inimigos no “mundão”. Neste sentido, a comunicação pretende discutir os agenciamentos de poder entre o fornecedor da arma, o traficante dono da arma, o jovem inquilino da arma e a economia simbólica da violência nas favelas das grandes metrópoles, a partir das dinâmicas identitárias expressas pela condição de “bichão da favela”.

Dinâmicas juvenis e as práticas sócio-educativas para adolescentes em conflito com a lei.

Luiza Eridan Elmiro Martins de Sousa – UECE, Rosemary de Oliveira Almeida – UECE

A Liberdade Assistida é uma medida sócio-educativa estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente aos adolescentes autores de atos infracionais. Ela é uma medida não privativa de liberdade, sendo desempenhada em um sistema institucional aberto, de maneira que as regras de bom comportamento são incorporadas por outros “caminhos” que não o da vigilância e controle diretos. Este trabalho busca compreender de que forma o acompanhamento sócio-educativo de Liberdade Assistida atua para atingir os objetivos de orientar, acompanhar e auxiliar o adolescente no sentido da ressocialização e inclusão social. Levanta questões sobre o caráter pedagógico e sancionatório da Liberdade Assistida e sobre como os adolescentes percebem sua natureza híbrida na qual punição e educação se articulam no sentido da correção e inserção social. Analisa as estruturas objetivas sócio-jurídicas do sistema punitivo infanto-juvenil brasileiro, concretizadas mediante a aplicação de medidas sócio-educativas, bem como as formas subjetivas e microssociais do cotidiano que envolve os adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida em Fortaleza-Ceará. A metodologia qualitativa, baseada na investigação do cotidiano, possibilitou adentrar ao universo significativo de adolescentes em conflito com a lei, indicando como as experiências do sistema sócio-educativo em suas trajetórias de vida, confluem para uma realidade na qual o estar em Liberdade Assistida é compreendido como estar no “limiar” entre a liberdade e a privação. O trabalho apresenta reflexões sobre o processo de estigmatização pelo qual passam os adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida, desvendando os mecanismos que põem em movimento a gangorra na qual responsabilização e educação balançam, ora uma se sobrepondo à outra, ora tentando manter o equilíbrio necessário para que os objetivos da medida sejam atingidos.

Juventude, violência e sociabilidade: novas evidências do espaço rural no nordeste paraense?

Daniella da Silva Ferreira – UFPA

A pesquisa está sendo realizada no Nordeste Paraense, na comunidade de Santa Ana situada num assentamento denominado Itabocal. A comunidade possui uma população de 105 famílias. No passado as famílias viviam predominantemente da agricultura. No entanto hoje

a maior parcela da população possui outras ocupações e muitas abandonaram a agricultura para exercerem profissões ligadas ao serviço público. Consequentemente, os filhos também não se dedicam mais as atividades agrícolas. A prioridade recai sobre o estudo com o objetivo de obter melhores condições de vida no futuro. Diante desse “novo estilo de vida”, existem relatos que questionam o papel da escola não exclusivamente como um lugar de aprendizagem, mas também como um espaço no qual são vivenciadas situações de violência e uso de drogas. Sabe-se que o espaço rural é configurado por relações de interconhecimento mais intenso do que nas cidades. No entanto, o sentimento relatado pelos nativos de Santa Ana (a disseminação da violência entre os jovens) pode ocasionar a ocorrência de um desmantelamento destas relações? Segundo a nossa hipótese existem novos elementos no espaço rural que dificultam o sentimento de comunidade e de identificação com o comportamento das gerações ascendentes, mais ligadas a família e ao trabalho. A pesquisa baseia-se em dados parciais extraídos de aplicação de questionários, relatos informais e observação direta. Até agora os resultados obtidos permitiram a caracterização do grupo estudado, identificando a inserção de novos estilos de vida, adotados pelos jovens que certamente diferenciam sua forma de socialização do modelo tradicional, de seus pais e avós. A pesquisa segue buscando as causas desse desconforto de boa parte dos moradores da localidade diante das mudanças.

Pôster

Reflexões sobre a imagem social do jovem infrator em Belém.

Helison Geraldo Ferreira Cavalcante – UFPA, Eder Ferreira Monteiro – UFPA, Anderson Rodrigo Tavares Silva – UFPA, Tarcisio Cardoso Moraes – UFPA

Em 2010, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou 20 anos, repletos de grandes avanços e de inúmeras polêmicas. Neste trabalho, discutiremos questões pertinentes a imagem social dos jovens infratores na cidade de Belém, capital paraense, partindo de notícias publicadas no jornal O Liberal, nos últimos 20 anos. Estarão em destaque neste periódico, os avanços proporcionados pelo ECA ou um certo descontentamento, provocado por uma suposta proteção excessiva aos menores, que os torna ainda mais propensos à criminalidade e a violência? As medidas sócio-educativas estão representadas como satisfatórias no sentido de preparar o jovem infrator para a ressocialização? As notícias e reportagens tendem a suavizar os atos infracionários cometidos pelos menores ou espetacularizar os delitos, alardeando uma suposta impunidade? Essas são algumas das questões tratadas, que apresentam um importante balanço acerca do ECA, de sua visibilidade e avaliação, e de como este estatuto, que institui a chamada medida sócio-educativa, vem interferindo na criação de uma imagem social do jovem infrator na cidade de Belém. Palavras-chave: imagem, estatuto, educação, jornal, representação, sócio-educação.

Violência urbana e clima escolar: estudo das percepções dos atores sociais em escola pública (Ananindeua –PA).

Elisa Claudete Serrão de Souza – Unama

O tema em estudo se caracteriza como sendo um dos mais polêmicos, vivenciado no cotidiano das relações sociais: a percepção da violência urbana em ambiente de escola pública. Atualmente no Brasil, e especialmente em cidades onde o índice de pobreza é elevado, bem como de analfabetismo, tráfico de drogas e etc., o aumento da violência urbana, em suas

múltiplas facetas, é cada vez mais constante. De tal modo, torna-se, cada vez mais difícil separar o que é violência escolar da não-escolar. Como consequência, algumas escolas, especialmente as públicas, sofrem com os crescentes episódios de “incivilidades” e de “violências”, os quais alguns necessitam ser compreendidos em sua origem, na intenção de se poder pensar em respectivas soluções de enfrentamento. O público-alvo desse estudo serão professores, técnicos e funcionários de uma escola pública de Ananindeua (Pará), cidade essa que apresenta diversos dilemas de ordem social e física. Nesse sentido, nessa pesquisa, a qual resultará em uma futura dissertação de Mestrado, a intenção será apresentar as percepções desses atores escolares diante da violência urbana, oriunda da relação escola e cidade.

15 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 5ª Sessão: Olhares sobre a criminalidade violenta

Pistolagem, violência e impunidade no Pará

Ed Carlos de Sousa Guimarães – UNIFAP

Resultado de pesquisa realizada entre os anos de 2006 e 2010, este trabalho discute as relações sociais permeadas pela violência que dão vida à pistolagem no Pará, espécie de conflito que se configura com a eliminação física das vítimas ou resulta na vida em suspenso dos “jurados para morrer”, pessoas envolvidas com a luta pela posse de terra no Pará, como líderes sindicais, agentes de pastorais e posseiros. Entende-se a pistolagem como uma prática social violenta que se constrói, desenvolve-se e se mantém a partir de uma rede de poder complexa e dinâmica. As pontas extremas e visíveis dessa rede são constituídas com a participação de, pelo menos, três agentes sociais: (a) o mandante, ou autor intelectual do crime; (b) o pistoleiro, isto é, o executor da ordem de matar; (c) o mercado para morrer. Muito comumente a pistolagem conta com a participação do intermediário ou “corretor da morte”, o qual juntamente com o pistoleiro devem contribuir para a invisibilidade jurídica do autor intelectual do crime. Ao corretor da morte cabe a tarefa de agenciar a contratação dos matadores de aluguel, acertando com eles todos os detalhes da morte encomendada, inclusive, no que diz respeito à logística necessária para o êxito do empreendimento criminoso. Pertence a essa rede de poder, parentes e pessoas ligadas, de algum modo, aos ameaçados de morte e vítimas, além do próprio sistema penal que sob a lógica da seletividade tende a manter intactas as relações assimétricas de poder vivenciadas entre os envolvidos nos crimes por encomenda. A eficiência da pistolagem enquanto crime que permanece impune repousa exatamente na fragmentação das ações delituosas, já que tal prática procura isolar o autor intelectual do executor da ordem de matar. Isso é determinante para o acobertamento e a imunização do mandante do crime.

Com a morte nos olhos - percurso etnográfico no universo sócio-cultural de matadores de gente.

Ricardo Henrique Arruda de Paula – Laboratório de Estudos da Violência

O presente resumo é o resultado de cinco anos de pesquisa realizada com matadores de gente, tendo como área de delimitação o Estado do Ceará. Durante esse período foram recolhidos de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com o universo social dos crimes de pistolagem, relatos orais em forma de histórias de vida e autobiografia. Os percursos deste trabalho, portanto, envolveram, sobretudo, memórias e histórias narradas, na tentativa de etnografar o universo social dos matadores de aluguel. Durante o empreendimento cognitivo que envolveu

esta pesquisa, foram entrevistados mandantes de crimes de pistolagem, agenciadores desse tipo de crime, pistoleiros, justiceiros e matadores de grupos de extermínio, operadores do direito, policiais, familiares de pistoleiros, parentes de vítimas e uma vítima. Entre os interlocutores desta pesquisa, se sobressai o principal personagem, Idelfonso Maia da Cunha, popularmente conhecido por “Mainha”, que se destacou no cenário local e nacional por seus crimes de mortes. Servindo-se de todo esse universo narrativo, este trabalho buscou, também contribuir para o estudo dos valores e códigos morais que envolvem o mundo dos pistoleiros.

Uma análise sócio-política do crime organizado.

Alessandra Florido da Silva Ribeiro – DEGASE

Analisar o crime organizado neste trabalho o ponto de partida será caminhar por teorias que foram construídas provenientes da análise de outros fenômenos, como o comportamento dos grupos ou o desempenho das instituições; ou por concepções teóricas clássicas, como a escolha racional e o institucionalismo sociológico. Nossa proposta inicial é responder o que é crime organizado, tipificando a criminalidade organizada, com o objetivo de mostrar a dificuldade em compreender os grupos criminais organizados sem abordar as interações destes com o Estado. Também, evidenciamos os caminhos teóricos que se deve tomar para esclarecer as variáveis causais que possibilitam o surgimento da criminalidade organizada, pois, a compreensão de um fenômeno por meio de relações causais possibilita a construção de uma teoria explicativa. Com objetivo de explicar a tomada de decisão dos atores, abordamos o processo de interação entre grupos criminais e instituições estatais.

Do global ao local: a Geografia do narcotráfico na periferia de Belém

Aiala Colares de Oliveira Couto – IFPA

A expansão do crime organizado em escala global, sobretudo, atrelado ao narcotráfico vem contribuindo nos últimos anos para que a Amazônia seja inserida na lógica de organização das redes ilegais. Assim, a sua localização geográfica juntos aos principais produtores de cocaína e ao mesmo tempo a sua proximidade em relação aos mercados da Europa e EUA despertam o interesse da economia do tráfico de drogas. Por outro lado, a droga que atravessa a Amazônia também abastece os mercados locais de suas metrópoles, a exemplo de Belém, aonde o narcotráfico vem se espacializando e se territorializando em áreas periféricas da cidade, envolvendo a metrópole na dinâmica econômica da geografia do crime organizado. Assim, os bairros periféricos do Guamá e da Terra Firme, abarcados pela bacia do Tucunduba, estão envolvidos por uma espécie de territórios-rede em que o tráfico local está associado as redes do tráfico global, e ao mesmo tempo, em escala local, convivem com a presença de territórios-zona, onde o tráfico se fecha para comandar sua atuação. Nesse sentido, a criminalidade vem se expandindo na forma de uma territorialização perversa, pois o tráfico de drogas impõe os seus limites pelo uso força e pela lógica do medo como estratégias de dominação.

Pôster

A norma técnica de padronização das DEAMs e a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Belém.

Keyla Rejane Avelar Araújo – UFPA, Carla Cilene Siqueira Moreira – UFPA, Deyse Soares da Silva Teixeira – UFPA, Ticiania Amaral Lima – UFPA, Nara Isa Lages – UFPA, Soraia Veloso Castro – UFPA, Edilena Cristina Alves da Silva – UFPA, Samara Dias – UFPA

A Violência por ser um fenômeno social, é culturalmente apreendida e reproduzida por homens e mulheres, baseados em modelos culturais hegemônicos de masculinidade e feminilidade o que determinam as diferenças entre sexos e as desigualdades nas relações de gênero, gerando diversas formas de violência contra a mulher. Dentre as muitas formas de controle social da violência de Gênero, este trabalho objetiva compreender as diversas práticas cotidianas do combate a violência doméstica e familiar contra a mulher na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher na Cidade de Belém – DEAM, fazendo uma comparação com a Norma Técnica de Padronização das DEAMs lançada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR e pela Secretaria Nacional de Segurança Pública em 2006, além de traçar perfil das usuárias atendidas em cada Setor da DEAM/Belém, o Social e o Policial. Para alcançarmos tais objetivos, realizamos observação participativa nos dois Setores Delegacia da Mulher, coletamos dados estatísticos dos casos acompanhados pelo Setor Social e Policial e realizamos entrevistas com funcionários e usuárias da DEAM/Belém.

16:00h às 18:00h - 6º Sessão: Reflexões sobre sujeitos e práticas na esfera da segurança pública

Uma nova ferramenta no enfrentamento da violência: o mapeamento das “Zonas de Sombra”.

Jean-François Yves Deluchey – UFPA

Os problemas de segurança pública passaram a integrar a agenda política brasileira após estarem há décadas inscritos na agenda social. Diante deste descompasso, os sociólogos encontram inúmeras dificuldades tanto para produzir conhecimento científico sobre os problemas relacionados à segurança, quanto imensas dificuldades para produção de diagnósticos e prognósticos. Assim apesar da segurança pública figurar como um problema de agenda política fundamental, há grande escassez de informações produzidas na área da segurança pública. Resulta que, na Região Norte, como em todas as regiões do Brasil, os órgãos de segurança pública acabam não tendo uma idéia precisa das atividades e serviços que devem oferecer para a população, inviabilizando desta forma qualquer reflexão sobre a melhoria desses serviços ou a eficácia e eficiência das atividades desenvolvidas. O presente trabalho resulta de anos de pesquisa e tem como objetivo apresentar um novo indicador na área da segurança pública, o mapeamento das “Zonas de Sombra” da segurança pública, que busca avaliar a abrangência territorial dos serviços ofertados pelos órgãos de segurança pública (Polícias, Corpos de Bombeiros, Sistema penitenciário, Perícia Científica, etc.). Buscando atender a satisfação do usuário da segurança pública, o indicador propõe identificar e mapear cada serviço ofertado pelo setor no território estadual e, em certos casos, no território urbano metropolitano. A partir de uma metodologia original elaborada pelo autor, finalizado em conjunto com os próprios profissionais da segurança pública numa pesquisa realizada em 2007 com apoio do CNPq, o mapeamento das Zonas de Sombra da segurança pública busca oferecer um novo olhar sobre o problema e propor novos caminhos para o planejamento do enfrentamento das questões de violência e criminalidade no Brasil.

Agentes públicos na segurança privada: a configuração do “bico” na cidade de Fortaleza.

Antonio Marcos de Sousa Silva – UFC, Cesar Barreira – UFC

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as configurações do “bico” de policiais militares da cidade de Fortaleza na segurança privada. Foi realizado um panorama dessa atividade que possibilitou enumerar três características recorrentes do bico em Fortaleza, tais como: as atividades de segurança em estabelecimentos comerciais (casas de show, barracas de praia, restaurantes, salão de beleza, mercadinhos, dentre outros), segurança particular (de empresários ou comerciantes) e, por último, o “bico velado” (fazer policiamento privado em horário de serviço, concedendo, nesse sentido, maior atenção a determinados pontos comerciais). O trabalho revelou que essa prática, em Fortaleza, é sustentada tanto por parte dos oficiais militares como pelos Praças, e mostrou que ambos formam redes de intermediários ou atravessadores que vendem segurança, principalmente, para empresários e comerciantes. A pesquisa abordou também a estreita relação entre a violência e a expansão do bico na cidade, denunciando o reforço de uma cultura do medo pautada no sentimento de insegurança. Por fim, o trabalho tratou das implicações dessa atividade para os policiais militares em decorrência do Código Disciplinar e de Ética da referida corporação. A dissertação trabalhou, ainda, com a relação entre precariedade do trabalho policial e do trabalho na atividade de segurança privada.

Crimes hediondos e os agentes de segurança pública: o caso de Belém.

Patrick Heleno dos Santos Passos – Observatório de Favelas

O presente trabalho visa apresentar os resultados de uma pesquisa realizada em Belém, entre os anos de 2005 e 2009 e assim, descrever o cotidiano, que envolve o universo de tensão entre os agentes de segurança pública, policiais civis e militares e a sociedade civil organizada. Para tanto, faz-se necessário analisar a atividade policial e compreender o processo de letalidade ocasionado por esses agentes e tão logo, o excessivo uso da força que culmina no crescente número de homicídios de civis. O foco da pesquisa se desenvolve em Belém, visto que no período em análise aconteceram 152 homicídios envolvendo agentes de segurança pública no pólo ativo da ação, que teve como territórios, cerca de vinte dois bairros e três distritos administrativos de Belém. Ao analisar os inquéritos policiais das vítimas, foram encontrados 69 casos de auto de resistência seguidos de morte, sendo destacada nos depoimentos a ocorrência de situação de antagonismo, geralmente seguida de troca de tiros ente as partes, culminando com a resistência e perseguição dos “acusados”. Fato esse que gerou a utilização da arma de fogo como possibilidade de reação dos agentes em legítima defesa de suas vidas. O interessante, é que a pesquisa aponta que tais autos de resistência na fase judicial servirão de escusa, a fim de possibilitar que o homicídio cometido não seja julgado como crime doloso contra a vida e assim, chegue ao tribunal do júri. O procedimento metodológico utilizado na pesquisa priorizou a formulação do perfil da vítima, destaque para as variáveis: sexo, idade, cor da pele, territórios, instituições que mais possuem agentes envolvidos em casos letais. O presente trabalho visa compreender o excessivo uso da força nas ações policiais, ainda, vislumbrou em suas considerações por encaminhamentos para minimizar tais fatos na capital paraense.

Pôster

A velha e Nova Polícia no Ceará – as mudanças e continuidades na segurança pública.

Antônio dos Santos Pinheiro – URCA

O presente trabalho discute as conquistas democráticas que possibilitaram uma melhoria nos padrões de relacionamento entre polícia e sociedade com o advento da Constituição de 1988 (conhecida no campo jurídico como Constituição Cidadã). No caso do Estado do Ceará, as mudanças foram perceptíveis através de mudanças implantadas pelo governo com a criação de uma Corregedoria Unificada, e, recentemente, com a criação de um novo modelo de policiamento comunitário conhecido como Ronda do Quarteirão. O trabalho discute que estas inovações favoreceram um controle democrático sobre as práticas policiais, bem como chamaram atenção para os casos de abusos de poder no uso da violência. Casos relatados a Corregedoria de polícias contribuíram para o redimensionamento do conflito das relações pessoais para as relações de caráter impessoal e jurídico. O trabalho questiona os avanços e recuos do que denominamos processo civilizador no interior da segurança pública.

Mecanismos de controle da atividade policial no Estado do Pará.

Osvaldina dos Santos Araujo – USP

As primeiras Ouvidorias de Polícia no Brasil foram criadas na década de 1990, como mecanismo de controle externo, na tentativa de diminuir o grande número de casos de violação de direitos humanos praticados por policiais civis e militares. No entanto, mesmo com as ouvidorias, a polícia continua agindo com truculência e arbitrariedade; poucos policiais são punidos, o que indica que o controle social da atividade policial ainda não se completou no país. O cenário a ser apresentado neste trabalho é o da Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará, a segunda no território nacional e a primeira criada por lei.

GT 03 - Sociedade e Ambiente: territórios,

Relações com a natureza e conflitos socioambientais

Coordenadores: Maria José da Silva Aquino (UFPA), Antônio Carlos Witkoski (UFAM) e Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior (UFMA).

O GT visa reunir estudos sobre modos de vida locais, propondo uma reflexão sobre as diferentes formas de percepção, acesso, domínio e gestão da natureza; contempla também conflitos e relações de poder decorrentes destas diversidades e a construção e afirmação de territórios e identidades forjados neste processo. Justifica-se e obtém sua relevância em função das inúmeras questões relacionadas aos processos em que grupos sociais e povos locais têm buscado garantir o controle de seus territórios na Amazônia brasileira, especialmente quando confrontados a projetos de desenvolvimento e/ou a formas distintas de percepção e intervenção territorial.

13 de setembro de 2010**14:00h às 16:00h - 1ª Sessão****Conflitos e perspectivas na urbanização de áreas ribeirinhas em Rio Branco-AC**

Joselia da Silva Alves – UFAC

Nas cidades brasileiras é marcante a presença de assentamentos precários em áreas ambientalmente frágeis e legalmente protegidas – margens de rios, encostas, topos de morros, mangues, dunas. Este processo de urbanização provoca diversas formas de impacto ambiental negativo, como poluição do ar, dos recursos hídricos, a impermeabilização do solo, devastação de matas e nascentes, além de expor a população à diversos riscos ambientais. No Brasil, a urbanização de favelas vem crescendo, a cada ano. Considerando que grande parte destes assentamentos, estão localizados nas margens de rios e igarapés, se faz necessário discutir os modelos que têm sido utilizados e quais paradigmas que em geral têm influenciado estas intervenções. Pretende-se portanto, fazer uma análise preliminar do Projeto de Urbanização de Favelas em Áreas de Atendimento Prioritário – ZAPs em Rio Branco, capital do Acre, sob a ótica da sustentabilidade urbana e justiça ambiental, como categorias que ao mesmo tempo permitem uma mediação deste conflito, possibilitam uma abordagem articulada entre a questão social e ambiental. Estas zonas, além de terem por meta, integrar a política habitacional com saneamento e inclusão social, comportam áreas de elevada vulnerabilidade ambiental, constituídas por fundos de vale e margens de igarapés, ocupados por grupos de baixa renda e alta vulnerabilidade social. A implantação de parques e áreas verdes ao longo dos cursos d'água se apresenta como interessante alternativa para a manutenção de recursos hídricos em áreas urbanas. Porém esta proposta deve vir compatibilizada com ações que visem minimizar e reparar a situação histórica de segregação socioespacial. Pretende-se trazer contribuições na proposição de políticas públicas mais integradoras e adequadas para a gestão de áreas ribeirinhas urbanas na Amazonia, que concilie proteção ambiental, com direito à moradia.

Entre a Cidade e o Rio: Modos de vida em cenários amazônicos

Cleide Lima de Souza – Unama, Voyner Ravena Canete – UFPA, Nírvia Ravena – NAEA/UFPA

Este trabalho apresenta estudos realizados em uma pequena cidade situada as margens do rio Purus no estado do Amazonas. Tem como objetivo a análise da concepção de cidade e de urbano no cenário amazônico a partir do modo de vida de seus moradores. Confronta tal realidade com a concepção teórica e jurídica que define cidade e urbano no Brasil. O método utilizado consiste em um estudo de caso, por considerar que, este método possibilita aprofundar as singularidades que envolvem tal realidade. Representando o terceiro maior município do país e o quinto maior do mundo em extensão territorial, o município foco do estudo encontra dificuldade na construção de assentamentos, sobretudo na cidade, devido à restrição imposta pela quantidade de Unidades de Conservação e de Terras Indígenas encontradas em seu território. No caso específico do perímetro urbano, este encontra-se limitado pela fronteira com uma TI e Unidades de Conservação. Ainda que dentro da área urbana, os moradores recorrem a uma prática já exercida na área rural, reproduzindo-a no chamado flutuante, que são casas distribuídas sobre o rio por toda frente da cidade e que acompanham o nível da água, na cheia e na seca. Este modo de vida possibilita ao morador da cidade manter as mesmas práticas que marcam o modo de vida praticado no campo. Assim, a pesquisa contesta a tese de uma completa urbanização inerente ao mundo atual e demonstra que o que perfila pequenas cidades como áreas urbanas é apenas a normativa legal. No cenário amazônico essa definição torna-se ainda mais deletéria, urgindo discussões que apresentem instrumentais mais adequados para se pensar a cidade em cenários de floresta.

Entre a saída e o uso da voz: a luta dos pescadores da Baía de Sepetiba (RJ) para serem ouvidos

Karina Kato – CPDA/UFRRJ

A Baía de Sepetiba é muito diversificada e a área de maiores conflitos ambientais no Rio. Apresenta importantes ecossistemas preservados de florestas, restingas e manguezais e áreas remanescentes da Mata Atlântica. A agricultura, a pesca e o turismo são importantes atividades econômicas e boa parte de sua população é constituída por comunidades tradicionais. Segundo a Fundação CIDE, em 2006, cerca de 2.250 pessoas trabalhavam formalmente no turismo em Itaguaí e Mangaratiba. A FAPESCA estima em cerca de 8.000 o número de pescadores da Baía. Ela concentra também população empobrecida e é palco para a ação de grupos paramilitares, as chamadas milícias. A Baía é disputada também, desde da década de 1960 por projetos industriais e portuários com o Porto de Itaguaí e empresas como a CSN, a Vale Sul, Gerdau. O Programa de Aceleração do Crescimento dirige à Baía mais uma série de empreendimentos industriais. O 1º uma grande siderúrgica que coloca o modo de vida dessas pessoas num impasse. Diante disso, e mesmo com o risco de serem repreendidos pelas milícias que apóiam os projetos, alguns grupos sociais como os pescadores artesanais, vêm tentando utilizar a voz para tornar visíveis os impactos negativos que lhes são impostos, pois a saída lhes é impedida por várias razões (ligações com a terra, ausência de possibilidades entre outros). O objetivo do trabalho é, por meio da conjugação da Saída e Voz de Albert O. Hirschman com as redes sociais, analisar a luta dos pescadores e da população da Baía para tornar as violações de direitos humanos que vêm sofrendo visíveis no contexto nacional

e internacional e dar maior amplitude para sua luta. Neste caso a saída coercitiva de uma liderança de pescadores (ameaças), somada à articulação com redes nacionais e internacionais, funcionou como elemento impulsionador para o uso da voz, em outros países e na Baía de Sepetiba.

Manejo Comunitário de Recursos Comuns na Amazônia: Uma análise sobre os acordos de pesca do Baixo Tocantins

Josiel do Rêgo Vilhena – NAEAUFPA

Busca perceber o processo de reação dos usuários de recursos pesqueiros da Região do Baixo Tocantins no Estado do Pará, uma área atingida por efeitos negativos de dois grandes projetos que são a ALBRAS/ALUNORTE e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que somado a outros fatores podem estar relacionados com o processo crescente de escassez de pescado na região. E diante desse fenômeno ambiental de diminuição de estoques pesqueiros os usuários desses recursos buscam estratégias de enfrentamento desse problema. Um dos principais meios de reação a esse cenário de transformações ambientais é um arranjo institucional conhecido como acordos de pesca, uma medida que é de iniciativa dos próprios usuários dos recursos pesqueiros da região que depois de uma série de discussões e reuniões com outros envolvidos na utilização de recursos pesqueiros da região definem uma série de regras de uso como, por exemplo, a proibição de determinados equipamentos considerados altamente predatórios, períodos de proibição das capturas para renovação dos estoques, locais proibidos para garantir a reprodução das espécies entre outras medidas cujo objetivo é o uso sustentável dos recursos. Os acordos de pesca têm sido reconhecidos por órgãos governamentais como o IBAMA como uma medida viável de manejo comunitário, principalmente devido ao envolvimento dos usuários diretos dos recursos que ajudam na fiscalização dos acordos que é uma das principais dificuldades de órgão governamentais devido a grande extensão das áreas da região. O trabalho se baseará em trabalho de campo que envolverá entrevistas com as comunidades usuárias dos recursos e com membros de órgão do governo para acompanhar o processo de discussão e criação dos acordos de pesca para identificar as principais dificuldades na sua implementação e perceber seus principais pontos positivos e suas potencialidades. Também será realizada cuidadosa análise de documentos sobre os acordos de pesca e a sobre a legislação ambiental vigente em âmbito nacional e regional que existem para tentar garantir o uso racional e sustentável desse tão importante recurso para a região.

Pôster

A arte de gerir o que é nosso: O caso dos acordos de pesca em Cameté e Igarapé Miri, Baixo Tocantins/PA

Mariana Neves Cruz – UFPA, Oriana Trindade de Almeida – NAEA/UFPA, Ricardo da Silva Rodrigues – UFPA

O presente trabalho aborda os acordos de pesca, que tratam-se de uma estratégia de gestão comunitária dos recursos pesqueiros através de um processo chamado de gestão compartilhada, inserida dentro da gestão participativa, que tem força de lei através da Instrução Normativa nº 29/2003. Estes instrumento de gestão teve início na Amazônia na década de 1990 através do Projeto IARA/IBAMA, primeiramente no Baixo Amazonas, onde obteve êxito e, desde então, vem se expandindo pelo Baixo Tocantins por intermédio das colônias de

pescadores em parceria com o IBAMA e, mais recentemente, com a SEPAq. Todavia, devido a proximidade entre os moradores ligados por laços de parentesco, já existiam anterior à essa Instrução Normativa algumas regras de convivências estabelecidas pela comunidade, voltadas para a captura do pescado. O presente trabalho foi construído através de levantamento de referências acerca do tema Acordos de pesca na Amazônia, recursos pesqueiros e recursos comuns, bem como foram realizados trabalhos de campo com aplicação de questionários semi-estruturados com questões acerca da existência e funcionamento de iniciativas de manejo em Cametá e Igarapé Miri. O trabalho objetiva identificar a importância desta forma de gestão para o manejo de um bem comum: os recursos pesqueiros. O interesse de pesquisa pauta-se no fato que os acordos de pesca delimitam e controlam áreas geográficas específicas, sendo utilizados enquanto um instrumento que lhes garante o uso, a posse e o controle de “seus” territórios. As regras de uso e acesso pautam-se no conhecimento empírico dos pescadores, construídos através de suas interações diárias com a os territórios aquáticos que compõem suas territorialidades laborais. Cada comunidade que possui acordo de pesca o adapta a suas necessidades econômicas e/ou sociais.

Diagnóstico participativo qualitativo sobre a pesca artesanal no município de Salinópolis-PA.

Antônio da Silva Ferro – IFPA

O Estuário Amazônico se estende ao longo do nordeste da América do Sul, iniciando a partir do Maranhão, se estendendo até o Rio Oiapoque no extremo Norte do Estado do Amapá. É uma região onde há muito se realiza a atividade pesqueira industrial e artesanal. Sendo este estuário palco de intensa atividade pesqueira, este trabalho tem o objetivo de realizar um diagnóstico participativo entre os pescadores artesanais, da região do salgado, no município de Salinópolis-Pa, mas precisamente na Vila de Cuiarana. São pescadores cujos conceitos são variados, por praticarem a pesca em pequena escala e serem autônomos ou com relação de trabalhos em parcerias, com vizinhos ou parentes, disponibilizando pouco capital e pequena produção. Empregando tecnologias e metodologias de captura com tecnologias simples, mas não menos complexas. Atuam no estuário e ainda hoje muitos não participam de programas de políticas públicas que sejam efetivamente voltadas a esses pescadores. Percebemos hoje em dia que o governo há muito busca uma eficiência administrativa no sistema de pesca. Apesar deste intuito, permanecem as incertezas da atuação sistemática na elaboração de metas efetivas a médio e longo prazo na resolução dos problemas pesqueiros no Pará, particularmente aos pescadores artesanais. O objeto desta pesquisa consiste na elaboração de um diagnóstico participativo baseado em estudos anteriores sobre as causas da diminuição do pescado, a degradação ambiental, a necessidade de políticas públicas em educação na costa paraense, em particular na Vila de Cuiarana em Salinópolis. Dessa forma, através de informações técnicas, a comunidade poderá melhor discutir sobre atividades como: conservação do pescado, proteção aos estoques pesqueiros, proteção e minimização do uso dos manguezais, evitar ou minimizar as queimadas, assim como combater o analfabetismo. Palavras-chave: Pescador artesanal. Meio ambiente. Mangue. Educação ambiental.

ONGS em Caratateua: em debate ambientalização em contexto insular urbano no município de Belém (PA)

Geldes de Campos Castro – SEMEC/Belém

A questão ambiental compreende processos sociais que envolvem uma tendência observada não só no Brasil como também em outros países. O presente trabalho procura analisar como essa tendência, que ficou conhecida como ambientalização, manifesta-se em um nível local, a saber, a ilha de Caratateua, em Belém, Estado do Pará, destacando o processo de constituição de ONGs que se auto identificam como ambientalistas e seu envolvimento nessa questão. Partiu-se da percepção de que as organizações locais se constituíram na relação com as iniciativas do poder público aqui simbolizadas por três elementos – o Terminal Portuário, a Ponte Enéas Martins e a Floresta do Redentor. A questão central do estudo refere como estas organizações na sua constituição têm suas estratégias e percepções engendradas em contextos sociais e políticos específicos nos quais emergem desafios ambientais. Neste caso, o contexto anterior e a partir de gestões governamentais municipais e estaduais nas últimas três décadas do século XX na cidade de Belém. O estudo considerou como material de análise dissertações, jornais e documentos de órgãos públicos, e considerou sobretudo materiais produzidos pelas ONGs. A reconstituição da origem e da trajetória das organizações aqui estudadas foi feita a partir da memória dos atores envolvidos nos processos, registrada em entrevistas com lideranças vinculadas às entidades. Como resultados apreendeu-se o significado das organizações ambientalistas locais na produção de um território de ação marcado por demandas, identidades e discursos nos marcos da ambientalização.

16:00h às 18:00h - 2º Sessão

Cultura Política das comunidades intencionais: ecologia política e comunitarismo em questão.

Janaína Alexandra Capistrano da Costa – UFT

As comunidades intencionais, também vulgarmente conhecidas como comunidades alternativas, representam uma forma de institucionalização política baseada na livre associação entre indivíduos, que dividem a intenção de conviver de forma solidária. Trata-se de um modelo de organização, onde os indivíduos optam pela vida comunitária orientados por parâmetros filosófico doutrinários comuns e ancorados na idéia de partilha, sendo que esta idéia prevê a existência de solidariedade tanto nas relações interpessoais, quanto na relação entre o homem e a natureza. A aplicação desse modelo num espaço, ou micro-território particular possibilita a manifestação de princípios teleológicos e deontológicos diferenciados daqueles hegemônicos e vivenciados na sociedade nacional. Sendo assim, é possível afirmar que o caráter político do fenômeno das comunidades intencionais assenta-se na implantação de processos decisórios internos, que encaminham orientações contratuais originadas na intenção de viver juntos de maneira diferenciada, ou seja, numa espécie de neo-contratualismo, que indica a existência de uma cultura política própria. Diante disso, e considerando que os parâmetros que orientam a ação dos indivíduos nas comunidades intencionais possuem em seu bojo a já citada idéia de partilha relativa às pessoas e à natureza, torna-se pertinente indagar como em que medida essa cultura política expressa os sentidos de público e de ecologia conformados pelas relações solidárias que se estabelecem nas comunidades. Esta pesquisa tem por objetivo explorar essa questão, e refletir sobre o que ela informa a partir das óticas comunitarista e da ecologia política. Distintas experiências de comunidades intencionais se espalharam pelo mundo, principalmente a partir do movimento da contracultura que vetorizou as críticas e as alternativas ao sistema vigente através do pacifismo, do feminismo, do ecologismo, do movimento hippie, do movimento

negro, do novo espiritualismo e etc. Na contemporaneidade, as Ecovilas constituem-se nos exemplos mais conhecidos de comunidade intencional e chamam a atenção, porque seu nome remete explicitamente à proposição de um tipo específico de relação com o meio ambiente “eco” e com o ser humano “vila”. A organização “Intentional Communities” aponta para o registro de cerca de 450 comunidades intencionais no mundo, mas certamente o número real de comunidades ultrapassa esse quantitativo. No Brasil, é bastante expressivo o número de comunidades intencionais existentes relacionadas à prática religiosa do Santo Daime, e é sobre essas experiências que recai a abordagem empírica desta pesquisa.

Diversidade cultural e utilização dos recursos naturais: uma discussão acerca do ordenamento jurídico brasileiro e comunidades tradicionais da Amazônia.

Anna Carolina Gomes Holanda – NAEA/UFPA, Andréia Neves da Silva – NAEA/UFPA, Cíntia Reis Costa – NAEA/UFPA

No Brasil, a Carta Magna estabelece que o Estado Democrático deve assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. No entanto, a consolidação de uma sociedade justa ainda é um desafio, num país formado por um mosaico cultural, que desconsidera os interesses conflitantes de populações culturalmente distintas, como as comunidades tradicionais. A concepção que permeia a legislação ambiental restringe, em sua maioria, o exercício das atividades de extrativismo, caça e pesca dentro das áreas protegidas, contribuindo, com isso, para expulsão e desorganização do modo de vida destas populações, que se reúnem em torno de movimentos de resistência e luta, para buscar garantir seus direitos de viver de acordo com suas práticas tradicionais. O artigo desenvolve uma discussão a cerca das limitações do ordenamento jurídico brasileiro frente a práticas de comunidades tradicionais na Amazônia, mais especificamente no que tange à utilização de recursos naturais. O trabalho está organizado em três sessões, sendo apresentadas inicialmente reflexões sobre a legislação ambiental brasileira e sua relação com os direitos das comunidades tradicionais; em seguida o papel dos movimentos sociais na ampliação de concepções das normas jurídicas e possíveis avanços e retrocessos sobre as resistências e lutas a favor de direitos socioambientais dessas comunidades, por fim, uma discussão mais conceitual a cerca dos valores intrínsecos à formação do direito e como o conceito de cidadania está relacionado com os direitos de pluralidade das comunidades tradicionais.

Educação e cultura em áreas de conflitos sócio-territoriais: experiências de uma comunidade nativa na Amazônia Oriental

Eunápio Dutra do Carmo – CESUPA

Partindo de uma reflexão que articula, fundamentalmente, pela ótica das relações sociais, dois conceitos: cultura e processos de formação, o trabalho é um estudo sobre as práticas educativas preconizadas por uma comunidade, nativa do município de Barcarena, em suas relações sócio-espaciais, com destaque para as empresas transnacionais produtoras de caulim. A análise é construída considerando o debate sobre processos de formação que se dão no âmbito da mobilização e organização sócio-política das comunidades sociais, aliadas a um conjunto diverso de saberes produzidos socialmente em contato com o contexto físico-natural

da floresta amazônica. Isso significou assumir como fio condutor do estudo os processos sociais da comunidade que sofreu dois processos de deslocamento compulsório, privilegiando conceitos como organização social, identidade territorial e cooperação sócio-territorial, tendo a mobilização e a resistência como prática educativa. Neste sentido, o objetivo do trabalho é analisar os processos de formação inerentes à reestruturação capitalista e desestruturação sócio-espaçial vivenciados por uma comunidade de pequenos agricultores e pescadores – Nova Vida, localizada em Barcarena (Amazônia Oriental), Belém, Pará, Brasil – em contato e interação com a empresa de capital transnacional Pará Pigmentos S/A. Esse território pode ser descrito como um local de crescente expansão da mineração na região amazônica. Nessa dinâmica social, com vetores do modelo capitalista de produção, se insere este trabalho que assume como linha de investigação as reflexões sobre mineração, impactos sócio-ambientais e organização social das comunidades, tendo como objeto os processos de formação de comunidades desterritorializadas dos seus espaços pré-existentes, localizadas em áreas de expansão das empresas mineradoras. E a questão-problema que impulsiona a pesquisa é: que processos de formação foram sendo produzidas nas relações entre a comunidade Nova Vida e a Pará Pigmentos S/A? Para tanto, adotou-se a abordagem qualitativa, utilizando a da técnica de pesquisa de campo e estudo de caso, valendo-se dos seguintes instrumentos: observação simples, pesquisa documental, entrevistas abertas e história de vida. Quanto aos resultados, percebem-se atuações articuladas de grupos sociais organizados no sentido da indução ao desenvolvimento local no contexto de resistência e negociação promovida por esses grupos no bojo de suas lutas micropolíticas em direção ao bem-estar humano e coletivo. São conquistas forjadas nos movimentos de tensão marcados pelos acontecimentos de (des)construção e (des)continuidade vividos intensamente e gestados nas insistentes lutas da comunidade em continuar sendo o que são: “agricultores e pescadores da mata nativa, caboclos da região, gente da Amazônia”.

O Contexto dos Conflitos Socioambientais e os Campos de Poder na Amazônia Oriental

José Carlos Matos Pereira – PPCIS/UERJ

Analisamos os conflitos socioambientais na Amazônia oriental, em especial, aquela região localizada no oeste do Pará, às margens da Rodovia BR-163, onde a soja se instalou desde o final da década de 1990, nos municípios de Santarém e Belterra que, em pouco tempo, se transformaram nos maiores produtores de soja do estado do Pará. Trata-se de uma ação planejada e seletiva que tem apoio político em diversos níveis, financiamento público em vários casos, flexibilização da legislação ambiental, afrouxamento da fiscalização dos órgãos responsáveis e os estudos científicos que subsidiaram a melhor localização desta ação. Para a viabilização das novas modalidades produtivas foi necessária a destruição ou o desarranjo dos modos de vida existentes anteriormente, pautadas na pequena propriedade, no uso da mão-de-obra familiar, do trabalho não mecanizado, na produção da subsistência ou da comercialização em pequena e média escala, cujas premissas estiveram voltadas mais para o valor de uso da terra e menos para o valor de troca, numa prática mais equilibrada e menos predatória de relação com a natureza. Desse modo, algumas comunidades rurais desaparecem e seus antigos moradores migram para o interior das áreas rurais cada vez mais distantes das estradas e serviços públicos ou se deslocam para as periferias das cidades, agora na condição de desempregado, subempregados ou empregados assalariados despossuídos da terra da

qual tiravam o sustento de suas famílias. Identifica-se a ameaça de morte de agricultores pela força policial e pela contratação do serviço de pistolagem. Nesse contexto, o conflito entre “sojeiros” (recém-chegados) e população local (antigos moradores) é inevitável, o que, por sua vez, inclui ameaças, alianças e preconceitos. Os outsiders da Amazônia são indígenas, mestiços, agricultores, extrativistas, mulheres e trabalhadores urbanos que recebem adjetivos pejorativos de “preguiçosos”, “pinguços” ou tidos como aqueles que representam entraves para o progresso econômico.

Pôster

Participação social como uma possibilidade de construção da racionalidade ambiental

Dailey Fischer – UFPR, Priscila Cazarin Braga – UFPR, Marcelo Limont – UFPR, Caetano Fischer Ranzi – UFPR, Pollyana Andrea Born – UFPR

Este trabalho aborda três visões sobre racionalidade, oferecidas por Weber, Habermas e Leff, ligadas à concepção de razão de Jung. Considerando a existência de uma crise ambiental global, emerge a oportunidade para uma nova racionalidade. Esta crise pode ser interpretada como uma contraposição à racionalidade econômica, que prima pelo controle das variáveis e pela técnica. A nova racionalidade ambiental proposta por Leff releva como importante o que a outra negligencia: a cultura, o subjetivo e as emoções. O coletivo, por meio da participação social, é um espaço para que essas dimensões afluam e contribuam para sua construção. A racionalidade ambiental, ressaltando o subjetivo, não concebe o mundo como estável e exige, daquele que está de acordo com essa racionalidade, uma capacidade de questionar a si próprio. Por fim, como parte desta racionalidade, há a exigência do convívio com uma instabilidade emocional, com a angústia de não se poder antecipar uma regra para a nova realidade.

“Maio quente santarenense”: o processo de ambientalização dos conflitos sociais entre os sojicultores, ambientalistas e os movimentos sociais em Santarém, no Pará.

Solange Maria Gayoso da Costa – UFPA

No mês de maio de 2006, a cidade de Santarém foi palco de manifestações, embates e conflitos envolvendo sojicultores, a empresa Cargil, Ong's ambientalistas e movimentos sociais. No referido mês, observou-se um processo de “passagem” da discussão dos conflitos da esfera local para a esfera internacional. Tal passagem caracterizou o processo de ambientalização dos conflitos de terras ocasionados pela expansão da soja na região. O conceito de ambientalização dos conflitos sociais é trabalhado pelo antropólogo José Sérgio Leite Lopes (2007). Para o citado autor a “ambientalização” refere-se a uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do “meio-ambiente”, por pessoas e pelos grupos sociais. Essa “incorporação e naturalização de uma nova questão pública poderia ser notada pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial”. Inicialmente a pesquisa identificou que os conflitos sociais, provocados pela expansão da soja na região, que vinham sendo objetos de ocorrências policiais e denúncias ao MPF, desde os primeiros anos da década de 2000 - feitas pelas organizações de agricultores locais, principalmente pelo STTR de Santarém – a partir das ações ativistas protagonizadas pela ONG internacional ambientalista Greenpeace, no ano de 2006, recebem uma nova linguagem: a da degradação ambiental, do desmatamento da floresta. Isso contribuiu para a internacionalização da questão

num movimento de combate a comercialização de soja produzida em terras irregulares. Tal fato levou a criação de um instrumento de controle e regulação da soja comercializada, denominado de “Moratória da Soja”. Tal instrumento tem sido objeto de renovação e tem se constituído em um “tipo de certificação” de comercialização de soja produzida em terra regularizada.

Conservação de fato: refletindo sobre a qualidade de vida e repensando as estratégias para a comunidade joana peres da resex ipaú-anilzinho/ município de Baião-PA.

Cleiton Lopes Cabral – NAEA/UFPA

Como forma de contenção do avanço desastroso do capitalismo sobre a região Amazônica, surgem as discussões sobre a proteção do bioma e de suas populações. As Unidades de Conservação passa a integrar o discurso das comunidades amazônicas, contrapondo o desenfreado ritmo de “desenvolvimento” puxado pela agropecuária. Como regimento essas áreas de proteção pensadas para a região amazônica, haveria necessariamente que garantir dois novos paradigmas em UCs, permitir a permanência das populações já existentes e ainda a continuidade do manuseio dos recursos naturais. Inteiramente de acordo com essas premissas surgem as Reservas Extrativistas (RESEX). Joana Peres é uma comunidade distrito do município de Baião e é considerada a comunidade mais velha da RESEX Ipaú-Anilzinho. A reserva foi criada através do Decreto 14 de junho de 2005, entretanto, percebe-se que assim como em varias unidades da Amazônia, esta área de proteção ainda apresenta carências do ponto de vista do investimento em setores básicos. Neste contexto, o presente trabalho buscou realizar um estudo sobre as condições da qualidade de vida da comunidade. Para alcançar esse objetivo, adotamos como procedimento metodológico as pesquisas bibliográficas de livros e revistas científicas, a interpretação do decreto da Resex e pesquisas de campo para aquisição de informações junto aos moradores. Desse modo, focalizamos nosso estudo em três pontos específicos: Identificar as formas de organização da comunidade Joana Peres; Identificar e analisar os atuais problemas enfrentados pela comunidade dentro da Resex; Analisar a importância e a operacionalidade do conceito de qualidade de vida para a comunidade Joana Peres. A partir da pesquisa realizada sobre a situação da comunidade de Joana Peres, na Resex Ipaú-Anilzinho, pode-se concluir que ainda existem muitos problemas a serem superados no âmbito da organização política, econômica, social e estrutural. Avaliar constantemente, se essas variáveis estão sendo postas em prática é primordial para garantir a sustentabilidade da Resex, pois sua operacionalidade, até o momento, ainda não se fez sentir, de fato, por seus moradores.

14 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 3ª Sessão

A Criação do Território do Sudeste Paraense: um estudo sobre a implementação dos Programas de Desenvolvimento Territorial.

Flávia Nogueira de Castro – UFPA; Aquiles Vasconcelos Simões – UFPA

A abordagem territorial enquanto instrumento de promoção do desenvolvimento rural sustentável é introduzida no Brasil no bojo das reformas estruturais do Estado, e a partir da avaliação dos resultados obtidos com os programas que visavam o desenvolvimento, estendendo-se ao debate rural. É neste contexto que se cria o Ministério do Desenvolvimento

Agrário e sua Secretaria de Desenvolvimento Territorial, cuja ação se materializa na criação dos Territórios Rurais. Em 2003 é fundado o Território do Sudeste Paraense, uma região onde a agricultura familiar se territorializa na disputa com o projeto desenvolvimentista dos Governos Militares, através da sua organização sindical e social, e que esse enfrentamento leva a formação de vários espaços públicos de debate acerca da aplicação das políticas públicas voltadas à Reforma Agrária e agricultura familiar. Neste contexto o trabalho estuda a interação entre os atores locais e os Programas Territoriais introduzidos nestes últimos anos. Pode-se notar que o princípio de conformação de um espaço único, que seria o Colegiado de Desenvolvimento Territorial, não consegue aglutinar os debates em torno das políticas públicas e nem ampliar a participação dos atores, havendo uma desarticulação dos espaços anteriores, o que vem ocorrendo é uma adaptação normativa. E, como se trata de uma intervenção do Estado, a noção com a qual os atores locais trabalham é a de que se trata de um território administrativo, inclusive o termo “território” foi introduzido ao vocabulário dos mesmos a partir da execução dos Programas Territoriais do Governo Federal.

Constituição cultural e patrimonial do território da Serra da Barriga, terra de Zumbi dos Palmares

Rosa Lucia Lima da Silva Correia – FITS

Desde o tombamento da Serra da Barriga, em 1985, os seus habitantes resistem às pressões e interferências do governo. Elas atentam contra a sua liberdade e a sua história de vida no território. A baixa condição sócio-econômica dessa população e o fato de não serem remanescentes do antigo Quilombo dos Palmares (fato histórico oficial motivador do tombamento) a torna ainda mais vulnerável a essas pressões e interferências. Dessa forma, a Serra da Barriga se apresenta como um território envolto em um conflito de interesses estabelecido entre a comunidade local, o ideal do Movimento Negro e o Poder Público. Nesta Perspectiva, procuramos reconstituir o quadro histórico, econômico e social do Quilombo dos Palmares e conjugá-lo à apresentação das razões históricas, sociais e políticas que instituíram o tombamento da Serra da Barriga e as diretrizes para a construção do Memorial Zumbi; bem como elaborar um quadro social da comunidade da Serra da Barriga, com base na identificação das percepções atribuídas ao patrimônio e das aspirações e necessidades dos atores locais. Para tanto, o trabalho se pautou em uma pesquisa quanti-qualitativa, com aplicação de questionário, observações de campo, entrevistas e consultas de base documental para fundamentação de aspectos históricos. A utilização destes métodos nos permitiu verificar que a comunidade desconhece, em profundidade, a história que instituiu o tombamento.

A resignificação da identidade rural a partir da ruralidade em Boa Vista – RR

Antonio de Souza – UFRR

Estudar o rural é, sem dúvida, um desafio a quem se dedica buscar uma resposta a tantas questões que o envolve. Percebemos esta dinâmica com as diversas variáveis que ocupam as pesquisas nesta área. Favareto (2007) destaca três dimensões que acredita serem elementos definidores da ruralidade nos tempos atuais. Segundo ele, estas três dimensões são as relações rurais-urbanas, a proximidade com a natureza e os laços interpessoais. Enquanto Favareto (2007) compreende as mudanças nas relações entre campo e cidade numa linha histórica, Brandão (2007) faz a mesma discussão, com um porém, ele trata desta mudança a partir de

um contra-ponto, um contraste entre técnica, que para o autor é o mesmo que capitalismo, e cultivo tradicional. Para o autor o que existe neste novo contexto das relações campo-cidade é uma idéia de racionalidade empresarial que deseja dominar. Dentro deste contraste o autor aponta uma nova racionalidade, por parte das comunidades tradicionais que contraria os ideais do sistema capitalista. Esta racionalidade é estudada por Carneiro (1998) e recebe o nome de “pluriatividade”. Para a autora torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre campo e cidade a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais. Para a autora é o sentimento de pertença que vai diferenciar as pessoas que realmente são rurais daquelas que escolhem o campo apenas para o lazer. Nesta perspectiva a autora considera o sentimento de pertença como força elementar para estudar as relações estabelecidas entre campo e cidade, não mais como dicotomia, e sim como um contínuum. Em Boa Vista, RR, devido a centralidade dos órgãos públicos e outros serviços, a presença de pessoas que moram na área rural é constante. Algumas vem a procura de trabalho e outras resolver algum problema.

Disputas e reconfigurações territoriais na Amazônia-boliviana: um estudo sobre o departamento de Pando

Carlos César de Santana – UFAC, Israel Pereira Dias de Souza – UFAC

O objetivo desta comunicação é analisar as disputas e as reconfigurações territoriais em Pando, departamento que integra a Amazônia-boliviana. Eleito presidente da Bolívia, Evo Morales coloca em marcha, aliado à nacionalização dos recursos naturais, um projeto de reforma agrária que outorga autonomia às populações locais sobre seus territórios e recursos. Habitadas a repartirem entre si o pouco que conseguiram com a venda daqueles recursos aos países centrais, as oligarquias regionais e locais se opuseram ao referido projeto propondo, dentre outras coisas, a autonomia dos diversos departamentos frente o governo central. Entre os grupos subalternos, reconhece-se o inegável avanço que o projeto do governo Evo representa em relação ao projeto das oligarquias. Porém, há quem diga que ele está mais de acordo com a realidade dos povos do altiplano do que com a daqueles que habitam nas “áreas baixas”, como a Amazônia. Chão em que se defrontam projetos e percepções distintas sobre o território/natureza/recursos e seu uso, o Departamento de Pando representa, assim, o caráter aberto da reconfiguração territorial em curso nessa parte da Amazônia. Palavras-chave: Reconfiguração territorial, Amazônia-boliviana.

Estado, território e populações tradicionais: a reconfiguração das relações sociais resignificando a Amazônia contemporânea

Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt – INCRA

A evocação do conceito de território seja como instrumento de políticas públicas, seja como objeto de reivindicação de direitos, por parte de povos e grupos sociais, tem sido tão intensa e diversificada na Amazônia, que a região se tornou um complexo mosaico de muitos territórios regidos por diferentes estatutos, muitas vezes em disputa ou mesmo sobrepostos, outras vezes complementares. Na região do médio Rio Juruá, no Estado do Amazonas, encontramos um caso exemplar para compreender estes novos processos que reconfiguram as relações e os papéis sociais estabelecidos. Encontra-se na margem esquerda do Rio, a Resex do Médio Juruá, e na margem direita, uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável – a

RDS Uacari. Como diferenças significativas não parecem existir entre as paisagens de um lado e outro do Rio, a primeira pergunta que esta intervenção territorial suscita é porque uma mesma categoria legal de UC não foi criada abrangendo as duas margens do Rio, como, aliás, haviam solicitado os moradores? Tal fato chama a atenção primeiro porque não se percebe uma diferença significativa entre as paisagens das duas margens ou entre as pessoas que as habitam, muitos têm trajetórias semelhantes, partilham a mesma história social e são membros da mesma organização social. Este trabalho, é pois, parte da tese de Doutorado que tentou demonstrar que este arranjo territorial suscita ainda diversas outras questões que se relacionam à emergência de novos sujeitos sociais, a novos parâmetros que definem a sua categorização como “tradicionais” e à percepção de que o Estado não é monolítico. Tais processos e relações podem nos ajudar a compreender os novos significados sociais que tem sido atribuídos, em períodos recentes, à Amazônia e suas implicações nas políticas públicas vigentes na região.

Pôster

Ambientalização do território: estratégia ou metáfora

Mário José Henchen – UFPA

Por volta da metade da década de 1990, na região da Transamazônica, estado do Pará, um conjunto de organizações camponesas, federadas na Fundação Viver, Produzir e Preservar, constituem um processo de ambientalização da região, que, por um lado, visava desenvolver atividades de preservação ambiental, sejam individuais ou coletivas, e, por outro, reunir as condições de possibilidades para limitar o avanço das empresas madeireiras e agropecuárias para o interior da região, notadamente em direção a Terra do Meio. Se por um lado, as iniciativas individuais, dentre estas as roças sem queimar, a implantação de lavouras de cacau orgânico, possibilitaram aos camponeses delas participantes auferir vantagens econômicas, obter maiores benefícios quando da venda da produção ou da obtenção de financiamento para a agricultura familiar; por outro lado, o conjunto destas iniciativas possibilitou reunir as condições de possibilidades para reforçar a luta junto ao Estado no sentido de constituir Reservas Extrativistas, PDS, e o Mosaico de Unidades de Conservação na Terra do Meio. Não obstante este conjunto de iniciativas, tanto individuais quanto coletivas, a região se encontra hoje seriamente ameaçada pelo projeto de construção da hidrelétrica de Belo Monte, na Volta Grande do Xingu. Desta forma, parte do conjunto da população, notadamente as lideranças camponesas, que durante décadas, enquanto estratégia de ação, investiu na constituição de práticas de proteção ambiental e formulação discursiva acerca da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável, para fazer frente às iniciativas de grandes empreendimentos, hoje, em função da ameaça de implantação da hidrelétrica de Belo Monte, percebem que o processo de ambientalização está prestes a virar uma singela metáfora.

Agricultores Urbanos: a produção de farinha em Uarini – AM

Silvio Ricardo da Silva Rocha – UFAM, Antonio Carlos Witkoski – UFAM

No Amazonas, assim como em boa parte da Amazônia, o consumo da farinha de mandioca, juntamente com o peixe, é parte essencial da alimentação do caboclo. Possuímos uma grande variedade de tipos de farinha, no Amazonas se destaca a chamada “farinha ova” ou “farinha do Uarini” por possuir uma excelente qualidade devido ao seu processo de fabricação. Esta

pesquisa teve como objetivo principal realizar uma análise da importância socioeconômica e cultural da produção de farinha para o município de Uarini, bem como analisar a importância para o município daqueles que a produzem, no caso os agricultores urbanos. Para a obtenção dos resultados foram aplicadas as seguintes técnicas de pesquisa, questionários, para verificar a importância quantitativa relacionada à economia e produção, e entrevistas semi-estruturadas para obtenção dos dados qualitativos relacionados principalmente ao lado cultural da produção de farinha. Denominamos os produtores de farinha de agricultores urbanos devido ao fato de morarem e trabalharem em áreas localizadas dentro do perímetro urbano de Uarini verificamos que os agricultores, mesmo morando na sede urbana de Uarini, tem na agricultura a sua principal fonte de renda, realizando, esporadicamente outras atividades, mas sempre praticando paralelamente a agricultura. Os agricultores representam cerca de 90% dos moradores locais, devido a isso, a produção de farinha possui uma importância social e econômica bastante significativa em Uarini, primeiramente é o principal produto econômico do município. Em segundo lugar o município possui uma identificação com a farinha, sendo chamado de a “terra da farinha”. A produção de farinha também movimenta a vida cultural de Uarini, principalmente através da realização da Festa da Farinha, evento que ocorre anualmente, e que atrai inúmeros visitantes para Uarini, além de ser um incentivo a produção local de farinha.

O espaço vivido enquanto lugar de projeto: estratégias familiares de reprodução social em assentamentos rurais

Clarissa Vieira dos Santos – UFPA, Aquiles Simões – NEAF/UFPA

Desde meados da década de 1990, a região do sudeste paraense, vem passando por um importante processo de mudanças em seu contexto político e socioeconômico, processo este que acabou fortalecendo a agricultura familiar, transformando-a em um dos principais atores sociais presentes nessa área, sendo determinante para o estabelecimento de uma nova dinâmica regional. As transformações ocorridas nesse espaço e a constituição dessa nova dinâmica estão relacionadas não só com essa capacidade que os agricultores familiares e suas organizações têm atualmente de influir sobre as dinâmicas territoriais, mas também com a forte implementação de políticas públicas federais direcionadas principalmente ao apoio da agricultura familiar. Neste contexto, o artigo apresentado busca compreender como os agricultores familiares vêm construindo estratégias de reprodução social que se traduzam na consolidação do espaço vivido enquanto lugar de projeto. Com base nos aportes teóricos da geografia social e da sociologia definimos o projeto de assentamento Bom Jardim como unidade de análise privilegiada, no qual realizamos entrevistas semi-estruturadas com as famílias assentadas. Os resultados indicam que as estratégias são baseadas em formas de ação coletiva, como por exemplo, a construção de uma associação dos agricultores, o desenvolvimento de atividades coletivas de produção e comercialização e a realização de mutirões visando à melhoria do lugar. Concluímos que tais experiências sociais são reveladoras da emergência do “sujeito-lugar”, ou seja, do indivíduo que constrói, no seu próprio mundo, um lugar que é o dele, que manifesta deliberadamente o seu caráter ativo na produção e transformação das relações sociedade - território.

16:00h às 18:00h - 4ª Sessão**Análise de conflitos no processo de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís – MA**

Elena Steinhorst Damasceno – UFMA

A Reserva Extrativista (RESEX) de Tauá-Mirim teve seu pedido de criação encaminhado pelos moradores de comunidades rurais ao IBAMA no ano de 2003 e foi motivado pela possibilidade de regularização da posse da terra. As características para o pleito de uma RESEX - a autoidentificação da população como “tradicional” e recursos naturais relativamente preservados - foram plenamente contempladas. O processo foi concluído e aguarda no Ministério do Meio Ambiente uma decisão política do governo federal. A referida região é limítrofe ao distrito industrial de São Luís e neste contexto ocorrem disputas territoriais e externalidades ambientais que caracterizam o conflito em questão. Considera-se conflito socioambiental como aquele que envolve grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando, pelo menos um dos grupos, tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis decorrentes do exercício de práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004). Para analisar os conflitos em torno desta demanda ambiental específica (RESEX de Tauá-Mirim), parte-se da concepção do conflito como sendo um gerador de “inputs” no processo das políticas públicas (SOUZA, 2006). A proposta deste trabalho é fazer uma reflexão sobre o contexto histórico e político no qual estão inseridas as tentativas de solução das questões ambientais no Maranhão - uma política ambiental que está em consonância com a lógica desenvolvimentista observada em nível nacional e que levou a RESEX de Tauá-Mirim a constar da “Agenda”, mas ainda não ter sido efetivada, mesmo sete anos após a demanda inicial.

Formação de Conselhos Gestores em Unidades de Conservação: arenas de discussão e/ou decisão – O caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Iratapuru/Amapá.

Ruth Helena Cristo Almeida – UFRA, Luiz Couto Júnior – WWF/BRA

A Amazônia, sobretudo, a partir do final da década de 80, com o assassinato do seringueiro Chico Mendes, passou a ser alvo da atenção tanto nacional como internacional (HOMMA, 2000). Desde então, é ressaltada a necessidade de proteção da nossa exuberante biodiversidade e de controle dos conflitos. A criação de unidades de Conservação de proteção integral e de uso sustentável caracterizadas por ações nem sempre democráticas ou participativas representam para governos e organizações não governamentais, uma tentativa de solução. O objetivo deste trabalho é apresentar o processo de construção conflituosa de um espaço público que é o Conselho Deliberativo da RDS do Iratapuru. Para este trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas e de campo, além de entrevistas com atores considerados chaves neste processo. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (RDS do Iratapuru) é uma unidade de conservação (UC) de uso sustentável (US) estadual, que foi criada em 1997 com área de 806.184 ha., e está localizada no Amapá, cortando três municípios, a saber: Laranjal do Jarí, Mazagão e Pedra Branca do Amapari. A RDS do Iratapuru é administrada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e tem sua ocupação humana estimada em 150 famílias, que vivem em aproximadamente seis comunidades no seu entorno, e que desde o início do século

passado exploram e comercializam a Castanha do Brasil no interior da reserva. Neste sentido, a criação do Conselho Deliberativo da RDSI encontra um cenário de disputas por poderes, sejam poderes materiais, sejam poderes simbólicos, realizando uma espécie de intercâmbio entre os diferentes campos da vida social. Este intercâmbio, como afirma Costa (2002), é uma espécie de agir comunicativo que pode ser realizado por diversas maneiras: por meio de violência, pacificamente, diretamente ou ainda, de forma mediada.

Quanto custa o que não está à venda?

Mariana Batista Sampaio – Secult/ESAMAZ/UFPA

O processo de licenciamento ambiental para instalação de “grandes projetos” no Brasil, e principalmente na Amazônia, muitas vezes, tem implicado em deslocamentos compulsórios, onde populações vulneráveis são deslocadas de seus lugares de moradia num processo imposto de desconstrução e reconstrução de seus territórios e identidades. Sob a ótica do empreendedor a natureza é reduzida a uma simples variável a ser manejada, em oposição ao entendimento dos sujeitos vulneráveis que têm nela a segurança de continuação de seus modos de existência material e simbólica. Contudo, os processos de deslocamentos compulsórios não são simplesmente aceitos pelas populações vulneráveis, pois estas se articulam e se organizam em redes locais, nacionais e globais. Nesse sentido, o artigo ora proposto tem como objetivo discutir tal processo no caso da implantação do projeto de mineração da ALCOA no município de Juruti, onde moradores da AID na zona urbana da cidade de Juruti, no bairro da Terra Preta foram descolados por meio de processos compulsórios, partindo para diferentes lugares. Por meio de relatos dos sujeitos alvo da ação será apresentado o histórico do processo de deslocamento em questão e analisada a lógica de percepção do processo sob a ótica dos atingidos e sob a ótica do discurso do empreendedor.

Propensão à sustentabilidade em reservas extrativistas do Acre

Ecio Rodrigues – UFAC, Luciana Rodrigues Pereira – Associação Andiroba

A criação de Unidades de Conservação na modalidade de Reservas Extrativistas, ainda em 1990 e posteriormente reconhecidas na Lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, de 2.000, pode ser considerado um passo fundamental na busca de uma ocupação produtiva adequada aos ideais de sustentabilidade atualmente preconizados. Ocorre que essas áreas conseguem conciliar a geração de riqueza com a manutenção da cobertura florestal, por meio da produção de um leque variado de produtos oriundos da biodiversidade do ecossistema florestal amazônico, diretriz principal do conservacionismo. Todavia, apesar do conceito de Reservas Extrativistas ter sido assumido em todo país e em outros países, a conservação do ecossistema que justifica sua criação ainda esbarra em uma série de empecilhos insuperáveis. Tomando a realidade acreana como referência, tendo em vista que foi no Acre que surgiram as primeiras unidades de Reservas Extrativistas e a proposta foi pioneiramente concebida, esse artigo se propõe a contribuir na discussão acerca dos procedimentos para que a ocupação produtiva dessas áreas, pelas populações tradicionais promova a conservação do ecossistema existente. Para tanto, é apresentado um conjunto de procedimentos de análise desenvolvidos pelos autores para avaliar a propensão à sustentabilidade das Reservas Extrativistas. A conclusão principal, após aplicação da metodologia nas 4 Reservas Extrativistas acreanas, é que seus resultados fornecem uma leitura clara e eficiente do estágio

de consolidação dessas unidades, permitindo às instituições que fazem parte de seu Conselho Deliberativo tomar decisões acerca do planejamento da ocupação produtiva baseada na conservação do ecossistema. Ou seja, a metodologia funciona e pode ser aplicada em outras Reservas Extrativistas localizadas na Amazônia.

Pôster

Bens Comuns na Amazônia: Estudo de caso na Reserva Extrativista Marinha de Maracanã, Pará.

José Eliada Cunha Barbosa – UFPA, Heribert Schmitz – UFPA

A intervenção de agências externas (públicas ou privadas) na gestão de bens comuns foi amplamente defendida desde a formulação do artigo “Tragédia dos comuns” de Garret Hardin, de 1968. Discussões, tanto de Olson (1998), quanto de Hardin (1968), enfatizam as escolhas racionais dos indivíduos em processos associativos e de gestão de bens comuns, respectivamente. Para eles, as escolhas racionais sempre tenderiam a lograr benefícios individuais, o que comprometeria supostas ações coletivas de um grupo qualquer ou mesmo da sociedade. Porém, estudos que enfatizam a relação entre arranjos institucionais e regimes de propriedade, aliados ao manejo sustentável de bens comuns, demonstraram falhas presentes nas análises de Hardin (1968) sobre o esgotamento de recursos comuns e a possível degradação ambiental, além da publicação de estudos de casos em que a gestão comunitária feita por grupos de usuários mostrou-se, em muitos casos, bem sucedida (FEENY et al., 2001; OSTROM, 1990; SCHMITZ et al., 2009). A proposta aqui apresentada tem por alvo de estudo o atual estado de gestão de bens comuns na Reserva Extrativista Marinha (REM) de Maracanã. A gestão realizada por diversos atores como o conselho deliberativo (composto por 27 membros), AUREMAR, conselho fiscal, além de representantes das próprias comunidades tentam cumprir o objetivo de manter um sistema fiscalização e ordenação do espaço. O atual sistema conta com a divisão da reserva em pólos, sendo que cada pólo é formado por um conjunto de 3 ou 4 comunidades onde são eleitos representantes destas comunidades (suplentes) e um representante do pólo (titular). Ao todo, a reserva se encontra dividida em 18 pólos. Há ainda comitês de fiscalização de irregularidades cometidas na reserva. Apesar dos instrumentos de gestão dispostos, efetivamente o conselho deliberativo foi criado apenas em setembro de 2009. Ou seja, muitos dos arranjos institucionais foram criados de forma esporádica.

Conflitos ambientais relacionados ao parque estadual de Itaúnas

Vanessa de Souza Hacon – UFRJ, Carlos Frederico B. Loureiro – UFRJ

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre os principais conflitos e tensões surgidos em função da criação e implementação do Parque Estadual de Itaúnas (PEI), relacionados principalmente ao uso do território pelas populações locais, com foco na Vila de Itaúnas, Espírito Santo - ES. Partimos da hipótese de que, em seu processo de implementação, o PEI promoveu o rompimento de múltiplas relações materiais e simbólicas desta população local com o espaço físico que a circunscreve, acarretando em prejuízos relacionados ao conjunto de práticas culturais tradicionais locais, repercutindo ainda de forma negativa na dita “preservação da natureza”, culminando em um caso de injustiça ambiental. Para tal, propõe-se o debate a partir da explicitação das bases do conflito, entendendo-o do ponto de vista do embate estrutural entre distintos projetos de sociedade, cujas disputas evidenciam-

se pela necessidade de utilização comum de determinados espaços nos quais se encontram recursos fundamentais para o desenvolvimento e sobrevivência humana. Nesse contexto, é preciso localizar os grupos em conflito numa matriz desigual de poder, com práticas culturais e formas de apropriação dos recursos distintas. Nessa perspectiva, os conflitos se configuram tanto por projetos de desenvolvimento diferenciados, como por capacidades de expressão desiguais, no contexto de correlação de forças da sociedade.

O processo de criação da reserva extrativista do Xingu: entre a legalidade e o possível negociado.

Tarcísio Feitosa da Silva – UFPA, William Santos de Assis – UFPA

O objetivo desse texto é analisar o processo de mobilização para criação da Reserva Extrativista do Xingu, considerando as intervenções realizadas pelas organizações não governamentais, governamentais e a população residente. A partir de uma abordagem histórica recuperamos o processo de ocupação da região enfatizando a ação dos diferentes atores na disputa pela terra e os recursos naturais existentes. Estavam no centro dessas disputas diferentes concepções de conceber o uso dos recursos naturais que apontavam para dinâmicas socioambientais bem distintas. A criação de unidades de conservação na Terra do Meio, anunciada pelo Governo Federal, aumentou os conflitos e as ameaças de morte aos dirigentes, religiosos e ativistas das organizações sociais. A análise do processo de criação da Reserva Extrativista do Xingu mostra que entre a intencionalidade da política que permite a criação de unidades de conservação e a concretude das ações para viabilizá-la existe inúmeras lacunas a serem resolvidas.

15 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 5ª Sessão

Conflitos socioambientais no caso do licenciamento da Usina Termoeletrica Porto do Itaqui, em São Luís (MA)

Thaís Emília de Sousa Viegas – UNDB, Roberto de Oliveira Almeida – UNDB

A pesquisa analisa os conflitos socioambientais relacionados ao processo de licenciamento da Usina Termoeletrica Porto do Itaqui, em São Luís, capital do Estado do Maranhão. A finalidade central é analisar a ambigüidade do referido instrumento que se coloca, ao mesmo tempo, como mecanismo institucionalizado de gestão de riscos ambientais e como potencial gerador de conflitos socioambientais. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck é o referencial a partir da qual são analisados os conflitos socioambientais relativos ao empreendimento e à construção de uma percepção social sobre o mesmo. O trabalho contempla também a investigação acerca do ajuste do licenciamento ambiental da referida termoeletrica às normas jurídicas pertinentes e a verificação concreta de como se dá a gestão de riscos ambientais no licenciamento. São empregadas as categorias desenvolvidas por Beck para compreender a atuação da Administração Pública na regulação e/ou produção de riscos e conflitos socioambientais. Propõe-se também uma reflexão sobre as diferentes formas de perceber o empreendimento, seus eventuais benefícios e prejuízos. Discute-se, ainda, a participação dos leigos no processo de tomada de decisão quanto à instalação da obra, especialmente a partir do exame da importância da realização de audiência pública no contexto do processo de tomada de decisão referente ao licenciamento ambiental da termoeletrica.

Organização e resistência das comunidades de Juruti velhas frente à implantação da Alcoa.

Lindomar de Jesus de Sousa Silva – NAEA/UFPA

A implantação dos grandes projetos na Amazônia a partir da década de 50 se justificaram sobre a alegação de “desenvolver a região”, para isso o governo buscou garantir todas as possibilidades para a consolidação desses empreendimentos na região como subsídios, financiamento externo e associação com o capital estrangeiro em vista da consolidação de tais iniciativas. O desenvolvimento voltado para reprodução do grande capital articulava interesses geopolíticos, militares, visando a geração de divisas e o equilíbrio na balança de pagamento. Desta forma esses empreendimentos voltados a explorar os recursos naturais amazônicos foram conduzidos, desprezando a estrutura sócio-econômica das comunidades tradicionais e desestruturando culturas e realidade locais, disseminando pobreza e violência, além da perda de biodiversidade e outros serviços ambientais comprometendo a sociedade da Amazônia em longo prazo. Essas comunidades atingidas que no decorrer da história desenvolveram sistemas etnicamente fechadas e socialmente autônomas, de organização coletiva, baseadas na subsistência e no extrativismo foram ignoradas e desterritorizadas por grandes projetos, são exemplos as de Trombetas, Tucuruí, Marabá, Almerim e Barcarena. Na perspectiva dos grandes projetos a diversidade local das comunidades tradicionais é associado ao atraso. Atraso esse que deve ser substituído por sistemas homogêneos e procedimentos industriais padronizados voltados para a maximização da produção. As comunidades atingidas pouco conseguiram resistir à voracidade dos grandes projetos, apesar de inúmeras tentativas e articulações. Em Juruti com chegada da Alcoa, em 2001, seguiu a mesma lógica desterritorizando comunidades e destruindo os recursos naturais essenciais à existência das comunidades da região. O diferencial em relação a outras regiões do Estado do Pará foi à construção das comunidades de Juruti valorizando aspectos ligados a identidade coletiva, os direitos territoriais e uma autonomia organizativa e militante. Essa constituição possibilitou a organização da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho - ACORJUVE, como instrumento catalisador das articulações, mobilizações e negociação das comunidade de Juruti Velho. A formação da ACORJUVE contou com ampla participação da Igreja Católica tendo como elemento central de resistência a condição de comunidade tradicional, constituído um elemento novo num contexto marcado pela crise das organizações populares, traduzidas em crise de militância, mobilização, perda da confiabilidade e legitimidade junto à própria população. Esse foi um dos motivos que as comunidades optaram em criar uma associação de comunidades tradicionais, e não em credenciar instituições como o sindicato, a colônia dos pescadores e outros que detinham preferência da ALCOA. Com essa organização as comunidades garantiram o seu reconhecimento enquanto população tradicional, como também, fortalecem ações de mobilização e incidência sobre a Alcoa e outras instituições (MPE, MPF, INCRA) assim como estabelecer negociações e acordos. Recentemente a ACORJUVE busca estabelecer uma forma de organização baseada na mobilização permanente das comunidades e para isso vem se articulando com organização como a Movimento dos Atingidos de Barragens e a Via Campesina. É na perspectiva de comunicar esse processo de organização de novo tipo em uma região na Amazônia, que estamos submetendo esse resumo à apreciação desta comissão.

Perdas e (ganhos?): a memória feminina construindo a história, antes e depois da implantação da monocultura de soja no município de Brejo no Maranhão

Silvane Magali Vale Nascimento – UFMA

O presente trabalho aborda as consequências da implantação da monocultura de soja no município de Brejo, região Leste do Maranhão no final da década de 1990. A apresentação constitui os resultados parciais da tese de doutorado em processo de elaboração pela autora. Na pesquisa empírica foram utilizadas como procedimentos técnicos de coleta de dados: entrevistas semi-estruturadas individuais e coletivas, oficinas, questionários, observações sistematizadas e conversas dirigidas. O período da pesquisa empírica compreende janeiro de 2009 a agosto de 2010. Os resultados parciais da pesquisa ora apresentados remetem à seguinte abordagem: A região Leste do Maranhão transformou-se desde o início dos anos de 1980, em uma nova fronteira agrícola para onde se dirigiram vários projetos de expansão do agronegócio, a exemplo da monocultura do eucalipto; tendo como principal objetivo, adquirir matéria-prima para a produção de carvão vegetal a serem utilizadas na fabricação de ferro gusa. A soja que chegou à região no final da década de 1990 e deu continuidade a implantação desses outros monocultivos na região. O município de Brejo figurou no início, figurou como o maior produtor de soja da região. A exigência de terras para essa monocultura acentuou nesse município a concentração fundiária, que ocorreu através de vários processos, destacando-se: a grilagem e a compra legal realizada através da venda de terras por fazendeiros locais e também por camponeses herdeiros de terras. A concentração fundiária desenvolveu inúmeros conflitos no município entre plantadores de soja e camponeses, bem como originou inúmeros conflitos internos nos povoados. Estava, ou melhor, está em questão, não somente a terra, mas também os recursos naturais que são compulsoriamente apropriados dos camponeses com a perda da terra. A região e, portanto, o município de Brejo tem uma vegetação rica em árvores frutíferas, mata medicinal e, inúmeras espécies da fauna, presentes, sobretudo na chapada; além da riqueza de rios ali existentes. Tais produtos ao longo dos anos contribuíram na alimentação, saúde e renda da população camponesa. As mulheres mais velhas são detentoras de um acervo de conhecimento sobre produção de remédios e de preparos de alimentos vindos da chapada. Com a instalação da energia elétrica, alguns povoados passam a ter na produção e venda de polpas de frutas da chapada um acréscimo à renda, tal atividade é realizada em sua maioria por mulheres. Com o monocultivo de soja, a chapada do município encontra-se em processo acelerado de devastação, os rios estão poluídos por agrotóxicos, os animais da mata desaparecem e o sistema de criação de suínos, aves e outros animais de fundo de quintal causam conflitos entre camponês (as) e sojicultores. As mulheres sofrem várias consequências com esse processo, contudo, continuam a reinventar a reprodução camponesa, de forma invisível às estatísticas oficiais quando tratam da temática e por vezes, ao movimento sindical.

Rotas da Colonização na Amazônia: legados e novas incursões

Samia Feitosa Míguez – UFAM, Antônio Carlos Witkoski – UFAM

Revisitar o tema da colonização é um percurso fundamental para quem pretende tomar a Amazônia como lócus de investigação. A contemporaneidade dessa temática deve ser comprovada quando os olhos do mundo se voltam em direção à região, mediante o interesse e preocupação com o esgotamento dos seus recursos naturais. A Amazônia tem

sido historicamente alvo de uma longa e constante política de colonização e integração territorial ao projeto nacional. Este permanente projeto de colonização promove inúmeras transformações sociais e ambientais na região que visam à construção de redes logísticas que favoreçam o investimento e a expansão capitalista. As estratégias da política de colonização da Amazônia têm priorizado o que entendemos por rotas de colonização, ou seja, os projetos de ocupação territorial baseados na instalação de assentamentos, construção de estradas e rodovias, que atuam como os eixos de ligação no processo de colonização de novas terras. Em meio a uma série de demandas fundiárias apresentadas ao Instituto de Terras do Estado do Amazonas – ITEAM pelas associações de trabalhadores e produtores rurais de diferentes municípios do Estado, destacamos a demanda apresentada pela Associação dos Produtores Rurais de Silves – ASSOPRAS, em Itacoatiara, cujo sujeitos representam de forma legítima a busca pela terra à medida que imprimem marcas de uma política emancipatória, definem novas rotas na história da Amazônia, baseados em uma postura reflexiva em contraposição as correntes hegemônicas fundamentadas na defesa do ambiental. Estes sujeitos fundamentam suas existências na esfera coletiva da associação, contribuindo para formação de uma cultura política baseada na desconstrução de uma suposta inautenticidade política e construção de um processo de subjetivação, dentro de um cenário de descobertas e novas incursões.

“Não mangue de mim, não mangue, sou mangue, vou lhe mostrar”: um estudo sobre os impactos socioambientais da carcinicultura na comunidade de Curral Velho – Acaraú/Ceará.

Luciana Nogueira Nóbrega – UFC, Martha Priscylla Monteiro Joca Martins – UFC

Durante muitos anos, os manguezais foram considerados como ambientes sem serventia ecológica, depósitos de doenças, locais que deveriam ser urbanizados. Estudos posteriores, no entanto, passaram a revelar a importância que os manguezais possuem para o conjunto bio-dinâmico da vida marinha e terrestre, compondo um ecossistema específico que garante um delicado equilíbrio ambiental. Para a comunidade de Curral Velho, Acaraú, Ceará, a importância do manguezal está inscrita no seu cotidiano, nas crenças, tradições, no modo de produção e de vida. Nos últimos anos, entretanto, a comunidade vem sendo impactada pelos criadouros de camarão em cativeiro instalados no território que ocupa. Nesse contexto, o presente trabalho se insere, visando investigar os impactos socioambientais da implantação da carcinicultura na vida e nas atividades tradicionais da comunidade de Curral Velho. Com base em pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, pudemos perceber que, por se tratar de uma comunidade tradicional, cujo estilo de vida tem uma estreita dependência dos recursos biológicos do manguezal, os impactos da carcinicultura, em Curral Velho, não se resumiram à intervenção no meio ambiente físico, mas repercutiram principalmente na vida e na dinâmica da população local, implicando em perda da liberdade de ir e vir, na diminuição das áreas agricultáveis, na diminuição da biodiversidade manguezal e, conseqüentemente, na quantidade de pescado; no comprometimento da soberania alimentar e outros.

Pôster

A luta dos povos do Xingu contra Belo Monte

Dion Márcio Carvaló Monteiro - Université Paris Nord, Roselene de Souza Portela – NAEA/UFPA

A mais de 20 anos comunidades indígenas, pescadores, agricultores, extrativistas, populações urbanas, e outros grupos sociais e econômicos, lutam contra a construção das grandes barragens no rio Xingu. Inicialmente, o projeto do governo federal, chamado Kararaô, propunha 7 barragens, no entanto, a pressão de indígenas e dos movimentos sociais fez com que o mesmo fosse revisto. O 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, ocorrido em 1989, em Altamira/PA, foi um marco no processo de resistência. O governo federal retomou este projeto em 2005, e agora encaminha a passos largos a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Mas, porque estes diversos grupos, incluindo ambientalistas e renomados cientistas, lutam há tanto tempo contra esta usina? É com a intenção de avançar nesta reflexão que este artigo é apresentado. Os elementos históricos que circundam esta polêmica obra desde o início de seus estudos, em 1975, ajudam a compreender um pouco mais desta discussão. Importantes categorias como: poder, movimentos sociais, estado, políticas públicas, território e conflitos socioambientais perpassam esta questão. Dialogando com todo esse processo um grupo de aproximadamente 40 pesquisadores, de diversas universidades e áreas do conhecimento, apresentaram em 2009, ao IBAMA e ao MPPF, um documento com 230 páginas chamado “Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte”, no qual expuseram um conjunto de problemas referentes aos impactos socioambientais a partir da construção da referida hidrelétrica. A conclusão destas reflexões nos leva ao debate sobre o atual modelo de desenvolvimento implementado na Amazônia, bem como suas conseqüências para a região, além de indicar outras possibilidades socioambientais que não causem os impactos e a destruição dos recursos naturais que o modelo vigente implementa.

Projeto de Desenvolvimento e conflitos socioambientais em torno de um empreendimento. Uma análise dos debates e discursos dos diferentes atores sociais sobre a Hidrelétrica de Belo Monte na Transamazônica-PA.

Juliete Miranda Alves – UFPA

O município de Altamira está situado a Sudoeste do Estado do Pará e deve abrigar grande parte do Empreendimento hidrelétrico (AHE) Belo Monte, obra aprovada pelo Programa de Aceleração do Crescimento- PAC do governo Federal, a ser executado no rio Xingu. Nos últimos trinta anos, esta hidrelétrica tem sido um dos projetos mais discutidos no Brasil, gerando opiniões, estudos científicos com análises diferenciadas e mobilizando distintos atores sociais, defendendo ou desaprovando a sua construção. Diante deste cenário, pretende-se estabelecer dois momentos de discussão neste artigo. O primeiro, uma análise dos debates e discursos dos grupos sociais, representado pelo Fórum Regional de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental da Transamazônica e Xingu-FORT Xingu, composto de empresários, comerciantes, profissionais Liberais que aprovam a construção da barragem, apoiadas principalmente na concepção de que este empreendimento trará desenvolvimento econômico e social para a população da transamazônica. Diferentemente desta concepção, aquela organizada pelos movimentos sociais representados pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre, composto do movimento de mulheres, índios, ribeirinhos e dos trabalhadores rurais que questionam os futuros impactos socioambientais principalmente em áreas indígenas e comunidades tradicionalmente estabelecidas. No segundo momento, apresentarei os sentidos e as representações sobre a construção desta hidrelétrica dos moradores de uma comunidade intitulada Santo Antônio que será remanejada com a efetivação de Belo Monte. Finalmente,

discuto neste artigo como estas diferentes compreensões se situam em um cenário de conflito e contradições muito presente no cotidiano das cidades da transamazônica. A pesquisa foi estruturada da seguinte forma: análise dos documentos sobre a barragem, entrevista com o Movimento Xingu Vivo para Sempre e FORT Xingu. Entrevistamos os moradores da comunidade Santo Antônio principalmente sobre as suas perspectivas quanto ao empreendimento e o remanejamento de sua comunidade, que foi fundada em 1975, e fica situada no município de Vitória do Xingu. Alguns autores da área da Sociologia e Antropologia foram importantes na investigação dos dados. Destacam-se nestes estudos, Diegues (2001), Geertz (1991) e Godoi (2003).

Socialização das crianças no contexto familiar e do trabalho no “lixão” do Aurá

Vanderlúcia da Silva Ponte – UFPA, Diana Antonaz – UFPA

Esta pesquisa procura mostrar como os grupos domésticos no processo de socialização das crianças se constituem no contexto de vida no “lixão” do Aurá, como constroem suas representações a respeito de família e trabalho e, como são construídas as redes de parentesco, em função de valores simbólicos como “ajuda” e “companheirismo”. Para melhor entender a lógica interna dos grupos domésticos, analisa-se as histórias de vida das famílias, donde se busca entender a reconstituição do deslocamento destas famílias para o Aurá e, compreender, como se deu o processo de tradução e inserção dos agentes no novo ambiente do “lixão” (Durham, 1984), (Garcia Jr., 1989). Concluiu no final da pesquisa, que das 50 famílias estudadas, todas de alguma forma migraram ou do interior do estado ou de outros estados do país e que as relações de parentesco permearam essas trajetórias e traduziram os efeitos dessas redes na constituição no trabalho no “lixão”. E, que estes deslocamentos foram fortemente afetados pelo sistema sócio-econômico, que introduziu novos modelos produtivos na estrutura da sociedade nacional e local. Além disso, observo que o universo do trabalho e da reciclagem do lixo é um dos aspectos que interfere na organização das famílias do Aurá, demonstrando que de acordo com o que aponta o estudo de Willis (1991), a categoria “trabalho” para as famílias e as crianças do Aurá possui um significado próprio e particularizado relacionado ao valor moral, sendo fortalecido no processo de socialização das crianças estes referenciais, uma vez que o trabalho doméstico e no “lixão” garantem que as crianças reproduzam o grupo familiar e aprendam a sobreviver e viver no “lixão”.

16:00h às 18:00h - 6º Sessão

Estudo dos saberes tradicionais sobre plantas que curam nas comunidades de Maruanum, Amapá

Giuliana C. C. Henriques – UNIFAP

O estudo do saber tradicional sobre plantas em uma comunidade tradicional é uma maneira de entender as formas que tal comunidade se relaciona com a biodiversidade e realiza sua gestão. Só é possível valorizar os saberes tradicionais de uma comunidade inferindo sobre determinado saber de maneira que se possa adentrar em suas categorias próprias e nas relações simbólicas que a mesma ensaja sobre os mesmos. Neste estudo dos saberes das comunidades de Maruanum sobre plantas que curam, destaco a relação entre conhecimentos e modo de vida, para evidenciar a integração entre as práticas de manejo de plantas e as visões

de mundo compartilhadas por estas comunidades. A apresentação focará as explicações locais e categorias culturais próprias, a respeito das propriedades curativas das plantas. A apresentação oral proposta visa contribuir com a valorização dos saberes locais, que devem ser considerados como outra forma de entender e interagir com a biodiversidade, apontando para a necessidade de um novo diálogo sobre as questões relacionadas ao meio ambiente. E principalmente, contribuir para a produção científica nesta linha de pesquisa ainda nova, no que se refere à compreensão de aspectos do amplo conhecimento sobre as plantas medicinais, que não tenham como único objetivo o levantamento de plantas e a identificação de seus respectivos usos farmacológicos.

Os Novos Capitães do Mato: conflitos socioambientais e disputa territorial em Alcântara

Benedito Souza Filho – PPGCSOC/UFMA

Os chamados capitães do mato cumpriram função importante na manutenção dos interesses econômicos e políticos de estruturas de poder da sociedade escravista brasileira ao evitarem, por meio de perseguições, atos violentos e capturas, a autonomia social e produtiva de quilombolas que se insurgiram contra formas diferenciadas de exploração e violência. A implantação do Centro de Lançamento de Alcântara na década de 1980 e os desdobramentos do Programa Espacial Brasileiro permitiram que se atualizassem e se sofisticassem velhas práticas do passado escravo para atender aos interesses de diferentes estruturas de poder no presente. Agindo como novos capitães do mato a serviço de setores do Estado, de empresas nacionais e internacionais, assistimos às investidas desses agentes empenhados em evitar a regularização do território étnico de Alcântara, no Maranhão, ameaçando a autonomia territorial, social, econômica e cultural de centenas de famílias quilombolas. O trabalho procurará refletir, por um lado, como esses diferentes agentes, em função de suas práticas e por meio de aproximações correlativas, podem ser caracterizados como novos capitães do mato e, por outro, identificar as arenas nas quais exercem seus protagonismos que concorrem tanto para a emergência de conflitos socioambientais que ameaçam o acesso a ecossistemas indispensáveis à reprodução material e social das famílias, quanto para o acionamento de mecanismos e estratégias que podem levar à expropriação territorial dos quilombolas de Alcântara.

Peixes ornamentais como estratégia conservacionista: estudo sobre percepções, significados e participação na RDS Amanã

Marluce Ribeiro de Mendonça, Isabel Soares de Sousa – IDSM

Este estudo desenvolveu-se em uma área da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA), no estado do Amazonas. Como objetivo estabeleceu a compreensão do processo de elaboração e desenvolvimento de uma proposta de manejo de recursos implantada nesta Unidade de Conservação. Uma proposta resultante de práticas conservacionistas fundada na idéia de sustentabilidade, marcando uma oposição à concepção de desenvolvimento contrária à conservação dos recursos naturais na Amazonia brasileira. Buscou-se perceber de que forma essas “intervenções” são interpretadas pelos grupos sociais alvo dessas ações e quais arranjos estão sendo produzidos nessa dinâmica, em termos de aprendizado e participação política e econômica. Para a análise, foram entrevistados em 2009 os moradores envolvidos na atividade

de manejo de peixes ornamentais em estudo e lideranças locais. Também foram utilizados levantamentos realizados entre 2005 e 2006 com famílias de 11 comunidades da área. Apesar das restrições impostas quanto ao uso dos recursos, os resultados apontaram efeitos positivos dessas intervenções, como o acesso a informações e novos aprendizados. O uso destes novos conhecimentos e a interiorização de referências ambientais configuraram-se como uma das estratégias utilizadas pelas lideranças para fortalecer seus argumentos em outros espaços de participação política. As mudanças nas condições de vida e o respeito às necessidades de reprodução social são observadas como condições importantes para a manutenção do apoio político dispensado pela população local às ações desenvolvidas na área pelo corpo técnico que coordena a gestão da RDS Amanã. Tal apoio pode ser ameaçado se esses aspectos deixarem de ser considerados nos processos de intervenção que têm sido implementados colocando em risco a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade.

Sociedade, Ambiente e Turismo: relações com a natureza e conflitos socioambientais na ilha do Combu

Denize Adrião

A população ribeirinha residente na ilha do Combu é tradicionalmente composta de pescadores artesanais, pequenos agricultores, coletor-extratores silvestres e pequenos comerciantes de produtos da floresta que mantêm, tradicionalmente, contato com a vida mais simples e dependente dos recursos da Natureza, vivendo nas margens dos rios furos e igarapés; com modo de vida ainda fortemente marcado por traços culturais - hábitos e costumes da vida tradicional dos povos da floresta. Nas últimas décadas, com o processo de expansão do turismo, essa população passa a conviver com novas demandas - solicitações e costumes introduzidos pelo fluxo de visitantes turistas. Além da beleza cênica o exotismo do estilo de vida tradicional passa a ser atração de pessoas de fora da região. Transformações sociais, econômicas e culturais são traços deste novo cenário que cada vez mais conquista novos territórios e envolve mais pessoas: Um “leque” de opções e novo ritmo é dado aos ilhéus. Ao lado disto, atividades humanas desordenadas têm provocado drásticos danos ao ambiente contribuindo para o desaparecimento de nichos ecológicos fundamentais para a preservação da vida: destruição dos mangues, rios e águas interiores, afastamento e diminuição de cardumes, desmatamento desregrado, seguido da extinção de espécies vegetais e animais, contribuindo para o sucateamento e empobrecimento da qualidade de vida e saúde na região. Este trabalho visa refletir sobre a vida ribeirinha e os conflitos socioambientais decorrentes do uso predatório do ambiente e da atividade turística dissociada dos moradores do Combu. A ilha do Combu está localizada no estuário do rio Amazonas, à margem do rio Guamá, pertence ao patrimônio insular da cidade de Belém. Palavras-Chave: sociedade, turismo, conflito socioambiental, ilha do Combu.

Pôster

Uso de recursos naturais e territorialidades em comunidades quilombolas no Vale do Rio Capim-PA

Maria Bethania Cardoso Barbosa – UFOPA

Este trabalho pretende contribuir para o debate sobre o uso do território pelas populações quilombolas na região Amazônica. As comunidades de Taperinha, Nova Ipixuna e Sauá-Mirim

se auto-identificam como comunidades tradicionais de quilombolas, localizam-se no curso Baixo do rio Capim. A discussão central deste artigo é descrever o uso dos recursos naturais no território. Assim, as territorialidades delineadas obedecem aos aspectos da relação entre os atores sociais e da interação entre estes e os recursos naturais. Os dados foram coletados por meio de entrevistas livres com 5 atores idosos, observação participante e questionário semi-estruturado aplicados nas 37 unidades domésticas. As visitas aconteceram entre agosto de 2007 a março de 2008, com as duas primeiras visitas com um tempo de 15 dias e as duas últimas com 5 e 2 dias, respectivamente. As comunidades praticam uma agricultura itinerante centrada no cultivo da mandioca e em atividades extrativas, que se distinguem em caça, pesca e recursos florestais (madeireiros e não madeireiros). Sendo que cada comunidade apresenta um exercício específico de uso diferenciado dos recursos, relacionado à distribuição espacial dos ambientes em seus respectivos territórios. Estas relações e interações são baseadas no sistema de uso comum, em um território coletivo, territorializado segundo limites físicos e simbólicos, que demarcam o acesso e o uso em cada comunidade aos ambientes dispostos. Como forma de espacializar e localizar os recursos no território, foi construído pela comunidade um mapa de uso dos recursos, trabalho este desenvolvido nas três comunidades.

Reconfigurações das relações comunitárias no acesso à floresta em Moju-PA.

Liliane Freitas Costa Moreira - IFPA/UFPA, Dalva Maria da Mota – EMBRAPA/UFPA, Acacio Tarciso Moreira de Melo – UFPA

O objetivo do artigo é apresentar as reconfigurações que ocorreram nas relações comunitárias entre os outroras moradores e atuais assentados da comunidade Santa Maria, especializada no Assentamento Olho D'Água II, município de Moju, Nordeste Paraense. Após a mudança da condição de uso da floresta dada pela constituição do assentamento de reforma agrária implantado em 2002. Mais especificamente, analisam-se as mudanças associadas à obtenção de caças e a realização das roças, atividades essenciais à reprodução social do grupo e cerne das suas formas de sociabilidade. As reflexões apresentadas são resultantes de uma pesquisa realizada nos meses de maio e julho de 2008. A metodologia utilizada constou de abordagens qualitativas e quantitativas, tendo como principais procedimentos entrevistas semi-estruturadas e abertas, observações e levantamento de dados secundários. A pesquisa evidenciou que em decorrência da mudança no regime de acesso a terra, e da maior demanda pelos recursos da floresta devido ao aumento demográfico, ocorreu uma redução da oferta desses recursos e, em consequência, alterações nas relações das pessoas com os mesmos. A iniciativa de compartimentalização da terra frequentes anteriormente, o mutirão, as doações de terra e de carne da caça vivenciadas pelos vizinhos são raras, tendendo a diminuir cada vez mais na atualidade. Constatou-se a intensificação dos conflitos relacionados às roças, com as famílias tendo que se desfazer de suas criações de suínos por causa destas constantemente adentrarem nas roças de lotes confinantes. Assim as famílias perdem uma de suas importantes fonte de alimentação, principalmente no contexto em que há menor disponibilidade da carne de caças. Com relação a estas, estabeleceram-se novas regras de uso que geralmente são transgredidas e por causa disso têm ocorrido vários conflitos entre as famílias. Ademais, observou-se à erosão social das condições de produção dos saberes locais afetos a caça pelo desuso e, conseqüentemente, pela interrupção da transmissão do saber local de geração a geração (Carneiro da Cunha, 1999). Palavras chave: Florestas. Regime de propriedade. Assentamento. Transformações.

Território Tradicional e Fronteira na Amazônia: o conflito entre as comunidades tradicionais de Juruti Velho e a empresa mineradora ALCOA

Marlon Aurélio Tapajós Araújo - UFPA

A Amazônia desde a década de 1970 do século passado é vista como uma área de fronteira aberta. São clássicos os estudos sociológicos acerca desse tema (Wagley, 1956; Velho, 1976; Martins, 2005). A construção da fronteira, no entanto, dá-se a partir da idéia de interação, do conflito, da “fricção interétnica” (Oliveira, 1967). Disputas de projetos territoriais estavam invisibilizadas na década de 70, momento em que se agudizou a conjuntura política de violência institucionalizada iniciada em 1964, no Brasil. A noção de território tradicional, torna-se assim, componente essencial da idéia de fronteira, na Amazônia. É com esta compreensão que o presente trabalho objetiva avaliar o conflito travado entre as comunidades tradicionais de Juruti Velho, localizadas no Município de Juruti/Pará e a empresa mineradora ALCOA. As comunidades de Juruti Velho auto-afirmaram-se tradicionais e foram assim reconhecidas pelo INCRA em Santarém/Pará, nos termos do Decreto Federal nº 6.040/2007, em razão de sua estreita relação com o território marcada pelos três elementos amazônidas, por excelência: terra, água e florestas. As comunidades tradicionais ali existentes, de reconhecida ascendência Munduruku (Relatório INCRA, 2008), vivem do extrativismo de recursos provenientes dos três meios citados, sendo certo que estes três meios têm, também, para elas, dimensões espirituais e culturais que conformam um modo específico de territorializar o ambiente. Esse projeto (de vida) territorial das comunidades choca-se com o já embolorado projeto territorial das empresas mineradoras na Amazônia. A proposta deste trabalho é discutir e propor parâmetros de análise e encaminhamento prático dessa disputa.

GT 04 – Estado, Políticas Públicas, Eleições e Sociedade

Coordenador: Durbens Nascimento (NAEA-UFPA),
Nírvia Ravena (NAEA-UFPA) e Gilson Pinto Gil (UFAM)

Relação entre Estado e Sociedade. Política, desenvolvimento e ação estatal na Amazônia. Estado, políticas públicas e governança. Políticas de desenvolvimento e escalas da intervenção pública. Padrão de funcionamento da arena política na Amazônia, identificando suas singularidades em relação ao país. Perspectivas dos movimentos sociais na Amazônia com a atuação do executivo, de partidos e legislativos nos estados que compõem essa região. Entender a esfera política e como se processa a institucionalização de seus atores e a representação de seus interesses é essencial na elaboração de análises que focalizem os processos decisórios regionais.

13 de Setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 1ª Sessão: Políticas Públicas e Controle Social I**Clientelismo político na política pública do II Plano Nacional de Reforma Agrária: o caso da construção dos assentamentos rurais no município do Acará, nordeste paraense**

Luciano Rocha da Penha – NAEA/UFPA, Thomas Peter Hurtienne – NAEA/UFPA

O tema central deste trabalho é o Clientelismo Político na distribuição dos Projetos Novos Assentamentos contidos no II Plano Nacional de Reforma Agrária criado em 2003. Onde o objetivo é entender as relações entre o Estado representado pela instituição rural (IN CRA), as elites políticas e econômicas municipal e regional e os representantes dos camponeses assentados, no caso, os líderes das associações de trabalhadores rurais, que constata-se o Clientelismo Político entre esses atores. Fez-se o estudo nos assentamentos construídos nas Comunidades rurais Bom Jesus e Braço a partir do ano de 2004. Utilizou-se a dimensão política do território rural, visto que o Acará é um Município de colonização antiga, que data do século XIX, onde as relações e as hierarquias dos poderes são encasteladas, fortes e consistentes, mesmo no século XXI. O campesinato em questão é formado por agricultores rurais familiares, que já estão territorializados, porque herdaram as terras comuns de seus familiares. Conclui-se que a este tipo de Reforma Agrária é inexistente, porque as elites controla os assentados no sentido da troca pelo voto e os representantes conseguem cargos públicos no Município. Também conclui-se que a instituição rural que representa o Estado também se beneficia com os cargos públicos. A última conclusão é no sentido de que o Clientelismo Político continua forte na Amazônia, mesmo com as instituições democráticas parecerem transparentes.

A face distributiva da seguridade social: do seguro à assistência social e seus rebatimentos para a região amazônica

Lívia Araujo de Oliveira – UFPA, Denison Martins dos Santos – UFPA

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre as contribuições que a política de assistência social apresenta para a área de seguridade social dentro da região amazônica. O nosso

argumento central considera que com a incorporação da assistência social à seguridade social brasileira, inclui no âmbito das responsabilidades do Estado, segmentos sociais historicamente desprotegidos e invisíveis às elites políticas nacionais e regionais. Todavia, a proteção dispensada pela dimensão assistencial, embora altamente relevante quando comparado com a situação anterior, parece não ser uma estratégia suficiente para integrar os beneficiários desta dimensão da seguridade social às dinâmicas ordinárias da reprodução da vida social. É notável que persiste uma distância entre as ações desenvolvidas pela política de assistência social com as demais políticas de proteção e promoção social, em especial, com a política do trabalho. Este isolamento da assistência social pode significar um constrangimento às possibilidades efetivas de promoção e emancipação social do segmento atendido por esta política social. Esta abordagem pretende, de forma introdutória, fazer uma reflexão sobre esse descompasso, valorizando nesta apreciação um resgate histórico da seguridade social, examinando sua evolução na sociedade brasileira e seus reflexos na reprodução social dos povos da região amazônica, considerando nesse processo as contribuições destas conquistas para a conformação de um padrão de cidadania para além dos segmentos não inscritos diretamente no mercado de trabalho. É igualmente importante refletir sobre os efeitos decorrentes da incorporação da assistência social enquanto um novo componente da seguridade social. Assim, sem a pretensão de qualquer abordagem conclusiva, examinaremos esta relação entre a seguridade social e a assistência social enquanto um de seus componentes, porém, fundado em uma lógica distinta daquela que deu origem a seguridade social em âmbito internacional, nacional e regional, isto, sem prejuízo de uma apreciação sobre o ideal de seguridade social que influenciou o modelo que contemporaneamente o Brasil adota. PALAVRAS-CHAVE: Política de seguridade social. Assistência social. Estado. região Amazônica.

Capital social e acesso à saúde pública: uma proposta de análise de redes sociais informais de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS)

José Guilherme Wady Santos – UFPA, Maria Cristina Alves Manechy – UFPA

Considerando algumas formulações do conceito de capital social na literatura sociológica, e longe de extrapolar o valor heurístico do conceito, o presente manuscrito discute o papel das redes sociais informais que permitem parcela significativa da população ter acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) e, nesse sentido, sua importância quanto a um dos princípios do Sistema: universalização do atendimento. Elementos históricos e impasses atuais do sistema são discutidos, incluindo sua precariedade atual e fatores que têm contribuído para o alijamento de tantos que dependem do SUS. Argumenta-se que as interações sociais entre os usuários têm levado, por meio de ações cooperativas, ao acesso desejado. Por isso, defende-se que é reduzida a capacidade resolutiva dos problemas centrada nos mecanismos instituídos pelos agentes que pensam a sua gestão. Este trabalho aponta para a necessidade de que as ações institucionais também estejam voltadas aos mecanismos informais empregados pela população em sua busca de acesso. Objetivando contribuir para um melhor planejamento da política de saúde no país, recomenda-se a realização de pesquisas que atentem para os vínculos entre capital social dos usuários e eficácia institucional. Palavras-Chave: Capital Social; Redes Sociais Informais; SUS.

O Conselho Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso – CONSEMA-MT, um instrumento eficaz da política florestal?

Yandra Fontes Bastos – ICV, Alice Thuault – ICV

O Consema-MT constitui para a sociedade mato-grossense um espaço de participação e de monitoramento da política ambiental do Estado. O conselho tem também um papel deliberativo decisivo nos recursos interpostos pelos infratores florestais. Com o forte passivo ambiental de Mato Grosso, o Consema-MT é uma peça chave do arcabouço da responsabilização florestal descentralizada. Baseado em revisão bibliográfica aprofundada, entrevistas, participação em reuniões ordinárias e análises das deliberações do Consema-MT dos últimos dois anos, esse artigo pretende analisar em qual medida a estrutura e o desempenho desse Conselho contribui para a gestão florestal descentralizada em Mato Grosso. A pesquisa evidenciou pontos positivos na estruturação do Conselho. No entanto, apesar dessas boas condições de estrutura organizacional, a participação da sociedade na definição e no monitoramento da política ambiental vem sendo limitado pelo foco dado no processo de responsabilização administrativa. De fato, o estudo das deliberações e participação em reuniões ordinárias mostraram que existe uma clara priorização do Conselho para as atribuições no julgamento de processos de infrações, não se dedicando ao monitoramento da política ambiental. Além disso, a análise do tempo de tramitação dos processos de autos de infração mostrou que os atuais procedimentos adotados tendem a prolongar o julgamento. Os processos estão levando em média seis anos entre a lavratura dos autos até o julgamento em última instância, enquanto o prazo legal deveria ser em torno de quatro meses, com base na legislação vigente (Decreto nº 6.514/2008). Os dados levantados pela pesquisa mostraram que a atuação do Consema-MT tem várias limitações tanto na esfera da responsabilização administrativa dos infratores florestais quanto no seu papel de monitoramento participativo das políticas públicas.

A fragmentação das políticas sociais na reserva extrativista “verde para sempre”

Michelle Teodoro Garcia – UFPA, Alexandre Rossetto Garcia – EMBRAPA, Ariberto Venturini – UFPA

As Reservas Extrativistas (RESEX) têm como finalidade conciliar a convivência do homem à natureza, visando aliar a manutenção e o uso da biodiversidade pelas populações tradicionais, à sua qualidade de vida e bem-estar. O trabalho visou estudar, sob o ponto de vista do Serviço Social, o acesso das comunidades tradicionais da RESEX “Verde Para Sempre”, localizada em Porto de Moz-PA, às Políticas Sociais de Educação, Saúde, Previdência e Assistência Social. Foi realizada pesquisa de campo, na forma de entrevistas semi-estruturadas com moradores da RESEX, além de pesquisa bibliográfica e documental, com base em dados secundários. Os dados qualitativos foram submetidos à análise de conteúdo. Observou-se que a RESEX é a maior reserva extrativista do Brasil, possui 1,2 milhões de hectares e mais de 10 mil habitantes. Está situada na confluência dos Rios Xingu e Amazonas, região que possui um dos menores índices de desenvolvimento humano do Brasil. Neste contexto, as Políticas Sociais são demandadas para atender à população tradicional, bem como às normas nacionais de proteção ambiental. Contudo, o acesso das populações tradicionais às Políticas Sociais ocorre de modo fragmentado, pontual e descontínuo. O princípio da universalização não é aplicado, sendo constatada a prática de políticas altamente excludentes e seletivas, as quais estimulam as desigualdades sociais. Essas questões dificultam a sustentabilidade da RESEX, pois a pobreza

reduz a capacidade das pessoas em usar adequadamente os recursos naturais, financeiros e sociais. Portanto, para perenizar os recursos ambientais e os processos ecológicos, com manutenção das comunidades tradicionais de forma socialmente justa e economicamente viável, ações governamentais consistentes e contínuas da União, do Estado e do Município neste território são imprescindíveis.

Pôster

A história de luta do movimento de mulheres do campo e da cidade

Lélia Lúcia Ferreira de Oliveira – UFPA

Este estudo registra a história do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC) que surgiu na década de 1980 no Estado do Pará, focalizando nesse contexto as trabalhadoras rurais. Enfoca os aspectos teóricos e práticos dos movimentos sociais, especificamente do movimento de mulheres que emergiu a partir da Revolução Industrial. Descreve o surgimento do movimento feminista, principalmente no Brasil, com especial atenção às camponesas que se organizaram em movimentos sociais em vários lugares do Brasil. Nessa perspectiva foi efetuada a pesquisa com o Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC). A escolha se deu por saber da existência do movimento e de sua dupla atuação, organizar mulheres no campo e na cidade. Destaca-se que o MMCC nasceu a partir da articulação de vários grupos no regime militar e que ao organizar a resistência tornou possível, através do trabalho de base, a organização de mulheres tanto do campo quanto da cidade num mesmo movimento e a partir daí encaminhar suas lutas. Assim esta pesquisa teve por objetivo Registrar a história do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade no Estado do Pará no período que compreende as décadas de 1970 e 1980, considerando que para o surgimento de Movimentos Sociais diversos elementos contribuem entre eles, a história e a dinâmica que a realidade impõe à sociedade levando-a em determinados momentos se organizar, mobilizar e reivindicar. Considera-se neste trabalho o papel determinante das mulheres na condução de processos importantes para a transformação da sociedade. Utilizou-se para análise o método qualitativo, privilegiando o procedimento histórico. Quanto às técnicas, foram realizadas entrevistas, análise documental e revisão de bibliografia em torno do tema.

Áreas de fronteira do Calha Norte: conflitos entre indígenas e garimpeiros e criação da reserva indígena Yanomami

Gisele Elaine da Silva Ferreira – UFPA, Regiane Ribeiro – UFPA, Durbens Martins Nascimento – UFPA

A exploração de recursos minerais em terras indígenas ocorre há muito tempo e historicamente tem se constituído num problema socioambiental e político para as autoridades governamentais, e dentre as causas dessa exploração está a de extração mineral do subsolo, na qual, na maioria das vezes, ocorre de maneira ilegal gerando impactos em diversos setores. Nesse caso, destacamos o conflito existente nas terras Yanomami em duas partes envolvidas nesta extração, de um lado a comunidade indígena e de outro os próprios garimpeiros. Tais conflitos ganharam repercussão a ponto de se tornarem em um dos principais motivos de programas de segurança nacional na fronteira Norte do País, o Projeto Calha Norte. Com essa intenção são apresentados fatores que levaram a se pensar o conflito, dentre eles destacam-se a noção sobre fronteira e faixa de fronteira, uma vez que estão ligados a questão de segurança

e defesa do território. Além disso, os próprios atores envolvidos no conflito, identificando cada um e quais foram a sua participação no desenrolar do problema também fazem parte da perspectiva desse trabalho. PALAVRA-CHAVE: Mineração, Fronteira, Yanomami, Conflitos, Projeto Calha Norte(PCN).

16:00h às 18:00h - 2º Sessão: Políticas Públicas e Controle Social II

O novo arranjo institucional da Política Habitacional no Pará: avanços e limites nos espaços de controle social.

Marcília Regina Gama Negrão – IDESP, Ana Claudia Duarte Cardoso – UFRN, Anna Carolina Gomes Holanda – NAEA/UFPA, André Maurício Costa dos Santos – SEDURB

A luta por políticas públicas de provisão de moradias populares tem sido bandeira constante dos movimentos sociais no Brasil, que culminou no Projeto de Lei 2.710/1992 de iniciativa popular, transformado na Lei 11.124/2005 após 13 anos de tramitação. Essa lei instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, e instala uma nova configuração institucional para o enfrentamento da questão da habitação social, baseada nos princípios de pactuação federativa, descentralização das operações e controle social, no repasse de recursos federais condicionado à criação de fundos estaduais e municipais, que sejam geridos por conselhos participativos. No Pará, a Lei Estadual 7.087/2008 instituiu o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social, e estabeleceu o Conselho Estadual das Cidades do Pará como órgão central de seu arranjo institucional, formado por representantes do governo e dos diversos segmentos da sociedade organizada - entidades de trabalhadores, empresários, profissionais, academias, organizações não-governamentais e movimentos populares. Entre as atribuições do Conselho Estadual das Cidades está a competência de deliberação sobre as políticas públicas de habitação social, saneamento básico, desenvolvimento urbano e mobilidade urbana, e o compromisso do fomento à formulação integrada das políticas públicas urbanas. O artigo se propõe a analisar esse novo arranjo da política habitacional no Pará, que estabelece espaços de participação representativa de segmentos da sociedade civil organizada, com competência de deliberação e fiscalização, discutindo possíveis avanços e limitações desse formato, e quanto na prática podem-se identificar mudanças dele decorrentes nos resultados da política urbana e habitacional no Estado.

Pelotão Especial de Fronteira: uma nova dinâmica de pensar o sistema de defesa das fronteiras na Amazônia

Wando Dias Miranda – UFPA

Segundo o Exército Brasileiro, Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) são unidades de pronto emprego, compostas por unidades menores de 40 homens dividindo segundo um organograma pré-estabelecido pelo Estado-Maior do Exército Brasileiro e hoje se apresentam como um novo modelo de pensar a segurança das fronteiras nacional, não devido a um processo de redução de efetivo, mas sim de tropas mais preparadas para um novo tipo de confronto que cada vez mais vem assumindo um papel predominante no mundo, a chamada Guerra Irregular ou Assimétrica. É importante observar que esse novo modelo de defesa segue orientações estabelecidas nas novas diretrizes da Política de Defesa Nacional (PDN), decreto nº 5.484 de 30 de junho de 2005 e na Estratégia Nacional de Defesa (END), decreto nº 6.703 de 12 de dezembro de 2008 tornando-se esses os documentos de mais alto nível

que condiciona o planejamento de defesa do país. Esses decretos estabelecem as diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação de todas as esferas do poder nacional em caso de ameaças externas a fim da garantia da segurança nacional, buscando a cooperação entre os países que fazem fronteira com o Brasil. Segundo Ministério da Defesa (MD) serão instalados 28 novos pelotões em terras indígenas e em áreas de conservação da Amazônia. O projeto foi batizado com o nome de Amazônia Protegida, e pretende ampliar de 23 para 51 o número de PEF e reforçará prioritariamente a Região Norte do Brasil, basicamente na região da Calha Norte, área mais rarefeita de presença militar. Segundo estimativas do MD, o projeto visa a construção das novas unidades de defesa até 2018, e com um orçamento de R\$ 1 bilhão. A meta é aumentar o número de militares do Exército presentes na área de 25 mil para 30 mil. O projeto prevê ainda a modernização dos quartéis que já existem na fronteira, ao custo de R\$ 140 milhões. A pesquisa foi feita a partir de levantamento bibliográfico e análise de documentos do MD e do Exército sobre a temática, assim como análise na mudança do perfil das mais modernas técnicas de combate e preparação de Forças de Defesa de âmbito mundial que visam se adequarem e uma nova forma de combates.

Trajétória das políticas públicas de cultura no Pará: a institucionalização da cultura

Ana Paula Nazaré de Freitas – UECE

O artigo pretende documentar a institucionalização do campo cultural no Estado do Pará, através de um levantamento histórico do surgimento da Secretaria de Cultura deste Estado. Tal intenção resulta de uma preocupação em documentar o percurso e as concepções de cultura que nortearam a criação da secretaria e suas políticas empreendidas, cobrindo um período de 1975 a 2006. Pretende-se compreender as concepções de cultura, os avanços e retrocessos que a secretaria sofreu durante este período, uma vez que a documentação e até mesmo a discussão sobre políticas culturais no Estado é escassa. O artigo está estruturado em duas partes: uma introdução discutindo o caráter de transversalidade da cultura, seguida do debate sobre as políticas culturais e as mudanças nas concepções de cultura para finalmente se debruçar sobre as gestões pelas quais a secretaria passou. O artigo se estende na discussão e análise da gestão do secretário Paulo Chaves Fernandes, que esteve à frente da Secult durante 12 anos consecutivos durante os governos do Partido da Social Democracia Brasileira. Chaves empreendeu na secretaria uma administração fortemente marcada por uma atuação centrada na cidade de Belém, cuja atuação se baseava em grandes obras que propunham “revitalizar” locais entendidos como patrimônios históricos. Tais obras faziam parte de um projeto mais amplo do governo denominado “Novo Pará” que tinha como um dos principais objetivos fomentar a indústria do turismo no Estado através de grandes obras. Assim, a Secretaria de Cultura do Estado do Pará teve um papel de administradora e executora desse projeto de desenvolvimento cultural, que se mostrou amplamente centralizado na cidade de Belém, marcado por um discurso identitário baseado na “revitalização” do patrimônio histórico da cidade, como recurso para sua inserção no contexto do turismo global.

Participação social e planos de desenvolvimento

Suely Rodrigues Alves – NAEA/UFPA, Edna Castro – NAEA/UFPA

A história da Amazônia foi, ao longo dos séculos, delineada por contornos econômicos – influenciados por diferentes ciclos – que prometeram à região um desenvolvimento que

nunca se realizou plenamente, ou com enraizamento necessário. No Pará, estado onde se localiza o foco deste estudo, as desigualdades intra-regionais criaram situações diferenciadas entre muitos dos municípios que o compõe, devendo-se esta situação à influência dos velhos modelos de desenvolvimento. Hoje, na busca de superar as desigualdades inter-regionais e intra-regionais, políticas e planos que potencializam Integração Regional estão em voga no Brasil. Estas políticas orientando-se por uma proposta endógena de pensar a realidade, sendo, para tanto, imprescindível a participação social na tomada de decisão em políticas públicas. Utilizando-se como referência empírica o Plano de Desenvolvimento Regional do Tocantins (Governo do Estado do Pará/2006-2010), este trabalho objetiva discutir sobre instrumentos de participação social (consulta pública) nas deliberações no interior deste Plano, em que medida a participação popular está presente no planejamento desta política. O trabalho assenta-se em bases qualitativas; amparado em revisão literária, lançando mão de dados quantitativos pela necessidade de considerar dados secundários. Contribui-se com uma reflexão crítica sobre o tema, suscitando questionamentos pertinentes ao campo de análise em questão. Uma das conclusões é que o conjunto de mecanismos expostos à participação social tem seu limite estabelecido na própria formatação das políticas públicas quando prevê a inserção da sociedade nas debilitações, estando a participação, bem como a própria política, à mercê de demandas específicas e partidárias, em boa medida, para além local.

Participação e controle social: as implicações da gestão descentralizada na atuação dos Conselhos Municipais de Assistência Social

Patrícia de Pontes Teixeira Lima Alhadeff – UECE

Discutir o papel dos instrumentos de participação e controle social normatizados na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social. Os Conselhos Municipais de Assistência Social enquanto espaços de participação e controle social vêm alcançando o objetivo de promover a participação e o controle das políticas públicas por parte da sociedade? Constituem-se em espaços de decisão? Quais os avanços e retrocessos no processo democrático resguardados por esta prática? Estamos de fato caminhando para um modelo seguro de participação? Ou “participando” apenas como instrumento de repasse de recursos e legitimação das ações do executivo local? Discutir a importância dos Conselhos e o impacto de suas ações na formulação de políticas públicas e no monitoramento das ações do executivo e das organizações não-governamentais.

Pôster

Participação e Controle Social: o papel dos Conselhos de Políticas Setoriais na área da Assistência Social.

Edval Bernardino Campos – Unama

O objeto de estudo deste trabalho são os Conselhos de Assistência Social da região metropolitana de Belém. Metodologicamente esta abordagem apóia-se em uma estratégia de investigação indutiva, contemplando, também, aspectos descritivos e explicativos. O objetivo principal é analisar, com base em uma abordagem comparativa, as circunstâncias que propiciam a emergência dessa experiência de gestão, fundada no ideal de participação social e os produtos que dela derivam. Ao analisar o efetivo papel dos Conselhos no interior do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social, a investigação pretende elucidar,

também, variáveis políticas, sociais e institucionais que contornam o desempenho das competências atribuídas aos conselhos, em especial, o controle social, que é sua prerrogativa mais notável.

Participação popular na luta pela moradia: uma realidade no residencial Carlos Marighella

Juliane de Atahide do Nascimento – UFPA

O presente trabalho objetiva analisar o papel que a participação popular desempenha no Projeto de Regularização Fundiária do Residencial Carlos Marighella. Busca-se, também, reconhecer o processo de participação das lideranças comunitárias no mesmo, além de conhecer a composição, articulação e ações; analisar a importância e as repercussões dessa participação popular no Projeto, buscando entender as estratégias adotadas pelos setores populares para a inclusão dos mesmos no processo de tomada de decisão, tendo como base a política urbana; conhecer como se dá a relação entre as lideranças comunitárias e a Prefeitura Municipal de Ananindeua. Esse Projeto foi concebido no ano de 2001, por meio da participação popular e reivindicações dos movimentos de luta pela moradia no residencial, o mesmo tem por objetivo a implantação de infra-estrutura física e social, além da regularização dos lotes, haja vista que os moradores do Residencial Carlos Marighella vem ao longo de 8 (oito) anos, lutando pela garantia do direito a moradia digna. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação direta e pesquisa de campo, que se realizou no período de outubro de 2009 a junho de 2010, junto a 3 (três) organizações comunitárias, nas quais foram realizadas entrevistas do tipo abertas semi-estruturadas. Foram realizadas ainda entrevistas com técnicos do Projeto do residencial Carlos Marighella. Após análise dos dados, pode-se dizer que a participação popular exerceu um papel importante na implementação do Projeto, entretanto atualmente constata-se o enfraquecimento das lideranças do Residencial, as quais, vem sendo cooptadas pela órgão gestor municipal de Ananindeua. Outro resultado relevante é que, desde novembro de 2008 as obras físicas e os trabalhos sociais estão paralisados, por conta de quebra de contrato entre o órgão gestor do município e a empresa de engenharia, responsável pelas obras. Contudo, todo essa problemática tem agravado cada vez mais a situação de moradia digna e o direito ao espaço urbano dos moradores da área.

14 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 3ª Sessão: Representatividade Social e Direitos

Os indígenas de santa rosa do Purus/AC e a gestão pública local

Uriens Maximiliano Ravena Canete – Unama, Larissa Beatriz da Silva Aviz – UFPA

A Amazônia, desde o século XVIII, ingressou no imaginário do ocidente como uma área de fronteira marcada pela idéia de espaço vazio, ao mesmo tempo em que mostra-se como uma das áreas do planeta com maior diversidade e disponibilidade de recursos naturais. A qualidade desses recursos, no entanto, está ameaçada pelo crescente uso desordenado dos mesmos. Tal cenário cria uma interdependência de políticas públicas que demanda desenhos institucionais capazes de contemplar as especificidades da região. Nesse cenário de realidades diferenciadas, a região amazônica deve ser vista e pensada a partir de suas especificidades locais. Neste contexto, este artigo expõe interfaces entre a sociedade maior e etnias indígenas

que são estabelecidas pela gestão local através de descrição das observações realizadas em trabalho de campo no município de Santa Rosa do Purus, com a aplicação de instrumentos de coleta de dados específicos para o cenário de participação política e de gestão da etnia Kaxinawá na esfera local. Descreve-se, ainda, o quadro de mudança vivenciado pelos grupos indígenas frente às políticas públicas implementadas pela gestão municipal. Um dos principais resultados de pesquisa refere-se ao quadro interno de serviços criado para as aldeias originando recursos que garantem uma relação mais próxima de consumo com artigos oriundos da sociedade maior, principalmente pela política pública social do governo federal, bolsa família. As estratégias de sobrevivência entre os indígenas voltam-se para a demanda de auxílio junto ao poder público local. Este mostra-se bastante receptivo para esse tipo de atendimento, já que é através dessas relações que situações clientelistas se estabelecem e marcam o cenário da gestão municipal e dos processos eleitorais.

A representação como “espelho” ou representatividade sociológica: a garantia de direitos da sexualidade a partir de uma visibilidade política

Karen Gabriely Sousa Santos – UFPA, Cassiano dos Santos Simão – UFPA

No campo da Ciência Política, no que concerne ao conteúdo da função representativa relacionada ao papel do representante, há inúmeras produções científicas que são observadas no seu aspecto prático, promovendo debates sobre modelos que a interpretam. Um deles é a representação como “espelho” ou representatividade sociológica, não sendo a finalidade política que a explique por si só, mas observando quais as características do corpo social são espelhadas no organismo representativo. O objetivo maior de análise é relacionar conceitos e experiências sobre sexualidade, abordando perspectivas a partir de movimentos homossexuais na cidade de Belém do Pará, que através da reivindicação política almejam reconhecimento social tendo em vista a garantia de seus direitos como cidadãos. A título de análise tais grupos, movimentos e partidos políticos, como: Movimento Homossexual de Belém (MHB); Grupo Homossexual do Pará (GHP) e o Grupo Apolo pela Livre Expressão sexual surgem com o intuito de defesa, e transformação da realidade político-social. Através de revisão bibliográfica, análise de conteúdo e de dados secundários, aborda-se a relação de representatividade sociológica e como esta se posiciona como alternativa de emancipação das sexualidades, através de uma política de visibilidade.

O sistema representativo nas periferias da Nação: uma combinação entre o moderno e o atrasado?

Janaína Alexandra Capistrano da Costa – UFT

Este projeto tem por objetivo abordar o problema da institucionalização do sistema representativo brasileiro, a partir da análise da constituição e do exercício do poder político em regiões ou locais da Nação brasileira, que podem ser considerados como sendo politicamente, geograficamente, economicamente, culturalmente e socialmente periféricos no relativo aos grandes centros que, por seu caráter, dinamizam os processos de transformação da sociedade no país. Um dos fenômenos políticos mais abordados no que concerne ao poder periférico e/ou local é o fenômeno do coronelismo, pois tanto o isolamento e as dificuldades de comunicação, quanto a reprodução de relações sociais e de técnicas de produção consideradas arcaicas são, ao mesmo tempo, condições desse fenômeno e aspectos daquela realidade.

Sendo assim, adota-se uma visão preocupada em apontar em que medida, o sistema político democrático vem avançando e se consolidando, ou encontra obstáculos arraigados nas práticas políticas e institucionais historicamente constituídas no nosso país. Nesse sentido, tanto Victor Nunes Leal quanto Wanderley Guilherme dos Santos afirmam que o sistema representativo brasileiro apresentou progressos sim, mas que ainda há muito por se fazer no campo do exercício efetivo do poder, locus privilegiado da reprodução do autoritarismo e do oligarquismo, contrapontos da democracia. Em termos empíricos, o trabalho realiza uma abordagem do poder político local em Porto Franco no MA e em Tocantinópolis no TO após a Constituição de 1988. O marco constitucional sinaliza para a implantação de um moderno sistema representativo no relativo aos parâmetros institucionais para a ação política, a qual, no entanto, se encontraria ainda, imbuída de orientações arcaicas que sinalizam para a existência do fenômeno do coronelismo.

Expectativas de jovens estudantes de Belém do Pará quanto às atividades de arte e cultura no ambiente escolar

Gilmara Lopes Tavares – UFPA, Danielle do Rosário Borges – UFPA e Heliana Baia Evelin – UFPA

O debate sobre a educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, que serviu ao propósito de fornecer conhecimentos e pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, gerar e transmitir um quadro de pessoal com valores que legitimam os interesses dominantes seja na forma “internalizada” por indivíduos devidamente “educados” ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. Resolveu-se pesquisar na área da educação por se defender que institucionalizada ou não é um dos pilares para o acesso à cidadania ativa. Resulta de pesquisa realizada com alunos de uma escola pública de Belém do Pará, que objetivou verificar expectativas de jovens estudantes de Belém do Pará quanto às atividades de arte e cultura no ambiente escolar. As inquietações se deram, neste sentido, a partir de pesquisas realizadas no âmbito das políticas públicas de cultura, especialmente com experiências no Programa Luamim: peças interventivas na realidade, vinculado a Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, que corroboram a arte e a educação como pilares viabilizadores de transformação social. Considera-se de suma importância a implementação de Programas e Projetos, que trabalhem temas transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de forma interdisciplinar e interativa, que visem a transformação social (diminuir os índices de violência nas escolas – somente para citar um exemplo dos inúmeros que se produzem na sociedade e se reproduzem no ambiente escolar) e melhoria do sistema educacional. Com a pesquisa podemos elencar que se faz de suma importância a implementação imediata de novos recursos didáticos nas Escolas Públicas para que a Educação se efetive de forma mais ampliada e com maiores chances de qualidade, que leve em consideração o direito a cultura e a arte, fomentando, com isto, o exercício da cidadania de forma ampliada.

Pôster

Usos da cultura na Amazônia contemporânea: a política cultural do “paraensismo” à diversidade

Fabrcio Santos de Mattos – UECE

O artigo visa discutir a atuação da SECULT do Pará em um traçado panorâmico, entre os anos 1996 e 2008, buscando compreender, comparativamente, as concepções-chave de sua atuação entre dois governos: o da longa hegemonia do PSDB no Pará (1994-2006) e o início da nova fase de gestão, do PT (2007-2008). A interpretação que se propõe a seguir está ancorada na hipótese de que os gestores de cultura na Amazônia elaboram diferentes formas de recursividade da cultura, partindo do modo como concebem os cidadãos e a própria Amazônia como comunidade imaginada. De um lado, busca-se imaginar cidadãos com sentimento de auto-estima abalado e com uma concepção de identidade essencialista e autoritária, que deve ser reconstruída, resgatada, administrada e celebrada. A criação de grandes obras arquitetônicas, centralizadas na capital paraense, Belém, organiza táticas específicas de visibilidade desta identidade, articulando-a com o mercado turístico e os tecidos midiáticos e gerando um processo retroalimentado do sentido de cultura imprimido por esta gestão. A outra gestão aponta para a elevação da diversidade cultural como valor que fundamenta o desenvolvimento no campo cultural e, no caso das políticas públicas de cultura no estado do Pará, representa o processo contemporâneo na estratégia de construção dessas políticas. É necessário compreender que esse reconhecimento faz parte de um processo histórico recente – principalmente a partir dos anos 90 – de luta política e insatisfação promovida pelos movimentos sócio-culturais que compõe a sociedade brasileira e amazônica. Assim, a gestão opta pela construção de um modelo participativo, demonstrando a existência de grupos diversos, multiculturais e com demandas reprimidas.

O Auto do Círio no bairro da Cidade Velha: a utilização da cultura como um meio para revitalização do espaço urbano

Gabriela da Costa Araújo – UFPA

O Auto do Círio, conhecido como um teatro de rua na cidade de Belém/PA surgiu no ano de 1993. Foi criado pelo então Núcleo de Arte (Nuar) da Universidade Federal do Pará – UFPA (hoje Instituto de Ciência das Artes) é um evento que une artistas amadores com profissionais para protagonizarem o grande espetáculo, o Auto. O Auto do Círio é um evento que faz parte da quadra Nazarena e, junto a outros eventos ligados ao Círio de Nazaré, foi reconhecido como patrimônio imaterial Brasileiro. Ele ocorre toda sexta-feira que antecede o Círio de Nazaré. Esse evento ocorre nas ruas da Cidade Velha, bairro histórico de Belém, e tem como objetivo fazer uma revitalização artístico-cultural da cidade assim como homenagear a Virgem de Nazaré, santa padroeira da cidade. O Auto do Círio é uma representação que busca retratar a manifestação religiosa, o Círio, unindo com aspectos considerados “profanos”, o carnaval, além de procurar fazer um resgate cultural, nas palavras de seus organizadores. O seu elenco é composto por atores, bailarinos, músicos e cantores e também conta com a participação ativa da comunidade que se integra através de oficinas que são ofertadas para este fim. O Auto do Círio possui com uma grande participação, o público, pois é um dos principais fatores do evento. O evento, como já havia falado, apresenta como seu objetivo principal a revitalização artístico-cultural dos espaços públicos e históricos do bairro da Cidade Velha, em Belém, o centro histórico da cidade onde as suas apresentações são feitas, usando a rua como palco e cenário para a apresentação. Também tem como objetivo o resgate cultural através da união do popular, do erudito, do folclore e do carnavalesco, no desenrolar de sua grande peça. Portanto, o Auto do Círio é representado como cultura de rua, que se apresenta em um espaço público aberto, a rua. Portanto é desta relação citada acima que tiramos o questionamento do

uso da cultura, que esta presente no Auto do Círio, para gerar um processo de revitalização em espaço “abandonado”, o bairro da Cidade Velha. Com isso, procuramos identificar a cultura presente no evento e como se dá a relação para gerar o processo de revitalização no espaço público através das Políticas Públicas que incentivaram este processo.

16:00h às 18:00h - 4ª Sessão: Instituições, eleições e financiamento de campanhas

Competição eleitoral na Amazônia: a disputa pelos cargos majoritários e proporcionais no estado do Pará em 2008

Luiz Eduardo Santos do Nascimento – UFPA, Anna Barbara Cardoso da Silva – UFPA, Murilo Cristo Figueira – UFPA, Thiago Paiva Sales – UFPA, Deyse Soares da Silva Teixeira – UFPA, Carla Cilene Siqueira Moreira – UFPA, Glaucy Learte da Silva – UFPA

A competição eleitoral na esfera municipal para os cargos majoritários e proporcionais ganha cada vez mais importância e conseqüentemente maior espaço no debate nacional das eleições. Contudo, a maior concentração de trabalhos e pesquisas, disponíveis no Brasil, ainda se dá nos estudos sobre o legislativo estadual e o legislativo federal. Pensando em suprir em parte a necessidade de material a nível local e na busca de entendimento acerca da operacionalização da competição eleitoral a nível de município é que se investiu neste trabalho na qual foram levantados dados das eleições municipais de 2008, tanto para os cargos majoritários e proporcionais, no Estado do Pará. Os dados levantados foram identificados, analisados e interconectados, por se tratarem de dados qualitativos colhidos junto ao sítio do Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Foi utilizado também material bibliográfico pertinente ao assunto, documentos partidários como estatutos e jornais. Os resultados obtidos nos direcionam a percepção que partidos tradicionais, como PT e PMDB, ainda concentraram o poder em poucas lideranças e estas caminham para uma acirrada disputa no pleito vindouro, a saber, as eleições 2010.

O financiamento de campanha das candidatas aos cargos de vereadoras no município de Belém nas eleições de 2008.

Murilo Cristo Figueira – GEPEM/UFPA, Thiago Paiva Sales – GEPEM/UFPA

O presente estudo descreve e analisa o processo de financiamentos públicos e privados de campanhas, no município de Belém do Pará, nas eleições de 2008, para a câmara dos vereadores. Explora como ocorre esse procedimento entre as mulheres candidatas, com base em dados coletados do TSE. Diante de alguns avanços teóricos sobre esse estatuto do financiamento de campanha, verifica-se que se trata de um processo em construção e experimentos a respeito de qual deles será a melhor para o nosso país. E nesse teor, procura-se observar como a mulher candidata se organiza para arrecadar fundos financeiramente. Tendo como variáveis de análise; gênero, partidos e o financiamento de campanha. O sistema político brasileiro em construção sistemática principalmente por sua redemocratização recente apresenta ainda figuras que representam o coronelismo e o patrimonialismo ainda em cidades do interior e capital das regiões norte-nordeste. Então, o financiamento de campanhas políticas é um item ainda controverso e se constitui num dos fatores que está dificultando ainda mais as mulheres na participação política de fato. Trata-se de um processo com base principalmente na troca de favores, relações pessoais, sendo, para muitos, a única forma de se fazer política no Brasil.

Essa forma de troca de favores já pode ser observada no processo de financiar campanhas. Este trabalho espera fazer uma breve especificação desses procedimentos na situação das mulheres paraenses que competiram nas eleições de 2008, em Belém/Pará.

O financiamento de campanhas eleitorais na Amazônia brasileira em perspectiva comparada: descrevendo a dinâmica de composição das receitas e gastos dos deputados federais eleitos nas eleições 2006

Paulo Sergio dos Santos Ribeiro – UFPA, Carlos Augusto da Silva Souza – UFPA, André Silva Oliveira – UFPA, Rodolfo Marques – UFPA

O Financiamento de Campanhas Eleitorais, no Brasil e no mundo, constitui-se como objeto de grande preocupação para estudiosos das Ciências Sociais, em especial da Ciência Política, autoridades do Judiciário, membros de partidos políticos e da sociedade. Nos países em que fora instituído, seja na modalidade Pública, Privada ou Mista, crescem os debates acerca da temática, pois são inúmeras as assimetrias entre regras e práticas nesse processo, observando-se a existência de uma linha muito tênue entre os interesses públicos e privados. Daí existir a necessidade de se refletir sobre o tema, com o objetivo de se contribuir para o aperfeiçoamento dos sistemas eleitorais e da democracia, através da instituição de normas que tornem isonômico o acesso aos recursos por parte dos diversos partidos políticos, de modo mais definido, bem como, de dispositivos de controle e fiscalização social. O presente artigo objetiva discutir o Financiamento de Campanhas Eleitorais na Amazônia Brasileira, tendo como foco a disputa ao cargo de Deputado Federal, no pleito de 2006, com base nos dados das Prestações de Contas dos candidatos eleitos. Esta abordagem descreve as Fontes Doadoras dos Recursos utilizados para patrocinar suas respectivas campanhas, bem como, evidencia as Despesas realizadas. Deste modo realizou-se revisão de literatura que discute o tema a partir de democracias mais consolidadas, como Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra, assim como o modelo brasileiro utilizado em 2006, destacando suas possibilidades e limites. Os dados quantitativos foram obtidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A análise estatística dos dados demonstrou que entre os parlamentares eleitos pelos Estados que compõem a Amazônia brasileira houve o predomínio dos recursos advindos de doações de Pessoas Jurídicas e que os gastos executados tiveram como prioridade o setor de Publicidade.

Instituições e atores nos sistemas políticos subnacionais: uma perspectiva teórica para o caso paraense

José Cauby Soares Monteiro – UFPA, Augusto Cleybe Silva da Costa – UFPA, Rafael Cavalcante Lisboa da Conceição – UFPA, Rigiane Ribeiro – UFPA

A combinação brasileira de sistema presidencialista com organização federativa do Estado Nacional não é muito comum entre as democracias contemporâneas e onde este arranjo existe têm-se não só a reprodução do presidencialismo no âmbito estadual, o que suscita o problema das relações entre executivo e legislativo, mas também a diversidade de experiências quanto à evolução do sistema em que os partidos, apesar de sua atribuída inófia de terem sido criados de cima para baixo ou de cisões partidárias, encontram-se devida e concomitantemente nacionalizados e “estadualizados”, assumindo formas distintas, sob o impacto de condições locais igualmente diferenciadas. Nossa hipótese é de que os subsistemas políticos estaduais reproduzem em microcosmo as mesmas virtudes e mazelas da macro-política brasileira, mas

com poucas probabilidades de mudança endógenas e com grandes chances de acompanhar as transformações advindas do sistema político nacional, o que ficou patente nas eleições de 2002 e 2006. O encontro dessas linhas paradoxais entre partidos e eleitores ocorre numa habilidosa metamorfose que os atores políticos realizam nos contornos do subsistema político nas dimensões eleitorais, legislativas e de disputas do poder governamental. Tais fatos contribuem para uma política pragmática em que as idiossincrasias dos atores fazem mais diferença que as divergências programáticas. Tal situação imbrica-se e confronta-se com as estruturas que a permeiam e também interativamente a conformam. Em pleno século XXI as elites brasileiras competitivas continuam patrimonialistas, girando em torno de seu próprio umbigo clientelista, mas firmemente ancoradas no porto seguro das máquinas governamentais federais, estaduais e municipais, pisando no terreno movediço das mudanças socioeconômicas, sociopolíticas, ecológico-ambientais e culturais ou num Brasil moderno.

Padrões geográficos de competição eleitoral no estado do Pará

Carlos Augusto da Silva Souza – UFPA, Paulo Sérgio dos Santos Ribeiro – UFPA

Examinar os padrões de competição política observado no Estado do Pará, a partir de uma análise geográfica que contemple o município como cenário privilegiado do jogo político, é a proposta deste trabalho. O enfoque adotado procura entender a relação dos deputados com suas bases eleitorais, utilizando como cenário de análise as eleições de 2002 e 2006 ocorridas no Estado do Pará para a composição das vagas disponíveis na Alepa e Câmara dos Deputados. Para isso, recorro aos indicadores de concentração e dispersão do voto utilizados nas análises mais recentes para entender os diversos tipos possíveis de relacionamento que os deputados estabelecem com o município.

Pôster

As políticas públicas e planejamento do turismo no período do Círio de Nazaré, Belém-PA.

Felipe Giordano Azevedo da Silva – UFPA

Objetivo Geral: Analisar as políticas públicas e o planejamento envolva da Festa do Círio de Nazaré, com perspectivas voltadas para o melhor desenvolvimento social, tendo como princípio indutor de desenvolvimento o turismo. Metodologia: Levantamento bibliográfico sobre o Círio, cultura, planejamento urbano, turismo, planejamento turístico etc. Além de pesquisas de campo e entrevistas com diretor de finanças da diretoria do Círio, funcionários da Paratur e Secult. Resumo: O turismo tem início no século XX com as revoluções industriais, com a produção de um novo modo de vida. Porém o turismo começou a ter seu maior desenvolvimento (turismo mais acessível às massas) e expansão quando o trabalhador passou maior poder aquisitivo e ter direito a férias remuneradas, isso se deu após, mais efetivamente, com o fim da segunda guerra mundial, que também contou com uma melhoria do sistema de transporte e comunicação, com desenvolvimento do meio técnico-científico e informacional. O nosso objeto de análise é o Círio de Nazaré, com a sua história de fé em queromeiros vinham (e vêm até hoje) de vários lugares para acompanhar o Círio. Podemos analisar as mudanças dessa festa e as mudanças que a mesma trás para a cidade. Na tentativa de verificar as possibilidades de um planejamento do Círio não apenas para o período que o mesmo acontece, voltando-o para o turismo e a sustentabilidade, visando um maior progresso social. como

exemplo podemos citar a inclusão de roteiros turísticos que envolvam a cultura local, como exemplo poderia ser criado um roteiro dos brinquedos de miriti, que faria o turista vivenciar o modo de vida da comunidade. Conclusão: Deixando assim a perspectiva de uma melhor organização, planejamento e execução do Círio, para que o desenvolvimento econômico não fique retido nas mãos de poucos e assim traga um desenvolvimento social e melhorias para a cidade de Belém, e para o Pará, utilizando do turismo para esse desenvolvimento e tendo como indutor a Festa do Círio.

Violência doméstica: o papel da comunicação pública na interface governo e sociedade

Damião Marques de Lima – UECE

Este artigo propõe uma análise da comunicação pública exercida pelo Governo de Roraima, através da internet, como interface entre a sociedade, governo e as políticas públicas em defesa da mulher vitimizada pela violência doméstica. Parte-se da assertiva de que não há como pensar um estado democrático de direito, sem considerar a promoção dos direitos humanos, a partir das ações de políticas públicas. Para tanto, os altos índices de criminalidade contra a mulher noticiados no Jornal FolhaWeb, nos meses de maio e junho de 2010, são tomados como base para analisar a divulgação da execução dos instrumentos de políticas públicas e das ações emergenciais do Governo do Estado direcionadas às mulheres, no mesmo período. Mesmo com os desafios de encontrar respostas em termos de políticas públicas, o problema é social e político, portanto, merece ações públicas de governo. Desta forma, o referido artigo aponta para uma invisibilidade do tema no portal do Governo e a necessidade de partilhar informações com a sociedade e estimular um diálogo mais aberto sobre a questão. Assim, a compreensão de Comunicação Pública por Jorge Duarte dá contorno à construção teórica na tessitura do campo sociológico, buscando encontrar as interseções entre a esfera civil e a esfera política, na concepção de um espaço público virtual, estabelecendo o limite do objeto investigado.

GT 05 – Trabalho e Formas de Ocupabilidade na Amazônia

Coordenadores: Izabel Valle (UFAM) e Marcelo Seráfico (UFAM)
Debatedores: Elenise Scherer (UFAM) e Vera Batista Gomes (UFAM)

Nas duas últimas décadas, mudanças econômicas e políticas em âmbito global, repercutiram de maneira decisiva sobre o mundo do trabalho. No Brasil, e em particular na Amazônia, as alterações no processo produtivo e nas relações de trabalho deram origem ao ressurgimento/ressignificação de formas de trabalho, bem como ao surgimento e transformação de outras. Sendo assim, o propósito deste GT é reunir e discutir os estudos e as pesquisas sobre o trabalho e as formas de ocupabilidade na Amazônia contemporânea, tendo em vista as transformações operadas no mundo do trabalho e, por conseguinte, as novas configurações que o trabalho assume nos nossos dias.

14 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 1ª Sessão

Ajuda mútua, parceria e relações de parentesco: redes sociais e camelôs em Manaus

Marcio Andre Araujo de Oliveira – FSDB, Maria Izabel de Medeiros Valle - DCis/PPGS / UFAM, Eudes Lopes Mello – FAMETRO

O presente artigo apresenta o desdobramento da pesquisa sobre a caracterização e a dimensão das redes sociais que tecem a ocupação dos camelôs em Manaus. O uso de estratégias organizativas para entrar e se manter nessa ocupação apontam para estratégias de ajuda mútua, companheirismo e relações de parentesco. As entrevistas realizadas e a etnografia do cotidiano dos camelôs na Praça da Matriz fundamentam a metodologia desse trabalho. Neste sentido, o campo de pesquisa foi escolhido por concentrar em seu entorno o maior número em quantidade e diversidade de mercadorias e serviços de camelôs permissionários, além de alguns “invasores”. Como resultado, apresentamos a possibilidade de que a aparente “desorganização” da ocupação de camelô, no centro comercial de Manaus, encobre relações sub-reptícias de estratégias organizativas de relações em redes de sociais que são ativas toda vez que se deseja entrar, transitar ou sair dessa ocupação informal. O entorno da Praça da Matriz é local de trabalho de três centenas de indivíduos que buscam por meio das diversas ocupações informais ali existentes a obtenção diária de sua renda e sobrevivência pessoal e familiar. Além de ser o lugar possível para aqueles que já não fazem mais parte do mercado de trabalho formal e das suas exigências de empregabilidade. Porém, não se deve entender como uma ausência de regras ou permissões entre aqueles que já possuem a legitimidade dada pelo tempo de ocupação do ponto de trabalho, eles reconhecem um novato e procuram ver neles a disposição para se adaptar a este tipo de ocupação. Essa característica da ajuda mútua associada à parceria, inerente da sociedade camponesa do caboclo da região como processo grupal de sociabilidade, ganha novos enfoques e entendimento no cenário de trabalho urbano e informal.

Informalidade precária e integração social: considerações sociológicas acerca da atividade de camelôs do centro comercial de Belém-PA.

Válber de Almeida Pires – UFPA

O presente estudo é parte de uma dissertação de mestrado que focaliza os camelôs do centro comercial de Belém, Pará. Com base na teoria da integração social, o estudo interpreta a situação atual desses trabalhadores como expressão de um amplo processo de precarização e vulnerabilização do trabalho que se verificou a partir dos anos de 1980, em nível global, nacional e local. Problematisa-se a condição social dos camelôs por meio de categorias como informalidade precária e cidadania precária. O argumento principal é o de que a ampliação dessa informalidade está no centro da questão social em Belém, o que repercute na desintegração do próprio tecido social local. Os dados analisados apontam que esse tipo de informalidade funciona como receptáculo de um grande contingente de trabalhadores que constituem aquilo que Robert Castel (2005) chamou supranumerários: trabalhadores não integrados e não integráveis à ordem econômica. No entanto, diferentemente dos argumentos de algumas análises econômicas de caráter estruturalista, a informalidade precária não ocupa, pelo menos em Belém, que é “uma cidade de serviços pobres” (RODRIGUES, 1996), espaços intersticiais da economia: localmente, essa informalidade se instala e se desenvolve sobre atividades econômicas já ocupadas pelo capital. Desse modo, de um lado, ela ajuda a pressionar para baixo os ganhos, as garantias e os empregos dos trabalhadores instalados nos setores em que ela se desenvolve, o que agrava a crise do trabalho em nível local. Mas, de outro, ela também forma uma ponte que faz com que a crise do trabalho em Belém avance sobre o mundo do capital.

Mulher e trabalho informal

Soraya Farias Aquino – IFAM

Este artigo tem por base estudos sobre mercado informal e trabalho feminino, onde buscamos ressaltar aspectos das relações sociais desenvolvidas no âmbito de uma feira. Apesar de enfatizarmos o papel da mulher, desenvolvemos discussões sobre as questões de gênero, percebendo como homens e mulheres se relacionam nesse contexto. Foi tentando entender o universo feminino na informalidade de suas práticas profissionais que tivemos como finalidade compreender como se dá a inserção da mulher no mundo do trabalho e é assim que apontamos como resultado o fato de que as relações sociais que se estabelecem na vida das mulheres feirantes encontram-se condicionadas às necessidades de sobrevivência, tendo sua centralidade no espaço público aqui representado pelo ambiente de trabalho e mais especificamente na atividade econômica realizada por elas na feira. Palavras-chave: Trabalho informal, gênero, relações sociais.

Velha retórica da modernização brasileira e a ressurgimento do trabalho escravo no Brasil contemporâneo

Priscila Tamara Menezes Dias – NAEA/UFPA, Simy de Almeida Corrêa – NAEA/UFPA, Edilene de Jesus Santos – NAEA/UFPA

O objetivo deste artigo é analisar a relação entre o processo de modernização e o ressurgimento do trabalho escravo no Brasil, especialmente na Amazônia, percebendo que a racionalidade de crescimento econômico está vinculada ao desenvolvimento. Realizou-se a pesquisa documental, através da consulta a dados secundários, em relatórios obtidos no Banco da Amazônia- BASA, na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia- SUDAM, sendo estes relacionados a financiamentos e operações de crédito realizados na região Norte entre os anos de 2002 a

2009. Período que corresponde à criação dos Planos Nacionais de Erradicação do Trabalho Escravo. Embora o Estado tenha tentado criar mecanismos para dificultar o acesso a recursos de instituições financeiras públicas ou privadas, que custeiam empresas que não comprovem a regularidade de seus registros fundiários bem como licenças ambientais ou que utilizem mão-de-obra escrava, a relação entre dinheiro público, desmatamento e trabalho escravo aparece nitidamente nos instrumentos como o FNO da Região Norte. A política de desenvolvimento pautada na ideologia da modernidade e modernização implica no progresso econômico acima das questões sociais, as consequências destes incentivos e subsídios governamentais para o empresariamento agropecuário, fez ressurgir formas de trabalho escravo no Brasil. A modernização, adotada pelo país, não foi capaz de impulsionar profundas transformações na estrutura social, do contrário, impôs mudanças somente para adaptar as instituições a um determinado modelo de desenvolvimento voltado a assegurar o “status quo”.

Pôster

Busca da identidade e reconhecimento profissional: quem é o Agente Comercial autônomo no Pará?

Miguel Henrique Sampaio Batista – UFPA, Andréa Bitencourt Pires Chaves – UFPA

Embora prevista no Código Brasileiro de Ocupações – CBO, a categoria profissional dos agentes comerciais autônomos recebe inúmeras denominações diferentes, tais como, vendedor, promotor, consultor, angariador, produtor, “representante”, “pastinha”, entre outras; as quais, pejorativas ou não, contribuem para confundir a identidade profissional, dificultar a organização social e dissimular a importância da atividade fim destes profissionais indispensáveis ao mercado. Portanto, a presente pesquisa objetivou estudar o processo de construção da identidade da categoria, a formação da sua consciência de classe e a fundação do sindicato dos trabalhadores em questão; contribuindo para sua organização social e política. Foi escolhida a metodologia do materialismo histórico dialético com levantamento bibliográfico e utilizando-se de entrevistas e análise documental; onde podemos mensurar a importância da força de trabalho (o papel, a finalidade, a sociabilidade, o impacto mercadológico e sócio-financeiro) quantos profissionais estão envolvidos, as características de submissão e precariedade das condições de trabalho, a questão da (des)qualificação profissional, os conflitos de interesses com as empresas e representantes comerciais, as dificuldades de fundação do Sindag-Pa, a contemplação do poder público relacionado ao direito do Trabalho, Previdenciário e Fazendário; respondendo às indagações pertinentes desta atividade essencialmente urbana e denunciando as nuances mascaradas pela conjuntura sócio-econômica em nossa região a fim de colaborar na luta legítima da categoria profissional, o retorno para a sociedade e a evidência da Sociologia do Trabalho.

A Inserção dos jovens no mercado de trabalho paraense, suas percepções e formas de atuação

Ivanete Modesto do Amaral – UFPA

Trata-se aqui de um estudo em curso sobre a inserção de jovens com diploma de nível superior no mercado de trabalho paraense. O tema é abordado sob dois ângulos. Em primeiro lugar, como se dá o acesso ao primeiro emprego, etapa vivida como crucial para a carreira, pois permite a “experiência prévia” que os mercados exigem. Em segundo lugar,

como enfrentar períodos de desempregos. Quando se fala em juventude, refere-se a uma construção social e histórica, um conjunto de expectativas sociais e de status associados à idade, a serem compreendidos contextualmente. O estudo parte da classificação de jovens entre 15 a 29 anos, que pauta as ações governamentais no Brasil. Mas, tratando-se de jovens de nível superior, a faixa inicial do estudo é de 20 anos. Apresentam-se dados de vinte e cinco entrevistas com jovens egressos de uma faculdade em Belém, relativos a como tiveram acesso ao emprego. Para a maioria, foi crucial a intervenção de alguém de seu círculo de relações, o que indica a validade da abordagem de redes sociais para entender a inserção dos jovens. Tais resultados sugerem que essa linha de análise pode lançar uma luz nova sobre políticas de apoio ao primeiro emprego. Justifica-se o estudo por visar os próprios jovens e suas experiências, percepções, formas de sociabilidade e atuação.

Mudanças no mundo do trabalho: a forma de trabalho do assistente social nos Centros de Referências de Assistência Social em Belém e Ananindeua- PA

Maria Estrela Costa de Sousa – UFPA

O século XX foi marcado por transformações no mundo do trabalho, as quais foram provocadas pela crise de produção e da acumulação capitalista, o que acarretou alterações no mercado de trabalho provocando desregulamentação dos direitos trabalhistas, aumento da precarização das condições de trabalho, subcontratações, serviços terceirizados, temporários etc. Nesse sentido, o presente artigo visa apresentar a discussão sobre tais transformações que ocorrem na sociedade contemporânea e também sobre as formas de contrato de trabalho, em particular a do assistente social que atua nos Centros de Referências da Assistência Social/CRAS de Belém e Ananindeua no Pará. Tendo em vista que o Serviço Social é uma categoria profissional que está inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, que se realiza e se reproduz no mercado de trabalho, o mesmo não está alheio frente aos acontecimentos da atualidade, mas é um sujeito da história que participa e constrói, haja vista que, também se constitui enquanto força de trabalho. Palavras-chave: Contrato de trabalho, assistente social, Centro de Referência de Assistência Social.

16:00h às 18:00h - 2ª Sessão

Associações e redes de relações sociais: Uma alternativa em busca de melhores condições de vida, trabalho e renda?

Gláucia Macedo Sousa – UFPA, Maria Cristina Alves Maneschy – UFPA

Na Amazônia, proliferam associações no meio rural, cujos protagonistas geralmente buscam melhores condições de vida. É o caso das associações em áreas de ocupações, que orientam ações para legalizar a terra, gerar infra-estrutura e trabalho a população. Esta comunicação traz dados de pesquisa em curso visando compreender a eficácia das associações em assegurar os objetivos. Mais especificamente se aborda sobre a importância das redes de relações sociais internas e externas às associações na busca de melhores condições de vida, trabalho e renda para as populações que vivem em áreas de ocupações de terra. De acordo com o referencial teórico adotado sabe-se que as associações são organizações capazes de garantir qualidade nas relações, isto é, estabelecem laços de tipo horizontal entre os sócios e os líderes, importando as ligações externas, sobretudo as que se conectam ao poder público, promovendo benefícios através das redes de relações sociais acionadas por elas. O estudo enfoca uma

“associação de trabalhadores rurais e semi-urbanos” na Ilha de Mosqueiro, em Belém, Pará. Foram feitas 36 entrevistas estruturadas com sócios e não sócios, entrevistas abertas com diretores e observações. Dificultam as ações da associação: a mobilidade demográfica local e a heterogeneidade de ocupações profissionais dos sócios, que faz com que a associação centralize muitas e diferenciadas demandas dessas distintas categorias. Porém, justamente na ocupação mais nova, durante o trabalho de campo via-se o início da realização dos objetivos da associação. Líderes locais e ações associativas permitiram acionar redes internas e externas garantindo ações de urbanização, estratégia de renda para as mulheres e cursos de capacitação profissional, desafiando todos os percalços em favor da democratização de oportunidades.

Economia Solidária, Parceria e Desenvolvimento Local Sustentável: Uma Análise do Ambiente Político-Institucional e do Desempenho de Organizações Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais na Amazônia Paraense

Márcia Luana Moreira de Souza – SEDECT, Mário Vasconcellos Sobrinho – UFPA

O trabalho enfoca uma forma de organização produtiva caracterizada pelo cooperativismo, analisado sob a ótica da economia solidária e do desenvolvimento sustentável local. A pesquisa examina os fatores que influenciam no desempenho de cooperativas de produção. Especificamente, a análise busca entender em que medida a capacidade de interação com o ambiente político-institucional influencia no desempenho de cooperativas de pequenos produtores rurais em nível local. O arcabouço teórico é baseado no desenvolvimento local sustentável, cooperativa, cooperativismo e parceria no contexto da economia solidária. A metodologia está fundamentada na análise qualitativa e estudo de dois casos de cooperativas localizadas na Amazônia Paraense. Os resultados demonstram que os avanços obtidos pelas cooperativas relacionam-se diretamente a capacidade de articulação político-institucional com diferentes atores regionais, nacionais e internacionais e que a ausência dessa relação infere em situações de estagnação e/ou retrocesso dos empreendimentos.

Organização Social dos Trabalhadores e Trabalhadoras no Município de Barcarena-Pará: o caso da Associação Agroextrativista Natureza e Arte do PA da Ilha São Mateus e Cafezal

Roselene de Souza Portela – NAEA/UFPA

A Microrregião do Baixo Tocantins paraense desponta como um dos maiores produtores agrícolas do Estado e tal vocação é presente também na organização social, uma vez que grande parte da produção é repassada ao mercado consumidor através de associações e cooperativas de produção. Nesse sentido, a transferência de tecnologia social, tenta contribuir com o processo de organização social dos empreendimentos solidários, bem como, desenvolve ações de capacitação, formação e sensibilização dos grupos, pois é necessário que o grupo acredite na capacidade de transformação de cada um, reconhecendo que todo indivíduo pode adaptar-se a novas experiências e formas de ser e superar situações adversas em direção ao crescimento e desenvolvimento pessoal e social, contando com a parceria entre governo e sociedade. Assim, o objetivo do artigo é fazer uma reflexão acerca da organização social dos trabalhadores e trabalhadoras vinculados a Associação Agroextrativista Natureza e Arte do PA Ilha São Mateus e Cafezal, no município de Barcarena-Pará, no intuito de demonstrar as ações que o PITCPES vem desenvolvendo no mesmo, visando fortalecer os empreendimentos

solidários. Sendo assim, o acompanhamento técnico teve como principal objetivo contribuir para a organização sócio-política e para o trabalho coletivo nos empreendimentos, bem como proporcionar as condições necessárias para a sustentabilidade sócio-econômica na perspectiva da economia solidária sobre os princípios do cooperativismo, possibilitando assim, a organização social de sujeitos da agricultura familiar na busca da melhoria da qualidade de vida, tendo em vista o combate as desigualdades sócio-econômicas e político-culturais que ali podem ser bastante visualizadas.

Trabalho, lar e (in)disciplina: o cotidiano do trabalho dos “operários do manganês” de Serra do Navio, Amapá

Anderson Rodrigo Tavares Silva – UFPA

O presente estudo discute as experiências e as memórias dos trabalhadores da vila Serra do Navio, no Amapá, ao longo da atuação da empresa Indústria e Comércio de Minérios S. A. (ICOMI) neste estado. A extração do manganês de Serra do Navio por esta empresa constitui-se como a precursora experiência de mineração em escala industrial na Amazônia, assim como a primeira a interferir diretamente na frágil organização da sociedade local. Buscou-se explorar a possibilidade de outros caminhos para os estudos sobre a ICOMI, que é analisado aqui a partir de visões e memórias de seus trabalhadores. A investigação de centenas de reclamações trabalhistas efetuadas por funcionários e ex-funcionários da empresa, entre os anos de 1973 a 2003, encontradas nos arquivos da 1ª e 2ª varas do Trabalho de Macapá, e de entrevistas realizadas com dezenas de ex-funcionários da ICOMI, permitiu a identificação de opiniões e memórias desses atores sobre a ICOMI a partir de suas experiências individuais como trabalhadores da empresa e moradores da Company Town (construída pela mesma perto das minas). As indagações de Hobsbawm e Thompson sobre as contribuições da história dos movimentos populares à história possibilitou questionar o que essas experiências e memórias têm de contrastante com a memória oficial sobre o empreendimento, como a existência de um ambiente marcado pela busca crescente da produtividade, pela rígida disciplina e hierarquia estabelecida pela direção da companhia aos seus trabalhadores, assim como, o comportamento de diferentes segmentos de empregados da empresa diante dessas práticas, levando à percepção de que, ao contrário do que a ICOMI divulgava em seus relatórios e periódicos, havia resistência de grupos de trabalhadores em se submeterem à esta ordem social. Palavras-chave: ICOMI, Cotidiano, Trabalhadores, Serra do Navio.

Pôster

As inovações tecnológicas no Pólo Oleiro-Cerâmico de Iranduba/AM

Cleiton Ferreira Maciel – UFAM, Maria Izabel de Medeiros Valle – UFAM

Este trabalho teve por objetivo principal identificar a natureza e as implicações das inovações tecnológicas que foram implantadas no Pólo Oleiro-Cerâmico do município de Iranduba/AM que tradicionalmente caracterizava-se pelo baixo grau de tecnologia empregado nos processos de produção e pela queima de lenha nativa. A pesquisa foi realizada em 2009 em uma indústria representativa em que as inovações fizeram-se presentes com maior intensidade. O estudo procurou identificar a natureza das inovações, em que consistiram e quais os seus desdobramentos sobre o desempenho da indústria ceramista investigada. Nesse sentido, buscou-se elucidar os processos pelos quais essas inovações foram sendo implementadas

nessa Cerâmica, revelando as estratégias empresarias utilizadas na criação de parcerias com outros setores industriais, bem como tentou-se revelar a importância que as inovações organizacionais (Círculos de Controle de Qualidade) ganharam nesse contexto de mudanças tecnológicas.

Trabalho: do “catar” papelão à venda de aparas: ofício realizado pelos dos catadores de papelão da cidade de Manaus-AM

Michelle Andreza Pedroza da Silva, Maria Cristina Ribeiro de Oliveira – UFAM, Therezinha de Jesus Pinto Fraxe – UFAM

O objetivo deste estudo foi discorrer sobre os processos de trabalhos realizados pelos catadores de papelão da cidade de Manaus-Am. Os catadores possuem uma grande relevância na cadeia produtiva de embalagens de papelão no estado do Amazonas, uma das justificas se dá pela existência do Pólo Industrial de Manaus instalada na cidade, o que possibilita fontes de entradas de aparas de papelão originadas a partir de processo de importação de materiais e componentes que alimentas as indústrias, outra fonte importante é encontrada no comércio local resultante das embalagens de mercadorias oriundas das lojas de diferentes setores: eletro-eletrônicos, confecções e alimentos. Em Manaus atualmente existem empresas especializadas que fazem tratamento das sobras de aparas de papelão, assim como associações que coletam os materiais recicláveis. O catador, visando à cadeia produtiva de embalagens de papelão a partir do processo de reciclagem tem uma chance de trabalho. A metodologia utilizada foi à investigação de caráter exploratório qualitativo, instrumento de pesquisa: Formulário e entrevista, onde foi possível identificar os diferentes estágios do processo de trabalho realizado por estes protagonistas. A catação ocorre nas ruas dos centros e nos pátios das indústrias, em seguida passa por um processo de seleção, depois é separado, pesado, prensado e por fim é amarrado em fardos de diferentes tamanhos para a comercialização. Neste estudo foram caracterizados os aspectos socioeconômicos, como saúde, educação. Em relação à jornada de trabalho foi verificado que varia entre 09 a 15 horas, com a média de 05 dias. Em termos de rendimentos mensais os catadores ganham entre R\$150,00 a R\$ 530,00, embora a média mensal seja de R\$ 340,00. Os trabalhos realizados pelos catadores de papelão são fundamentais para a promoção da reciclagem e, conseqüentemente, para a construção de um mundo natural e ecologicamente mais saudável, pois trás benefícios ambientais através da economia de recursos naturais, energia e água, além do inquestionável aspecto ambiental.

15 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 1ª Sessão

Formação de redes de produção: uma experiência no Norte do Brasil

Eudes Lopes Melo - Instituto de Ensino Superior/Materdei, Maria Izabel de Medeiros Valle – UFAM, Márcio André Araújo de Oliveira – Facul. Salesianas Dom Bosco, Charles Maciel Falcão - UFAM

Este trabalho pretende demonstrar os resultados da pesquisa realizada no período de 2007 e 2009, cuja finalidade foi analisar os aspectos que identificam o processo da formação de redes de produção no polo de duas rodas e suas estratégias produtivas no Polo Industrial de Manaus. A abordagem deste foi baseada na investigação teórica, tomando por base os conceitos de redes de empresa, reestruturação produtiva, acumulação flexível, entre outros, e,

empírica, baseado nos dados de campo e nas entrevistas realizadas na fábrica escolhida para a realização da pesquisa, a Moto Honda da Amazônia.

Zona Franca de Manaus: a biodiversidade como mercadoria

Antonio Pereira de Oliveira – UFAM

O impacto das mudanças ocorridas a partir dos anos 1990 no país obrigou a Zona Franca de Manaus – ZFM a redefinir suas diretrizes para se adequar à racionalização do capitalismo globalizado e, simultaneamente, preservar as vantagens estruturais e fiscais do modelo existente. A ZFM foi implantada no contexto do regime autoritário, como um enclave industrial, que, pela sua própria lógica, reduziu os impactos sobre a natureza, deixando-a como uma reserva para exploração futura. Na atual fase do capitalismo o modelo busca reestruturar sua produção, a fim de acompanhar os processos racionais de produtividade, e, ao mesmo tempo, incorporar a natureza como mercadoria, em função das amplas possibilidades de mercado estimulado pela emergência da biotecnologia. Redefinição que pressupõe além de investimentos, um conjunto de leis, instituições e um poderoso discurso ideológico – o desenvolvimento sustentável. Essa mudança significativa situa-se no bojo da crise ambiental, em escala global, que possibilita ao pensamento neoclássico tratar a natureza como uma variável, transformá-la em mercadoria e propor a solução da crise nos marcos do sistema capitalista de produção. Em outros termos, apoiados na emergência de novos conhecimentos sobre a natureza, especialmente da engenharia genética e em novos padrões tecnológicos, os defensores desse ponto de vista, difundem a crença de que é possível solucionar os graves problemas ambientais contemporâneos, sem precisar modificar as estruturas sociais e as formas de intercâmbio de mercadorias orientadas pelo lucro. Ou seja, combinam-se perfeitamente capitalismo, ciência e preocupação ecológica.

Industrialização e reestruturação produtiva: funcionamento de redes de zonas francas

Nara Shirley de Sousa Costa – UFAM

As Zonas Francas surgem a partir da segunda metade do século XX, resultante do processo histórico inerente das transformações do sistema capitalista, a implantação de plantas industriais em zonas francas advem de um processo em que a reestruturação da produção e da organização do trabalho tomaram uma outra configuração, a produção flexível, encontra dimensões que congregam ampliação de mercados, competitividade, concentração ou hiper mobilidade de capitais, consumismo, diversificações corporativas (F&A – de fusões e aquisições), desenvolvimento de novas tecnologias, produtividade e transferência dos processos produtivos. Nesse contexto em que as relações produtivas são descentralizadas tiveram no processo de globalização ou mundialização os contornos de interações entre processos locais e globais. A transnacionalização do capital e a intensificação das relações sociais e materiais forjaram a criação de várias zonas francas pelo mundo condicionadas por meio de investimentos diretos externos (IDEs), da criação de agências de desenvolvimento regionais e das generosas políticas de incentivos e etc. O presente artigo trata-se de uma pesquisa em andamento do qual propõem avaliar as zonas francas em uma inserção de redes de relacionamentos a suposição teórica advinda deste cenário direciona-se no funcionamento de uma rede Mundial de Zonas Francas, ou seja a utilização estratégica de empresas transnacionais

em se instalar em uma zona franca parte da suposição de como estas organizam em cadeias produtivas globais e como controlam sua produção em diferentes países, ou seja como se aproveitam das condições locais e como se articulam globalmente.

Trabalho e reestruturação produtiva: o que a saúde pública tem a ver com isso?

Érika Luciene Almeida Soares – UFAM

O mundo do trabalho vive hoje um dos momentos de maior complexidade desde a emergência da era moderna. As inúmeras transformações que têm marcado as sociedades contemporâneas decorrentes da crise e reestruturação do capital repercutem fortemente sobre a morfologia do trabalho, desde os processos de trabalho fundados na produção de bens materiais de produção até as esferas intermediárias, como no setor público. Considerou-se no decorrer desta pesquisa temas como a singularidade do trabalho no setor público; os efeitos de processos como o de reestruturação produtiva e de “reforma” do Estado sobre as relações de trabalho na área da saúde pública; bem como a desregulamentação das relações de trabalho no Sistema Único de Saúde (SUS), no Amazonas. Com o intuito de investigar a precarização do trabalho no âmbito do SUS, no Amazonas, tentou-se explicar como e com qual intensidade processos próprios da dinâmica do metabolismo societal e do aspecto político-institucional (Estado) acarretam mudanças na materialidade da classe trabalhadora, em particular na área da saúde pública do Amazonas, no período de 2000 a 2005. Para isso, empreendeu-se um estudo baseado no método da teoria crítica, bem como recorreu-se a um estudo de campo, através de levantamento de dados secundários em fontes como: relatórios de gestão, informativos, legislação referente ao SUS, dados oficiais da secretaria de saúde (estadual) e jornais locais. A análise do processo de reestruturação produtiva constituiu-se como chave para desvendar as recentes mudanças nas relações de trabalho no setor público, uma vez que nele também a materialidade do trabalho é afetada por conta dos novos padrões e formas de organização do trabalho. A (re) configuração do mundo do trabalho tem provocado, entre outras coisas, mudanças tanto na materialidade quanto na subjetividade do trabalhador. Em se tratando do trabalhador da saúde pública, portanto, impõe-se a convivência com situações atípicas para uma administração pública, como a forte presença do trabalho terceirizado, mediante a compra de força de trabalho das cooperativas profissionais (como a de enfermeiros e de médicos), que tem aumentado a sua participação, saltando de 15 (quinze), em 2001, para 19 (dezenove), em 2005, e o número expressivo de trabalhadores contratados por tempo determinado, que, no ano de 2005, atinge o número de 7.563, num quadro de servidores de 17.656, representado assim 42,83% da força de trabalho. Diante disso, o trabalhador da saúde, no Amazonas, também sofre com a tendência à precarização e à desregulamentação (como a terceirização, contratos temporários, etc.) que atinge, hoje, o complexo mundo do trabalho.

Pôster

Modelo japonês e Práticas de Gestão na Indústria de Veículos Sobre duas Rodas da Zona Franca de Manaus

Allison Santos de Andrade – UFAM, Izabel Valle – UFAM

Este trabalho analisa a transferência do modelo japonês de gestão e trabalho para outras regiões externas do Japão, focalizando o Brasil e mais precisamente o Pólo Industrial de Veículos Sobre Duas Rodas da Zona Franca de Manaus. O modelo japonês ganhou notoriedade após

o grande avanço industrial japonês em busca dos mais altos níveis de qualidade. Passou então a ser transferido para outros países chegando também ao Brasil em alguns estados incluindo a Zona Franca de Manaus. Com o intuito de investigar o processo de transferibilidade deste modelo para o Setor de Veículos Sobre Duas Rodas da Zona Franca de Manaus, foi realizada uma pesquisa junto à fábrica japonesa de motocicletas Moto Honda da Amazônia, para coletar materiais e informações sobre a implantação das práticas de gestão japonesas naquela fábrica. Sabendo da existência de um programa de Círculo de Controle da Qualidade (CCQ) próprio da empresa conhecido como New Honda Circle (NHC) foram colhidas informações sobre sua implantação, levando em conta sua transferência do Japão para Manaus. Com isso informações obtidas através de palestras foram registradas e analisadas juntamente com documentos fornecidos pela própria empresa. Os objetivos propostos na pesquisa foram alcançados, revelando as características do programa de melhoria que aquela empresa realiza, a forma de participação do trabalhador no programa, tendo em vista os esforços empenhados pela empresa para envolvê-lo no CCQ e também as mudanças ocorridas no trabalho do colaborador, levando em consideração o conteúdo do trabalho e a jornada de trabalho executada pelos trabalhadores daquela empresa após a implantação do NHC.

A Zona Franca de Manaus na perspectiva das Ciências Humanas e Sociais

Ricardo Lima da Silva – UFAM, Maria Izabel de Medeiros Valle – UFAM

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar os resultados da pesquisa realizada em 2009-2010 sobre a natureza dos estudos produzidos sobre a Zona Franca de Manaus (ZFM), no período de 1980 a 2003, pelos pesquisadores das ciências humanas e sociais vinculados à Universidade Federal do Amazonas. A criação da Zona Franca de Manaus no final da década de 1960 provocou transformações significativas na estrutura econômica, social e cultural da capital amazonense. A rapidez e o escopo das mudanças geraram inquietações intelectuais no âmbito acadêmico cujos pesquisadores, sobretudo aqueles vinculados à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), iniciaram, a partir dos anos de 1980, seus estudos em torno do significado daquele modelo de desenvolvimento regional instalado pelo governo militar. A forma como foi apreendida a Zona Franca de Manaus (ZFM) pelos pesquisadores da área das ciências humanas e sociais da UFAM foi a questão que a pesquisa procurou responder e cuja análise de seus resultados preliminares indicam a presença de diferentes temas e formas de abordagem sobre a ZFM. A pesquisa foi de natureza qualitativa e envolveu a análise de 22 trabalhos, entre dissertações e teses.

16:00h às 18:00h - 2º Sessão

Trabalho e exclusão social: o caso dos catadores de lixo na cidade de Parintins

Rívera Brandão da Silva – UFAM, Marcos Antonio Lima Costa – UFAM, Adelson da Costa Fernando – UFAM

Os efeitos da reestruturação produtiva e das inovações técnicas, em tempos de globalização, produziram especialmente, na década de 90, um quadro diferente nas relações de produção, onde o trabalhador parece ser supérfluo na era da revolução tecnológica, que fabulosamente aumenta a produção e a reprodução com pouca utilização do trabalho vivo. Assim, o interesse dessa pesquisa foi compreender as relações de trabalho dos catadores de lixo e os processos de exclusão social que historicamente experimentam. O tema proposto neste artigo surge da

constatação de uma falta de interesse e de uma política de inclusão por parte das Associações Folclóricas dos Bois Garantido e Caprichoso que estabeleça parcerias com os catadores de lixo, os quais poderiam desenvolver atividades de reciclagem com o material utilizado na montagem do Festival Folclórico que ocorre todo final do mês de junho na cidade de Parintins, no estado do Amazonas. O desenvolvimento desta pesquisa promove uma necessária reflexão sobre os processos societários de exclusão do mundo do trabalho, sobre as questões em torno da responsabilidade social e as possibilidades de ações de sustentabilidade. No desdobramento metodológico dessa investigação, fez-se uma análise qualitativa, uma incursão nas literaturas especializadas, levantamento e análise de dados coletados através de entrevistas com 10 (dez) catadores de lixo; além destes, as Associações Folclóricas dos Bois Garantido e Caprichoso forneceram subsídios indicativos dos investimentos realizados e da quantidade de materiais comprados para a elaboração do Festival Folclórico, materiais que posteriormente não são reutilizados, tornando-se lixos que são despejados em terrenos baldios, esquinas de ruas ou nos seus respectivos galpões. O problema é que esses resíduos poderiam ser tratados e reciclados, trabalho este que é desenvolvido pelos catadores. Deste modo, compreendeu-se as condições de vida dos catadores de lixo e as implicações da lógica da exclusão na qual estão submetidos. A invisibilidade desta categoria e a falta de uma política consistente de reciclagem, por parte das Associações Folclóricas, explicam o desinteresse pela inclusão social desses trabalhadores.

Transformações no Mundo do Trabalho e a Dinâmica dos Artesãos Ceramistas de Icoaraci

Doracy Moraes de Souza – FUNDACENTRO, Rosana Chermont Mesquita – Secretária Municipal de Educação - Belém

Este trabalho analisa as transformações no mundo do trabalho cujas implicações rebatem no processo de trabalho de artesãos ceramistas de aproximadamente 80 (oitenta) olarias instaladas em Icoaraci, Belém/PA, particularmente no bairro do Paracuri. Neste processo de trabalho estão envolvidos diretamente cerca de 200 (duzentos) trabalhadores. Este bairro é considerado um dos três principais pólos de produção de cerâmica marajoara do estado do Pará. Compreender o processo de trabalho destes artesãos ceramistas no contexto das transformações no mundo do trabalho é um dos objetivos da pesquisa qualitativa realizada em 2008 e 2009. As técnicas de pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas com quinze artesãos ceramistas do bairro do Paracuri possibilitaram analisar os determinantes do trabalho artesanal de ceramistas de Icoaraci na dinâmica da Amazônia brasileira. Com base na Teoria marxista o estudo sobre o processo de trabalho e as trajetórias sociais de artesãos ceramistas possibilitaram um olhar analítico sobre as condições objetivas (caracterizadas, principalmente pelas condições ambientais físicas, equipamentos, instrumentos e técnicas de trabalho) e as condições subjetivas (próprio modo de vida dos artesãos ceramistas) do trabalho artesanal. Os rebatimentos das transformações no mundo do trabalho abrangem a multiplicidade das formas de trabalho no capitalismo contemporâneo, o que pode ser percebido na precarização do trabalho artesanal no mencionado bairro.

“O segredo é não parar”: considerações sobre o trabalho e os saberes entre idosos longevos.

Fabiela Bigossi - UFRGS

Este trabalho é parte da pesquisa que desenvolvo no doutorado, na qual busco compreender como os idosos longevos em dois municípios que se reconhecem e são reconhecidos pela marca da longevidade como símbolo de identidade – Veranópolis – RS e Maués – AM – experenciam a alta expectativa de vida. Nesta comunicação pretendo trazer à discussão, através dos dados do trabalho de campo etnográfico, as maneiras como esses idosos, em especial os moradores de Maués, reconfiguram suas vidas após o rompimento da ligação formal com o mercado de trabalho. O “valor-trabalho” adquire um espaço importante, tendo em vista que os longevos sustentam que manter-se ativo, seja com o trabalho formal ou informal, na sua maioria das vezes no cultivo da terra, é fundamental para alcançar vida longa e com qualidade. O olhar pessimista de autores como Ecléa Bosi sobre o processo de envelhecimento o associa ao afastamento do mundo do trabalho e a transformação do idoso em um pária, promovendo a união desse processo de afastamento do trabalho com a senilidade que começa prematuramente com a degradação do trabalhador. Sugerindo que “é preciso mudar a vida, recriar tudo, refazer as relações humanas doentes para que os velhos trabalhadores não sejam uma espécie estrangeira” (BOSI, 1994, p. 81). Cabe destacar a necessidade de atender as duas dimensões do trabalho: sua repercussão no tempo subjetivo do entrevistado e sua realidade objetiva no interior da estrutura capitalista, sendo que a fusão do trabalho com a própria substância da vida se dá na memória (BOSI, 1994, p. 475), considerando que “o “valor-trabalho” é intrínseco à ideologia da sociedade moderna e individualizante, mas, impregnado de seu contrário, sustenta princípios de complementaridade e reciprocidade” (ECKERT, 2003, p. 175).

Tecnologias informacionais e qualificação: a percepção do trabalhador

Suzana Cláudia Moreira Corrêa – Senac, Andréa Bittencourt Pires Chaves – UFPA

Esta pesquisa busca apresentar algumas das importantes mudanças no mundo do trabalho, relacionadas às tecnologias informacionais, que demandam por qualificação, tendo como centro de referência a percepção do trabalhador. Permitindo que se vislumbre, outras nuances dessas transformações, contribuindo para os estudos e pesquisas que revelam particularidades sobre a relação: Trabalho x Tecnologia x Qualificação. Seria então a presença dos computadores nas lojas, supermercados, escritórios, exigindo de cada indivíduo um conhecimento mínimo para lidar com tal tecnologia. O que configura este, como um estudo mais voltado a percepção de trabalhadores de diversas áreas, não tendo sido destacado um determinado segmento, seria exatamente aquele homem ou mulher que se vê no momento da introdução dos computadores em seus locais de trabalho pressionados a uma demanda por qualificação.

GT 06 - Identidades, Sexualidades e Corporalidades:

Contextos tradicionais, fronteiras e deslocamentos
Coordenadores: Cristina Donza (UFPA), Cristian Paiva (UFC)
e Carlos Alberto Cirino (UFRR)

Este GT pretende reunir pesquisador@s inseridos no campo de pesquisas sobre identidades, sexualidades e corporalidades, destacando contextos tradicionais e deslocamentos nas experiências socioculturais envolvendo identidades de gênero, sexuais, geracionais, culturas corporais e eróticas. O GT pretende proporcionar o diálogo sobre questões como: gênero e novas construções identitárias; violência sexual contra mulheres e crianças; intervenções médicas e jurídicas sobre o corpo e produção de bioidentidades; saúde sexual e reprodutiva; sexualidade de crianças, jovens e velhos; prostituição e turismo sexual; pornografia; direitos sexuais e reprodutivos; AIDS, sexualidades dissidentes, direitos LGBTs e cidadania sexual.

13 de Setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 1ª Sessão

Diversidade na Praça: a experiência do “Baleado gay”

Arthur Silveira Guimarães – UFPB, Paulo Sérgio dos Santos – UFPB

A partir da abertura política no Brasil, muitos movimentos sociais que antes lutavam na “clandestinidade” puderam se organizar e se afirmar publicamente. Entre estes se encontra o movimento gay, atualmente ampliado para GLTTB (gays, lésbicas, transexuais, transgêneros e bissexuais), que reivindica o reconhecimento e valorização de sua identidade bem como a ampliação de seus direitos. Entretanto, mesmo fora dos movimentos organizados, outras formas de afirmação e de luta identitária acontecem, podendo ocorrer no campo da cultura e do esporte. Nesse contexto o presente trabalho surge de observações feitas em pesquisa intitulada “Da casa à praça: Um estudo de impacto do Programa de Recuperação de Parques, Praças, Passeios e Jardins da Prefeitura Municipal de João Pessoa- PB”, vinculada ao Programa de Pós- Graduação em Sociologia da UFPB e coordenada pelas professoras doutoras Tereza Queiroz e Mônica Franch. Entre as praças pesquisadas analisamos a Praça do Coqueiral, no bairro de Mangabeira aonde várias atividades esportivas, culturais e de sociabilidade são realizadas. Dentre elas o baleado, conhecido nacionalmente por “queimado” ou “jogo do mata”. Na Praça do Coqueiral esta atividade assume uma particularidade tornado-se conhecida em toda cidade por “baleado gay”. Durante a semana, sempre a partir das 22:00 min. o jogo é praticado exclusivamente por homens gays da cidade de João Pessoa - PB, constituindo-se hoje em uma das atrações da Praça. Propomos aqui, analisar o evento como um momento em que os participantes do jogo põem em cena uma identidade gay múltipla e as representações de alguns usuários da praça e apreciadores do jogo, sobre aquela identidade. Palavras-chave: Movimento Gay, identidade, estigma

Gay ou não gay, pai é tudo igual: alargando repertórios ou esgarçando idéias sobre paternidade

Jorge Luiz Oliveira dos Santos – Unama

A idéia do artigo é dialogar, para quem sabe: matizar, borrar, estilhaçar, esgarçar, ressentatizar, com um conjunto de questões que a crescente emergência de configurações familiares formadas por homossexuais tem suscitado. Entre elas, a paternidade vivenciada por aqueles que se autodefinem homossexuais. Tais questões têm chamado à atenção da mídia internacional e nacional e provocado interesses acadêmicos na busca de compreender as possíveis especificidades das/nas famílias formadas por gays e lésbicas. No caso, aqui específico, da paternidade vivenciada por homossexuais (ainda que dentro de uma parceria homoerótica), uma especificidade com implicações a extrapola: ser pai sem mãe. Vem à cena a dificuldade de um homem tornar-se pai fora de uma relação de aliança (jurídica ou de fato) com a mãe de seu filho. Isto se justifica pela não naturalização da paternidade frente à naturalização da maternidade. “Pai solteiro”, portanto, ainda é uma expressão que soa sem sentido. Mesmo porque, a realização da paternidade surge como necessitando de um aprendizado, já que pensada como uma experiência distante e geradora de compromissos a “assumir”. No entanto, esse padrão assimétrico vem perdendo força nos atuais contextos em que entra em cena o “novo pai”, valorizando a esfera do cuidado e da proximidade afetiva. Neste salto, a paternidade passa a ser também, um espaço para a afirmação de direitos. E é através desta percepção de direitos, que a paternidade vivenciada por homossexuais transforma-se em projeto. Pesquisas sobre este tema, têm demonstrado que assumir o/a filho/a e assumir-se homossexual não implica necessariamente que se reconheçam como exercendo uma “paternidade gay”. Dada à especificidade dos percursos de vida destes sujeitos sociais, a categoria “pai solteiro” é preferencialmente acionada. Mais ainda, diferente do que acontecia com a categoria “mãe solteira”, ser “pai solteiro”, ou criar um/a filho/a sozinho sendo homem, pode ser motivo de orgulho e fonte de respeito. Pelo que os dados de pesquisadores da questão sinalizam e pela minha convivência próxima para obtenção de dados de campo, “não é como homossexuais que eles se afirmam pais diferentes, mas é como pais que se afirmam homossexuais diferentes”. Sendo a paternidade, como qualquer outra experiência humana, heterogênea e variável, os caminhos destes sujeitos sociais, pais ou com intenção de sê-lo, acompanham a heterogeneidade constitutiva das sociedades. Portanto, gay ou não gay, pai é tudo igual.

Circuitos de resistência e expressão dos sentimentos da homossexualidade: sobre a experiência de pesquisa da X Parada pela Diversidade Sexual do Estado do Ceará

Cristian Paiva – UFCE, Teljunior Cândido de Oliveira – UFCE

A proposta desta comunicação é a de apresentar os resultados parciais construídos a partir da experiência de pesquisa durante a X Parada pela Diversidade Sexual do Estado do Ceará, realizada em 28/06/2009, em Fortaleza. A ênfase do trabalho recai nas formas de expressão coletiva dos sentimentos e afetos e nas modalidades de resistência, co-produzidas intersubjetivamente, à infâmia e preconceito associados às expressões afetivas de LGBTs. Para além da apresentação de índices quantitativos sobre as populações LGBTs no estado do Ceará, queremos privilegiar a discussão sobre a pesquisa como instante de imersão num campo fugidivo, embora associado à construção do movimento LGBT local e nacional, que também atravessa a subjetividade dos pesquisadores. Coordenamos uma equipe com 50 jovens pesquisadores, que aplicaram em torno de 500 questionários, durante um período aproximado de seis horas. Se essa imersão pode ser caracterizada como pontual, não deixa de ser bastante intensa. Os experimentos de etnografia coletiva ensaiados com essa equipe perseguiram a

re-evocação dos afetos expressos nas entrevistas e observados nas manifestações públicas dos sujeitos. Para além da dicotomia “carnaval” x “marcha política”, entendemos que as modalidades estéticas, políticas e paródicas inventadas por esses sujeitos durante a parada provocam alteração no jogo de forças e afetos coletivos definidores dos mapas cognitivos e morais da cidade, desestabilizando os circuitos de produção de sofrimento psíquico e social associados às homossexualidades. Utilizamos a idéia, gerada nos grupos focais com os pesquisadores, da co-formação de uma “bolha” de empoderamento que serve de campo de experimentações episódicas para uma “des-identificação crítica” (Bacchetta, 2009) em relação aos afetos da culpa, da vergonha e do medo, tão presentes nas trajetórias biográficas desses sujeitos.

De bajubá m bajubá, onde será que vai dar? apropriações, classificações e relações de poder em Belém-PA

Milton Ribeiro da Silva Filho - UFPA

O trabalho refere-se a uma reflexão acerca da gíria urbana utilizada pelos homossexuais na capital paraense, uma vez que a inquietação surgiu no decorrer da pesquisa realizada entre 2007 e 2009, e que tinha como foco as discussões sobre identidade(s) LGBT e o coming out em Belém-PA a partir de uma expressão coletiva, o bajubá. Baseando-se no uso, na apropriação e nas formas de classificação presentes no bajubá procuramos entender como este auxilia na construção de um ethos LGBT e se a intensificação da utilização diz respeito à “saída do armário”. A partir do entendimento de que a compreensão da sociedade se dá em dimensões binárias (homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual) e de que a construção da subjetividade brasileira é estruturalmente pautada na heteronormatividade, recorremos à pesquisa de campo para estabelecer alguns eixos norteadores no desenvolvimento desta pesquisa, como: o estabelecimento de uma conexão entre as referências simbólicas (através das expressões e palavras/vocábulos mais recorrentes e, também, da performance) presentes no “bajubá”; como eles tendem a classificar @ “outr@”, se é a relação de proximidade ou não é que determina o uso de termos classificatórios, a partir da realidade vivida por el@s; e (re) conhecer no léxico algumas palavras que estejam ligadas à binaridade de gênero, principalmente no que diz respeito às categorias relacionadas à sujeira, roubo, etc. Para isso, será necessário retorno ao campo, assim como a utilização de entrevistas e observação participante, tendo em vista os objetivos acima descritos, assim como uma revisão bibliográfica da temática sobre sexualidade e relações de gênero.

Pôster

Encontros e desencontros: analisando a construção das relações homoafetivas masculinas em duas boates de Belém - Pará

Ramon Pereira dos Reis – UFPA, Cristina Donza Cancela – UFPA

Esta proposta tem a intenção de abordar as possíveis “negociações” (contatos mais íntimos) feitas, entre homossexuais masculinos solteiros, dentro das boates Lux Club e Malícia Pub, ambas situadas no Bairro do Reduto e declaradamente voltadas ao público GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes). A pesquisa (ainda em andamento) irá se estruturar, inicialmente, a partir de observações diretas e conversas informais dentro das boates e, em seguida, num outro local, faremos uso de questionário semi-estruturado. Procuramos, ao longo desta pesquisa, a partir

do viés de raça e de classe, perceber se tais marcadores sociais influenciam no estabelecimento de contatos mais íntimos entre os homossexuais que estão na boate, no sentido de ser algo determinante, ou não, no início de uma aproximação. Indo mais além, nos questionamos sobre a possibilidade da existência de um ethos grupal nestes espaços da pesquisa; existem semelhanças e/ou diferenças nas práticas homoafetivas; os marcadores sociais de raça e de classe “excluem” os indivíduos de um lugar para o outro.

Corpos noturnos, territórios marginais: negociações, solidariedade e conflitos num point de michetagem do centro de Fortaleza

Daniel Rogers de Souza Ferreira – UECE, Antonio Cristian Saraiva Paiva – UFCE, Geovani Jacó de Freitas – UECE

Sob as luzes dos postes e dos faróis dos carros que atravessam as ruas, as imagens não possuem a mesma nitidez, as identidades se confundem nas sombras das ruas, enganando até mesmo os olhares que se julgam treinados. As letrinhas da sopa (LGBT) não são suficientes para caracterizar quem é quem, o embaraçamento é característica dos corpos noturnos que transitam pelos territórios marginais do circuito homoerótico do centro de Fortaleza, cuja a tônica é a imprecisão. Falar sobre michês é discorrer sobre um sujeito que não se insere nas identidades políticas. Pensar o território que eles ocupam, desafia nossa percepção. O que num primeiro olhar pode parecer caótico possui uma organização interna que passa despercebida aos que estão de fora daquele pedaço. Para compreendermos a dinâmica da utilização deste espaço, mergulhamos em campo tendo em vista vivenciar o cotidiano dos michês que fazem ponto numa esquina próxima aos “cinemões” da Rua Assunção. Este mergulho exploratório faz parte da primeira etapa de uma pesquisa que visa investigar as relações que se estabelecem entre michês e os policiais militares que fazem o policiamento do local. Para tal investida lançamos mão do arsenal teórico foucaultiano, dos estudos sobre o desvio de Becker, das considerações sobre etnografia urbana feitas por Magnani e nos escritos de Perlongher. Somando aos referenciais bibliográficos, por meio da observação participante, da experimentação da esquina, das negociações com nossos informantes e através de conversas madrugada adentro, colhemos narrativas de michês a respeito do cotidiano de seu ofício pelas quais identificamos dinâmicas de solidariedade, conflitos e tentativas de disciplinamento do local e dos comportamentos.

16:00h às 18:00h - 2º Sessão

A Invisibilidade do Ser e a Visibilidade do Prazer: A Identidade Travesti e a Formação do Espaço Simbólico no Bairro da Glória-RJ

Ivan Ignácio Pimentel – UFF, Ana Carolina Santos Barbosa – UERJ

Enxergar o espaço urbano como um espaço fragmentado e a relação deste com a formação da identidade e do espaço simbólico despertaram meu interesse em analisar a população travesti que “troteia” na região, interesse que surgiu através do contato com a interação entre direito e sociologia e a possibilidade de fazer uma correlação interdisciplinar de uma população pouco estudada e tida como “invisível” pela sociedade e muitas vezes pelo Estado. O presente artigo tem como objetivo central analisar a prostituição de travestis e os conflitos provenientes da atividade realizada no bairro da Glória, localizado na zona sul do Rio de Janeiro, que já foi à principal artéria, a rua de mesmo nome, cuja principal função era estabelecer um elo entre o

centro e a zona sul da cidade, suportando, portanto todo trafego. Encontrava-se nas imediações do mar o que justifica a muralha construída e algumas vezes reforçada e ampliada a fim de conter a ação das ondas. Seu último reconstrutor arremata a obra com um vistoso relógio e uma vista balustrada. Aos pés da balustrada supracitada, Pereira Passos, “transformou a praia ao pé da muralha, conhecida como novo cais da Lapa ou da Glória, numa das quadras iniciais da Avenida Beira-Mar, e que ali, por causa dos novos aterros passaria a se chamar Avenida Augusto Severo” (Gerson, 2000). A mudança de funcionalidade ao longo do tempo levou-nos a fazer uma análise histórico-geográfica do recorte espacial em destaque, com o objetivo de criar uma maior aproximação entre o recorte realizado e a compreensão dos leitores.

Os “circuitos” de garotos de programa em Fortaleza: uma realidade silenciada

Maria Lourdes dos Santos – UFCE

Conforme Benevides e Gondim (1998), Piscitelli (2005), Bezerra (2008) e outros, o bairro Praia de Iracema e algumas quadras como, por exemplo, na Av. Beira-Mar constitui local historicamente freqüentado por prostitutas, inclusive por se tratar de uma via de concentração de equipamentos voltados para o turismo e lazer da cidade. Nas últimas décadas, com o aumento do fluxo turístico em Fortaleza, coincidentemente, surgiram novos ambientes com práticas prostitutivas, como saunas, boates, casas de massagem etc., além da presença de garotos “profissionais do sexo” em busca, nesses territórios, de clientes. Nestes ambientes eles apresentam atributos e características que definem suas identidades sociais, onde visibilidade e invisibilidade se transformam em fatores necessários à sua sobrevivência. De acordo com Perlongher (2008) o negócio do michê estabelece critérios para o exercício das práticas sexuais comerciais entre homens, como: valores monetários, tempo de permanência na atividade, práticas sexuais e identidades sociais. Sabe-se que o sexo, como entretenimento, tornou-se um negócio mais profissionalizado e lucrativo (TRIGO, 2007). Assim, a pesquisa que estou realizando objetiva identificar, conhecer o michê, seus territórios e redes de sociabilidade. Os primeiros achados da pesquisa sinalizam para possível identificação de “circuitos” do sexo entre homens situados em áreas distintas da cidade. Nesse sentido, o território é aqui tomado não apenas como sujeito/objeto de reflexões, mas como metodologia de pesquisa. Entretanto, devo salientar que isso não significa que não haja diversidade dentro de cada um desses circuitos, que não existam outros locais para o uso dessas práticas, bem como a circulação de outros sujeitos com os mesmos fins.

Na da frente da TV: a percepção masculina das telenovelas

Edyr Batista de Oliveira Júnior – UFPA

O objeto deste estudo encontra-se delimitado nas telenovelas, pois se entende as mesmas como um interessante campo de análise da sociedade contemporânea, o que possibilita explorar esse meio de diversos ângulos. Mediante as várias possibilidades de trabalhar com esse produto, concentrou-se a análise, nesse meio televisionado, à questão do gênero masculino. Estudou-se a visão masculina das telenovelas, onde se procurou responder as perguntas: “Telenovela é coisa de mulher?”, “O que chama a atenção dos homens para esse produto midiático?” Por isso, com um roteiro de entrevistas semi-estruturado, entrevistou-se quinze homens e cinco mulheres de 19 e 25 anos, todos paraenses, moradores de Belém e sendo a maioria

universitários. Buscou-se refletir sobre a visão masculina das telenovelas utilizando-se como referência bibliográfica, textos de autores como Adorno; Horkheimer (1985), Hamburger (1988), Ortiz; Borelli; Ramos (1989), Wanzeler; Jatene (2007) entre outros. Conclui-se que esse produto, apesar de ter sido produzido, à priori, para as donas-de-casa, possui hoje um número significativo de telespectadores masculinos que assistem telenovelas e lançam sobre elas várias visões. Além disso, com as entrevistas pode-se identificar que os homens não apenas assistem, mas gostam, torcem, envolvem-se, (re)significam falas e comportamentos também.

Emo, o filho bastardo do punk- Análise antropológica de dois ethus grupais em Belém do Pará

Paula Ramos – UFPA, Izabela Jatene – UFPA

A minha pesquisa foi desenvolvida a partir de um tema muito em voga na sociedade contemporânea, as tribos urbanas na pós-modernidade. O surgimento em cadeia e a adesão a essas “tribos” se dão como consequência da globalização e do crescente individualismo nas grandes metrópoles, à vista das transformações que os mesmos causam na sociedade. O que percebi ao longo do processo de investigação é que, a “perda da identidade pessoal” é vista como uma das justificativas para essa grande onda de grupos diversos. Assim, ao pesquisar movimentos musicais que reúnem em sua maioria, jovens que compartilham gostos, vontades, valores, hábitos e ideologias, pude perceber o crescente processo de “tribalização” que a juventude contemporânea vive. A pesquisa apresentada tem como objetivo de estudo duas tribos urbanas, os Punks (sendo que essa foi apenas um estudo de caso) e os Emocores, sendo que a primeira é um enclave para se chegar a segunda que na verdade é uma vertente do movimento punk. O trabalho foi dividido em quatro momentos, no primeiro faço uma breve conceituação de modernidade e pós-modernidade, com o intuito de fazer com que o leitor se situe no tema que está sendo questionado, sendo que no tópico seguinte dou um breve histórico da cidade de Belém, o espaço onde acontece a pesquisa, e de como essa cidade, sobretudo os espaços estudados, tornaram-se pós-modernos na minha concepção. No segundo, conceituo os termos identidade, juventude e tribos urbanas na perspectiva pósmoderna, no intuito de fazer com que o leitor entenda de fato os motivos reais da pesquisa e assim chegar ao objeto principal. No terceiro momento, é exposto à história geral do movimento punk no mundo, até chegar a Belém do Pará, principalmente no seu auge na década de 1980, para no quarto momento enfim chegarmos aos anos 200 com os Emos, onde foi feita a pesquisa de campo.

Pôster

Gênero, masculinidade e docência em práticas discursivas de professores dos anos iniciais do ensino fundamental de Escolas públicas de Belém-PA

Thiago Augusto de Oliveira da Conceição – UFPA, Josenilda Maria Maués da Silva – UFPA

Essa experimentação investigativa faz referência à pesquisa de dissertação de mestrado em educação que está sendo desenvolvida. Tem como objetivo central analisar as práticas discursivas produzidas por professores dos anos iniciais do ensino fundamental de escolas públicas de Belém/PA sobre a docência masculina. A investigação é impulsionada pela problematização da constituição da docência examinada do ponto de vista das relações de gênero a partir das práticas discursivas produzidas por docentes do sexo masculino que atuam nos anos iniciais da escolarização, segmento majoritariamente ocupado por docentes do

sexo feminino. Adotamos como referencial teórico os estudos que se valem de abordagens ou perspectivas pós-estruturalistas para o tratamento das questões relativas às relações de gênero, docência e práticas discursivas. Como procedimento teórico-metodológico adotamos a perspectiva foucaultiana de análise do discurso a ser empreendida a partir da realização de entrevistas semi-estruturadas com professores do sexo masculino que exercem a docência nos anos iniciais do ensino fundamental em escolas públicas do município de Belém/PA.

“Boa” e “nova”: A mulher nos anúncios publicitários de cerveja

Robson Cardoso de Oliveira – UFPA

Este artigo analisa as representações de feminilidades e de masculinidades nos anúncios publicitários, especificamente os de cerveja, buscando evidenciar a situação hierárquica nas quais homens e mulheres estão elencados em um cenário de assimetria de poder, em que os primeiros como dominadores, enquanto as representantes femininas são apresentadas como submissas, objetificadas, dominadas. Para tanto, o trabalho inicia com a exposição dos estudos de gênero, heteronormatividade e corporeidade com o intuito de traçar um diálogo com o que se vê nos anúncios publicitários, com os estudos que estão avançando nas academias, resultando na busca de significados da real razão do estabelecimento desta assimetria de poder dentro da publicidade brasileira. O objetivo geral dessa pesquisa é avaliar as representações heteronormativas em campanhas publicitárias de cervejas. O sentido da avaliação se dá na necessidade de identificar e verificar os papéis e representações atribuídas a homens e mulheres, destacando a diferenciação do grau de importância dado a estes sujeitos nos anúncios. As finalidades específicas são: discutir a abordagem publicitária como mediadora do processo de reificação da mulher em campanhas publicitárias de cervejas; verificar o predomínio da heteronormatividade e da masculinidade hegemônica nos anúncios; debater a representação da mulher e identificar a repercussão das campanhas publicitárias da bebida referida nesta pesquisa. Como metodologia, em um primeiro momento foi realizada uma análise de discurso das representações imagéticas das peças publicitárias, baseadas em observações realizadas a partir de anúncios vinculados na TV aberta brasileira e imagens coletadas em revistas e no ciberespaço. Este artigo é constituído de três partes: primeiramente, abordar-se-á uma análise de gênero e heteronormatividade, verificando um histórico dos estudos dessas áreas; posteriormente, o trabalho parte para a discussão da representação do corpo feminino nos anúncios, dialogando com contribuições teóricas de corporeidade; e na parte final, se engendra a discussão da representação da mulher nos anúncios, verificando as causas do estabelecimento desta assimetria de poder em questão na publicidade brasileira. Como resultado, percebeu-se que o papel atribuído às mulheres nas campanhas publicitárias de cerveja merece ser revisto por parte dos publicitários. O que assistimos, atualmente, é a exposição de corpos femininos “perfeitos” que estão ali apenas como figuração do prazer tanto visual, para um corpo perfeito, como sexual. Ao lado desses corpos estão homens (representações masculinizadas e heterossexuais) que são os atores principais dos anúncios. Palavras-chave: Heteronormatividade; Gênero; Mulher; Homem; Cerveja.

14 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h – 3ª Sessão

Poder e Saber no Universo Hospitalar: representações sociais sobre pacientes de UTI

Rosana Oliveira da Silva – UFAM

O presente trabalho pretende analisar as representações sociais produzidas sobre a doença e o doente em Unidades de Terapia Intensiva (UTI). Articulado a esse interesse inicial, buscar-se-á refletir sobre os exercícios de poder postos na luta pela autoridade legítima para a definição de doença e do lugar do doente. Para tanto, toma-se como unidade de fundamentação empírica os pacientes de UTI do Hospital e Pronto Socorro João Lucio, situado na zona leste da cidade de Manaus. Em função dos objetivos e do universo empírico aqui delimitado nosso objeto de pesquisa específico são os médicos, técnicos de enfermagem e familiares de pacientes da UTI do HPS João Lúcio envolvidos no processo de produção das representações da doença e dos pacientes de tais unidades. Como fundamento teórico, esse trabalho dialoga com as reflexões de Canguilhem, Foucault, Goffman e Adam e Herzlich a respeito das noções de normal e patológico, dos mecanismos disciplinares dos espaços hospitalares e dos processos sociais relacionados à doença, os determinantes sociais desse processo e as interpretações culturais e sociais sobre a dimensão coletiva do adoecimento.

O significado de saúde e doença para a criança com HIV/AIDS

Gleide de Souza da Costa – UFPB, Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli – UFPB

Este artigo visa identificar as percepções de crianças soropositivas ao HIV/AIDS sobre a saúde e a doença. Trata-se de um estudo qualitativo dirigido a 12 crianças, de 07 a 10 anos de idade, atendidas por Organizações Não Governamentais. Instrumentos de coleta utilizados: Questionário Sociodemográfico e Clínico e entrevista semi-estruturada. Na categorização dos discursos constatou-se que a percepção das crianças soropositivas em relação à saúde está associada ao brincar, ao sentimento de alegria e a boa alimentação. A doença, por sua vez, está associada às limitações físicas e do brincar, à sintomatologia, à exposição aos riscos ambientais, ao contágio por vírus, à hospitalização e à medicação. Tais resultados chamam atenção para a infância soropositiva, buscando suscitar nos profissionais de saúde, nos cuidadores e responsáveis legais uma postura diferenciada nas relações estabelecidas com as crianças em tratamento. Palavras-chave: Crianças soropositivas; Saúde/Doença; Representação Social.

Saúde Reprodutiva no Bico do Papagaio: A realidade tocantinopolina

Liza Aparecida Brasília – UFT, Elaine Aparecida Torricelli Cleto – UFT

O estudo sobre a saúde reprodutiva no Bico do Papagaio surgiu da necessidade em conhecer a realidade das mulheres tocantinopolinas, pois para que tenhamos uma sociedade de fato igualitária as mulheres devem ter condições de vivenciar sua saúde reprodutiva com autonomia e segurança. Assim esta pesquisa tem os seguintes objetivos: mapear os vários aspectos relacionados à saúde reprodutiva, na cidade de Tocantinópolis-TO, como: a gravidez na adolescência, o uso de contraceptivos, o aborto, as doenças sexualmente transmissíveis, a esterilização feminina; analisar se estas questões estão interligadas com a classe social; verificar quais os métodos contraceptivos utilizados pelas mulheres e quais são os tipos

de parto realizados no município; analisar como a saúde reprodutiva tem sido vivenciada pelas mulheres, quais os conhecimentos relacionados ao próprio corpo e se a mulher tem adotado práticas que demonstram equidade em relação aos homens. Para tal, nos utilizamos do referencial teórico das relações de gênero. Numa primeira fase da pesquisa, coletamos os dados por meio de questionários destinados às mulheres. Como resultados parciais, podemos apontar que: a) os partos realizados são em sua maioria normais; b) o parto que antes acontecia com parteiras e em casa passam a ser cada vez mais realizados nos hospitais; c) alto índice de gravidez na adolescência; d) desconhecimento dos métodos contraceptivos e das doenças sexualmente transmissíveis; e) ausência masculina em relação à saúde reprodutiva. Podemos apontar, portanto, que a saúde reprodutiva das mulheres tocantinopolinas carece de uma assistência pública de saúde e que essas mulheres estão em relação social desigual, já que não podem usufruir de seu corpo de maneira segura e com autonomia.

Uma análise sobre o comportamento dos grupo Fake em Belém

Paula Thainá Ramos Braga – UFPA, Irana Bruna Calixto – UFPA, Erica Cristina Lopes – UFPA

A palavra fake parte do inglês, que traduzido para o português significaria falso e é utilizado para designar a comunidade de perfis falsos existentes principalmente na rede de relacionamentos do Orkut. Surgiu primordialmente pelo jogo de RPG (roll playing game), que é um jogo onde os participantes interpretam e vivem personagens, inventados por eles próprios. O fake é uma adaptação desse jogo interpretativo para o Orkut. O objetivo da pesquisa é analisar os relacionamentos no fake, enfatizando os fakes de Belém e como esses relacionamentos influenciam na vida social dos usuários. Para alcançar tais resultados foi utilizada a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, entrevistas semi-estruturadas com os membros freqüentadores do encontro fake na capital. Foram freqüentados três encontros, onde os membros foram observados e através das entrevistas e da observação participante foi constatado que a idade desses varia entre 15 a 19 anos, conheceram o fake por amigos, são estudantes e ficam navegando na internet entre duas a sete horas por dia, e apesar de admitirem mudanças em seu comportamento depois da criação do fake, dizem que esse fato não alterou sua vida social. Partindo do conhecimento preliminar adquirido através de entrevistas com os membros da comunidade fake em Belém e a observação de comunidades do Orkut e do mundo fake, percebe-se a preferência desses usuários pela vida fake, deixando de lado, muitas vezes, a vida real para viver e interpretar seu personagem fake, o que vem gerando um isolamento destes. O convívio que antes era primordialmente pessoal, agora é via internet, mesmo os membros de Belém que se encontram duas vezes por mês, em um Shopping, localizado na grande Belém e depois os membros vão para a Praça da República e ali interagem com outras tribos urbanas, passam o resto do mês apenas mantendo contato pela internet.

Pôster

Em nome da Saúde: formas de gerir o corpo na Sociedade de Controle

Ana Giselle Ribeiro Cancela – UFPA, Denison Martins dos Santos – UFPA

Na contemporaneidade o peso corporal além dos padrões ratificados pela medicina como normais passa a ser considerado como uma doença. Este discurso médico-científico vem

sendo compartilhado e difundido pelos meios de comunicação que elege a magreza como tipo ideal. Nesse sentido o indivíduo obeso ao se distanciar dos padrões sociais e culturais de saúde e estética sofre por ter um corpo que é rejeitado; pela experiência de ser visto como um indivíduo inapto de estabelecer autocontrole, bem como pela perda do status de normal. O culto à magreza e a rejeição dos corpos fora dos padrões vigentes se engajam aos discursos contemporâneos de disciplinamento e controle dos corpos como forma de reafirmar as relações de poder. Desse modo a intenção deste trabalho de revisão é problematizar a questão da obesidade não somente na perspectiva médica, mas procura dar ênfase nos fatores psicossociais que a permeiam. Nesse sentido, torna-se imprescindível a compreensão da obesidade a partir dos múltiplos fatores sociais, enfocando-a em sua complexidade, totalidade e historicidade. Para o desenvolvimento do presente estudo foi realizado um levantamento bibliográfico por meio de artigos científicos sobre obesidade, utilizando as bases de dados SCIELO e acervos da Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará. Fez-se uso também dos conteúdos disponíveis em livros, textos e outros periódicos que abordam a temática. Ficou evidenciado que o indivíduo obeso ao se distanciar dos padrões sociais e culturais de saúde e estética sofre por ter um corpo que é rejeitado; pela experiência de ser visto como um indivíduo inapto de estabelecer autocontrole, bem como pela perda do status de normal. PALAVRAS-CHAVE: Obesidade. Saúde. Estética. Estigma. Identidade. corpo

Falando sobre Sexualidade: da Infância à Adolescência

Klaissa Verônica dos Santos Anderson – UEPA

Tendo como universo de análise um grupo de 11 jovens da rede pública e particular de ensino, da cidade de Belém do Pará, entre meninos e meninas, este estudo traz para debate a questão da temática sexualidade na adolescência, como reflexo de sua presença no período da infância, como integrante do processo de desenvolvimento humano dos gêneros. Trazendo para debate a maneira como os jovens se relacionam, pensam e possuem informações sobre o assunto. Objetivando uma compreensão da temática no contexto da juventude e as formas que eles entram em contato com o assunto, por intermediações escolares e familiares desde a infância. Estudar a sexualidade sob o discurso dos adolescentes ajuda na compreensão da existência da temática no período inicial da vida, o que caracteriza a continuidade do processo de desenvolvimento humano. Realizada sob a forma de entrevistas semi-estruturadas a pesquisa investiga a temática da sexualidade na adolescência, saber como os adolescentes obtêm informações sobre o assunto, e quais são as suas referências e o que eles fazem com elas. Citando a presença das esferas familiar e escolar neste processo de orientação sexual e analisando de que forma estes disponibilizam mecanismos para promover o desenvolvimento humano do adolescente (e da criança). Apresento a sexualidade como parte integrante e iniciada na infância e observada na adolescência.

16:00h às 18:00h - 4ª Sessão

A mulher na pesca: de interdito cultural a agente sócio produtiva

Nadia Sueli Araújo da Rocha – UFPA, Alessandra Sampaio Cunha – UFPA, Sérgio Cardoso de Moraes – UFPA

A pesca artesanal se faz presente em quase todas as comunidades amazônicas e constitui-se numa fonte de renda imprescindível para manutenção do sustento familiar. A presença feminina na pesca ganha destaque na comunidade de Segredinho/PA, no nordeste paraense, uma vez que a atividade é desenvolvida por mulheres de diferentes idades e mantém viva uma tradição aprendida com seus antepassados. Neste artigo será analisado o trabalho feminino e as relações sócio-ambientais desenvolvidas com o lago onde é realizada a atividade da pesca. Teremos como instrumentos metodológicos as visitas periódicas realizadas na comunidade para identificarmos os elementos correspondentes às análises; observação da atividade da pesca in lócus; entrevista semi-estruturada com as mulheres e reuniões periódicas com os moradores. Apresentamos como resultados preliminares o entendimento prévio das mulheres da comunidade de que é necessário estabelecer relações sócio-ambientais que mantenham os recursos naturais existentes no lago, a consolidação de mitos existentes entre os moradores como condição de perpetuação da tradição e a suspensão da atividade da pesca durante o período de defeso. Elementos que consolidam a relação necessária entre homem e natureza. Palavras Chaves: Comunidade, Pesca, Meio Ambiente, Conhecimento Tradicional, Mulher.

Organização de trabalho e estrutura familiar feminina no Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia (PA).

Ducilene Melo da Silva – IESPA

Comunicação da pesquisa sobre o trabalho feminino no Assentamento 1º de Março, em São João do Araguaia (PA) revela as diferentes interpretações sobre os objetivos do PRONAF “A” para os atores do saber local e para os mediadores do desenvolvimento rural. A agricultura familiar se caracteriza pela “unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (LAMARCHE, 1993, p. 15). Neste contexto, a mulher está presente desempenhando função relacionada à tradicional divisão sexual do trabalho ou não, de acordo com a composição do grupo familiar. Os dados de campo mostraram que a presença da figura masculina (cônjuge) condiciona o tipo de tarefa atribuída à mulher. O perfil feminino encontrado foi: ensino fundamental incompleto, descendentes de agricultores, mas com trajetória ocupacional anterior principal no trabalho doméstico. Adotou-se pesquisa documental, observação direta e entrevista estruturada, consultando 12 mulheres numa amostra de 35 pessoas. PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar. PRONAF “A”. Trabalho feminino.

Entre Estigmas e Resistências: trajetórias de vida de prostitutas idosas

Érika Bezerra de Meneses Pinho – UFCE

A presente comunicação faz parte da pesquisa referente à nossa dissertação de mestrado, na qual apresentamos uma discussão sobre envelhecimento, identidades e experiência social, a partir de narrativas de mulheres. A dissertação terá como objeto os relatos de trajetórias de vida de prostitutas ou ex-prostitutas, que consideram ter chegado à velhice. As memórias das entrevistadas, moradoras do bairro Serviluz, em Fortaleza, evocam uma rede de relações pertencente à Fortaleza antiga, quando o Porto do Mucuripe, no auge de suas atividades, atraía grande fluxo de navios e clientes para a zona de meretrício local. O foco da análise está voltado para as negociações identitárias evidenciadas nos relatos das informantes. Concordamos com Michel Pollak, que define a identidade não como a essência de uma pessoa, mas como algo

negociável pelo sujeito. O autor define a noção de identidade como “imagem de si, para si e para os outros”. As narrativas, objeto do estudo, constituem um espaço privilegiado para a observação de como os sujeitos realizam essas negociações. A construção da identidade das informantes dialoga com a estigmatização social imposta pelo fato de serem prostitutas ou ex-prostitutas. Os contextos identitários, entretanto, incluem outros aspectos. A vivência da prostituição incide amplamente sobre a imagem social e a autoimagem das entrevistadas, mas dialoga com outros aspectos de suas experiências. O papel de prostitutas é apenas um entre a multiplicidade de papéis cotidianamente desempenhados pelas personagens da pesquisa, seja como mulheres, esposas, namoradas, mães, filhas, avós ou trabalhadoras do mercado formal e informal. As informantes negociam, de diferentes formas, com a dupla desvalorização que lhes é imposta pelo estigma da prostituição e pela idade avançada.

“Amor sem sexo é amizade...”? : sexo e amor (e sexualidade) no contexto de parcerias amorosas adultas

Telma Amaral Gonçalves – UFPA

Ao explicitar os objetivos deste GT, chamou-me atenção o fato de que os coordenadores destacaram que visavam “proporcionar um diálogo com questões (...) como a sexualidade de crianças, jovens e velhos”. Como tenho trabalhado com a sexualidade adulta no contexto de uma parceria amorosa, tema que considero pouco explorado em nossas investigações, minha proposta é discutir a idéia (de senso comum?) de que há um redução (ou extinção?) da atividade sexual à medida que o relacionamento a dois se torna mais duradouro. Para tal, tomo por base as falas de dez pares hetero e homossexuais por mim entrevistados, pertencentes aos segmentos médios da cidade de Belém, cuja ênfase é a de que, se por um lado, a frequência sexual do par diminuiu com o passar do tempo, o sexo quando praticado ganha maior intensidade, qualidade e profundidade, o que fortifica e redimensiona o sentimento amoroso que uniu o par.

Pôster

Esporte, cidade, modernidade: Belém do Pará

Sandra Letícia Ferreira Magalhães

Este artigo tem por objetivo discutir o desenvolvimento do esporte na cidade de Belém do Pará no final do século XIX e início do XX. E desenvolver um estudo sobre as modificações da capital paraense inserida no campo da modernidade, a Belle Époque amazônica, onde dentre outras características tem-se o desenvolvimento de um lazer voltado para o esporte que começa a se tornar evidente no cotidiano da cidade no final do século XIX e amplia o seu espaço nas primeiras décadas do século XX. Busca-se analisar as modificações de um cenário urbano onde contracenam diversos atores sociais que vivenciam a contradição da modernidade, onde cada uma assume seu papel, inclusive a mulher, que na sociedade paraense sofria uma série de transformações pautadas no desenvolvimento econômico regional e no encantamento proporcionado pelo simbolismo dos diversos produtos e costumes europeus que por aqui chegavam, assim como as práticas esportivas. PALAVRAS -CHAVES: Esporte, Mulher, cidade, modernidade.

Através dos bondes: homens, mulheres e transportes coletivos em Belém de 1900 a 1947

Ana Carolina Ferreira Soares de Lima – Unama, Alexandre Martins de Lima – NAEA/UFPA

As transformações tecnológicas, políticas econômicas e urbanas ocorridas nos finais do século XIX e início do XX engendraram uma reconfiguração da organização e dos costumes das sociedades brasileiras, dentre elas, Belém, que neste contexto paulatinamente transformase em palco de encontros e de convívio social mais intenso em função da assimilação de uma cultura – material e imaterial – europeizada, pretensamente moderna, cosmopolita e civilizada, na qual o espaço urbano desempenha papel preponderante ao permitir novas perspectivas e possibilidades. Em uma sociedade machista, patriarcal e conservadora, a mulher belenense recebia educação para desempenhar o papel de boa dona de casa, boa esposa e mãe, mas com a ascensão de uma classe economicamente hegemônica, enriquecida pela economia gomífera, sobrevieram novos paradigmas sociais, de fortes influências européias, modificando as tradicionais atribuições homem=trabalho=público e mulher=ócio=privado. Os espaços públicos passam a ser cada vez mais freqüentados pelas mulheres, principalmente após as remodelações urbanas levadas a termo na aurora do século XX. Largos e praças ajardinadas e urbanizadas, cinematógrafo, telégrafo sem fio, e bondes, tornaram a cidade de Belém como lócus da modernidade. Ainda que durante muito tempo as mulheres fossem praticamente excluídas do processo de modernização dos transportes urbanos brasileiros, principalmente no que tange a implantação de bondes, estes modal de transporte afetou substancialmente diversos planos da vida feminina, desde usuárias dos transportes públicos, dos espaços urbanos, causando alteridades mesmo em seus costumes, no comportamento e nos ditames da moda. Assim, o presente artigo propõe observar as relações de gênero através dos bondes da cidade de Belém, durante o período de 1900 a 1947.

GT 07 – Desigualdades Regionais e Programas de Transferência de Renda na Amazônia

Coordenadoras: Elenise Sherer (UFAM), Maria Antonia Cardoso Nascimento (UFPA), Vera Lucia Batista Gomes (UFPA).

Debatedoras: Adriana Azevedo Mathis (UFPA), Elenise Sherer (UFAM), Maria Antonia Cardoso Nascimento (UFPA), Vera Lucia Batista Gomes (UFPA)

As desigualdades regionais marcam o Brasil, diferenciando as regiões Sudeste e Sul das regiões Norte e Nordeste, expressas nos indicadores que apresentam condições de vida e trabalho aviltantes na Amazônia. Apesar da redução da desigualdade apontada nos últimos anos pelo IPEA, por organismos internacionais, e pela melhoria de indicadores sociais, como o Índice de Gini, o IDH e a mortalidade infantil, essa melhoria ainda diferencia negativamente o Norte e o Nordeste, do restante do país. Esta proposta tem como objetivo mapear e debater estudos locais acerca da discussão em torno das controvérsias existente na academia nacional e internacional sobre os impactos dos programas de transferência de renda mínima na redução da pobreza e da desigualdade, salientando as particularidades na região amazônica.

13 de Setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 1ª Sessão

A Inclusão do Pescador nas Políticas Públicas de Seguridade Social do Trabalhador Rural.

Maria Bernadete Reis Maia – UFAM, Henrique dos Santos Pereira – UFAM

A importância dos recursos pesqueiros é múltipla, porém, longe do tradicional enfoque sobre o papel ecológico ou econômico, cabe ressaltar o impressionante impacto social e cultural deste recurso na região Amazônica. O pescado é destacadamente a principal fonte protéica na alimentação das populações ribeirinhas amazônicas e com a transformação tecnológica ocorrida no setor após a década de 60, a atividade pesqueira teve seu valor econômico, político e social, estendido e intensificado. A pesca é uma das mais antigas atividades praticadas no Brasil. Seu processo de evolução é marcado por diferentes etapas, de modo que essas acompanham o desenvolvimento da nação. Sendo assim, retomando sua evolução ao longo do século XX, destaca-se a presença do pescador dito artesanal como personagem central da atividade. Em função das dificuldades sofridas pelo setor pesqueiro artesanal, à restrição de recursos financeiros, com os quais se depararam logo após as sucessivas quedas na produção, aliada à necessidade de manejo das espécies da pesca marinha para garantir a sustentabilidade do recurso, em 2003 (séc. XXI), o Governo Federal criou a Política do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal - SDPA, que garante uma compensação à renda do pescador artesanal durante o período da proibição da pesca, o defeso, que objetiva garantir a reprodução das espécies. O seguro defeso, como popularmente é conhecido, foi ampliado logo em seguida para as águas interiores, na qual entram as águas amazônicas. A sua ampliação veio das demandas expostas pelas organizações dos pescadores, que devido ao aumento da demanda de pescado para os centros urbanos. Este trabalho disserta sobre a Política do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal – PSDPA, ressaltando as suas dimensões gestoras; a organização da política e dos beneficiados pelo seguro, compostas pelas instituições gestoras

do benefício, entidades organizativas e pescadores artesanais beneficiados. À luz da literatura escolhida para embasar a discussão e de pesquisa empírica, o estudo possibilita a abordagem das experiências de co-gestão de recursos pesqueiros na Amazônia, as quais requerem maior atenção à combinação de regras jurídicas tradicionais e econômicas, tanto nos aspectos de regulação quanto de significados dessas práticas no decorrer dos anos. Nesta perspectiva, a promoção de uma gestão integrada de recursos naturais e do meio ambiente pode levar não só ao questionamento de certas modalidades técnicas de exploração, mas também estimular a busca de transformação das condições sociais que cercam seu exercício. A gestão integrada de recursos naturais pressupõe o aprendizado dos aspectos técnicos e sócio-institucionais do processo de desenvolvimento da política pública.

Modo de Vida na Amazônia: reflexos da transferência de renda na comunidade Distrital do Coração (Macapá/Amapá-2004-2010)

Isnanda de Azevedo Feitoza – UNIFAP, Manoel de Jesus de Souza Pinto – UNIFAP

Este trabalho compõe a linha Organização do Território, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP. Tem como objeto a Transferência de Renda na Comunidade Distrital do Coração (Macapá/AP) e como categorias de análise modo de vida, transferência de renda e desenvolvimento. A problemática questiona “Qual a caracterização dos arranjos sócio-econômicos produzidos pela transferência de Renda (Bolsa Família e Renda para Viver Melhor) que determinam ritmos diferenciados ao cotidiano da Comunidade do Coração? e duas questões norteadoras: a) Que reformulações a Política de Transferência de Renda (TR) tem provocado no Modo de Vida das Comunidades Amazônicas?; e b) Em que aspectos a política de TR pode ser descrita com um mecanismo de desenvolvimento local?. Como hipótese, considera-se que o acesso a políticas de TR tem provocado mudanças na dinâmica sócio-econômica da Comunidade do Coração, uma vez que, impõe a mesma ritmos diferenciados de organização e desenvolvimento, além disso, os valores totais de transferência desconsideram a variabilidade do custo de vida na região, sendo assim, insuficientes para produzir impactos efetivos na redução da pobreza. O trabalho tem como objetivo geral analisar a dinâmica dos arranjos sócio-econômicos no cotidiano da Comunidade do Coração a partir dos Programas Bolsa Família e Renda para Viver Melhor e suas interconexões com o desenvolvimento local. Especificamente, faz-se descrição da Política de TR na Proposta da Assistência Social no Brasil; identificação de como o Bolsa Família e o Renda para Viver Melhor têm intervindo na formatação dos arranjos sócio-econômicos no Coração; e prospecção das relações entre TR e desenvolvimento local. O método é explicativo-qualitativo com aporte da análise documental e levantamento sócio-econômico.

Pra Não Sobrar Mês: segurança alimentar e renda familiar em Itacoatiara, Amazonas

André de Oliveira Moraes - NEPECAB/UFAM, Moisés Augusto Tavares Pinto – NEPECAB/UFAM, Ronam de Souza Gato – NEPECAB/UFAM, José Aldemir de Oliveira – NEPECAB/UFAM, Tatiana Schor – NEPECAB/UFAM

A questão da segurança alimentar tem pautado discussões e políticas públicas específicas em todo o Brasil. Programas governamentais de assistência a renda familiar tem se tornado cada vez mais representativos politicamente e gerado reflexos nessa renda que ainda são

pouco explorados. O objetivo deste trabalho é identificar a importância das rendas sociais do governo na renda familiar e seu impacto sobre a segurança alimentar na cidade de Itacoatiara. Para tanto foi realizado trabalho de campo na cidade de Itacoatiara em fevereiro de 2010 para coleta de dados primários. Foram aplicados formulários em 120 domicílios distribuídos em 12 bairros da cidade (de um total de 26) sendo 10 formulários em cada um. Os formulários possuem questões sobre o perfil socioeconômico, moradia, perfil alimentar e segurança alimentar das famílias. A análise dos dados mostrou que dos domicílios amostrados, 86% tem renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos (SM), 11% entre 2 e 4 e apenas 3% estão na faixa de 4 a 6 SM. Um total de 83% tem entre 1 e 2 pessoas que trabalham e contribuem com a renda familiar. Complementando esses dados, 44% dos domicílios possuem aposentados e 54% recebem auxílio governamental (bolsa família). Mesmo com esse incremento na renda, 76% afirmaram que no último mês, o dinheiro acabou antes que tivessem mais para comprar comida. Considerando que 67% adquirem comida a crédito [58% com crédito formal e informal (fiado) e 35% usando cartão de crédito] esta se mostra uma estratégia de segurança alimentar nesses domicílios. Ainda 62% já deixaram de pagar contas para comprar comida, demonstrando a prioridade na destinação da renda. Os dados apontam que as transferências de renda governamental podem refletir um relevante grau de influência na composição da renda total da família e ainda refletem na alimentação e segurança alimentar da população. Palavras-chave: segurança alimentar; renda governamental; Itacoatiara.

Programa de Renda Mínima e Consumo no “Bico do Papagaio-TO”

Lidiane Alves da Cunha – UFT

Buscando analisar o grau de inserção da lógica do consumo por parte dos beneficiários de programas de renda, desenvolvemos um estudo verificando a influência de valores simbólicos de consumo e da relação entre necessidades e satisfação dos beneficiados. É na reelaboração das práticas deste segmento social mais carente financeiramente a partir da sua convivência com valores simbólicos de consumo que podemos compreender como esta culturalização do indivíduo ao consumo se dá, aprendendo-se regras e incorporando-se novos princípios que colidem o ter e o ser, com uma supervalorização de signos, símbolos e status. Neste sistema capitalista, é comum o desprezo por quem não partilha do mesmo poder de consumo, pois isto representa uma prova visual de ostentação de poder ou separação entre consumidores potenciais e consumidores precários, de acordo com Bauman. A região do Bico do Papagaio – TO é um exemplo de como o acesso ao desejo de consumo é disseminado através da TV, muito embora a sua satisfação esteja distante. A estes últimos resta somente a possibilidade de sonhar com o simulacro ou experimentar a exclusão. E neste sentido, cabe questionar-se acerca da construção de uma cidadania cada vez mais marcada pelo consumo nos dias atuais, em que os programas de renda mínima colidiram com estes anseios por bens simbólicos, para além do consumo de subsistência.

Programas Sociais em Área Ambiental (Bolsa Floresta)

Andriam da Palma Pinto – UNINORTE, Viviane Moraes da Silva – UNINORTE, Ítalo Rodrigues Brelaz – UNINORTE

O presente trabalho trata de um estudo realizado sobre Programas Sociais em Área Ambiental, o qual buscou identificar a concepção de Desenvolvimento Sustentável no Programa Bolsa

Floresta, abordando a questão ambiental como uma problemática sócio-ambiental, focalizando a educação ambiental como uma forma de potencializar cidadãos de forma participativa para o enfrentamento das problemáticas sociais e ambientais, enfatizando o Programa Bolsa Floresta como uma forma de garantir a sustentabilidade das populações tradicionais e a proteção da natureza. Para tanto, o referido trabalho caracteriza o acesso ao programa Bolsa Floresta na comunidade Zé João localizado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do rio Madeira no Estado do Amazonas. A metodologia empregada para a realização deste trabalho envolveu pesquisas bibliográficas, documental, internet e depoimento.

16:00h às 18:00h – 2º Sessão

Diferenças das Desigualdades de Renda e de Pobreza entre municípios da Região Norte.

Flávia Pereira Xavier – UFT

Grande esforço analítico tem sido feito não apenas para mensurar os níveis de pobreza e desigualdades no Brasil, mas também para entender como eles se apresentam segundo diferenças da estrutura ocupacional e inter-regionais. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo discutir diferenças regionais das desigualdades a partir de dados municipais da região norte. Os dados são agregados referindo-se a todos os municípios da região norte, possibilitando a comparação de indicadores da pobreza absoluta e relativa destes municípios. Para tal, identificamos os possíveis fatores explicativos das diferenças de renda per capita média e da proporção de pobres destes municípios. Como resultado, encontramos que nem o crescimento econômico nem a política do federalismo fiscal contribuem expressivamente para a diminuição das diferenças inter-regionais da renda per capita e da pobreza. Por outro lado, as taxas de alfabetização e urbanização são fatores significativos para a redução das desigualdades. Entretanto, estes fatores revelam que afetam diferentemente o conjunto dos municípios, contribuindo mais para aqueles municípios com a média da renda per capita maior e de menor proporção de pobres.

Política Pública de Transferência de Renda: garantia de mínimos sociais?

Leny da Gama e Silva – UFPA

Com a globalização da economia surge uma grande massa de desempregados, que além das consequências desastrosas ao setor social afeta a desenvoltura do mercado consumidor. A saída encontrada para incluir neste mercado consumidor aqueles que estão excluídos do mercado de trabalho aponta para uma redistribuição de renda catalogada na transferência direta de recursos públicos, através de uma política de garantia de renda mínima. No Brasil, a renda mínima, apesar de ser classificada como política compensatória tem sido justificada como sendo um direito do cidadão. Assim, são criados programas de transferência de renda que propunham auxiliar a reprodução da vida da população que não alcançou se quer as condições mínimas de subsistência. Contudo, é conveniente e justo que estes programas sejam transformados numa ampla política nacional, implementada de modo coordenado e descentralizado. Os Programas de Transferência de Renda são vistos como expressões do processo de subordinação das políticas sociais à regulação econômica neoliberal, na qual o processo de transferência de recurso é individual e a avaliação é do comportamento do mercado e não das aquisições do cidadão e da sua família. A identificação dos mínimos sociais com um mínimo de renda acaba

se constituindo em uma política distributiva equívoca, incapaz de atender as necessidades básicas do cidadão, ainda que no campo do estabelecimento dos mínimos sociais. A política de garantia de renda mínima faz parte da estratégia da sociedade capitalista contemporânea que põe em confronto duas lógicas distintas: estimular a rentabilidade econômica e propiciar o direito à satisfação das necessidades sociais. Nesse sentido, busca-se entender a política de transferência de renda em virtude do jogo de interesse que a acompanha, no contexto social, econômico e político que engloba a sociedade, especialmente a brasileira.

Programa Taxa Zero: cidadania e pioneirismo.

Alberto Damasceno – UFPA, Antonia Cardoso do Santos – UFPA, Emina Marcia Neri – UFPA, Terezinha de Jesus Arnaud Torres Madeiro – UFPA

Em 2008, a Pró-Reitoria de Extensão - PROEX, por meio da sua Diretoria de Assistência e Integração Estudantil - DAIE, criou o Programa Taxa Zero no Restaurante Universitário. Pioneiro na UFPA, a iniciativa teve como objetivo subsidiar alimentação sem custos para alunos de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A identificação dos potenciais beneficiários aconteceu em função dos dados obtidos junto ao relatório do Questionário Sócio Econômico e Cultural dos Estudantes da UFPA - QSEC, que é um projeto de extensão do Instituto de Ciências da Educação, fundamental para a identificação dessa classe de discentes. Na seleção para o Programa, o critério básico foi sua inclusão em Programas de Transferência de Renda do Governo Federal. A partir de então, foram realizadas reuniões, entrevistas individuais, e visitas domiciliares como estratégias metodológicas que contaram com a participação de pós-graduandas e graduandas do curso de Serviço Social da UFPA, as quais constituíram a Comissão de Assessoramento Técnico que procedeu a análise socioeconômica da situação de cada aluno.

Refletindo sobre as políticas e programas de ecoturismo na Amazônia brasileira.

Edilaine Albertino de Moraes – UFRJ, Maria Angélica Maciel Costa – UFRJ

Em meados do século XX, a região amazônica foi palco de uma série de políticas públicas e programas com o objetivo de desenvolvimento econômico. Neste contexto, o ecoturismo sendo, em tese, uma prática capaz de geração de renda, trabalho e de proteção da natureza, vem sendo considerado como um veículo potencial de desenvolvimento na Amazônia. Um dos estados pioneiros no fomento ao ecoturismo foi o Pará, que iniciou suas atividades na década de 1970, cujo marco foi a criação da Companhia Paraense de Turismo (PARATUR). A partir desse momento, o ecoturismo passa a ser amplamente abordado nos discursos oficiais como um caminho possível para o desenvolvimento regional, com um mínimo impacto ambiental. Para refletir sobre a proposta de ecoturismo na Amazônia brasileira, o presente trabalho pretende interpretar as políticas públicas de ecoturismo que vem sendo desenhadas para a região, sobretudo a partir da década de 1990, destacando o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal (PROECOTUR), o Programa Nacional de Ecoturismo (PNE) e o Plano Amazônia Sustentável (PAS). Neste sentido, cabe ressaltar que grande parte das políticas criadas com o propósito de desenvolvimento na região, desencadeou uma série de conflitos sociais, desigualdades regionais e degradação ambiental nos locais implementados. Assim, é importante destacar que, para a efetivação de políticas e do planejamento do território para o fomento do ecoturismo, enquanto prática social associada diretamente ao território, é

necessário que se considere o contexto, as práticas ambientais e os saberes dos atores sociais que ali se encontram, nas estratégias adotadas.

Notas sobre as trajetórias das Políticas Sociais no Brasil.

Maria Antonia Cardoso Nascimento – UFPA, Adriana Azevedo Mathias – UFPA, Vera Lúcia Batista Gomes – UFPA

A literatura brasileira sobre a história do sistema de proteção social tem reiterado a tímida atuação do Estado diante das expressões do antagonismo de classe, que tem se caracterizado por uma abissal desigualdade entre os que vivem da sua força de trabalho e os que usufruem da exploração, colocando o país como um dos mais desiguais no topo do ranking mundial. O reconhecimento das manifestações da questão social como caso de política, particularmente a partir do final da década de 1980, tem possibilitado o oferecimento de uma rede de programas e serviços que aparecem como modo de enfrentamento dos conflitos mais acirrados, de forma a impactar a pobreza absoluta e, por conseguinte, um tratamento não cidadão dos que nela mergulham. Tal ordenamento tem produzido uma “assistencialização” das políticas sociais por meio dos Programas de Renda Mínima na última década, que, segundo pesquisas desenvolvidas, reduzem a pobreza absoluta, mas não a eliminam, afastando-se da proposta de um sistema universal, eqüitativo e que tenha como matriz central uma concepção redistributiva e de reconhecimento dos direitos cidadãos. O investimento do Estado brasileiro na “assistencialização” das políticas sociais é funcional a Reforma do Estado orquestrada pela política neoliberal que tem seu auge na América Latina e no Brasil nas décadas de 1980 e 1990 (precisamente a partir do Censo de Washington), uma vez que garante a legitimidade do Estado sem forçá-lo a redistribuir a riqueza. Tal postura nacional tem se expressado nos últimos anos, na maioria dos governos subnacionais, pela política de benefícios, no qual se destaca o Programa Bolsa Família.

GT 08 – Sociedade, trabalho e saberes tradicionais

Coordenadores: Therezinha de Jesus Pinto Fraxe (PPGCASA-UFAM)

Henrique dos Santos Pereira (PPGCASA/UFAM)

Debatedores: Jozane Lima Santiago (NUSEC/FCA/UFAM),

Marcelo Seráfico (PPGS/UFAM)

O objetivo do grupo de trabalho é reunir pesquisas em três eixos de problematização: 1. Sociedades Rurais; 2. A categoria trabalho e 3. Saberes Tradicionais. Isto porque, os camponeses amazônicos desenvolvem suas atividades na terra, na floresta e na água, respeitando a sazonalidade regional e utilizando principalmente o “saber local”. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido em cada ambiente é originário, principalmente dos povos indígenas, com saberes específicos. Estes saberes ligados as percepções simbólicas material e imaterial dos povos tradicionais nos permitem avançar nas verdadeiras ciências do concreto.

13 de setembro de 2010**14:00h às 16:00h - 1ª Sessão: Amazônia e os saberes tradicionais****O artesanato do coco babaçu em Tocantinópolis: saber e resistência**

Lidiane Alves da Cunha – UFT

Buscando identificar a importância social, econômica e ambiental do artesanato do côco babaçu para a região de Tocantinópolis - TO, e o papel da Bioindustrial de Babaçu S/A (TOBASA) nos debruçamos sobre a criação e comercialização dos produtos confeccionados pelas artesãs. Discutimos também a forma de organização das artesãs na construção da identidade do artesanato frente ao processo de modernização. Esta resistência velada, onde o embate não se configura pela luta direta, mas por uma postura criativa como forma de suprir suas necessidades de um jeito peculiar e adaptado à realidade, demonstra como o saber local contribui na luta contra o avanço do agronegócio, principal fator de desmatamento das palmeiras.

O artesanato de miriti e seus possíveis impactos sociais e ambientais no município de Abaetetuba

Deizeane Costa dos Santos – UFPA

Esta pesquisa investigou o trabalho na produção do brinquedo de miriti dos artesãos da associação ASAMAB mostrando sua realidade e sua cultura. Sendo utilizado como metodologia a pesquisa bibliográfica para se ter um aprofundamento sobre o tema e uma pesquisa de campo com observação direta intensiva, utilizando entrevista estruturada que foram feitas com os artesãos em seus ambientes de trabalho. Assim como, utilizado a técnica de história de vida para se obter fidelidade nas informações dadas pelos entrevistados. Com a venda do brinquedo antes do Círio há uma desvalorização do artesanato em relação a população tradicional da localidade do município, porém no mês de Outubro e no período em que acontece o festival do miriti o povo se manifesta para seu reconhecimento. Quanto aos impactos ambientais e sociais, não são visíveis, pois, o povo se alimenta do vinho, do mingau do fruto, etc., ou seja, utilizam todos os recursos da palmeira; na extração, há um determinado tempo para o crescimento até sua podagem, eles acreditam que não há impacto ambiental no

processo de utilização da palmeira, pois eles têm cuidado na hora de cortar os braços mais maduros, e deixam os braços pequenos que estão em fase de crescimento para que a palmeira não morra e em cada festival são plantadas mudas de miriti. Este trabalho artesanal é em grande parte produzido como tradição pelas famílias de Abaetetuba que possuem como renda para seu sustento, alegria para muitas crianças com seus brinquedos e reconhecimento para o município que é reconhecido como a “Capital do miriti”. Palavra-chaves: brinquedo de miriti, trabalho artesanal, cultura, associativismo.

Populações tradicionais em espaço de ação coletiva: gestão de bens comuns na comunidade Juçara, município de Porto de Moz-Pará.

Ketiane dos Santos Alves

O estudo tem como objetivo traçar um diálogo entre teoria e investigação concreta e apontar elementos de reflexão acerca da gestão de bens comuns em área de comunidade ribeirinha. Trata-se, portanto, de apresentar ao leitor a lógica que rege o manejo coletivo de recursos florestais, destacando a implementação de uma experiência piloto de Manejo Florestal Comunitário no interior da Reserva Extrativista “Verde para Sempre”. A discussão do trabalho será fundamentada na teoria de regime de propriedade comum adotada por Ostrom (2001) e formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais apresentada por Diegues (1997). Partiremos do pressuposto de que com a implementação do projeto de manejo florestal comunitário direcionado à exploração de recursos florestais madeiros em regime de propriedade comum, as famílias da comunidade “Juçara” reforçaram as formas de privatizar os direitos sobre um objeto (recursos madeiros e não madeiros da área da comunidade) sem dividi-lo em pedaços (OSTROM, 2001). Além disso garantiram uma maneira de parcelar o fluxo de “rendas” de um sistema integrado de recursos sem que haja parcelamento do capital em si, mas arranjos de direitos de propriedade nos quais os usuários dividem direitos e responsabilidades sobre o espaço e os recursos naturais geridos na terra, na água e na floresta. De um modo geral, apresentaremos como a comunidade ribeirinha “Juçara” encontra-se organizada quanto ao espaço territorial e seus meios de produção antes e após a implementação do projeto de manejo florestal comunitário.

Medicina popular e biomedicina nas práticas do cuidar da saúde na comunidade Nossa Senhora das Graças, Manacapuru/AM

Suzete Camurça Nobre – UFAM, Therezinha de Jesus Pinto Fraxe – UFAM, Albejmere Pereira de Castro – UFAM

O presente trabalho aborda as concepções e práticas do cuidar da saúde na comunidade Nossa Senhora das Graças, área rural do município de Manacapuru, Amazonas, e na área urbana do município, envolvendo médicos e outros profissionais de saúde pertencentes ao hospital Lázaro Reis e à maternidade Cecília Cabral. Adotou-se a pesquisa etnográfica, por meio da qual se pode constatar a complementaridade de práticas diferentes, oriundas da medicina popular e do Sistema Público de Saúde. Percebeu-se que as práticas de saúde da comunidade estabelecem uma profunda troca material e simbólica com a cidade, na forma de troca de plantas medicinais, remédios alopáticos, os cuidados com vacinação, os partos realizados na maternidade, a procura por rezadores e pegadores de desmentidura na cidade e na comunidade, entre outros. Os rezadores tem papel significativo no tratamento

de diversas doenças, e muitos pacientes procuram tanto estes especialistas de cura quanto os médicos, agindo de forma complementar as práticas dos profissionais do Sistema Público de Saúde. Observaram-se especificidades quanto à prática médica dos profissionais de saúde em Manacapuru, que adotam uma postura de maior proximidade com as parteiras, rezadores e o conhecimento sobre as plantas medicinais no cuidar da saúde, diferenciando, assim, a prática médica cotidiana dos preceitos e princípios da biomedicina.

Nova política florestal e empresas do setor madeireiro. O que há de novo nessas estratégias em face às populações tradicionais ?

Edna Castro NAEA/UFPA, Sabrina Mesquita do Nascimento NAEA/UFPA, Simy de Almeida Correa NAEA/UFPA

Neste artigo fazemos um balanço dos últimos dez anos da atividade madeireira no Pará e das mudanças na política para o uso das florestas amazônicas nas esferas federal e estadual, face às estratégias de concessão de florestas públicas à iniciativa privada. As dinâmicas relativas à pressão sobre as terras e sobre as populações tradicionais é um dos objetivos da análise deste trabalho. O primeiro Distrito Florestal na Amazônia compreende a área que se estende de Santarém a Castelo dos Sonhos (BR-163) e de Jacareacanga a Trairão (Br-230). Áreas reservadas, posteriormente, pela esfera estadual, estão no noroeste do estado. Para o processo de concessão florestal, é preciso considerar o complexo contexto no qual se insere esta região e os conflitos já existentes, entrelaçados com processos de expansão e de sucessão na terra desde meados dos anos 1970. Inúmeros novos atores empresariais, com suas estratégias, buscam inserir atividades que entram em conflito com a economia de base na agricultura familiar. A interpretação aqui proposta revê as matrizes desses processos políticos e procura explicar as novas dinâmicas sociais referidas à madeira, ao mercado de terras e aos grupos tradicionais.

Pôster

Conhecimentos tradicionais e uso de plantas medicinais na Amazônia

Sérgio Cardoso de Moraes – UFPA

A discussão sobre desenvolvimento sustentável na Amazônia há décadas está voltada para as condições satisfatórias de prover a espécie humana em nosso planeta, haja vista os efeitos devastadores provocados por grandes investimentos nessa Região, comprometendo a biodiversidade de ecossistemas. Esta discussão exige tanto a utilização racional dos recursos naturais, quanto o estabelecimento de políticas adequadas para manutenção da biodiversidade. Na Amazônia, encontramos uma diversidade vegetal espetacular, onde várias espécies são utilizadas por populações tradicionais no âmbito de plantas medicinais. Nesta ótica, discutimos os conhecimentos tradicionais acerca do uso e cultivo desses vegetais. A investigação foi realizada na Comunidade Jararaca, situada na área rural do município de Bragança-PA, onde várias comunidades vivem basicamente da agricultura familiar e da extração de recursos do manguezal (caranguejo, peixe e outros). Este município faz parte da Mesorregião bragantina do Estado do Pará, uma das áreas mais habitadas da zona costeira paraense. A pesquisa teve como objetivo identificar as espécies de plantas medicinais e os saberes relativos ao uso tradicional na referida Comunidade, além de mostrar a importância do cultivo para a manutenção da biodiversidade. O trabalho de campo se desenvolveu através da pesquisa-ação. A identificação

de espécies permitiu catalogar e montar um registro sobre a utilização e cultivo. As relações que são firmadas no processo de identificação e uso de plantas medicinais por populações tradicionais permite-nos visualizar estas experiências enquanto práticas que propiciam o uso sustentável dos recursos naturais. Outrossim, verificamos que o conhecimento tradicional no seio dessas populações tem grande importância na vida social. Trata-se de saberes transmitidos pela oralidade e pelas práticas do cotidiano das populações. Dessa forma identificamos uma certa equivalência entre os conhecimentos tradicionais e científicos.

Os Tapeba e a Mercadoria: produção, troca e consumo do artesanato indígena.

Cristina Peixoto Batista – UFC

Os Tapeba e a Mercadoria: produção, troca e consumo do artesanato indígena. Os Tapeba são um povo indígena que vive ao longo de diversas comunidades do município de Caucaia, estado do Ceará. Sua história vem marcada por diversas lutas de reconhecimento étnico e de demarcação de terra. O presente trabalho visa, numa compreensão inicial, problematizar sobre as questões que envolvem a lógica de produção e comercialização de artesanato do grupo indígena no âmbito da análise marxista de mercadoria. A partir de uma contextualização da situação histórica e atual do povo Tapeba, pretende-se situá-los dentro de uma área de fricção interétnica, conceito de Cardoso de Oliveira (1972), que prevê a situação de índios em relação à sociedade nacional. A produção artesanal indígena, perpassa uma necessidade econômica seno notada com simbólica. À luz de Barth (2000), o conceito de grupo étnico é trabalhado no sentido de explicar a necessidade de afirmação do índio em relação ao outro. O contraponto do trabalho é apontar que, a partir de uma necessidade política, oriunda da situação de fricção com a sociedade nacional, os índios iniciam participações em projetos de Ongs ou Governos, mudando a lógica tradicional do ponto de vista da produtivo e comercial. Dessa forma, o artesanato deixa de ser produzido na quantidade e qualidade suficiente de valor de uso e a produção passa a ser através da perspectiva do valor de troca. Para além da visão marxista, Appadurai (1986) nega a existência de um valor de uso (necessidade) em busca de uma crítica ao fetichismo da mercadoria. Desse forma, propõe-se a possibilidade de observar com maior amplitude as mercadorias como sujeitos repletos de representações. Através o trabalho de campo, é imprescindível observar a compreensão da visão que os Tapeba desenvolvem sobre si, seu artesanato e sobre as relações de troca nesse âmbito de sua vida.

16:00h às 18:00h - 2º Sessão: Trabalho e agricultura familiar

Sustentabilidade e sociedade: máquina descortiaçoras de fibra de malva (*urena lobata* L.), tecnologia social a serviço dos caboclos ribeirinhos do Amazonas

Hélcio Honoarto de Souza – UFAM, Albejamere Pereira de Castro – UFAM, Jozane Lima Santiago – UFAM, Paulo Henrique da Silva – UFAM, Tatiana de Souza Figueira – UFAM, Karina de Oliveira Milhomem – UFAM, Janaina – UFAM

A malva é uma planta produtora de fibra nativa da Região Amazônica, pertencente à família botânica Malvaceae cujo nome científico é *Urena lobata* L., o plantio desta espécie é feito em regiões específicas dos estados do Amazonas em áreas de várzea alta não sujeitas às inundações periódicas e nos estados do Maranhão e Pará em áreas de terra firme. A introdução da malva na região Amazônica foi feita no estado do Pará nas regiões hoje conhecidas como “Zona Bragantina”, “Zona Guajarina” e “Zona do Salgado” em áreas de pequenos produtores. A

malva começou a ser cultivada como mais uma alternativa para a produção de fibras na região amazônica, a introdução da cultura da malva no Estado do Amazonas data de 1971 em áreas de várzea alta, por iniciativa das indústrias locais de aniagem, no primeiro ano de cultivo a produção atingiu 1.750 toneladas, chegando em 1988 a 30.346 toneladas. O processo tradicional para a obtenção da fibra de malva consiste no plantio na época da vazante e concentração da colheita no período da enchente, pois é necessária a presença da água na proximidade do local de plantio para que o agricultor evite a necessidade de carregar os feixes a serem processados para a água. Essa espera da aproximação da água ao plantio diminui a qualidade do produto, levando à perda de tempo no decorrer da evolução da enchente. A máquina descortecedora de fibras surgiu como uma alternativa para a melhoria do processamento das fibras, como forma de tornar o trabalho do agricultor menos insalubre e melhorar a qualidade do produto obtido, bem como a produtividade. O princípio do uso da máquina baseia-se na modificação do processo produtivo, agregando vantagens como: facilitar o transporte dos feixes, diminuir o volume de material a ser processado, diminuir o tempo de maceração, evitar a permanência do agricultor durante todo o dia na água, eliminar a dependência sazonal da enchente e melhoria da qualidade do produto final obtido.

Minha casa é tudo o que tenho: os novos bens no espaço doméstico ribeirinho

Thatyana de Souza Marques – IDSM

O objeto de estudo é a tríade casa - atores sociais - objetos. A aquisição de certos objetos, levando-se em conta a forma como são dispostos no ambiente e como são utilizados, irá nortear diferentes linhas de projetos arquitetônicos ou reforçar outras. Em outras palavras, o cenário doméstico de determinado grupo social é fruto da aquisição mais ou menos de certos bens materiais e da relação que estes bens possuem com seu usuário – “as coisas” que possuímos é que transforma o espaço em “casa”, daí a possibilidade de se fazer um paralelo com a expressão: minha casa é tudo o que eu tenho! E também tudo que sou. A pesquisa será realizada numa casa ribeirinha localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – AM. Pelo fato desta casa estar inserida num contexto com características que remetem a um campesinato amazônico, proponho aqui fazer uma reflexão teórica do espaço casa em três momentos: o de conceber, o de vivência e o da percepção. Primeiramente para contextualizar o objeto de estudo, defendo identificar quem são os atores sociais que participam do “projeto intelectual/arquitetônico” da casa a ser construída, e o que faz cada um deles durante o processo de construção. Em segundo, proponho revelar os usuários e como a utilizam. Finalmente, busco compreender como cada ator social (incluindo os usuários) vê esta casa pronta.

“Essa terra é que nem nossa mãe – a gente não foi “malcriado” com a mãe da gente!”: dinâmicas territoriais e saberes na Resex de Tauá-Mirim, São Luís-MA

Sislene Costa da Silva – UFMA, Elena Steinhorst Damasceno – UFMA

A Reserva Extrativista (RESEX) de Tauá-Mirim, em fase de criação, abrange dez comunidades em uma área de aproximadamente 16 mil hectares e localiza-se em uma região abundante em manguezais, na porção Sudoeste do município de São Luís – Maranhão. Apesar da proximidade e do contato recorrente com a área urbana da cidade, as comunidades rurais que compõem a área demandada para a RESEX apresentam características e dinâmicas próprias

que consideram as especificidades do ambiente natural. Matas, mangues, nascentes e rios: cada espaço tem a sua representação, sendo o seu uso e manejo constantemente atualizados e (re) significados diante da percepção da degradação ambiental, na medida em que essa situação pode interferir na reprodução social. Expor as experiências que remetem ao manejo dos ecossistemas citados através de “saberes locais” sobre o ambiente natural e que orientam as ações para um melhor aproveitamento e conservação ambiental, presentes no cotidiano das comunidades do Taim, Limoeiro e Rio dos Cachorros, componentes da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, é a proposta desse trabalho.

A importância dos saberes tradicionais da agricultura familiar na construção do conhecimento agroecológico no Amazonas

Jozane Lima Santiago – UFAM, Eder Nascimento Galucio – UFAM, Albejamere Pereira de Castro – UFAM

As populações tradicionais da Amazônia desenvolveram conhecimentos no que se referem aos diferentes tipos de uso da terra, como o agroextrativismo e o processo de domesticação das plantas cultivadas; a exemplo do cupuaçuzeiro, uma espécie nativa, domesticada basicamente nas condições dos quintais, a racionalidade do plantio em miscelânea de olerícolas, leguminosas, frutíferas, dentre outras espécies. Todo esse saber foi desenvolvido de forma cumulativo através da adaptabilidade aos ecossistemas amazônicos. Diante da importância das experiências agroecológicas dos agricultores familiares em comunidades amazônicas, buscou-se conhecer as práticas agroecológicas utilizadas nos sistemas de produção pelos agricultores familiares da comunidade amazônica São Francisco/Careiro da Várzea-AM. A orientação metodológica da pesquisa foi baseada em princípios e procedimentos participativos que foram adotados num processo sistemático e contínuo, orientado por diagnóstico participativo, monitoramento e avaliação, visando a construção de novos saberes e sistematização dessas experiências. A economia local é sustentada pelos produtos retirados dos sistemas agroflorestais (safs) tradicionais constituídos pelos sítios, roças, quintais dentre outros. Os agricultores familiares aplicam práticas agroecológicas oriundas da experiência repassada através dos tempos. A necessidade da integração, socialização dessas práticas e articulação com outras comunidades rurais, grupos de pesquisa e extensão, passa por uma questão estratégica para a consolidação não só da agroecologia na região como da produção familiar rural com sustentabilidade. Diante disso, acredita-se que estas práticas agroecológicas originadas do saber local desses agricultores familiares podem contribuir significativamente como alternativas de desenvolvimento rural sustentável na Amazônia.

Pôster

Produção e consumo de bebida alternativa por agricultores familiares no projeto de assentamento 26 de março, Marabá, Pará

Fabício Marinho Lisbôa – UFPA, Jayanne Santos Nunes – UFPA, Jefferson Sá Jorge – UFPA, Alzira Gabriela da Silva – UFPA, Clarissa Mendes Knoechelmann – UFPA

As comunidades tradicionais apresentam modos de vida e cultura diferenciadas, os quais são transmitidos entre gerações. Esta relação simbiótica entre homem e a natureza permite a utilização destes conhecimentos para a produção e consumo de alimentos e bebidas. A agricultura praticada de forma tradicional é um fator de grande perda na diversidade genética e

destruição do ecossistema natural, assim o avanço agropecuário e o conseqüente rompimento do fluxo de conhecimentos acumulados sobre o uso tradicional das plantas acrescentam certa urgência em registrá-los. Objetivou-se com esse estudo relatar o saber local de agricultores familiares no Projeto de Assentamento (P.A.) 26 de Março, Marabá, Pará, em consumir bebida alternativa produzida com sementes de quiabo [*Abelmoschus esculentus* (L.) Moench]. A bebida é elaborada com o pó de sementes de quiabo maduro torradas e moídas, a partir do qual se prepara uma infusão, semelhante ao café comum. Conhecida localmente como “café de quiabo”, é muito consumida pelos agricultores desse P.A. e, em algumas famílias, substitui até mesmo o próprio café. No Oriente, é realizado o mesmo processamento com sementes do quiabo, e o seu pó é consumido em substituição ao café, assim como ocorre no P.A. 26 de Março. O fruto do quiabeiro apresenta em sua constituição, proteínas, cálcio, b-caroteno, nutrientes e vitaminas que são importantes para o bom funcionamento do organismo humano e não contem cafeína, que apesar de em doses terapêuticas estimularem o coração e aumentarem a sua capacidade de trabalho, em excesso pode provocar, em algumas pessoas, efeitos negativos como irritabilidade, ansiedade e insônia. Assim, a bebida produzida por essa comunidade, além de ser uma alternativa ao café comum, pode apresentar atividade terapêutica devido a sua composição nutricional e similaridade degustativa com o café.

Redes sociais e capital social no associativismo e cooperativismo de populações tradicionais de áreas protegidas do sul do Amapá-Amazonia-Brasil

Adalberto Carvalho Ribeiro – UNIFAP

Estudar a configuração de redes sociais de comunidades é uma forma objetiva de entender questões referentes ao capital social que circula nos grupos sociais. Na Amazônia, nas últimas décadas, processos associativistas e cooperativistas vêm crescendo em nome de políticas vinculadas ao desenvolvimento sustentável. Na região Sul do Estado do Amapá, esses processos influenciaram 3 (três) áreas que são especialmente protegidas: 1) o Assentamento Agroextrativista Maracá, 2) a Reserva Extrativista Cajari – RESEX Cajari, e 3) a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru – RDS I. Esta movimentação faz reconfigurar à região, e os processos de trabalho existentes. Passa a haver a presença de novos atores e um conjunto de aprendizagens inovadoras. A unidade espacial de referencia do estudo é exatamente essas 3 áreas com seus fenômenos socioambientais. Capital social nesta pesquisa foi utilizado de duas maneiras e na perspectiva de Durston (1999; 2000): 1) capital social comunitário, e 2) capital social individual. A metodologia contou com o apoio do programa UCINET (uma ferramenta eletrônica) que gera os sociogramas para identificar o capital social individual das 4 organizações agroextrativista, a saber: 1) COOPERALCA 2) COMARU, além da 3) Associação dos Trabalhadores do Assentamento Agroextrativista do Maracá – ASTEX-MA e 4) Associação dos Trabalhadores da RESEX Cajari – ASTEX-CA. Para se compreender o capital social comunitário foi utilizado questionário adaptado do Questionário Integrado para Medir Capital Social (QMCS) de origem do Banco Mundial e aplicado nos domicílios. Os resultados apontam que em nível comunitário, para um conjunto de ações determinadas, o recurso relacional social circula de modo significativo e funciona como uma espécie de rede de seguridade social privada. Em nível de capital social individual (das associações e cooperativas) ocorrem outros fenômenos podendo-se destacar: 1) relações de poder assimétricas entre os atores das redes sociais das associações e cooperativas; 2) centralização de poder por parte das lideranças; 3) projetos produtivos exógenos que desconsideram a cultura local.

14 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h – 3ª Sessão: Gênero, pesca e áreas protegidas

Estudo exploratório da cadeia produtiva da pesca artesanal no Município de Maracanã, Estado do Pará

Cláudia Glaucilene Guimarães de Aguiar – IESAM, Marcos Antônio Souza dos Santos – UFRA, Ruth Helena Cristo Almeida – UFRA

Este artigo apresenta uma análise socioeconômica da pesca artesanal no município de Maracanã, localizado no Nordeste Paraense. Foram aplicados 66 questionários nas seis principais comunidades pesqueiras do município, envolvendo aspectos socioeconômicos, tecnológicos, produtivos e do ambiente institucional. Os resultados indicam que a idade média dos pescadores artesanais é de 47 anos, com uma escolaridade de aproximadamente 3,5 anos de ensino formal e 71,9% das famílias obtêm rendimentos mensais inferiores a três salários mínimos. Na dimensão produtiva e tecnológica foram constatadas poucas mudanças comparativamente aos diagnósticos realizados nas últimas décadas, pois a atividade é desenvolvida utilizando-se métodos tradicionais e equipamentos rudimentares, modo geral confeccionados pelos próprios pescadores. O processo de comercialização sofre intensa influência de agentes intermediários, pois 86,4% da produção é transacionada diretamente com estes agentes após o desembarque. No ambiente institucional constatou-se que a organização e integração social, assistência técnica e o acesso às linhas de financiamento exercem um papel fundamental na ampliação do desempenho socioeconômico da atividade.

Análise das Formas de Trabalho na Comunidade Ribeirinha de Mucajá com a Implantação da Floresta Estadual de Maués/AM

Mayara Pereira da Silva – UFAM, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves – UFAM, Talita de Melo Lira – UFAM, Marklize Siqueira – UFAM

O tema em pauta encontra-se inserido no cenário das problemáticas sócio-ambientais, no qual emerge a preocupação com as formas de manejo que podem incidir em práticas de conservação e preservação dos recursos naturais com a implantação de áreas protegidas. O trabalho apresenta o estudo produzido no âmbito dos projetos: Análise das formas de trabalho na comunidade ribeirinha de Mucajá com a implantação da Floresta Estadual de Maués PIBIC/UFAM; Transformações no Modus Vivendi das Comunidades Ribeirinhas da Floresta Estadual de Maués, vinculados ao projeto piloto Estudo das Formas de Manejo dos Recursos Naturais e do Acesso às Políticas Públicas pelas Populações Ribeirinhas de Maués - CNPq. O estudo aborda as atividades produtivas e o modo de vida na comunidade após a inserção no entorno da Unidade de Conservação. Para tanto foram adotados procedimentos metodológicos organizados em três fases: Preliminar: Pesquisa bibliográfica; seleção dos sujeitos; pesquisa documental; elaboração dos instrumentais para coleta de dados; Pesquisa de Campo: apresentação do projeto de pesquisa, aplicação do formulário e realização de entrevista junto aos representantes domésticos; Articulação Teórico-Prática: a organização, o tratamento e a análise dos dados, tendo como quadro de referência as categorias analíticas que nortearam o estudo. Dentre os resultados destaca-se: a caracterização da dinâmica produtiva em Mucajá, identificação das atividades produtivas, bem como o perfil dos produtores ribeirinhos, o desenvolvimento coletivo das práticas produtivas e seu modo de vida no plano local. O estudo

contribui com debate sobre a sustentabilidade no manejo dos recursos naturais na Amazônia, fornecendo informações qualificadas para o estabelecimento de políticas que considerem a especificidade do produtor ribeirinho e contribuam para melhoria das condições de vida do referido segmento social.

Desenvolvimento socioeconômico e ambiental na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus: estudos da pesca para uma vida sustentável

Saadya Jezine da Silva – UFAM, Antonio Carlos Witkoski – UFAM

O crescimento populacional humano, bem como a conseqüente demanda cada vez maior dos recursos naturais, nos leva a crer na necessidade urgente de se proteger esses recursos, de forma que seu uso possa ser transferido para as próximas gerações. O estado do Amazonas vem se destacando como líder nacional na compatibilização das necessidades das populações mais carentes, e do empresariado que vive da exploração dos recursos naturais com a conservação da biodiversidade. Diante dessa necessidade, foi instalado um novo modelo, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (agora parte do Sistema Nacional de Conservação), proposto pelo próprio estado do Amazonas, com o intuito de promover a compatibilização desses ideais. Diante disso, a exploração e conservação de alguns recursos, principalmente o pescado, são essenciais para o desenvolvimento das populações amazônicas, tendo em vista que a maior parte delas vive ao longo dos seus principais rios, onde a pesca é a principal fonte de proteína e renda para essas populações. Acredita-se que mais de 50% do pescado consumido na cidade de Manaus (hoje o maior centro urbano da Amazônia) seja proveniente do baixo rio Purus. No entanto, nos últimos anos, a pesca desordenada tem causado diminuição dos estoques das principais espécies comerciais como pirarucu, tambaqui, surubim, e outros, e para isso, a organização dos espaços amazônicos tem se tornado cada vez mais necessária. Diante disso, a pesquisa analisa o mundo do trabalho da pesca tendo como base a conexão entre a vida social, econômica e ambiental na Reserva de Desenvolvimento Piagaçu-Purus, evidenciando os processos de trabalho da pesca considerando as relações homem/natureza; identificando e tipificando os espaços produtivos da pesca e os sujeitos sociais envolvidos nas atividades pesqueiras da RDS/Piagaçu/Purus; e por fim, demonstrando os índices socioeconômicos da atividade da pesca na sustentabilidade da Reserva.

Pôster

Realidade socioeconômica e cultural em comunidades rurais do estado do Amazonas

Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves – UFAM, Silvana Compton Barroso – UFAM, Rosa Maria da Silva Nunes – UFAM, Adson da Silva Figueiredo – UFAM

Este artigo apresenta um estudo diagnóstico do estudo sobre a realidade sócio-econômica e cultural das comunidades rurais de São Miguel e São Jorge, do Município de Presidente Figueiredo/AM, e a comunidade do Brasileirinho, na área rural de Manaus. O estudo faz parte do projeto Estudos Agronômicos e Sociais de Comunidades Rurais do Amazonas Visando sua Sustentabilidade a Longo Prazo, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil (CNPq), desenvolvido pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-Ambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia - Inter-Ação, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em parceria com o Grupo

Biologia e Manejo dos Solos da Amazônia do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA). O diagnóstico sócio-econômico e cultural nas comunidades rurais relacionadas busca identificar o potencial econômico e as necessidades sociais dos produtores locais. A metodologia realizada nesse diagnóstico foi baseada em uma metodologia particular de pesquisa participante, a Metodologia Inter-Ação, que tem por finalidade possibilitar a interlocução entre os saberes de base técnico-científica e popular tradicional. Neste estudo as peculiaridades e o potencial de cada comunidade foram mapeadas, com técnicas de abordagem grupal e individual, bem como procedeu-se à orientação quanto às boas práticas culturais e capacitação técnica com ações sócio-educativas para o aumento da diversidade e qualidade da produção, sua sustentabilidade e conseqüente melhoria da qualidade de vida dos comunitários. Palavras-Chave: Comunidades Rurais; Sustentabilidades

Repensando o desenvolvimento na Amazônia: um enfoque da inserção socioproductiva de mulheres na Associação de mulheres de Igarapé-Miri/ASMIM-PA

Lissany Braga Gonçalves – UFPA, Maria José de Souza Barbosa – UFPA

Esse trabalho tem o intuito de apresentar considerações sobre o desenvolvimento na Amazônia, de maneira a enfatizar o local, apontando a influência desse contexto, na inserção sócio-productiva da mulher e de seu empoderamento. Nesse sentido, será adotada como análise a Associação de Mulheres de Igarapé-Miri/ASMIM/PA, como um meio de organização da produção extrativista, tendo como foco o fortalecimento do associativismo baseado no saber local como espaço que proporciona geração de renda, de debate acerca dos direitos, bem como de uma maior visibilidade da mulher, corroborando para o desenvolvimento local. Esse estudo trata-se de uma primeira abordagem acerca do objeto de estudo para dissertação de mestrado, tendo como metodologia um levantamento documental nos relatórios do Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários/PITCPES; trabalhos de conclusão de curso relacionado à ASMIM/PA, além do levantamento bibliográfico das temáticas debatidas. Como resultado parcial obteve-se que o resgate de valores tradicionais como o associativismo contribuiu para a melhoria de vida das associadas da ASMIM/PA, na medida em que há uma articulação entre as esferas econômica, política e social, que se consolida por meio do seu trabalho e dos seus saberes. PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento local, inserção sócio-productiva da mulher, Associação de Mulheres do Município de Igarapé-Miri-ASMIM/PA.

16:00h às 18:00h - 4ª Sessão: Trabalho e etnoconhecimento

A igreja na Amazônia: estudo da religião em Jaiteua de cima, Manacapuru (AM)

Liliane Costa de Oliveira – UFAM, Marilina Conceição Oliveira Bessa Serra Pinto – UFAM

A história da ocupação recente da Amazônia está diretamente relacionada ao encontro de culturas religiosas, sustentadas socialmente por mundos materiais e espirituais distintos, definidores do ethos vivido. Cabe destacar o cristianismo como um dos principais movimentos religiosos introduzido na região, a princípio, pelo catolicismo e mais tarde pelo protestantismo. É possível perceber a influência que a igreja exerceu sobre a vida dos moradores, tornando-se depois da família uma das mais importantes instituições sociais e na atualidade permanece exercendo domínio no processo de formação de novas comunidades, reproduzindo práticas messiânicas de evangelização e colonização. Entre as comunidades

ribeirinhas de Jaiteua de Cima, Manacapuru/AM, são as igrejas (evangélica e católica) que delimitam o espaço sóciopolítico, pois o processo de implantação destas igrejas no local está diretamente relacionado com a história da formação social das comunidades: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Assembléia de Deus, Assembléia de Deus Tradicional e Santa Izabel. São as igrejas no local que ocupam o espaço de centralidade, por isso esse estudo sobre a vida religiosa merece destaque por ser um fenômeno que modifica simbolicamente as relações de percepção espaço-temporais entre as comunidades ribeirinhas. As características mais visíveis dessas mudanças são, por exemplo, as construções de igrejas e a criação de um espaço próprio para o santo padroeiro. Portanto, a vida religiosa funciona como um dos mais importantes mecanismos de garantia do poder entre as famílias na medida em que aglutina e domina a comunidade, constituindo-se em um poder simbólico. Pretendemos neste trabalho analisar o modo de ocupação religiosa destas comunidades sob a ótica das teorias sociológicas de Max Weber e Pierre Bourdieu e mostrar a possibilidade de confrontar o modelo teórico construído pelos autores com a observação empírica da realidade apontada.

Articulando o Turismo Comunitário e o Comércio Justo na Amazônia: a Pousada Aldeia dos Lagos de Silves e o projeto Guaraná dos Sateré Mawé.

Kércia Priscilla Figueiredo Peixoto – UFPA

Na Amazônia a produção agro-alimentar orgânica e beneficiada, os artesanatos e os fitoterápicos representam setores potencialmente capazes de desenvolver uma produção com identidade territorial. Entretanto, apesar de dominarem basicamente o saber fazer, muitas comunidades produtoras têm dificuldades na comercialização de seus produtos. Produzindo em bases territoriais, as comunidades detêm saberes importantes, mas na maioria dos casos carecem de conhecimentos adaptados às exigências dos mercados e dos consumidores para realizarem seus produtos como mercadorias. E por esse motivo acabam ficando à margem do mercado, que na sua forma convencional é exigente, competitivo e excludente. Essa circunstância afeta as condições de vida das comunidades e as afasta de possibilidades de aprendizado e evolução dadas pelo próprio mercado. As comunidades querem e precisam vender seus produtos, contudo não é qualquer mercado que os acolhe. A dificuldade de inserção das comunidades nos circuitos comerciais tem a ver com a tirania dos mercados, que não são receptivos aos seus típicos ritmos de trabalho, que se relacionam com os limites e sazonalidades da natureza. Uma alternativa aos tempos e escalas impostos pelos mercados convencionais se coloca com o Comércio Justo, que, assim como o Turismo Comunitário, abre possibilidades às comunidades tradicionais. Na Amazônia dois exemplos de projetos desenvolvidos de acordo com essas lógicas comerciais alternativas são a Pousada Aldeia dos Lagos, de Silves, desenvolvido pela Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural - ASPAC e o caso do Guaraná dos Sateré Mawé, gerido pelo Conselho Geral da Tribo Sateré Mawé – CGTSM. Ambos no estado do Amazonas e ambos valorizados pela articulação entre o Comércio Justo e o Turismo Comunitário, sistemas alternativos que se fortalecem e fortalecem as comunidades amazônicas que os praticam.

A pesca dos bagres e as transformações socioeconômicas ocasionadas em uma comunidade da costa do pesqueiro II – Manacapuru

Rony Willams Frutuoso de Souza – UFAM, Therezinha de Jesus Pinto Fraxe – UFAM

O estudo da pesca na Amazônia nos ajuda a compreender como os grupos sociais locais têm de lidar com as transformações causadas pelo sistema econômico capitalista, seja nas relações sociais tradicionalmente construídas, seja nas atualmente estabelecidas. A interação entre homem e o meio ambiente também sofre com essas mudanças em decorrência da exploração dos recursos naturais pela própria exigência do mercado. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar as transformações socioeconômicas em uma comunidade rural a partir da atividade de pesca e comercialização dos bagres em Manacapuru, além: de identificar os agentes sociais envolvidos na pesca comercial, a partir da Comunidade Nossa Senhora das Graças; caracterizar os principais agentes sociais envolvidos na cadeia de comercialização do pescado; compreender as transformações causadas pela pesca e comercialização dos bagres na comunidade Nossa Senhora das Graças. A metodologia baseia-se na pesquisa qualitativa dos dados, compreendendo o método etnográfico, uma descrição densa (GEERTZ, 1989) como uma ferramenta de compreensão da realidade social dos pescadores comerciais de Manacapuru. Sendo assim, o trabalho de campo torna-se indispensável para a obtenção dos dados necessários que estão sendo sistematizados ao longo da pesquisa. A área de estudo compreende uma comunidade ribeirinha localizada às margens do rio Solimões – AM, Comunidade Nossa Senhora das Graças (Manacapuru), e também a cidade de Manacapuru, nas áreas de atuação sócio-política das atividades da pesca comercial. As interações sociais em torno da pesca na comunidade Nossa Senhora das Graças passam por relações ligadas ao mundo do trabalho rural, além das relações entre campo e cidade. As trocas econômicas entre comunidade e a sede do município de Manacapuru são realizadas através da comercialização do pescado com os comerciantes, os frigoríficos de peixe liso, localizados na cidade, e ainda com os comerciantes de peixe liso vindos de outras regiões. Os pescadores da comunidade Nossa Senhora das Graças dedicam-se quase que exclusivamente a pesca do peixe liso, isso devido à lucratividade que essa atividade proporciona ao pescador, ou seja, o comércio dessas espécies de peixe tem mercado certo e os pescadores não ficam na dependência do comércio de feiras e mercados de Manacapuru ou da capital do estado. Os pescadores pescam durante o dia todo, mas principalmente pela parte da manhã, sendo que os horários para a pescaria são determinados pelo próprio pescador ou pela necessidade do mesmo. Os trabalhadores da pesca na comunidade Nossa Senhora das Graças dedicam-se quase que com exclusividade à pesca dos bagres ou os chamados “peixes lisos” como, por exemplo, a dourada (*Brachyplatystoma Rousseauii*), o filhote (*Brachyplatystoma Filamentosum*), a piramutaba (*Brachyplatystoma Vaillantii*), o surubim (*Pseudoplatystoma Fasciatum*) e outras espécies de bagres. Portanto, trabalho busca compreender as transformações das relações sociais na comunidade Nossa Senhora das Graças a partir da atividade da pesca comercial do bagre na localidade e região.

Pôster

Etnomatemática dos Ribeirinhos: um estudo sobre os saberes matemáticos

Israel Pereira Costa – UFPA, Elisa Claudete Serrão de Souza – Unama

A Etnomatemática possui como foco central, o conhecimento matemático construído e praticado no cotidiano por grupos sociais distintos. Esta pesquisa se propõe a identificar o conhecimento matemático produzido numa comunidade ribeirinha, localizada em frente à cidade de Belém, Pará tanto em sala de aula, quanto em suas práticas cotidianas, especialmente em suas atividades comerciais (artesanatos, vendas de frutas e peixes, etc.). Para buscar estes elementos, far-se-á uso de entrevistas, conversas informais com alunos e familiares, observações

e análise dos dados, o que vai possibilitar a caracterização da comunidade ribeirinha quanto à forma como praticam e desenvolvem os saberes matemáticos no seu dia-a-dia. A questão que permeia todo o processo de investigação é: Como a comunidade ribeirinha compreende, manifesta e pratica o saber matemático no seu cotidiano? O trabalho será desenvolvido com alunos do Ensino Fundamental e seus familiares.

GT 09 – Povos indígenas, territórios e conhecimento

Coordenadores: Sônia Magalhães (UFPA), Claudia Lopez (MPEG)
e Pascale de Robert (IRD-França)

Debatedor: Antonio Carlos Magalhaes (MPEG/Instituto Humanitas).

Sociedades indígenas e organizações políticas de âmbito regional, nacional de e transnacionais de povos indígenas. Relação Estado e sociedades indígenas. Identidades e territorialidades.

14 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 1ª Sessão: Direitos Territoriais Indígenas

Condicionantes para demarcação de territórios indígenas: a postura judicial do Estado brasileiro na afirmação dos direitos territoriais indígenas

Marlon Aurélio Tapajós Araújo – UFPA

Remontam às invasões dos primeiros anos dos Quinhentos o relacionamento entre o Estado e os índios. Desde o princípio, foi algo sem alteridade. Ainda no primeiro século da invasão portuguesa, os índios conheceriam a verdadeira face do embrião do Estado português: a da violência. Cinco séculos depois da invasão, os herdeiros do Estado português ainda sonegam direitos originários dos índios. Este texto analisará em que medida o desfecho do conjunto de processos acerca do território indígena Raposa Serra do Sol (Roraima) contribuiu mais para a violação dos direitos dos índios, no que se refere ao território e direitos correlatos, do que para a afirmação dos direitos destes povos. Para tanto, serão discutidos os conceitos de terra e território e avaliado como ambos, e seus defensores, foram o nascedouro das 19 condicionantes. Proceder-se-á à avaliação das condicionantes que violaram os Direitos Humanos dos povos e comunidades indígenas, inseridos na Convenção 169 da OIT comprometendo a idéias de territorialidade e identidade, inclusive porque há a perspectiva de constituírem parâmetros a serem observados nas próximas demarcações de terras indígenas, em âmbito administrativo, ou na resolução de questionamentos judiciais que tenham por alvo tais procedimentos administrativos. Coligiremos dados sobre julgados ocorridos após a fixação das condicionantes para saber em que medida se ativeram ou se afastaram destas balizas judicialmente impostas pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil.

Terras Indígenas no contexto do projeto da barragem de Belo Monte

Antonio Carlos Magalhães – Instituto Humanitas, Sonia Barbosa Magalhães – UFPA

O objetivo deste trabalho é discutir a situação das Terras Indígenas no contexto do projeto de implantação da barragem de Belo Monte, considerando dois aspectos: 1) a vulnerabilidade dos territórios face às transformações econômico-sociais previstas; b) as condições sociais e políticas da inserção dos índios no debate sobre os processos sociais que incidirão sobre os seus territórios. São analisadas, particularmente, a situação das Terras Indígenas Juruna e Arara, ambas situadas na Volta Grande do Xingu. Para esta área está previsto o barramento e o desvio do Rio Xingu, bem como a instalação dos principais canteiros de obras. A literatura antropológica que trata deste tema em outras situações de barragens, inclusive na Amazônia, aponta a emergência de diversos processos de desestruturação social e cultural. No caso de

Belo Monte, pode-se afirmar que os índios desconhecem os processos - e os riscos - aos quais poderão estar submetidos e os mecanismos legais de proteção estão sendo desconsiderados pelas esferas do Estado responsáveis pela aprovação do projeto.

Mulheres indígenas em luta contra as barragens em Rondônia

Renata da Silva Nobrega – Nova Cartografia Social da Amazônia

Praticamente esgotado o potencial hidrelétrico dos melhores eixos da região Sudeste, a indústria barrageira tem se voltado para a Amazônia, caracterizada como uma nova fronteira hidrelétrica, detentora de 44% do potencial total do país. Os rios Tocantins, Xingu, Madeira e Tapajós e seus afluentes concentram a maior parte das barragens propostas ou executadas. Em Rondônia, pode-se até mesmo falar em uma “febre barrageira”, caracterizada pela instalação de hidrelétricas de pequeno porte em todo o estado, pela retomada de projetos derrotados no passado e pelo alvoroço que as usinas do Rio Madeira têm provocado. Todos estes projetos hidrelétricos se inserem em uma estratégia de exploração dos rios amazônicos que atualiza as políticas desenvolvimentistas executadas pela ditadura militar na região a partir dos anos 60 e que têm ameaçado e expropriado povos indígenas, quilombolas e comunidades ribeirinhas. Adotando um recorte étnico, percebe-se que esta expansão hidrelétrica ameaça pelo menos vinte povos indígenas em Rondônia, sem contar aqueles em situação de isolamento. Seja pela expropriação do território indígena (caso da inundação das áreas de perambulação dos isolados) ou pela inviabilização da vida dentro dos territórios indígenas (como no caso das Pequenas Centrais Hidrelétricas da Bacia do Rio Branco), as barragens hoje atualizam um projeto genocida presente na ocupação recente de Rondônia, na medida em que ameaçam a vida e a reprodução social dos povos indígenas. Diante desta ameaça, os povos indígenas, com destaque para as mulheres indígenas, organizam-se e articulam-se para enfrentar esta ameaça. Em um terreno dominado pela presença masculina, as mulheres indígenas exigem, cada vez mais, espaços para conhecer de perto esta ameaça e participação nos encontros dos movimentos indígenas a fim de fortalecer a luta contra as barragens.

Estado e Movimento Indígena na Amazônia Ocidental: do conflito à conciliação?

Israel Pereira Dias de Souza – UFAC, Francisco Charles Falcão – UFAC, Carlos César de Santana – UFAC

O objetivo desta comunicação é fazer uma análise da relação Estado-Movimento Indígena na Amazônia Ocidental. É sobejamente conhecido o tratamento que o Estado sempre dispensou ao Movimento Indígena nessa região: exclusão, indiferença, violência etc. A luta dos povos originários por autodeterminação e defesa da identidade e do território, sempre encontrou nele impiedoso adversário. Entretanto, em 1999, com o governo “Frente Popular do Acre”, cria-se a Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas. Pela primeira vez, os indígenas foram encarados como sujeitos e convidados a tomar parte na condução do aparato estatal. Além disso, o referido governo colocou em marcha um modelo de desenvolvimento - diz-se - inspirado no modo de vida dos “povos da floresta”. As expectativas suscitadas por este novo quadro permitem perguntar: Enfim os índios teriam suas históricas e vitais reivindicações atendidas e seu modo de vida preservado e valorizado? Enfim protagonistas? Por força da verdade efetiva das coisas, as conclusões mostram que, apesar das esperanças, o que está em curso é um processo de cooptação, desmobilização e fragmentação do Movimento Indígena a partir do Estado. Palavras-chave: Estado, Movimento Indígena, Amazônia Ocidental.

16:00h às 18:00h - 2º Sessão: Direitos Territoriais Indígenas (Parte II)
“Homens da Floresta”: o estado de anomia e suas consequências no grupo indígena Guarani-Kaiowá

Cassiano dos Santos Simão – UFPA, Karen Gabriely Sousa Santos – UFPA

A área de Dourados no Mato Grosso do Sul apresenta-se como um núcleo de intensos conflitos e intervenções devido à tensão política de demarcação de terras. Essa condição se arrasta pelo local desde a década de 80 do século XX, sendo constantes tensões que culminam, especificamente, em conflitos violentos, por nela estar contida uma grande área de terras indígenas de domínio da etnia Guarani-Kaiowá. A reafirmação de disputas de poderes acaba por refletir marcas profundas, que estão sendo internalizadas por este grupo, reverberando em consequências negativas a tal comunidade. Esta Pesquisa prima por investigar a relação proposta entre o alto índice registrado de suicídios de indígenas da comunidade no final da década de 80 início da década de 90 (suicídio de 52 índios entre os anos de 1987 a 1991) e o conceito de “Anomia” pensado pelo sociólogo francês Émile Durkheim; demonstrar as consequências negativas do regime de demarcação de terras para os Guarani-Kaiowá, tendo em vista seu processo de interação social; observar como o “estado de anomia” influencia a questão da identidade indígena Guarani, a partir da importância de seu território para a ordem e manutenção do grupo.

Pluralismo Jurídico e Multiculturalidade no caso dos índios.

Violeta Refkalefsky Loureiro – UFPA

Procura demonstrar a insuficiência do aparato legal hegemônico vigente no Brasil, visto que o mesmo não se mostra capaz de garantir respeito às especificidades das populações indígenas, violando os dispositivos constitucionais. Metodologia: O artigo resulta de revisão bibliográfica, acrescida de uma experiência de trabalho vivenciada no campo da educação escolar indígena pela autora. Resultado: Apesar da Constituição brasileira de 1988 garantir os direitos dos índios à diferença cultural, segmentos da sociedade civil e mesmo do Estado, seguidas vezes, demonstram encará-los como ameaças à unidade e à segurança nacional, ou como entraves ao desenvolvimento, rejeitando-lhes o direito à multiculturalidade. Com frequência, o Judiciário enquadra questões e interesses relativos aos índios com base numa lógica fundada em valores da sociedade de mercado e no aparato jurídico hegemônico vigente, em desfavor da cultura indígena. Embora exista uma garantia de direitos culturais das minorias, não existe um pluralismo jurídico que assegure o pleno exercício desses direitos. Esta lacuna se reflete, também, na prática administrativa e nas políticas públicas do Estado. Conclusão: O estudo evidencia a necessidade de um pluralismo jurídico que abarque a cultura indígena mais amplamente, bem como um novo ethos jurídico-social, uma vez que o reconhecimento da multiculturalidade exige direitos, justiça e políticas diferenciadas a ele correspondentes, se se quer aprofundar a democracia. A insuficiência do direito, somada às distorções das políticas públicas não ajustadas à cultura indígena vem recobrando o tema do pluralismo jurídico de uma crescente legitimidade. É preciso pensar na construção de uma cidadania étnico-cultural. Palavras-chaves: Direito à multiculturalidade. Direito indígena. Pluralismo jurídico.

Pôster

A reivindicação do direito a igualdade pela diferença: somente a seleção diferenciada garante o “acesso” de populações indígenas ao ensino superior?

Juliana da Mata Cunha – UFPA, Weleda de Fátima Freitas – UFPA

Este estudo apresenta uma análise das primeiras experiências dos universitários indígenas que participaram do Processo Seletivo Diferenciado organizado pelo Programa de Políticas Afirmativas para Povos Indígenas e Populações tradicionais (PAPIT) da Universidade Federal do Pará. A partir de entrevistas com os calouros indígenas, pretende-se demonstrar como estes percebem as possibilidades de intervenções e melhorias nas suas próprias aldeias a partir do ingresso no ensino superior. De modo que, a partir destas expectativas e do próprio “olhar” do universitário indígena sobre suas primeiras experiências no universo acadêmico, pôde-se perceber que somente o acesso diferenciado ao ensino superior não garante uma futura intervenção compatível com as realidades culturais diferenciadas dos povos indígenas. Sendo assim, é importante ter em vista outras formas de inclusão na Universidade e considerar ainda, a possibilidade de um ensino superior diferenciado.

O novo e o tradicional entre os índios Suruí-Aikewára: deslocamentos bakhtinianos no olhar

Ivânia dos Santos Neves – Unama

Em março de 2010, na Terra Indígena Sororó dos índios Suruí-Aikewára, o Governo Estadual entregou um conjunto de 30 casas populares feitas de alvenaria. Esta nova arquitetura contrasta com as casas tradicionais desta sociedade. A partir de um ensaio fotográfico e da observação participante durante a realização de um projeto de educação com esta sociedade, este trabalho analisa como as imagens destas novas casas e a apropriação que os Aikewára estão fazendo, construindo em anexo uma casa tradicional de palha e madeira, traduzem as fronteiras culturais em que eles vivem. Se por um lado aceitam a interferência do material e das formas ocidentais, por outro, incorporam elementos de seu patrimônio arquitetônico tradicional. Na parte metodológica, faço um deslocamento das definições de discurso direto, indireto e indireto livre com que Bakhtin analisa romances medievais e proponho um caminho de interpretação destes deslocamentos do patrimônio arquitetônico Aikewára.

Dia 15 de setembro de 2010

14:00h às 15:10h - 3ª Sessão: Identidade étnica e novas territorialidades

Relação Estado e Sociedades Indígenas: identidades e territorialidades em Manaus, Am.

Ligia Terezinha Lopes Simonian – NAEA/UFPA, Laura Arlene Saré Ximenes Ponte – NAEA/UFPA

Nesse paper, tratar-se-á da importância do espaço e do lugar para a reprodução física e cultural das sociedades indígenas. O lugar consiste em um espaço com significados, enquanto que o espaço pode ser considerado um vazio de significação. (AUGÉ, 1994). As convenções internacionais sobre sociedades indígenas e diversidade biológica destacam a relevância dos saberes tradicionais na preservação, conservação e o uso sustentável da diversidade biológica, apontando para a necessidade de reconhecê-los, respeitá-los e mantê-los (CONVENÇÃO,

1998, 1989, 1957; SIMONIAN, 2005). Assim, a reprodução biológica e sociocultural dessas sociedades e das populações “tradicionais” em geral, depende da recuperação dos saberes tradicionais/locais que podem garantir o etnodesenvolvimento, evitando-se com isso migrações prováveis para as cidades. Tais migrações para as cidades brasileiras têm levado, em geral, à situações danosas para os indígenas, principalmente, em termos sociais, econômicos, políticos e culturais. Nas cidades pan-amazônicas, os índios residem, geralmente, em locais mais periféricos, a exemplo de Manaus (AM) com diversos povos indígenas. PALAVRAS-CHAVE: Territorialidades; indígenas; etnodesenvolvimento; migrações; cidades.

Território, identidade e conflito: descrevendo cenários de fronteira em Santa Rosa do Purus/AC.

Voyner Ravena Cañete – UFPA, Thales Maximiliano Ravena Cañete – UFPA, William Monterio Rocha – Unama, Uriens Maximiliano Ravena Cañete – Unama, Nírvia Ravena Cañete – UFPA

Atualmente o território nacional abriga aproximadamente 220 grupos indígenas diferentes (ISA, 2006). Isso significa dizer que há 220 formas de compreender o mundo, organizar a vida, relacionar-se com a natureza, transformar o meio ambiente, entre tantas outras atividades humanas, feitas de forma diferenciada. Nesse sentido, as diferentes concepções sobre a utilização do espaço findam por orientar as ações humanas no tocante à ocupação de territórios estabelecendo para o mesmo diferentes significados e usos. Quando aqui se evoca a idéia da significância de um território, busca-se pontuar a correlação entre a cognição originada pela cultura e as determinantes institucionais que ordenam o comportamento dos indivíduos na sua relação com outros indivíduos e com a natureza. Nesse sentido, o município de Santa Rosa do Purus/AC, fronteira com Peru, evidencia um cenário com uma peculiaridade a mais. Apresentando mais de 2/3 da população do município composta por indígenas, os processos eleitorais apresentam intensa participação da etnia Kaxinawá, esta orientada pela experiência política dessa etnia vivenciada em território peruano. Em território brasileiro a busca pela compreensão de processos eleitorais e de participação na gestão municipal marca a retórica e ação das lideranças indígenas locais, o que coloca uma situação em destaque: o fluxo e refluxo de experiências entre uma mesma etnia para o enfrentamento de situações de marginalização impostas pela sociedade maior. Esse movimento evidencia-se como uma estratégia para enlargar experiências construindo novos conhecimentos entre os Kaxinawá. À luz do direito à diversidade e à participação cívica, este artigo apresenta resultados de pesquisa sobre esse cenário de interação e participação política marcado por conflitos interétnicos. Explora, ainda, o cenário legal contemporâneo carente de atualizações diante de instrumentos jurídicos incapazes de ordenar as novas realidades originadas na interface entre o Estatuto do Índio (1973) e a Constituição Federal de 1998. Os dados apresentados resultam de entrevistas junto às lideranças indígenas Kaxinawá em Santa Rosa do Purus/AC.

15:10h às 16:20h – 4ª Sessão: Políticas Públicas e Organização Social Indígena A escolarização indígena e a dinâmica sócioespacial dos Tenetehara.

Emerson Rubens Mesquita Almeida – UFMA

Os processos de escolarização, empreendido pela Secretaria de Estado do Maranhão - SEDUC-MA, apresenta sintomas de colapso, mesmo antes de sua completa implantação. O modelo

instituído: uma escola para cada aldeia, esbarrou na dinâmica de organização etnoterritorial do povo indígena autodeterminado como Tentehar de modo a ser paralisado pelo mesmo. O presente trabalho tem por objetivo analisar a correlação entre o expansionismo Tentehar, suas representações acerca do território e a política de escolarização executada da SEDUC-MA. Para tanto analisamos os dados demográficos acerca dos Tentehar, os dados do Censo Escolar Estudantil referentes aos últimos dez anos no Maranhão correlacionando-os com a movimentação socioespacial do povo em questão, com vistas a construção de um mapa etnoespacial que tem por objetivo o entendimento da movimentação dos Tentehar, que ocupam a maior parte das terras indígenas no estado do Maranhão. Da mesma forma que tentaremos entender como se dão os processos educativos diante da constante movimentação mencionada.

Os Awá e o Estado brasileiro: dinâmicas de sedentarização.

Elizabeth Maria Beserra Coelho – UFMA

Análise dos processos empreendidos pelo Estado brasileiro no sentido de impor novas formas de territorialização aos Awá, um dos últimos povos que viviam exclusivamente da caça e coleta no Brasil. Contatados há cerca de quarenta anos, os Awá estão vivenciando um processo de adaptação à vida mais sedentária, à prática da agricultura e a reorganização de seu *modus vivendi*. Esse processo tem sido marcado pela impossibilidade de percorrer as rotas tradicionais de nomadismo em decorrência das invasões de madeireiros nas terras Awá, mesmo demarcadas.

16:20h às 18:00h - 4ª Sessão: Experiências de Gestão Ambiental em Territórios Indígenas

Gestão ambiental e territorial em terras indígenas e o domínio de território: o caso da Terra Indígena Alto Rio Guamá.

Weleda de Fátima Freitas – UFPA

A Terra Indígena Alto Rio Guamá está localizada no nordeste paraense e homologada há quase dezessete anos. Mas, apesar disso encontra-se hoje habitada, em boa parte, por colonos e outros invasores, contrariando, com isso, o Ato Legal que determina a retirada de não indígenas da terra reconhecida pelo Estado como tradicionalmente ocupada pela etnia Tembé. O histórico de ocupação recente da área, desde a década de 40 do século XX, remete às políticas de governo implementadas na região e fornecem indícios para a compreensão do conflito territorial ali estabelecido. Atualmente, o Estado brasileiro promove discussões acerca da temática de gestão ambiental e territorial em Terras indígenas, posto que é reconhecido aos povos indígenas a capacidade de conservação da biodiversidade devido aos métodos tradicionais de uso dos recursos, menos agressivos que os da sociedade industrial. Diante do caso da Terra Indígena Alto Rio Guamá, que exemplifica uma situação de não domínio territorial pelos indígenas, é possível pensar uma gestão ambiental e territorial?

A produção da vida nas comunidades indígenas Pedra Branca e São Mateus em Roraima.

Ana Lúcia de Souza – UFRR

Neste trabalho, procuramos discutir o processo de desenvolvimento econômico nas comunidades indígenas de Pedra Branca e de São Mateus, localizadas na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Município de Uiramutã, em Roraima, bem como a concepção de desenvolvimento presente nesse processo. Vemos como a produção material da vida é indissociada das questões normativas da comunidade, do sistema de crenças, das relações políticas, enfim, da produção da vida em todas as suas dimensões. Analisamos, ainda, as mudanças que vem ocorrendo na vida dessas comunidades, com a introdução de idéias e práticas próprias das relações capitalistas, em que a geração do lucro é central. uscou-se identificar a forma como essas comunidades foram criadas, as relações econômicas estabelecidas, as mudanças que tem acontecido e as conseqüências no modo de vida dos indígenas que fazem essas comunidades. A economia dessas comunidades se dá, predominantemente, em torno da produção agrícola e da pecuária, sendo esta última introduzida nas comunidades na década de 1970 com o “Projeto do gado”, desenvolvido com apoio da Igreja Católica num contexto de recrudescimento da organização indígena na região. Na agricultura, bem como na pecuária, que ainda se desenvolvem - de forma predominante - para a subsistência, já é possível perceber o interesse na produção de excedentes para o comércio e o lucro. Nossa preocupação é entender até que ponto o desenvolvimento da economia nessas comunidades vem se processando numa dinâmica crítica à noção de desenvolvimento dominante na sociedade envolvente, ou se, ao contrário, esse processo acontece de forma subordinada.

Pôster

Cenário da Governança Ambiental no Alto Solimões, Amazonas: O Caso dos Agricultores Familiares Ticuna e Cocama

Antonia Ivanilce Castro da Silva – INPA, Hiroshi Noda – INPA, Sandra do Nascimento Noda – UFAM, Maria Dolores Souza Braga – UFAM, Dirceu da Silva Dácio – IFAM, Lúcia Helena Pinheiro Martins – INPA

O objetivo do estudo foi analisar os processos da governança ambiental, sob o ponto de vista da segurança alimentar, em duas localidades, Benjamim Constant, AM. Foi adotada a abordagem sistêmica, método estudo de caso e técnicas de pesquisa. Nas Comunidades indígenas Nova Aliança, etnia cocama, e Novo Paraíso, etnia ticuna, a governança ambiental é mediada pelo processo de adaptabilidade humana cuja racionalidade está culturalmente estruturada nas estratégias adotadas no manejo dos recursos: diversidade das unidades de paisagem - processos de atuação humana sobre determinadas porções do espaço para atividades produtivas para satisfazer as necessidades da reprodução biológica. Diversificação da produção - a unidade agrícola familiar é um sistema econômico de produção e de consumo e os agricultores exploram os produtos e os serviços proporcionados pela biodiversidade. Organização social para produção e comercialização - formação dos núcleos coletivos locais favorece a constituição de sujeitos sociais autônomos que se apropriam de seus próprios processos de organização. Uso de recursos de propriedade comum - são estabelecidas regras internas e externas que restringem o comportamento dos indivíduos que se caracteriza pelo acesso limitado a um grupo específico de usuários que possuem direitos e deveres. Economia da reciprocidade - os agricultores partilham seu universo de significados e da vivência de experiências comuns, efetuada sem expectativa imediata ou sem certeza de retorno, portando, uma dimensão de gratuidade. Afirmar a existência de governança ambiental nessas comunidades, não significa dizer que não existam conflitos internos, mas a presença ativa

das organizações locais age como mediadora desses conflitos. Existe um padrão de direitos e responsabilidades entre os membros da comunidade e a participação é um traço característico da governança ambiental.

Etnoconservação e valorização do buriti (*Mauritia flexuosa*) na comunidade Guariba, Terra Indígena Araçá, Roraima: uma contribuição para o desenvolvimento sustentável

Herundino Ribeiro do Nascimento Filho – UFRR, Valdinei Fortunato Portela – UFRR

Essa proposta de trabalho visa contribuir com a discussão sobre o aproveitamento do potencial produtivo do buriti (*Mauritia flexuosa*) existente nas savanas de Roraima, a partir de um debate sobre sustentabilidade, biodiversidade, diversidade cultural, etnoconservação e etnodesenvolvimento. O trabalho será realizado na Comunidade Guariba, Terra Indígena Araçá, município de Amajari, Estado de Roraima, seguindo um trabalho já iniciado de plantio de buriti pelos alunos da 4ª série da Escola Estadual Indígena Manoel Horácio. Serão realizadas oficinas onde se esclarecerá todo o processo de utilização do buriti pela comunidade, as etapas de colheita dos frutos e palhas, o processamento da polpa dos frutos, os subprodutos da polpa e cascas, artesanato e utensílios de fibra e palhas, propriedades nutritivas e medicinais, uso comunitário e comercialização. A partir destas informações será possível buscar mecanismos que possam ajudar a fortalecer a economia das comunidades, ao mesmo tempo em que se garante a qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente. O estudo voltado a utilização dos buritizais na comunidade de Guariba pode integrar informações ecológicas e socioeconômicas, dada a importante função desempenhada por esse ecossistema frente às demandas das populações indígenas. O diálogo estabelecido entre a academia, a escola comunitária e a própria comunidade valorizará os conhecimentos indígenas e ampliará esses conhecimentos no âmbito da comunidade e no âmbito científico. Dos resultados obtidos durante a nossa intervenção serão elaborados produtos que darão condições de continuidade destes, através de artigos científicos, cartilhas, folder, cartazes e participação em eventos. Palavras-chave: Etnoconservação. Valorização. Buriti. Diversidade. Etnodesenvolvimento.

Desafios e perspectivas da conexão entre agricultura familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar nas comunidades indígenas

Daniela Gomes de Cavalho - UnB

Este trabalho tem por objetivo analisar desafios e perspectivas do encontro entre a agricultura familiar e os programas de alimentação operacionalizados nas escolas indígenas conforme ditames da recém-publicada Política Nacional de Alimentação Escolar (Lei nº 11.947/2009) que, entre outras inovações, determina aplicação de no mínimo 30% dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) na compra direta da Agricultura familiar, preferencialmente de produção local, priorizando assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Metodologicamente, utilizou-se do arcabouço teórico existente mediante revisão de literatura para atingir aos objetivos do trabalho. Pelo fato do tema ser ainda muito recente, não poderão ser evidenciadas questões de impacto em longo prazo. Parte do estudo envolve questões sobre a transformação da “letra da Lei” em realidade, pois os dados demonstram que as normas anteriores foram omissas em relação à obrigatoriedade da regionalização e inclusão de gêneros oriundos da agricultura

familiar no planejamento dos cardápios em geral, quiçá para os alunos indígenas. É preciso considerar que toda a diversidade econômica, social, ambiental e cultural do Brasil é um dos maiores obstáculos no cumprimento de qualquer Lei de caráter nacional. Os primeiros passos já foram dados com a transformação do Pnae em uma Política efetiva em termos legais e cujas determinações, se bem cumpridas, serão capazes de abrir caminhos para que a alimentação escolar indígena e nas demais modalidades tenham uma abordagem mais holística, antropológica e sociológica colocando o direito à alimentação adequada na ordem do dia, fazendo com que os gestores públicos incorporem, paulatinamente, na execução dos programas que encabeçam, as especificidades práticas tradicionais e culturais, promovendo, assim, o fomento da agricultura familiar com geração de renda e inclusão social, bem como com a valorização e resgate dos hábitos e comportamentos adequados, saudáveis e pertinentes a cada etnia, levando, assim, o desenvolvimento sustentável, justo e sustentado aos povos indígenas.

GT 10 – Sociologia das Interpretações da Amazônia

Coordenadores: Rosa Acevedo Marin (UFPA) e Marcionila Fernandes (UEPB)

Debatedores: Edna Castro (UFPA) e Willi Bolle (USP)

Este Grupo de Trabalho tem como objetivo a recomposição de esquemas de pensamento que organizam diferentes representações e versões procrastinadas sobre Amazônia que se cristalizam como esquemas explicativos e estabelecem obstáculos à percepção dos problemas, às interpretações e aos diálogos críticos a propósito de realidades localizadas e processos sociais em curso. Dualismos, biologismos e geografismos são reiterados como interpretações. As interpretações dualistas sobre as estruturas econômicas e sociais do Brasil foram debatidas no momento em que se acompanhou o movimento de mudança imposto pela industrialização. Nas últimas quatro décadas, as ideologias de “modernização e do desenvolvimento” elaboram uma série de interpretações sobre a Amazônia, calcando as leituras do século XVII até o século XX, que apresentam os povos indígenas e quilombolas como povos sem história. A investigação científica exige uma leitura atenta destes esquemas explicativos. A expectativa do Grupo de Trabalho é constituir um diálogo sobre as condições de possibilidade de ruptura com estes esquemas do pensamento intelectual.

13 de Setembro de 2010**14:00h às 16:00h - 1ª Sessão: Amazônia na interpretação de autores.****A Amazônia de Euclides da Cunha**

Sirlei Silveira – UFMT

O presente trabalho tem como finalidade apresentar as idéias de Euclides da Cunha sobre a Amazônia, formuladas a partir de suas incursões pela região na primeira década do século XX, articuladas ao debate sobre a construção da nação brasileira nos fins do século XIX e início do século XX. O reconhecimento que o autor de *Os Sertões* conquistou como intérprete do Brasil transcendeu o seu tempo e as fronteiras nacionais, sob o estatuto de verdadeiros ensaios sociológicos. Combinando ciência e literatura, Euclides da Cunha dedicou a sua vida à descoberta e revelação de outros brasis em contraposição à sociedade urbana da cidade do Rio de Janeiro, então capital do país. Descreveu, explicou (e, em alguns momentos, interveio), com o rigor científico e com a força literária do seu tempo, dois espaços emblemáticos do vasto Brasil – o Sertão e a Selva Amazônica. Apesar de Euclides não ter concluindo o que ele próprio chamou de o segundo livro vingador, previamente denominado de *Um Paraíso Perdido*, é sabido que as observações sobre a Amazônia, apresentadas em seus ensaios e crônicas, em sua correspondência, na cartografia e nos relatórios de demarcação dos limites do Brasil com os vizinhos sul-americanos (Peru e Bolívia, principalmente), revelam uma imagem paradigmática do espaço amazônico. A caracterização da região como “terra à margem”, “revolta, desordenada, incompleta” explode do texto literário e ganha a dimensão de verdade científica no desvelamento de terras e gentes pela “civilização distante”. Em linhas gerais pode-se afirmar que as formulações euclidianas sobre a Amazônia transcenderam o seu tempo, permeiam ainda hoje o imaginário social sobre a região, especialmente quando se discute a relação entre natureza e cultura, civilização e barbárie. Recuperar as idéias euclidianas, mais propriamente, a visão de uma terra dissociada da história dos homens, pode ajudar-

nos a compreender, um pouco mais, o lugar reservado à Amazônia no debate nacional e internacional contemporâneo.

Barbárie transfigurada: a Amazônia como Rússia americana

Bárbara Lou da Costa Veloso Dias – CUPA

No início do século XX em ensaio intitulado “Terra sem história”, incluído na obra *À Margem da História*, Euclides da Cunha apresentava seu primeiro estudo realizado sobre a região amazônica. Como outros trabalhos de Euclides o ensaio trazia as marcas da transição do romantismo para o naturalismo, forte presença de aspectos geográficos e cientificistas na análise (Comte e Spencer), angústia com a República e preocupação com a formação da identidade nacional. Essa definida pelo dualismo entre Sertão (vale mencionar que a Amazônia é caracterizada como sertão), espaço de isolamento e descaso das elites, espaço de pandemias e de atraso, mas que carregava o que existia de mais autêntico na sociedade brasileira. E o Litoral, espaço da modernização, europeização e artificialismo social. E a partir do mesmo ensaio se tornou corrente no pensamento social brasileiro o vaticínio sobre a região amazônica que já se pronunciava no próprio título. Como todo sertão a Amazônia era marcada pelas características acima mencionadas, no entanto, a região possuiria um lugar de destaque na tipologia Euclidianá. Tal destaque se daria em razão da própria especificidade geográfica e da pujança majestática da natureza na região. A “força da terra” tornava inviável a construção de qualquer vertebração social na Amazônia. Assim, a região estaria fadada a força do espaço territorial sobre a racionalidade da história e da memória social. O presente trabalho propõe uma releitura sobre tal interpretação. Propõe-se a pensar a Amazônia como lugar onde a centralidade geográfica corresponde a uma centralidade histórica. Onde a reflexão espacial sobre a sociabilidade brasileira assume uma trajetória peculiar que se aproxima de outros processos de reflexão do espaço como criador de sociabilidade, como, por exemplo o oeste norte-americano e a Rússia.

Arthur Reis e a divulgação da Amazônia

Lademe Correia de Sousa – UFAM

Durante décadas as visões que os brasileiros cultivaram sobre a Amazônia estiveram impregnadas pela interpretação construída por Arthur Reis, o “grande amazonólogo”, durante as mais de seis décadas em que publicou diversas obras sobre a região. Contribuir para a busca das representações construídas por Arthur Reis na *História do Amazonas* acerca da imagem dos três grupos que participaram do processo de colonização do Amazonas, indígenas, sertanistas e missionários, que resultaria na tão esperada civilização é o objetivo deste trabalho. Longe de ter formado uma concepção homogênea, Arthur Reis, deu uma conotação ao nativo ora como “selvagem”, que precisava ser “domado”; ora como “menos bárbaro”, isto é, o índio bom que de algum modo contribuiu para o processo colonizador. Diferente do tratamento que dispensou aos nativos de um modo geral, Arthur Reis exaltou o mito Ajuricaba, pois este era parte do grupo do qual havia se originado “os mais antigos troncos da sociedade amazonense”. Essas questões discutidas por Arthur Reis foram, por muito tempo, a interpretação predominante sobre umas das regiões que exerce maior fascínio na mentalidade dos brasileiros e por isso receberá destaque neste trabalho que visa corroborar com o rompimento dos esquemas explicativos que obstaculizaram a discussão das problemáticas que envolvem as interpretações sobre sociedade local.

Benedito Nunes: Filósofo, Crítico Literário e Intérprete da Amazônia

Maria Stella Faciola Pessôa Guimarães

Professor emérito da UFPA, Benedito Nunes tem produção intelectual expressiva, no Brasil e no exterior. Mereceu honrarias e prêmios – exemplos são o “Jabutí” e o “Machado de Assis” concedido em 2010 pela Academia Brasileira de Letras ao conjunto da obra. Benedito é referência: filósofo e crítico literário, com estudos a respeito de Heidegger, Guimarães Rosa e Clarice Lispector, para citar os mais propagados. No entanto, sem a mesma divulgação, o pensador paraense – além da trajetória no magistério, atuou na Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – também escreveu ensaios, concedeu entrevistas e apresentou palestras sobre a Amazônia. Nessa linha, dialogou com leituras de outros intérpretes da região – Arthur Cézár Ferreira Reis, Armando Mendes, Eidorfe Moreira, Dalcídio Jurandir, Milton Hatoum, Ernani Chaves e Aldrin Figueiredo – ou cinzelou prefácios memoráveis em livros de autores do Pará: Jesus Paes Loureiro, José Carlos Castro, Max Martins, Haroldo Maranhão, Lília Chaves e Heraldo Maués. Entre as criações de Benedito voltadas à região constam: “Amazônia e suas culturas”, “O animal e o primitivo: os outros de nossa cultura”, “Do Marajó ao Arquivo: Breve Panorama da Cultura no Pará”, “Crônica de duas cidades: Belém e Manaus”, “Luzes e Sombras do Iluminismo Paraense”, “O Império da História”, “Quase um plano de aula”, “Dalcídio Jurandir: Romancista da Amazônia”. Benedito é tema em programas de pós-graduação – inclusive doutorados – sempre como filósofo ou crítico literário. Todavia, está em curso, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, pesquisa de mestrado que aborda Benedito como intérprete da Amazônia, pois aspectos culturais, filosóficos e históricos devem marcar presença nas representações da região, nos seus projetos de desenvolvimento e avaliação crítica dos processos sociais.

Pôster**Trópico, Região e Cultura no pensamento de Leandro Tocantins**

Tereza de Sousa Ramos – UFAM, Odenei de Souza Ribeiro – UFAM

Partindo do princípio de que o Brasil é composto sociologicamente de regiões naturais que se sobrepuseram as regiões sociais, Leandro Tocantins interpreta o complexo cultural amazônico por meio do método histórico-social e ecológico, desde a sua colonização. Neste sentido, elabora um estudo da formação social da Amazônia, a fim de compreender a singularidade do homem que nela se fixou, de sua cultura e as formas sociais de apropriação do espaço e das técnicas peculiares a adaptação ao ambiente do trópico úmido. Sua reflexão desvela a influência que os condicionamentos naturais exerceram sobre o tipo de sociedade que se formou na região, e assim também sobre sua dinâmica cultural, política e econômica. Compreender o pensamento social de Tocantins e suas formulações de trópico, região e cultura, exige um mergulho na obra do autor para identificar as matrizes explicativas que orientam sua reflexão. Revelando assim, as relações e os processos sociais pelos quais nos tornamos o que somos, pois, ao ver o trópico como o meio natural singularmente constituído e a região como o espaço geográfico que inseriu a Amazônia na lógica política nacional, Leandro Tocantins enxerga a cultura amazônica como o fruto do esforço humano de conquistar um ambiente favorável ao estabelecimento de uma sociedade que nasceu do confronto homem e natureza. A representação social de trópico, região e cultura que habitam nosso imaginário, possui raízes no pensamento social local e nacional, e a obra de Leandro Tocantins torna-se uma expressão dessa tradição. Palavras-chave: Complexo cultural, trópico úmido, condicionamentos naturais

Da poesia à política: a trajetória inicial de Álvaro Maia

Paula Mirana de Sousa Ramos – UFAM, Marco Aurélio Coelho de Paiva – UFAM

Em Álvaro Maia é possível analisar a influência da produção literária sobre a política manauara no início do século XX. Nesse sentido, sua obra apresenta características em que comprovam essa dualidade, pois seu papel como poeta e político durante a década de 1920 possuía uma intencionalidade que se mostrava susceptível a diversos setores sociais, assumindo o papel quase místico de “redentor”. A figura de Álvaro Maia foi sendo construída através de sua atuação que mesclava a atividade de intelectual, jornalista e poeta laureado e consagrado, garantindo uma inserção ativa no mundo político graças a uma notoriedade alcançada no mundo das letras. Durante esse processo, Álvaro Maia adquiriu capital simbólico necessário para uma ascensão política. Neste sentido, a eventual ascensão política de Álvaro Maia em 1930 deu-se muito em função da sua capacidade de se tornar porta-voz dos anseios de mudança que a conjuntura política nacional reclamava, e que reverberava no âmbito local. A sua notoriedade como intelectual e poeta se encaixaram com perfeição na conjuntura política, e isso na medida em que existiam brechas deixadas por lideranças políticas tradicionais; lideranças essas, portanto, incapazes de representar esse processo de mudança. Contudo, é necessário observar a trajetória de vida de Álvaro Maia para perceber como o contexto social interfere em sua obra literária e, conseqüentemente, em sua vida política. Ao analisar sua obra, seus poemas e seus principais discursos pronunciados durante este período, como o caso de “Canção de Fé e Esperança” (1923), revelam instrumentos simbólicos e ideológicos imbricados na produção poética que lhe garantiram subsídios para se tornar uma referência de mudança no cenário político. Palavras-Chaves: poesia, capital simbólico, política

16:00h às 18:00h - 2º Sessão: Relatos e interpretações da ciência e literatura.

As possibilidades de uma antropologia deleuzeana na Amazônia

Romero Ximenes Ponte – UFPA

Gilles Deleuze pode ser considerado como fora do debate da antropologia/sociologia na Amazônia. Os temas amazônicos apenas começam a se aproximar da problemática proposta por Deleuze e seu parceiro Felix Guattari. O artigo trata da rica possibilidade de construção de uma antropologia de inspiração deleuzeana para tratar temas como territorialidades, nomadismo, alimentação, rizoma, literatura, diferença, silêncios, invisibilidades e outros temas sugeridos na obra do autor.

Desafios da Amazônia na visão atual de Gilberto Freyre

Edgard Costa Oliveira – UnB, Josiane de Socorro Aguiar de Souza – UnB

Este artigo apresenta a visão do sociólogo Gilberto Freyre acerca dos desafios impostos de ocupação humana na Amazonia e como as engenharias podem colaborar para o desenvolvimento nesta região. O autor apresenta no livro *Homens, engenharias e rumos sociais*, obra publicada no ano de sua morte (1987), dois capítulos referentes a como o país pode lidar com as questões de desenvolvimento nas selvas brasileiras, em especial a Amazônia. Para tanto, Gilberto Freyre apresenta o conceito de: engenharia física - manifestada em todas as coisas técnicas ou construções, a serviço essencial e imediato dos homens; a engenharia humana - cuida das relações antropométricas do homem com os produtos da engenharia

física; e a engenharia social - responde pelas inter-relações de ordem social entre os homens uns com os outros e com as instituições. Fala da questão de como a rodovia Transamazônica poderá ser habitada ou domesticada por meio de engenheiros humanos e sociais associados aos engenheiros físicos, por meio de soluções tecnologicamente pós-modernas de vida. Faz ver que a Transamazônica não pode ser um simples empreendimento de engenharia física sobre um espaço considerado apenas na sua ecologia biofísica. O autor traz de maneira polêmica questões como a importância de agregar a Amazônia ao complexo nacional, revelado por meio da ocupação ordenada dos espaços rurais e urbanos com base em uma política social estruturada em parceria com a política econômica de subsistência formada por três tipos de lideranças: o científico-técnico, o humanista-científico e o político. Finaliza a obra lembrando que para a construção da transamazônica, assim como na construção de Brasília, os engenheiros físicos não consultaram engenheiros sociais e humanos para considerar as repercussões dessa arquitetura estética.

Natureza, Raça e as Representações da Amazônia

José Maria da Silva – UNIFAP

A história da Amazônia enquanto espaço geopolítico é acompanhada por um processo de construção (ideológica) da região para o exterior, em um jogo de constituição de alteridades em que a Europa se notabilizou desde o período colonial. Se concordarmos com Montaigne, Todorov, Dussel, entre outros autores, podemos afirmar que a política de alteridades a partir de uma visão de mundo eurocêntrica fez parte da estratégia política de dominação européia e ocidental, no contexto da colonização e após, sobre as diversas regiões do planeta. A Amazônia, considerada última região de fronteira natural no mundo, tem sido explorada em relatos desde os viajantes dos séculos XVI e XVII, passando pelos naturalistas do século XIX e cronistas e romancistas do século XX, chegando até o discurso ambientalista em voga no mundo atual. Neste trabalho pretendo retomar discussões sobre a construção de imagens e representações sobre a Amazônia e, conseqüentemente, a formação de um imaginário dominante sobre a região. Tomando como base a idéia fundadora que formata boa parte dos discursos amazonistas – o inferno verde ou natureza gigante e indomada que se sobrepõe sobre o humano –, que constrói um discurso mítico sobre a Amazônia, tomo como de análise os seguintes elementos: i) obras da literatura; ii) discursos e representações oriundos da discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável; e iii) discursos sobre representações da Amazônia e identidade regional presentes em manifestações da cultura popular praticadas na região. Todos esses elementos são concebidos aqui como discursos que têm o poder de criar imagens e representações sobre a Amazônia. Serão analisados não apenas as representações sobre a natureza, mas também sobre as populações que a habitam, identificando discussões e concepções sobre categoriais étnico-raciais, as quais ganham contornos de raças no contexto da ideologia de domesticação da natureza.

14 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 3ª Sessão: Imaginário, falas e ausências.

Por uma Sociologia do “ausente”: o imaginário e o simbólico de silenciados amazônidas

Hiran de Moura Possas – Unama, Rosane de Oliveira Martins Maia – UFPA

Um número imensurável de experiências sociais estiveram fora da pauta dos estudos das ciências humanas e se perderam ao longo do tempo, em virtude da arrogância e da indolência de uma “racionalidade” de boa parte dos pensamentos filosóficos e científicos ocidentais. Quando mencionadas pelo conhecimento cartesiano, ganham abordagens depreciativas, associando-as ao exótico, ao primário e ao popular. Os exercícios de desvinculação do pensamento ocidental estão longe de romper, por completo, das marcas redutoras do exotismo, como o do turista voyeurista dirigido às populações da Amazônia. Articular os diversos modos “antagônicos” de pensar é possível, dentre os quais: filosóficos, míticos, mágicos e empíricos numa rede onde ninguém prevalece, mas sim se ajustam em uma interseção epistemológica. O papel das ciências deveria ser outro. Em um estudo de tradução cultural, privilegiar sua própria cultura como arquétipo normativo para outras culturas é dar mostras de um colonialismo intelectual gerador de diversos obstáculos epistemológicos. Não podemos falar de dominados e dominadores, mas de sujeitos políticos que, dentre as janelas de oportunidades, buscam ocupar espaços de poder. São “migalhas” destinadas a essas populações. A própria denominação população tradicional tende simplificar e homogeneizar os ribeirinhos, indígenas e quilombolas a uma realidade única, não reconhecendo suas diversidades e particularidades, singularizando-os a uma categoria recolonizadora sustentada por um discurso de sustentabilidade e de reconhecimento de identidades, incorporados nas políticas públicas. A reflexão deve ir além do mero discurso de igualdades sociais. Então, principalmente a academia, deveria descolonizar os nossos saberes, dar ao outro o poder de dizer o que quer. É louvável a produção acadêmica e a atuação dos movimentos sociais, mas até que ponto está sendo construída a autonomia e o fortalecimento político dos sujeitos? Não podemos promover a dependência mesmo sob tutela de boas intenções.

Em busca de outras vozes na Amazônia silenciada

Charles Maciel Falcão – UFAM, Eudes Lopes Melo – MATERDEI

A história dos povos e culturas que habitavam os ecossistemas de várzea e de terra firme à época do contato com o colonizador europeu, foi escrita inicialmente por cronistas que registraram não somente as peculiaridades daqueles modos de vida, mas o início mesmo do processo de desintegração de sua organização social, política, cultural e econômica. Este trabalho pretende discutir o processo de destribalização e de desestruturação da organização do modo de vida indígena a partir do século XVI, através da atuação de missionários, colonos, viajantes e exploradores, apontando para a necessária releitura das fontes primárias relativas ao assunto na perspectiva de entendê-las no quadro mais amplo de produção de ausências representado pela expansão européia.

A hermenêutica do discurso: a Amazônia vista pela Folha de São Paulo

Priscila Freire Rodrigues – UFAM, Ernesto Renan Freitas Pinto – UFAM

O artigo de jornal constitui em elemento representativo para nós no sentido do que é e como é veiculado na imprensa de grande circulação no país. O jornal “Folha de São Paulo” é representativo no âmbito das divergências entre a produção dos discursos nas esferas nacional e local que acentuam a interpretação das regionalizações. A proposta é um ensaio de reflexão hermenêutica onde nos artigos do jornal identifiquemos discursos que projetem uma visão da região amazônica. A partir das leituras de Gadamer (2008, 2009) e Ricoeur (2008) em um

caminho teórico-metodológico como forma de proceder interpretativo. A seleção dos artigos é realizada por amostragem, pelo acesso ao sítio do jornal na internet. Para termos uma idéia, o que tem sido mais recorrente nos títulos dos artigos é a referência predominantemente à natureza e sua preservação, bem como, conservam algo de catastrófico no ar, pautados em afirmações de especialistas/cientistas/instituições de pesquisa, agregando a questão da autoridade para se falar do assunto. Ambientalistas, empresários, cientistas, políticos etc. todos são agentes quando o assunto é Amazônia, e cada um desses grupos tem um discurso sobre a região e inclusive para o seu melhor destino... principalmente porque a região é vista como “interior”, ideia do século XVI, como afirma Holanda (1995, p. 101), marcada pela colonização litorânea realizada pelos portugueses que preferiram povoar e explorar mais a “marinha”. Os traços conseqüentes da expansão colonizadora permanecem, mesmo diante de um novo momento histórico vivenciado na contemporaneidade, onde a visão de Amazônia recorrentemente se remonta ao passado colonizador em diferentes feições.

Entre o Mágico e o Cruel: a Amazônia no pensamento marxista brasileiro

Luiz Fernando de Souza Santos – UFAM

Interpretações contemporâneas que se acercam da Amazônia trazem a marca de abordagens fundadas em princípios de uma razão tecnocrática, instrumental, acrítica, que dão suporte para uma metamorfose da Amazônia em ambiente, em território reconfigurado em função do equilíbrio ecológico planetário e que transformam os grupos sociais diversos em populações biologizadas, ecologizadas, ou ainda, em abordagens caracterizadas por propostas crematísticas de desenvolvimento da região. Para uma crítica de tais interpretações e análise de alguns de seus momentos iniciais, o presente trabalho toma como objeto de reflexão as imagens de Amazônia produzidas explícita ou implicitamente por autores relacionados ao pensamento marxista brasileiro no âmbito da mobilização que realizaram das categorias próprias do materialismo histórico-dialético para a interpretação das relações, processos e estruturas que configuram a sociedade brasileira. Compreende-se foucaultianamente aqui que, o conjunto discursivo assinalado por marxismo brasileiro não forma uma unidade de conhecimentos ou de estilos de pesquisa, mas, um campo aberto, polimorfo, disperso, com distanciamentos e oposições internas. Diante disso, analisar-se-ão especificamente dois autores do pensamento crítico brasileiro, ligados a Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), a saber, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, em duas obras que contribuíram para uma interpretação da Amazônia: Ditadura e Agricultura e Amazônia: expansão do capitalismo.

16:00h às 18:00h - 4ª Sessão: Identidades, saberes e experiências sociais.

(Re)Pensando desenvolvimento e populações locais na Amazônia: análise de experiências de associações rurais

Edma Silva Moreira – UFPA, Maria Cristina Alves Maneschy – UFPA

Desde os anos 1990 assiste-se, na Amazônia, a uma proliferação de associações de pescadores, agricultores, quilombolas, moradores em unidades de conservação e indígenas. Elas surgem, em sua maioria, sob o estímulo de programas de crédito e assistência técnica, regulamentação do território, formação profissional, concessão de bens e serviços públicos. Parte dessa dinâmica decorre da vigência de novas interpretações sobre desenvolvimento e modernização e sobre os lugares que nelas passaram a ocupar as populações cuja sobrevivência liga-se a

bases comuns de recursos naturais, a exemplo dos grupos extrativistas na Amazônia. Tais populações, antes invisíveis do ponto de vista econômico e político, passaram a ser associadas a valores de conservação ambiental e multiculturalismo. Esta comunicação traz dados de uma pesquisa em andamento no Pará que contribui para a reflexão crítica quanto aos esquemas de representação sobre as populações extrativistas. Verifica-se que grupos socialmente diversos, em contextos sociais e históricos diversificados, enquadram-se em uma mesma forma de organização – a associação – doravante o canal por excelência para os grupos e suas localidades se relacionarem com o estado e com diferentes “parceiros”. Indaga-se em que medida os novos esquemas de interpretação que se traduzem em políticas de desenvolvimento local, a exemplo do fomento às associações, de fato rompem com os dualismos recorrentes, tais como o dualismo entre tradição e modernidade e seus supostos agentes. Não obstante, são experiências em movimento, instituições em construção. Assim como há imposição de regras e formas, as comunidades inserem-se em redes sociais heterogêneas. Evidência disso, as denominações que reúnem categorias diversas da filiação sindical. E, finalmente, práticas produtivas e culturais são recriadas, não apenas reproduzidas.

A elaboração identitária na Amazônia do século XIX: as matrizes do preconceito

Denise de Souza Simões Rodrigues – UEPA

Esta apresentação é fruto de uma pesquisa de cunho teórico-prático. É essencial falar sobre cultura(s) para esclarecer a proposta de uma identidade cultural em termos regionais ou nacionais. A conceituação do que é cultura tem sido alvo de questionamentos sem fim dentro das chamadas ciências sociais, em especial nas abordagens da Antropologia, da Sociologia e da História. O diálogo contemporâneo entre essas áreas incorporou também outros discursos pertinentes da Economia e da Política. O exercício do debate democrático torna inescapável que, as diferenças entre iguais, seja não só expressa, como atendida em sua demanda de pertencimento enquanto alteridade a ser mantida como elemento componente das identidades culturais múltiplas, que sobrevivem submersas no interior da coesão que a instituição da nacionalidade envolveu e consolidou, desde a proclamação da independência brasileira no século XIX. A identidade é uma narrativa reconstruída incessantemente pelos e entre os atores sociais, em relações assimétricas de poder. O trabalho está centralizado nas idéias sobre o processo de construção identitária na Amazônia no século XIX, tendo como recorte histórico o movimento revolucionário cabano e a violenta repressão imposta aos vencidos. O trabalho compulsório, em suas variadas gradações, é a categoria fundamental para o entendimento da construção dos papéis sociais e as identidades que lhes correspondem, especialmente quando a nacionalidade enquanto identidade de natureza coletiva estava sendo estruturada. A atribuição de graves defeitos aos nativos como a indolência, a preguiça e a vadiagem, se criavam estratégias de reiteração de identidades capazes de reforçar preconceitos e estereótipos que asseguravam as desigualdades há muito instituídas, favorecendo a manutenção de privilégios das classes dominantes e negando acesso a plenitude da cidadania aos mais pobres. A análise realizada tem como âncora as concepções teóricas de Cornelius Castoriadis sobre a instituição da sociedade e a fabricação social dos indivíduos.

Saberes e territórios em disputa: construindo uma epistemologia da fronteira

Bruno Cezar Pereira Malheiro – UFPA

Este trabalho busca compreender de que maneira a fronteira, como um lugar do (des)encontro de diferentes sociabilidades políticas, lingüísticas, culturais e éticas, pode ser tomada como condição para a produção de leituras da Amazônia que superem os dualismos e a hierarquização de diferenças que os discursos desenvolvimentistas produzem na região. O campo de análise vem a ser o sudeste paraense, região que sintetiza em sua realidade uma disputa de territorialidades, de um lado, referenciadas na produção mineral e no agronegócio e, de outro, referenciadas em identidades políticas objetivadas em movimentos sociais de camponeses, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, atingidos por barragem e atingidos por mineração. A fronteira, assim, revela diferentes formas de autoridade e resistência, uma experiência da instabilidade existencial e a invenção de novas formas de sociabilidade rebelde, o que a coloca como um afrontamento ao pensamento, pois, por ser o lugar onde coexistem tempos não contemporâneos, afronta o discurso desenvolvimentista que representa a Amazônia a partir de uma história linear, por ser o lugar da alteridade, confronta o discurso da homogeneidade cultural, e por ser o lugar onde convivem vários lugares e saberes, confronta a universalidade do pensamento, demonstrando diferentes matrizes de racionalidade. Do exposto, emerge a possibilidade de pensar uma epistemologia da fronteira que desprovincializa o saber, possibilitando a emergência de outros discursos, outros territórios; espacializa a teoria crítica, demonstrando as condições espaciais de produção do conhecimento e os condicionantes geopolíticos para sua circulação, possibilitando a produção de um conhecimento pluritópico; e não hierarquiza saberes, questionando as dicotomias modernas que deram base para que o outro se transformasse em inferior, afirmando o interconhecimento.

A atualização do discurso de modernização para a Amazônia a partir do AHE Belo Monte no universo do planejamento do desenvolvimento nacional.

Sabrina Mesquita do Nascimento – NAEA/UFPA, Simy de Almeida Corrêa – NAEA/UFPA

Este artigo visa discutir o papel estratégico do setor energético no contexto dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, a partir do caso emblemático do AHE BELO MONTE. Analisamos como este setor ao longo da história vem sofrendo pressões para ampliar a geração de energia e por ser tido como o suporte essencial para o “desenvolvimento” das regiões no Brasil. Nos últimos anos, tais pressões se estenderam ao instrumento de licenciamento ambiental, que tenta, ainda que formalmente, minimizar os impactos decorrentes desses grandes planos. Percebe-se que o discurso da necessidade energética nacional como promotor do desenvolvimento regional atualiza-se no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), também objeto de análise neste trabalho. Tal necessidade não encontra consenso e tampouco impede conflitos por recursos naturais entre os vários interesses. O setor industrial tem interesse, por exemplo, em ampliar seu processo produtivo em direção à fronteira amazônica, em contrapartida a população local atingida não se beneficiará desta “modernização”. Metodologicamente, a construção do trabalho envolveu pesquisa de campo, acompanhamento de todas as audiências públicas realizadas no Estado do Pará, entrevistas com alguns atores considerados fundamentais no encaminhar do processo de Belo Monte, além de pesquisa documental e bibliográfica. Assim, será aberto um debate em torno do licenciamento ambiental e dessa luta desigual entre os interesses que acarreta na perpetuação de uma política de desenvolvimento socialmente injusta e ambientalmente insustentável.

Contribuição à interpretação da constituição do campesinato na Zona Bragantina do Estado do Pará

Leonardo Milanez de Lima Leandro – NAEA/UFPA, Fábio Carlos da Silva – NAEA/UFPA

Como parte do produto de pesquisa realizada para elaboração de dissertação de mestrado defendida e aprovada, este trabalho analisa, numa perspectiva crítica, as principais obras de interpretação da ocupação da Zona Bragantina do estado do Pará e suas implicações, observando ainda as transformações porque passou a região entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, objetivadas pela construção de uma ferrovia. Para tanto, toma como referência empírica o território que compreendeu a Comarca de Bragança, formada pelos municípios de Bragança, Viseu e Quatipuru, e pelas freguesias de Nossa Senhora do Rosário de Bragança, Nossa Senhora de Nazaré de Viseu e de Nossa Senhora de Nazaré de Quatipuru. Posteriormente estes municípios deram origem, no referido tempo histórico, aos municípios de Bragança, Viseu e Capanema, respectivamente. Dessa forma o estudo pretende oferecer uma contribuição para a interpretação da constituição e presença camponesa na história social da região como elemento fundamental para o abastecimento de gêneros alimentícios e produtos agroindustriais, rompendo com as concepções e visões elitistas, que atribuíram aos camponeses grande parte dos fracassos nas tentativas de levar ao campo a “modernidade” característica dos centros urbanos.

Pôster

Populações tradicionais amazônicas e a reconstrução de conceitos: comparando o campo e a cidade

Thales Maximiliano Ravena Cañete – UFPA, Voyner Ravena Cañete – UFPA, Nirvia Ravena de Sousa – UFPA

Este trabalho é resultado do esforço de compreensão sobre as diversas definições que são formuladas acerca do conceito de população tradicional dentro do contexto amazônico. Este contexto caracteriza-se pelos diversos tipos de solos, fauna, flora, etnias e culturas (Meirelles Filho, 2004), demonstrando que a abundância e diversidade social e ambiental são características que marcam essa área do planeta (Castro & Hebette, 1989). As suas populações, de maneira geral, desenvolvem um *modus vivendi* de integração com a natureza (Diegues, 1993; Santilli, 2005). Nesse sentido, a abundância e diversidade que marcam o cenário social e ambiental da Amazônia demandam um olhar mais próximo e acurado, capaz de traduzir as especificidades locais encontradas. É nesse sentido que suas populações residentes, ditas “tradicionais” (Almeida, 2006) devem ser visualizadas: abundantes em especificidades locais. Este trabalho tem com o objetivo, portanto, revisar o conceito de população tradicional de forma crítica, através da revisão bibliográfica deste conceito, pensando-o dentro da complexa e diversificada realidade Amazônica. Verifica a sua aplicabilidade no contexto amazônico através da análise de dados coletados em dois cenários sociais distintos: comunidades ribeirinhas de um dos tributários do rio Amazonas, o rio Purus, mais especificamente no percurso dos municípios de Lábrea, Canutãma e Tapauá; uma comunidade urbana de Belém que vive à beira de um Igarapé, localizado em uma área marginal de Belém/PA, denominada de Comunidade Bom Jesus I. Através da articulação do conceito de população tradicional formulado, com o contexto das comunidades estudadas, é possível ressaltar, entre outras conclusões, que existe

uma variedade de populações “tradicionais”, na medida em que até mesmo comunidades urbanas, em certos contextos, podem ser consideradas tradicionais (Almeida, 2007; Acevedo Marin e Almeida, 2006).

As representações sobre o índio no processo de criação de reservas indígenas na década de 40 do século xx no Estado do Pará

Juliana da Mata Cunha – UFPA

Tendo em vista as representações feitas sobre o índio na década de 40 do século XX, pretende-se compreender de que modo elas influenciaram as políticas indigenistas e o próprio processo de criação de reservas indígenas no Estado do Pará. A partir de estudos feitos em aldeias indígenas, de documentos oficiais e notícias de jornais, buscou-se compreender como estas representações sobre os índios foram construídas pelos estudiosos, intelectuais, pela mídia impressa e pelos homens de governo. E, principalmente, as idéias que fundamentavam as políticas de Estado para os índios, como as que podem ter influenciado no processo de criação de reservas indígenas no território do Estado do Pará. Além disso, contextualizaremos as representações dominantes sobre o índio no contexto das próprias políticas de desenvolvimento da Amazônia, visto que neste momento são pensados projetos de integração, colonização e desenvolvimento da região.

15 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 5ª Sessão: Fronteiras e discursos de cooperação

Práticas e discursos em jogo: atores e dinâmica da soja na Amazônia em contexto de economia globalizada

Alexandro Rodrigues Ribeiro – NAEA/UFPA, Ivana Aparecida Ferrer Silva – NAEA/UFPA, Angela Cristina dos Santos Carvalho - NAEA/UFPA e Edna Castro - NAEA/UFPA

Este artigo elaborado com base em pesquisa de campo sobre as tensões resultantes da expansão das plantações de soja tem exigido um esforço de pesquisa para entender como se estabelecem novos discursos e narrativas sobre os interesses de grupos em áreas de fronteira (Norte do Mato Grosso e Sudoeste do Pará). A pesquisa em curso recompõe conceitos e as matrizes de discursos sobre empresas, organizações sociais e elites políticas. As estratégias empresariais do agronegócio estabelecem alianças, parcerias e joint venture com grandes corporações transnacionais, de modo a construir uma cadeia produtiva articulada fortemente a novas dinâmicas globalizadas. Certas relações produtivas e comerciais tem levado a acelerar a produtividade de grãos em função da economia de commodities. Esses processos são objeto de análise do ponto de vista de uma sociologia das interpretações capaz de captar as novas modalidades da dominação social.

Minha base, minha vida

Gilson Pinto Gil – UFAM

A política amazonense é oligarquizada. Desde 1982, apenas 3 pessoas foram ocupantes do cargo de governador. Até 2022, caso os planos dos atuais governantes vinguem, somente mais uma pessoa terá ocupado esse posto. Esse domínio fundamenta-se em uma montagem densa de bases eleitorais intensamente ligadas à máquina administrativa. O trabalho visa mostrar como tais bases são montadas e mantidas pelos políticos do Amazonas e seus partidos. A ação

da máquina administrativa prioriza, fundamentalmente, a obtenção e manutenção do poder. Para isso, o controle de clientelas vastas de dependentes é um item obrigatório da prática política local. A ideia central do estudo é exhibir os princípios básicos dessa forma de “fazer” política, que estão muito próximos de uma “gramática” clientelista, que reforça o modelo de dominação estadual.

A Amazônia sob o olhar da cooperação Internacional

Edilson Nazaré Dias Motta – UNL, Luiz Otávio Rodrigues Silva – UTL

As imagens que constroem a Amazônia no cenário mundial atravessam os mais diferentes campos de conhecimento, inclusive aqueles que implicam uma possibilidade de intervenção efetiva no território. O campo das relações de cooperação cultural e científica, não abre exceção. O crescimento do intercâmbio e cooperação entre estudantes e investigadores de países de língua portuguesa, os investimentos financeiros e humanos mobilizados, bem como o potencial de desenvolvimento implicado dão sustentação a preocupação acerca dos meios, inclusive conceituais, mobilizados entre atores e organismo provenientes de realidades culturais profundamente distintas. Este trabalho tem por objectivo, a partir de uma abordagem qualitativa decorrente de experiências no campo da formação superior e da cooperação científica entre Brasil e Portugal, contribuir para uma discussão acerca das justificativas técnicas e mecanismos de cooperação, assim como acerca da implementação de políticas públicas que se direccionam, sobretudo a educação superior. Destacamos, a importância da criação de formas de acompanhamento, com vistas à formulação de propostas e gestão de recursos, analisando os instrumentos normativos internacionais em confronto com as exigências locais de formação superior e desenvolvimento social.

Discurso e interação das Agências de Cooperação Internacional na Amazônia

Neusa Pressler – Unama

A presente pesquisa tem como objetivo descrever sob o ponto de vista da teoria dos discursos sociais a interação das Agências de Cooperação Internacional na Amazônia junto as populações tradicionais da Amazônia Legal. Este trabalho é parte da pesquisa referente à tese de doutorado (UFPA/NAEA, 2006-2010). Com esse objetivo, descreve os discursos das Agências de Cooperação Internacional que desenvolvem projetos ambientais na Amazônia. Assim, apresenta uma síntese dos discursos e práticas de comunicação com o intuito de analisar a importância dessas organizações internacionais na interação e implementação de projetos socioambientais na Amazônia no âmbito do PPG7 (1995-2009). Nos discursos de “modernização e do desenvolvimento da Amazônia” dos projetos ambientais evidencia-se os enunciados vinculados a temas da agenda global, como capital social, preservação ambiental, manejo sustentável, comércio justo, povos tradicionais que hoje é disseminado em diversos discursos e presente na comunicação institucional e em várias propostas socioambientais. O Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras -PPG7 foi proposto na reunião do Grupo dos 7 países mais Industrializados (G-7), em Houston, Texas (EUA), em 1990, e aprovado pelo G-7 e pela Comissão Européia em 1991. Durante a (CNUMAD) em 1992, houve o lançamento oficial do Programa no Brasil. Em 1994, os primeiros projetos foram aprovados, com execução iniciada em 1995. De acordo com o MMA, pela primeira vez estabelece-se no âmbito das relações internacionais um programa socioambiental tão amplo

para uma região. A concepção do programa envolveu um trabalho de colaboração de amplitude local, nacional e global, cujas propostas dos financiadores (BMZ, BM) é a capacitação de associações, grupos locais e povos tradicionais, para atuarem como protagonistas e atores sociais de seu próprio desenvolvimento. A Alemanha foi o principal doador do PPG7 – e também, o país que mais colaborou na efetivação do programa, ao lado de colaborações consideradas relevantes dos demais países do G7 e da União Européia. O objetivo não é discutir o PPG7, mas analisar como um campo de produção de discurso e de sentido para a Amazônia contemporânea.

GT 11 - Fronteiras e processos socioculturais na Amazônia Setentrional

Coordenadores: Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR),
Iraíldes Caldas Torres (UFAM) e Manoel Pinto (UNIFAP)

Este GT tem por objetivo reunir os pesquisadores que desenvolvem estudos e pesquisas sobre fronteiras em termos de processos sociais, simbólicos e representações sociais, tais como: conflitos e formas de mobilização, direitos humanos, migração, transnacionalização, relações de gênero e questões vinculadas à identidade, etnicidade e nacionalidade. Ou seja, práticas identitárias e estratégias de acomodação ou transformação social. É fundamental para a compreensão da complexa tessitura societária Amazônica, tanto em sua dinâmica social como simbólica, o estabelecimento de vínculos entre pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento que vem se dedicado a estudar os mais variados aspectos da região

13 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h – 1ª Sessão: Espacialidade, Urbanização e Desenvolvimento Regional

A influência das ordens religiosas na organização sócio-espacial do Alto Rio Negro- Amazonas – Brasil

Leticia Alves da Silva – IFAM, Marilene Alves da Silva – IFAM

O presente artigo pretende evidenciar a influência das missões católicas na organização sócioespacial da cidade de São Gabriel da Cachoeira, localizada no Alto Rio Negro, estado do Amazonas. O município de São Gabriel da Cachoeira possui uma população de 41.885 habitantes (IBGE, 2009) que vivem em uma área de 109.185 km², a região é habitada por diversos grupos indígenas, entre eles: Tukano Oriental (Desana, Tukano, Pira-tapuia, Arapaso, Wanano, Kubeu, Tuyuka, Miriti-tapuia, Makuna, Bará, Suriano, Yurutí e Karapanã), Aruak (Tariana, Baniwa-Kuripako, Warekena e Baré), Maku (Hupda, Yuhupde, Nadêb e Dou) e Yanomami. A área urbana da cidade é composta por 12 bairros e uma população proveniente do fluxo migratório das comunidades indígenas, que saem em busca de escola para os filhos, hospitais e trabalho. A organização sócioespacial de São Gabriel da Cachoeira está diretamente relacionada à inserção do forte português de São Gabriel, com objetivos geopolíticos e principalmente das missões católicas que contribuíram para concretizar a política colonialista portuguesa sobre a região. Isto posto, a pesquisa demonstra as principais atividades missionárias desenvolvidas na cidade entre os séculos XX e XXI, como a catequese indígena e a educação escolar objetivando a formação profissional. Demonstra, também, a apropriação do espaço a partir das representações religiosas como construções de grutas de orações, cruzeiros, igrejas, conventos, oratórios e capelas, fundações de bairros e ruas com nome de entidades religiosas etc., impostas no território. Desse modo, o objetivo do trabalho é refletir sobre a atuação das ordens missionárias no processo de formação e organização sócioespacial do Alto Rio Negro, em especial da cidade de São Gabriel da Cachoeira.

A urbanização na fronteira agrícola amazônica: o caso do estado de Roraima

Valdinei Fortunato Portela – UFRR, Herundino Ribeiro do Nascimento Filho - UFRR

O crescimento das cidades representa um dos fatos relevantes da história do século XX. Na segunda metade do referido século, as grandes mudanças na demografia e na economia brasileira geraram um excedente populacional que inchou as cidades e alimentou o surgimento de conflitos no campo. Na Amazônia, a migração espontânea ou estimulada para a região foi e ainda é uma das alternativas para evitar que o excedente populacional chegue aos centros urbanos do sudeste e sul do país. O processo histórico de ocupação humana e urbanização da Amazônia não se deu linearmente. O contexto político e econômico ao longo do tempo foram determinantes. A urbanização da região encontra-se em fase de estruturação, caracterizando-se ainda como uma região de fronteira, onde a dinâmica das cidades ainda é muito intensa. Novos núcleos urbanos vêm surgindo da floresta amazônica e das savanas setentrionais a reboque de intensos fluxos migratórios inter e intra-estaduais e das profundas transformações estruturais desencadeadas pelo avanço das fronteiras agrícolas, que vêm promovendo substantivos movimentos do tipo campo-cidade. Há duas gerações, os habitantes do planeta eram majoritariamente rurais. Hoje, eles vivem, em sua maioria, nas cidades. Essa transição, que se acelerou a partir de meados do século passado, é resultado de um processo de urbanização inédito e complexo. Este artigo analisa o processo de urbanização na fronteira agrícola amazônica, dando ênfase ao modelo de ocupação e a transição urbana, em especial no estado de Roraima. Palavras-Chave: Migração. Fronteira Agrícola. Transição Urbana. Roraima.

Desenvolvimento Regional como estratégia de segurança e defesa nacional: a concepção do programa Calha Norte

Aurilene dos Santos Ferreira

Além do Nordeste, a Amazônia brasileira foi palco da intervenção estatal por meio de diversos planos governamentais direcionados ao seu processo de ocupação e de uso de seu território. Não se pode considerar menos importante enfatizar o fato de que historicamente, as questões relativas à segurança e à defesa nacionais estão interligadas às estratégias de desenvolvimento da Amazônia Brasileira. Isso pode ser atribuído à desconfiança dos militares em relação à eventual “ameaça” estrangeira ao território brasileiro, especialmente à Amazônia, embora os interesses internacionais pela Amazônia tenham raízes seculares. Este paper insere no debate das políticas de desenvolvimento para a Amazônia o Programa Calha Norte (PCN) como política governamental que representa uma mudança pontual no plano do discurso e das ações estatais sobre essa região no momento em que o Brasil sofria pressões internacionais para abandonar o ainda predominante modelo de desenvolvimento agressivo aos recursos naturais e às populações locais, sobretudo às indígenas, que incentivava a ocupação desordenada desse território e agravava as tensões sociais, em particular no campo. Diante disso interessa saber em que se fundamenta o modelo de fomento ao desenvolvimento e à defesa nacional do PCN na região amazônica.

Pôster

As percepções de mudança nos aspectos sócio-econômicos e culturais na Ilha de Cotijuba-PA após a implantação da energia elétrica.

Gisely de Nazaré Freitas da Silva – UFPA, Socorro Lima – UFPA

O trabalho foi desenvolvido com o objetivo de levantar a discussão e debater quais as percepções de mudança observadas sob os aspectos sociais, econômicos e culturais a partir da análise do cotidiano da população nativa que habita a Ilha de Cotijuba-PA, sobretudo após a implantação da rede de energia elétrica na Ilha. Investigar e identificar valores remotos apontados como herança tradicional e valores recentes. Compreender o funcionamento das idéias e ansiosos do imaginário desse grupo social na tentativa de avaliar, analisar e comparar o cotidiano antes e depois da implantação da energia elétrica nessa Ilha. Problematicar a questão norteadora que afirma ser a implantação da energia elétrica no local, a responsável pelas transformações e mudanças no cotidiano da população e sua influência nos valores e características do grupo. Reconhecer do ponto de vista sociológico o choque cultural entre o antes e pós-energia elétrica na Ilha e a partir da visão funcionalista da sociedade entender como se deu o processo da garantia da estabilidade social entre nativos e/ou habitantes no processo migratório identificado no local. Palavras-chave: mudança, cotidiano, imaginário.

16:00h às 18:00h - 2º Sessão: Áreas Fronteiriças, Influência Cultural no Ensino, Amazônia

A Influência Cultural no Ensino/Aprendizagem do FLE (Francês Língua Estrangeira)

Bruna Francisca Pimentel da Silva – UFPA, Nilvane de Souza Oliveira – UFPA

Este trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões a partir da relação entre a dinâmica intercultural e o ensino/aprendizagem de FLE (Francês Língua Estrangeira). Essa relação está presente na necessidade que o aprendiz tem de se apoiar no contexto cultural de sua LM (língua materna). Neste sentido, o aluno passa a observar a pluralidade de comportamentos e emprega significações culturais diferentes de sua LM e da língua alvo, pois a semelhança entre a estrutura da LM e da língua estrangeira (LE) facilitaria a aprendizagem da língua estrangeira, mas as diferenças tornariam a aprendizagem difícil, pois apresentariam interferências “erros interlínguas”, erros vistos não de forma negativa, mas importantes para a construção da interlíngua (Sistema intermediário entre a língua materna e a língua estrangeira). Na interlíngua o aprendiz apresentará fortes marcas culturais, pois neste estágio apresentará traços transferidos da LM para a LE, o próprio aluno é que determina inconscientemente essa transferência, variando-a de aluno para aluno. Cabe destacar que todo e qualquer processo de ensino aprendizagem tem como foco o aluno, o qual é um ser de cultura. Em conjunto com a análise da língua materna, interlíngua e as dimensões interculturais no que tange o ensino/aprendizagem de forma a sensibilizar e mobilizar o aluno em um processo que provoca o conhecimento e a valorização entre o “eu” e o “outro”.

Áreas Transfronteiriças Especialmente Protegidas, Relações Internacionais e Turismo

Helena Doris de Almeida Barbosa Quaresma – UFPA, José Cauby Soares Monteiro – UFPA

Este trabalho contextualiza em uma perspectiva comparada as políticas públicas ambientais e de turismo que envolvem a dinâmica de Áreas Especialmente Protegidas na Amazônia Sul-americana e direta ou indiretamente relacionadas à organização local, à sustentabilidade, à etnicidade e à fronteira internacional. A pesquisa foi realizada no Monte Roraima, uma área limdeira sob a jurisdição trinacional do Brasil, Venezuela e Guiana, que abrigam etnias

indígenas e outros assentamentos humanos que vem ao longo do tempo deparando-se com várias transformações em seus territórios, dentre elas as disputas de escolhas de políticas públicas por territorialidade e a existência de ações predatórias. Essa dinâmica inclui também mais recentemente políticas ambientais e de turismo. Evidenciam-se, assim, a trajetória da constituição das fronteiras Brasil, Venezuela e Guiana, a questão indígena presente no processo de fronteirização da Amazônia, as políticas ambientais de criação de áreas protegidas neste espaço, perpassando pela questão dos impactos da inserção do turismo como elemento de transformações locais. O estudo efetivou-se a partir da percepção da complexidade que envolve os espaços transfronteiriços, para tanto optou-se pela articulação do uso da etnografia associada à observação direta e a antropologia visual que permitiram principalmente constatar sob outro olhar metodológico a ausência de algumas ações integradas importantes no âmbito das políticas públicas locais que são os principais fatores que dificultam a efetivação de acordos internacionais entre os três países relativamente a área analisada.

Um novo olhar sobre a Amazônia

Auliam da Silva – UFPA

Este trabalho se propõe a discutir questões relacionadas às transformações pela qual a Amazônia transita através da obra *Matintresh* de Salomão Larêdo, escritor de Belém do Pará. Os discursos do “autor implícito” refletem a veracidade das teorias: “sujeito pós-moderno”, (Stuart Hall), “continuum cultural” (Peter Burke), “transculturização” (Fernando Ortiz), “além”, “discurso pedagógico”, “discurso performático”, (Homi K. Bhabha), “entre - lugar” (Silviano Santiago). Percebemos que a identidade da Amazônia foi e está sendo influenciada por “metamorfoses”: migrações, avanços tecnológicos, conflitos socioeconômicos. Estes são alguns fatores que influenciam a sua produção cultural, que por sua vez, nos releva o início da “Modernidade Cultural” e para esse novo tempo precisamos de um “olhar moderno” que acompanhe concomitantemente essas transformações culturais. Elucidarei que a Amazônia não pode ser vista como uma região (do ponto de vista dos estudos culturais) homogênea de discursos, imaculável, e que não tem a necessidade a de ser “protegida” contra “culturas estrangeiras” e contra a globalização; todavia, ela precisa ser visualizada como um local de encontro de culturas que se entrelaçam para formar novos signos, os quais trazem novas identidades para a “nação” – a qual não pode ser mais interpretada como univalente, mas sim de forma multivalente.

Pôster

Migração de produtores gaúchos na fronteira do agronegócio

Rafael Bezerra Gaspar – UFMA

A partir dos anos 1990, produtores rurais provenientes do sul do país migraram para o Leste Maranhense. Conhecidos como gaúchos, esses agentes se estabeleceram sob condições particulares e passaram a cultivar e comercializar soja em um contexto agrícola que vem se caracterizando pela expansão do chamado agronegócio no estado do Maranhão. A mobilidade desses agentes não se realizou em termos de um trânsito único, como chegar e ficar, mas se configurou em um quadro de provisoriedade, sem necessariamente desconsiderar os impactos que as dinâmicas estruturais provocaram em suas tomadas de decisões. Nesse sentido, constituiu-se uma complexidade de iniciativas que valorizaram intimamente as

estratégias individuais ou coletivas, mas sempre geridas em torno de uma base familiar. Como resultado de pesquisa de mestrado, o trabalho procura dar conta das estratégias adotadas pelos produtores gaúchos em seus fluxos migratórios, incorporando uma perspectiva que valorize a diversidade de configurações sociais constituídas por esses agentes no contexto de novas dinâmicas que vêm caracterizando a fronteira agrícola do chamado agronegócio.

14 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 3ª Sessão: Diversidade Cultural, Conflitos e Migração

Conflitos e identidades étnicas na Pan-Amazônia: O caso da cidade de Kourou-Guiana Francesa

Charles Benedito Gemaque Souza – NAEA/UFPA

O espaço amazônico setentrional caracteriza-se por suas diferenças culturais, políticas, econômicas, ambientais e étnicas, o que estabelece discontinuidades e fragmentações. Trata-se de uma expressão material de sociedade e, como tal, traduz as relações contraditórias na região, condicionando as representações e as estratégias de poder projetadas. Diante disso, a presente pesquisa tem como objeto de estudo a dinâmica contraditória do espaço e do tempo nas cidades da Pan-Amazônia setentrional e sua repercussão na conformação do território urbano. Neste contexto, a delimitação de área de análise é base espacial de Kourou, cidade estratégica do departamento ultramarino da Guiana Francesa, uma antiga colônia da França no centro norte da América do Sul. A construção da base espacial criou uma imagem positiva que atraiu imigrantes de diversas origens para Kourou, de outro lado os povos autoctones também estabeleceram identidades próprias e controversas. A combinação desse emaranhado étnico com temporalidades diferenciadas, cria territorialidades específicas dentro do espaço socialmente (re) produzido. O caminho aqui exposto aponta para um espaço urbano como condição, produto e meio das ações dos sujeitos. Nesta perspectiva, a reflexão sobre Kourou é uma análise das práticas sócio-espaciais, que dizem respeito aos usos e conteúdos que se apresentam enquanto formas e momentos de apropriação. Enfim, a cidade é uma construção humana que contém o passado, ao mesmo tempo, que pode revelar o futuro através das conjecturas do presente. Nestes termos, a abordagem metodológica desta pesquisa parte da observação etnológica das posições, das redes e dos itinerários urbanos realizados pelos diferentes grupos étnicos. Agier (1998) aponta que o pesquisador precisa viver as diferenças, realizar, identificar, definir o lugar a partir de dentro, do seu dia-a-dia. Trata-se, então, de uma pesquisa que envolve as interações sociais e as mediações entre a identidade étnica e a cidade. A partir disso, pretende-se criar uma cartografia simbólica do espaço urbano de Kourou. Destacando a mobilidade dos territórios étnicos, a partir das características da vida social na escola, no trabalho e no lazer. Esse mecanismo de pesquisa permite compreender a dinâmica da cidade, não apenas pela localização geográfica, mas por meio das identidades e das representações no/do espaço.

Diversidade Cultural e relações interétnicas na fronteira Brasil-Venezuela

Alessandra Rufino Santos – UFRR

O objetivo deste trabalho é apresentar uma reflexão sobre a diversidade cultural e as relações interétnicas entre brasileiros e venezuelanos que vivem nas cidades fronteiriças de Pacaraima (Brasil) e Santa Elena de Uairén (Venezuela). Partimos da análise das relações sociais e/ou dos

conflitos que permeiam os processos de identificação de brasileiros e venezuelanos. Utilizamos as metodologias qualitativas, com ênfase nas narrativas das trajetórias de vida e nas entrevistas abertas e semidirigidas. Os sujeitos da pesquisa são homens e mulheres, com idade entre 35 e 82 anos e que exercem distintas atividades profissionais. Pudemos identificar nas narrativas destes interlocutores elementos de afirmação e negação das identidades nacionais, de gênero e étnicas. Ao falarem de “si” praticamente todos os brasileiros ressaltaram que o caráter do brasileiro é de alguém que tem “facilidade de se adaptar e se relacionar com os outros”. Já os venezuelanos se reconhecem como sendo pessoas “tranqüilas” e de “comportamento mais modesto”, ao mesmo tempo em que afirmaram que “muitos venezuelanos que são egoístas”, que “gostam de humilhar as pessoas” de outras nacionalidades, em especial o brasileiro. No entanto, um dos elementos diacríticos da distinção entre os brasileiros e venezuelanos fica evidenciado nas narrativas sobre o gênero feminino. Tanto brasileiros quanto venezuelanos afirmam que, as mulheres brasileiras são “muito liberais”, ao contrário das venezuelanas que são “reservadas”. Os conflitos mais evidentes referem-se àqueles relacionados ao papel do Estado representado pela Polícia Federal e Guarda Nacional e ao tratamento dado aos brasileiros pelos comerciantes locais. Em outros aspectos, brasileiros e venezuelanos crêem que “são as mesmas gentes” por viverem no espaço transfronteiriço.

Processo Migratório do Pará

Jouber da Costa e Silva – UEAM

Este trabalho analisa o processo migratório do Pará para Manaus entre as décadas de 1990 e 2000, enfocando especificamente as características das trajetórias migratórias e suas motivações. Entre o final do século XX e o começo do XXI aconteceram transformações econômicas que impactaram de diferentes maneiras as várias regiões brasileiras, o que levou a disparidades entre estados de uma mesma região. Na região norte do Brasil essas disparidades se expressam, dentre outros fenômenos e processos, no deslocamento de pessoas do Pará para a cidade de Manaus, capital do Amazonas, em busca de emprego, educação e assistência médica, dentre outros motivo. A investigação se baseou em revisão bibliográfica, entrevistas com migrantes que moram em Manaus e leitura de periódicos nacionais e regionais.

Pôster

Mercado Laboral Transnacional: Uma análise das relações sociais de trabalho dos imigrantes brasileiros na cidade de Santa Elena do Uairén (Venezuela)

Ana Paula Teixeira da Cruz – UFRR

Este trabalho tem como objeto as relações sociais de trabalho dos brasileiros que vivem na cidade fronteiriça de Santa Elena do Uairén, no município da Gran Sabana, no estado Bolívar (Venezuela). Pretendeu-se investigar as condições de trabalho, os direitos trabalhistas e as estratégias de sobrevivência destes imigrantes. A pesquisa foi realizada entre os meses de janeiro a junho de 2010. Para a realização da pesquisa foi utilizada a metodologia qualitativa e os instrumentos de coleta de dados foram a etnografia por meio da observação dos espaços e condições de trabalho e a realização de entrevistas abertas e semidirigidas tanto com trabalhadores quanto empregadores brasileiros na cidade de Santa Elena. O perfil dos entrevistados é de pessoas de ambos os sexos, com idade entre 20 e 60 anos, trabalhando em diversos ramos da economia local e desenvolvendo diferentes atividades profissionais.

A pesquisa demonstrou que os brasileiros migram em busca de melhores oportunidades de trabalho e renda, principalmente por não perceberem tais condições no país de origem. Foi verificado que a maior parte dos brasileiros trabalha no comércio local em lojas de confecção e no comércio de gêneros alimentícios, principalmente naqueles cujos proprietários são brasileiros. No entanto, foi verificado que muitos brasileiros trabalham sem garantia de quaisquer direitos trabalhistas, uma vez que muitos deles vivem de formar irregular (indocumentados) e, por isso, acabam se submetendo a processos de exploração e expropriação da sua mão-de-obra. Apesar disso, os brasileiros continuam se deslocando na perspectiva de conseguirem se estabilizar economicamente e garantir melhores condições de vida. Uma das nossas conclusões é que apesar dos brasileiros garantirem o funcionamento da economia local, os mesmo trabalham em condições precárias.

(16:00h às 18:00h) 4ª Sessão: Diáspora, Fronteira e Narrativas Culturais
Diáspora, Identidade em movimento

Larissa Maria de Almeida Guimarães – UFPA

Nesta apresentação, pretendo analisar a idéia de movimento e imigração enquanto um aspecto importante para a (auto)definição identitária. Partindo do caso de judeus amazônidas, é possível compreender que a idéias de “diáspora” permeiam o imaginário de grupos de judeus, e isso influi na própria definição identitária. A forte imigração judaico-marroquina para a Amazônia durante o século XIX e início do XX, marca nos dias atuais a forte referência a esses tempos migratórios, ressaltando a vinda e estabelecimento nas capitais de estados como Pará e Amazonas, dois dos maiores estados da região norte do Brasil. A idéia de movimento e não-pertença, uma espécie de não-lugar fixo, permeia o discurso de muitos judeus entrevistados e de uma bibliografia referente à imigração judaica para a região. A identidade étnica é marcada pela idéia de imigração, de movimento, e este movimento expressa sentimentos relativos à busca de melhores condições de vida. Portanto, a memória coletiva converge para a narrativa coletiva da busca de uma “terra sem males” até o estabelecimento em território longínquo e a conseqüente prosperidade. A idéia de grupo constrói-se em torno da diáspora, que por sua vez é construída pelas experiências re-memoradas e re-significadas pelos sujeitos sociais.

Fronteiras em construção: representações de migrantes brasileiros na Guiana Francesa

Rosiane Ferreira Martins – UFPA, Carmen Izabel Rodrigues – UFPA

Nesse artigo examinamos como as migrações contribuem para re-arranjos das relações familiares e sociais, além da construção de novas identidades, é uma reflexão acerca do mundo contemporâneo em uma análise sobre os sentidos de ser classificado como migrante e/ou estrangeiro e um processo de construção de estratégias que marcam a vivência cotidiana. As relações entre migrantes de diferentes países, e a construção de espaços de sociabilidade marcados pela diversidade revelam identidades e percepções acerca das relações de conflito, solidariedades, alteridades entre o eu (clandestino) e o outro na cidade. Trata-se de uma reflexão etnográfica acerca das relações e representações sociais entre migrantes na Guiana Francesa, com ênfase para as narrativas dos brasileiros.

Narrativas culturais e identitárias das populações do lugar sobre o Lugar Guayana

Francilene dos Santos Rodrigues – UFRR

O espaço fronteiriço entre Brasil e Venezuela não é apenas um lugar de múltiplas fronteiras em que confluem linhas divisórias entre entidades diferentes, tais como: a savana e a floresta do nordeste da América do Sul, os Estados brasileiro e venezuelano, as diversas nações indígenas, as tradições (etnográficas) caribenhas e amazônicas, como também diversas entidades identitárias americanas, asiáticas, africanas e européias. É também, uma fronteira que fornece um ângulo privilegiado para examinar a importância do imaginário na construção desse espaço, aqui denominado de lugar Guayana. Neste sentido, o objeto deste trabalho são as narrativas construídas pelas populações fronteiriças a respeito de si mesmas e do “outro”, bem como as representações produzidas na literatura dos dois países, tanto sobre o lugar como sobre as populações que ali vivem.

Pôster

A reconfiguração da identidade religiosa paraense em meio ao avanço do neo-pentecostalismo

Alan Patrick de Souza Oliveira – UFPA, Valdemir Cavalcante Pinto Junior – UFPA, Walbert Siló Amador Correa – UFPA

Compreender os fatores que levam à expressiva mudança da identidade religiosa paraense, em meio ao avanço do pentecostalismo e do neo-pentecostalismo na última década do século XX, em detrimento da perda de fiéis do catolicismo tradicional. Essa investigação se propõe a uma abordagem mais ampla, na medida em que possibilita uma discussão em torno das mudanças de identidade cultural na pós-modernidade. Resultado de um intenso processo de industrialização e globalização que se desenvolveu nos últimos anos. Contudo, essa conjuntura abre espaço para novas relações sociais que se constroem de forma peculiar na realidade amazônica e mais precisamente, altera a paisagem sociocultural paraense. O crescimento vertiginoso das igrejas protestantes desempenha um papel preponderante na vida dos indivíduos e conseqüentemente, de um grupo. a partir dessa premissa, procuraremos identificar de que forma determinadas práticas e vertentes religiosas do protestantismo influenciam nas esferas públicas, (política, escola, meios de comunicação) a ponto de influenciar a formação de “novas identidades”, e reorganizar ou reconfigurar as ações sociais das instituições, mostrando que a religião, mesmo na contemporaneidade, ainda é capaz de proporcionar uma mudança estrutural na sociedade. Objetivamos com esse trabalho, não apenas a exploração teórica do tema, mas a possibilidade de constatações empíricas que viabilizem resultados promissores a cerca do processo identitário, simbólico, através de diálogos e levantamentos estatísticos que comprovem as nossas hipóteses. Os principais aspectos da pesquisa são construídos de acordo com revisões bibliográficas e acompanhamento da dinâmica social das filiações religiosas do segmento em questão.

GT 12 - Sociabilidades, práticas e identidades ribeirinhas em espaços urbanos

Coordenadores: Carmem Izabel Rodrigues (UFPA), Rodrigo Peixoto (MPEG)
e Wilma Marques Leitão (UFPA)

Reunir pesquisadores que numa abordagem etnográfica analisem redes de sociabilidade em mercados e feiras populares com enfoque na observação da produção e manutenção de práticas e saberes do mundo rural e/ou "ribeirinho" em ambiente urbano. Muitos trabalhadores e freqüentadores das feiras são de origem ribeirinha (remota ou atual), e tornam-se geradores de redes sociais e identidades urbanas, contudo mediadas pelas vivências e experiências com o mundo rural. Concepções e valores que observamos nas feiras e mercados localizam-se justamente nas intersecções entre espaços urbanos e ribeirinhos.

13 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 1ª Sessão: Identidades ribeirinhas

A cidade vista através das margens: revisitar Belém a partir das identidades ribeirinhas no Porto da Palha.

Marcos Alexandre Pimentel da Silva – UNIFAP

O presente trabalho discute a construção de identidades ribeirinhas no Porto da Palha, localizado na porção sul da orla fluvial de Belém (PA). Partindo do entendimento da identidade urbana como processo socioespacial, no qual são (re)construídas múltiplas experiências de pertencimento à urbe, foi possível considerar que a espacialidade do Porto da Palha não se resume apenas à base material a partir da qual se definem o contexto e as intencionalidades da construção de identidades ribeirinhas enquanto uma modalidade distinta de identidade urbana, mas se constitui também em um locus expressivo cuja localização, morfologia, arranjo e usos revelam uma imagem específica da cidade. As condições de possibilidade dessa construção identitária relacionam-se aos diferentes trajetos realizados por indivíduos, grupos e atores sociais entre localidades rurais, ilhas e a cidade de Belém, os quais demonstraram que a dinâmica de reprodução social deste lugar é sustentada por relações sociais historicamente subalternizadas, mas que ainda são responsáveis por envolver, no presente, um conjunto de networks voltadas para o abastecimento de um consumo local. Desta dinâmica resulta um território precarizado na cidade. Por outro lado, as interações, as formas de sociabilidades e as trocas de experiências desenvolvidas entre diferentes grupos sociais como feirantes, moradores do porto, quilombolas e ribeirinhos, além de atuarem no processo de identificação, configuram naquele espaço uma espécie de "comunidade de sobrevivência" na metrópole. Desses laços e da necessidade de sobrevivência na cidade desponta uma imagem liminar, localizada nas "margens" da atual geopolítica de apropriação da orla, qual seja, a de um "fragmento" da cidade ribeirinha no contexto metropolitano de Belém.

Elos entre o rural e urbano em Belém

Jakson Silva da Silva – MPEG

O trabalho visa refletir criticamente sobre certos espaços da cidade de Belém com o objetivo de identificar e revelar o que eles têm simultaneamente de rural e urbano. Trabalhamos especificamente com portos públicos, como é o caso dos portos da Palha e do Açai, feiras

livres, mercados, locais de residências, áreas de lazer e os territórios às margens do Igarapé Tucunduba, considerando a história local de cada lugar desses espaços situados dentro dos bairros periféricos de Belém, como o Guamá, a Terra Firme e o Jurunas. Para essa finalidade, consideramos a origem das pessoas, já que muitos deles migraram dos interiores do Pará para a capital Belém, trazendo consigo culturas ribeirinhas típicas. Buscamos reconhecer práticas religiosas, econômicas, culturais e sociais, que revelam traços identitários do modo de vida ribeirinho na cidade, a fim de caracterizar essas realidades sociais como urbano-ribeirinhas. A adaptação dos migrantes na cidade permite a manutenção de culturas, intercâmbios e vínculos, moldando, dentro desses espaços urbanos periféricos, lugares típicos, onde é possível garantir a reprodução de um modo de vida rural, ainda que fortemente influenciado pelos tempos velozes que caracterizam a grande cidade. Entrevistamos moradores e usuários desses espaços e buscamos construir com eles interpretações sobre a especificidade do urbano em contraste com o ambiente rural que deixaram para trás. Contudo, ao lado de rupturas, procuramos demonstrar a existência de um continuum entre o rural e o urbano, dado principalmente pela carência material que afetam os migrantes, tanto num ambiente como no outro. Palavras-Chaves: Elos entre o rural e o urbano, espaços ribeirinhos na cidade, identidades ribeirinhas no cotidiano urbano dos migrantes.

Estetização espúria, negação da vida popular nas margens de Belém e resistência ribeirinha

Rodrigo Correa Diniz Peixoto – MPEG

A fim de embelezar o visual da cidade, o vistoso projeto Portal da Amazônia executa a remoção de dez mil viventes da bacia da Estrada Nova porque considera um desperdício o uso popular daquele nobre espaço da orla de Belém. A requalificação fixa-se no discurso paroquial de abrir janelas e para isso deve livrar a paisagem daquilo que é decadente e ofusca a beleza da MetrÓpole. O principal obstáculo são as pessoas que atualmente usam o espaço. Segundo o projeto, as áreas “deverão estar livres da ocupação antrópica desordenada”. Os caboclos por sua vez resistem em seus feios lugares e não querem ser varridos no saneamento da Estrada Nova: “quem roeu o osso tem que comer o filé”, torna-se mote popular na Estrada Nova. Eles querem suas feiras, portos e trapiches melhorados e não querem ser remanejados para longe de seus vizinhos, com quem construíram relações de solidariedade. Entretanto o Portal segue a receita globalmente padronizada de investir recursos públicos para alavancar investimentos privados. Um grande empreendimento imobiliário iniciou obras para a construção de torres residenciais de luxo com apartamentos tanto mais caros quanto mais de perto seus privilegiados moradores puderem contemplar o rio. Um movimento em defesa dos portos da Palha e do Açaí reivindica outras possibilidades de uso das beiras de água além da exclusiva dimensão contemplativa das janelas. Há muita vida ribeirinha nesses portos que o urbanismo municipal não leva em conta. O movimento em favor dos portos busca dar visibilidade a essa genuína realidade ribeirinha que o Portal ignora, avançando com seu projeto de criar uma imagem identitária capaz de vender a cidade. O turismo é apelo recorrente nos discursos, o marketing oficial evoca a cultura ribeirinha da cidade e a orla se requalifica mediante uma estetização espúria. Quanto aos ribeirinhos, a Prefeitura sugere que mudem de ramo.

Projeto Portal da Amazônia: análise sócio-espacial da reorganização geográfica da sub-bacia 1 da orla de Belém

Gemerson Alencar de Sousa – IFPA, Suzana Mariano Alves da Silva – UFPA

A cidade de Belém (PA) foi considerada por muito tempo como o portal de entrada da Amazônia. Sua história e importante função de principal entreposto comercial e portuário da região contribuiu para um intenso e contínuo processo de segregação e apropriação privada das margens do rio Guamá e da baía do Guajará, corpos d'água que emolduram a porção continental do território desse município. O uso do solo da orla fluvial de Belém passou dessa forma a servir aos interesses e necessidades dessa segmentação sócio-econômica, enquanto a cidade está tendo como consequência a perda gradativa de sua paisagem ribeirinha. Hoje o poder público, através de projetos de revitalização nesse segmento intra-urbano, busca transformar a orla num espaço que privilegia a indústria do turismo, especialmente em sua área de orla fluvial, e tem como referência empírica de análise o Projeto Portal da Amazônia; desenvolvido pela prefeitura municipal de Belém /PMB. A análise foi realizada a partir de levantamento documental de programas e projetos urbanísticos específicos no espaço da orla de Belém das diretrizes e dos instrumentos de planejamento urbano, além da análise em loco da área afetada pelo projeto, com aplicação de questionário para complemento da análise. Neste contexto, tendo como base principal a pesquisa documental e bibliográfica, com auxílio da pesquisa de campo, o presente trabalho tem como objetivo geral construir uma análise acerca das mudanças sócio espaciais provenientes da implantação do Projeto portal da Amazônia na orla de Belém.

Lutas e sociabilidades no bairro do Guamá

José Luiz de Moraes Franco - UFPA

Este trabalho foi realizado através de pesquisa de Iniciação Científica do Museu Paraense Emílio Goeldi /MPEG. O objetivo do trabalho foi de recolher depoimentos de moradores das comunidades do Riacho Doce e do Pantanal acerca da identidade do igarapé Tucunduba, a fim de, mediante a narrativa oral, revelar a história dessa emblemática área no desenvolvimento urbano de Belém. Além de mostrar como o Tucunduba, desde os anos sessenta até os dias atuais, de um igarapé situado em área então rural da periferia da cidade, foi sendo envolvido pelo crescimento dos bairros do Guamá e Terra Firme, com as consequentes implicações ambientais e nas condições de vida dos seus moradores, a pesquisa buscou jogar luz sobre algumas questões correlacionadas. Objeto de políticas governamentais, empreendidas por administrações municipais e estaduais, o Tucunduba abriga movimentos sociais cujas reivindicações foram mesmo fundamentais para tornar a área prioritária para investimentos públicos. Portanto, associada à história do Tucunduba, está toda uma trajetória de movimentos sociais que, ao passo que influenciou projetos de investimento, também conferiu e afirmou identidades a essa área peculiar na vida da cidade. A reconstituição de quarenta anos de história, contada através do prisma de transformações do espaço urbano e de lutas populares, poderá revelar o processo de construção de identidade territorial de uma área onde seus moradores nutrem um sentimento de pertencimento. De forma que o exemplo do Tucunduba poderá contribuir teoricamente para a compreensão de um conceito de território fundado no sentimento de pertencimento. A existência do território, independente da sua escala geográfica, passa pela reivindicação dos seus habitantes sobre o lugar que eles consideram

como seu. Finalmente, a pesquisa oportunizará uma experiência de aplicação da metodologia da história oral, com os depoimentos buscados como evidências para a confirmação de hipóteses sociológicas.

Pôster

Vendedores de CDs e DVDs piratas: mostrando as identidades socioculturais dos vendedores (as) da feira no bairro do Guamá

José Julierme Furtados dos Santos – UFPA

O trabalho pretende apresentar uma visão social dos vendedores (as) de CDs e DVDs piratas da feira localizada no bairro do Guamá, em Belém. Tem como eixo principal as relações sociais, econômicas e culturais que esses vendedores estabelecem entre si mesmos e com as outras que freqüentam a feira. Utilizando dados estatísticos obtidos em pesquisa já iniciada, sobre o perfil socioeconômico desses trabalhadores, e ressaltando a polêmica existente entre a reprodução “criminosa” de CDs e DVDs e a necessidade de sobreviver criativamente na sociedade de mercado. A pesquisa busca analisar as diferentes interpretações que esses sujeitos produzem sobre si mesmos (suas identidades) e suas relações com as diversas instâncias da sociedade mais ampla, a partir do seu lugar social e de suas atividades comerciais, caracterizadas como atividades informais e ilegais.

16:00h às 18:00h - 2º Sessão: Sociabilidades

Feiras e festas de Belém: estudo preliminar de experiências etnográficas

Antonio Maurício Dias da Costa – UFPA

Análise comparativa de estudos de campo, antropológicos e folclóricos, sobre festas religiosas e profanas nas feiras de Belém do Pará a partir da segunda metade do século XX. O estudo objetiva identificar e comparar os marcos teórico-interpretativos sobre festas e relações sociais presentes nos estudos de diferentes pesquisadores paraenses. Ao mesmo tempo, busca-se verificar as potencialidades das pesquisas de campo sobre sociabilidade entre feirantes (incluídos também ribeirinhos e fregueses) como uma experiência particular de antropologia urbana.

Mercados em trânsito: uma análise do comércio de produtos sagrados afro-paraenses em Belém do Pará

Anaíza Vergolino – UFPA, Taissa Tavernard – UEPA

Esse trabalho tem por objetivo destacar a relação existente entre religião e mercado no campo afro-religioso em Belém do Pará. Destaca os principais pontos de venda de produtos sagrados na capital, mapeando os pólos fornecedores dessa “mercadoria” e analisando a relação estabelecida entre vendedores e consumidores (afro-religioso). Por fim aponta o trânsito de bens religiosos existente entre o Estado do Maranhão, centro de referência na prática da Mina (tradição afro-paraense) e o Pará e as adaptações à realidade religiosa local. Para tanto faremos uso de conceitos aparentemente díspares como mercado, consumo, crença e mana.

O comércio na prática jurunense

Luciana Almeida Wilm – UFPA, Carmem Izabel Rodrigues – UFPA

Este trabalho é resultado da pesquisa de iniciação científica realizada em 2008/2009, intitulada “Práticas culturais e microeconomia: uma análise dos estabelecimentos comerciais localizados no bairro do Jurunas, em Belém”, no qual se procurou analisar como o comércio realizado num secular e tradicional bairro da periferia de Belém, o Jurunas, é influenciado pelo espaço onde está instalado, uma vez que este pode ser entendido como um lugar de fronteira entre a cidade e o rio (Guamá), e pelas relações sociais que seus moradores possuem entre si e com os seus frequentadores, que podem ser de bairros vizinhos ou de cidades do interior do Estado. Estes aspectos garantem ao bairro um peculiar relacionamento comercial que é permeado por uma série de redes de trocas, favores e serviços indispensáveis para a vida de quase todas as pessoas que nele circulam, e que afirmam práticas culturais que são construídas e produzidas por meio de uma identidade jurunense que associa uma ruralidade ribeirinha ao comportamento urbano.

Reciprocidade entre trabalhadores do mercado do Ver-o-peso

Lícia Tatiana Azevedo do Nascimento – UFPA

Este trabalho é parte da pesquisa desenvolvida sobre a Festa em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré no mais antigo espaço comercial da cidade de Belém-PA, o Ver-o-Peso. Além de ser uma grande feira, o Ver-o-Peso é possuidor de um cais e dois mercados – em um comercializa-se carne e no outro peixe – é também considerado a porta de entrada para diversos produtos (pescados, frutas), oriundos de ilhas próximas, de municípios paraenses e de Estados vizinhos, que são consumidos não só pelas pessoas que moram na grande Belém, pois também são exportados para diversos lugares do Brasil e do mundo. O objetivo deste trabalho é a partir do tema da reciprocidade, fazer uma descrição de algumas das relações existentes entre as categorias – peixeiros, balanceiros e geleiros – que trabalham com a comercialização do pescado no mercado do Ver-o-Peso e que são responsáveis pela realização da Festa em homenagem a Senhora de Nazaré. A pesquisa empírica foi realizada em dois espaços – no Mercado de Peixe e na “Pedra” (calçada lateral ao Mercado de Peixe, na qual são desembarcados os pescados) – pertencentes ao Ver-o-Peso, nos quais foram realizadas observações diretas e entrevistas, junto aos peixeiros, balanceiros, mas principalmente com a primeira categoria de trabalhadores. O Ver-o-Peso é um espaço que se apresenta cotidianamente como um lugar de expressiva atividade de trabalho, mas também é um espaço no qual são desenvolvidas relações mais complexas, como a reciprocidade entre seus trabalhadores, e eventualmente para os mesmos também pode ser um lugar de lazer, a exemplo da Festa em homenagem à Santa.

Pôster

As diversas formas de transição das barracas na feira do Ver-o-peso em Belém/PA

Suellen Nascimento dos Santos – UFPA

Este trabalho trata-se de uma pesquisa de TCC e tem por objetivo descrever e analisar as relações e práticas sociais entre os feirantes do Ver-o-Peso tomando como tema de observação as diversas formas de transição das barracas, sendo que esta pode ocorrer de forma informal, através das relações de parentesco. É importante destacar que a SECON (Secretaria Municipal de Economia) da Prefeitura de Belém, é o órgão responsável pela regulamentação das feiras em Belém, e pelo cadastro dos feirantes, ou seja, para conseguir um equipamento de comercialização legalmente é preciso estar cadastrado na SECON. Entretanto, a partir de

uma primeira aproximação com alguns entrevistados, podemos observar vendedores mais antigos que trabalham há vinte ou até mais de quarenta anos no Ver-o-Peso, muitos destes trabalhadores começaram ainda crianças ou adolescentes acompanhando algum parente como o pai ou a mãe. Já outros vendedores mais recentes, iniciam o trabalho no espaço principalmente através de algum amigo ou vizinho. Estes feirantes desde os mais antigos até os mais recentes geralmente iniciam seu trabalho na feira como ajudantes, desta forma procuram uma forma de permanecerem no lugar construindo seu espaço através da aquisição da barraca. Assim as formas que os feirantes encontram para estabelecerem-se na feira descrevem também as relações e regras sociais estabelecidas entre eles, pois cada um sobrevive no espaço do seu modo, seja pela compra, através das indicações de outros feirantes, ou pela herança para dar continuidade do trabalho da família.

Entre o rural e urbano: notas sobre trabalho familiar e sociabilidade no complexo das tapiocas na praça matriz na ilha do Mosqueiro Belém/PA

Lela Caroline Arantes Mesquita – UFPA

O objetivo deste trabalho é analisar a importância do Complexo das Tapiocas na Praça Matriz na Ilha do Mosqueiro Belém/PA como forma de garantia e manutenção das práticas de sociabilidade ditas rurais em espaços urbanos. A prática da venda de tapiocas surge nos arredores do Mercado Municipal de Mosqueiro em meados de 1920 e configura-se como uma prática predominantemente feminina, inserida em um contexto rural. Em 1976, a construção da ponte Sebastião de Oliveira ligando Belém à Ilha, facilitou o acesso a mesma, permitindo que os processos de urbanização pudessem ser implementados. Nesse novo contexto, a tapioca que antes atendia as necessidades dos moradores e/ou trabalhadores locais, acompanhou esse processo de urbanização e despontou como um dos maiores atrativos turísticos de Mosqueiro. Notou-se, a partir de conversas informais com as famílias que trabalham no complexo e observações no local, que mesmo com essa mudança, a prática da venda de tapiocas não se desatrelou de sua base rural, no que tange a sua forte referência de trabalho familiar, onde se configura uma intensa relação de sociabilidade no sentido em que a família divide tanto a esfera doméstica (casa) quanto o local de trabalho (Complexo das Tapiocas). O trabalho segue com a tarefa de analisar essa dúbia relação entre rural e urbano, que convive com suas especificidades em um mesmo espaço.

14 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 3ª Sessão: Processos de Trabalho

O elo ribeirinho: a embarcação como meio e espaço do trabalho na relação terra-homem-água na Amazônia

Alex César Mesquita Torres – UFPA, Vanessa Silva do Amaral – UFPA

A submissão a uma visão urbana e urbanizadora que tem predominado em nossa região vem tirando de rota as embarcações do processo de inserção mais dinâmica no que diz respeito às políticas de desenvolvimento. Com isso perde-se a onda de uma história de experiências acumuladas, já que na Amazônia as embarcações sempre foram centros de contato cultural através do trabalho em nossos rios, agindo como articuladores da vida regional. Neste trabalho procura-se analisar a embarcação não como algo isolado em si, ou desvinculado do meio geográfico e do contexto sociológico da região amazônica, mas como um espaço

e um meio indispensável no cotidiano de trabalho ribeirinho, no qual as embarcações, o transporte de passageiros e cargas, o trabalho na pesca, reveste-se de uma função que merece reflexões para uma melhor compreensão do homem amazônico. Conectivo entre o homem e a vida amazônica, as embarcações, especialmente no Pará, representam admiravelmente a circulação integradora de bens, pessoas e serviços adequados a uma terra entrecortada de rios. A relação entre os trabalhadores do barco e dos portos apresenta-se como produto de sutil integração entre função, camaradagem e troca. Os rios e os portos ribeirinhos se transformam em verdadeiras paisagens permutacionais à flor da leitura que se impõe aos trabalhadores das águas. Neles, no movimento das ondas e do trabalho humano, esses barcos dotados de significação enquanto locus de relações sociais, compõem e recompõem, incontáveis galerias naturais da paisagística amazônica.

O mercado entre a lógica burocrático-industrial e a sociabilidade em rede

Paolo Totaro – UNISINOS

A representação numérica do mundo, desenvolvida pelo mercado e pela ciência, e os algoritmos da produção e do consumo, desenvolvidos pela máquina burocrático-industrial, tiveram consequências sociais muito diferentes (embora, para as ciências formais, cálculo e algoritmo designam operações logicamente equivalentes). Enquanto para o agente de mercado o cálculo significou autonomia e integração social, para os trabalhadores, os usuários e os consumidores o algoritmo significou heteronomia e desagregação social. Mas hoje, as mídias sociais, cujo desenvolvimento na rede acontece a velocidade espantosa (ver *Socialnomics* de E. Qualman), estão se impondo sempre mais como o “lugar” (virtual) em que os consumidores, de indivíduos isolados, viram comunidades. Nelas, além das trocas sociais, se geram fluxos de opiniões sobre os produtos de mercado. As opiniões das comunidades das mídias sociais estão se tornando determinantes para a sobrevivência das empresas. Pela rede, o “boca a boca” está voltando a representar a principal fonte de informação e direcionamento nas escolhas dos consumidores (MEIRA), assim como acontecia nos mercados dos burgos e como hoje ainda acontece nos pequenos mercados dos bairros. Através das mídias sociais poderia se reverter um mecanismo que dominou desde a Revolução Industrial: a lógica da linha de montagem e da produção em escala se transferiu para o consumo, até para os pequenos mercados dos bairros. Hoje, a sociabilidade, que representa a chave do comércio dos pequenos mercados, está se tornando o canal privilegiado dos negócios nas redes das mídias sociais, abrindo às possibilidades, para os consumidores e o pequeno comércio, de escapar da “burocratização” da vida econômica e social.

Açaí dá trabalho

Ricardo da Silva Rodrigues – UFPA

Este trabalho pretende descrever e interpretar relações de trabalho, de sociabilidade e de identidades sociais que se constroem a partir do circuito de produção, distribuição e consumo do açaí. Para isto foi realizado trabalho de campo, observação participante, com produtores de açaí em Barcarena-Pa, observação direta da comercialização do produto em feiras de Belém-Pa e de Barcarena-Pa e levantamento bibliográfico. A partir dessas informações sobre produção de açaí constatamos a) divisão social do trabalho de gênero e faixa etária, b) venda da força de trabalho ou/e trabalhar de forma autônoma, c) comercialização nos mercados

regionais e locais d) o trabalho gera uma identidade social f) o fruto compõe a dieta desta comunidade estudada, g) a venda do açaí nos mercados obedece a regras de sociabilidade e confiança e h) entre a produção e o consumo final do açaí este pode gerar diversas fontes de renda. Desta forma o circuito de produção e consumo do açaí tem conseguido produzir renda, sociabilidade e identidades para diversas pessoas de diferentes formas.

Redes de comercialização do pescado no Ver-o-peso

Wilma Marques Leitão – UFPA, Márcio Cristian dos Santos Corrêa – UFPA

Nesta pesquisa analisamos o processo de comercialização do pescado no lugar conhecido como Pedra do Peixe, no mercado do Ver-o-Peso. É nesta calçada lateral do mercado, onde atracam as embarcações, que se concentram, durante a madrugada, o desembarque e a comercialização do pescado in natura que será em seguida distribuído através de uma complexa rede de transações comerciais até alcançar os consumidores seja no próprio mercado do Ver-o-Peso, em praticamente todas as feiras e mercados da cidade e localidades vizinhas, e até mesmo nos mercados fora do estado do Pará. Encontram-se neste complexo processo de trabalho geleiros, pescadores, geladores, viradores, balanceiros, carregadores e compradores, organizados em seus respectivos ambientes: água e terra. Um trabalho sobre a Pedra do Ver-o-Peso instiga pesquisadores de todas as áreas, considerando-se desde a importância no volume de pescado desembarcado; o valor monetário que circula em operações diretas ou indiretas, à vista ou na confiança; até seu valor histórico, ao mesmo tempo patrimônio material e imaterial, não apenas de Belém, mas da região amazônica. A dimensão analisada neste artigo é o processo de comercialização, que envolve um conjunto variado e preciso de categorias de trabalhadores responsáveis pelo desembarque e distribuição do pescado, principalmente a atividade dos seus agentes intermediários, chamados balanceiros. Queremos desde já esclarecer que assumimos aqui como ponto de vista não o papel de vilão geralmente atribuído aos atravessadores, mas deslocamos a atenção preferencialmente para sua posição de integrantes no processo de produção pesqueira, descrevendo as conexões e complementaridades das atividades que dão vida àquele processo a priori econômico, buscando analisar aspectos de sociabilidades e os arranjos que se observam no âmbito das relações sociais que ligam esses trabalhadores.

Trabalho agrícola na cidade: a produção de hortaliças na zona leste de Manaus.

Francinézio Lima do Amara – FBN, Therezinha de Jesus Pinto Fraxe – UFAM

Com é possível perceber a consolidação de um novo modo de vida a partir das estruturas estruturadas através dos habitus do campo e da cidade que se amalgamaram de forma estruturante, resultando em um habitus híbrido no decorrer do processo de mobilidade social de áreas rurais para áreas urbanas, a partir da expansão territorial e econômica que re-configuraram o espaço na cidade de Manaus? Essa foi a questão central de nosso estudo, que resultou na dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Sociologia – PPGS/UFAM, e que teve como lócus um grupo de famílias de produtores de hortaliças em área urbana, que constituem um bairro da periferia da cidade, a localidade conhecida como Comunidade Agrícola Nova Esperança. É esse hibridismo social, econômico, político e cultural que entendemos ser relevante na discussão sobre as atuais configurações entre espaço urbano e espaço rural dentro da perspectiva da racionalidade moderna. Sendo assim, a partir da compreensão do processo de formação desse espaço híbrido entre campo e cidade

poderemos perceber de maneira mais clara as alterações no processo de racionalização da produção que modificou as relações na esfera de circulação dos agentes de comercialização da produção de hortaliças na capital amazonense.

Pôster

Relações sociais em jogo: feirantes e a dinâmica de socialização na feira 25 de Setembro em Belém-PA

Rogério da Costa Sousa – UFPA

As feiras e mercados populares, seguindo sua trajetória histórica, apresentam-se como pontos de ligação entre pequenos produtores, provenientes de cidades próximas, com os grandes centros urbanos, e nesse contexto muitas práticas culturais são preservadas, transmitidas e/ou transformadas. A feira é um lugar de interrelação, que vai desde uma simples troca de olhar, aperto de mão, até a própria convivência cotidiana. Podemos encontrar nesse ciclo, homens, mulheres, crianças e idosos que, carregados com suas identidades, provenientes principalmente de diversas regiões adjacentes a Belém-Pa, agem de maneira participativa no decurso das alterações sofridas e da possível manutenção de suas práticas, na interface com outros atores sociais, tudo em virtude do contato constante, protagonizado por estes atores, no seu dia a dia. Para a realização deste estudo, iniciamos uma pesquisa bibliográfica e de campo, buscando analisar a relação dos espaços públicos destinados às feiras e mercados com a condição humana de desenvolvimento social. Através do estudo de caso, onde adotamos a feira da 25 de Setembro como referência, pretendemos abranger, na medida do possível, a realidade que é encontrada no cotidiano sociocultural da cidade de Belém do Pará. Estudar a atuação e participação desse grupo de trabalhadores nas feiras e mercados de Belém nos possibilita uma melhor compreensão das práticas inerentes ao cotidiano de uma população até certo ponto “aventureira”, que não hesita em envolver-se e enfrentar as dificuldades de uma cidade com maiores proporções que a sua de origem. Pessoas que conseguem transitar por diversos espaços tendo a capacidade de transmitir e perpetuar seus hábitos e costumes próprios.

GT 13 - Agricultura familiar: desafios e perspectivas

Coordenadores: Alfredo Kingo Oyama Homma (EMBRAPA/PARÁ)
e Aldenor da Silva Ferreira (NUSEC/UFAM)

Este Grupo de Trabalho pretende debater um modelo de desenvolvimento agrícola mais sustentável para a Amazônia, considerando a terra firme e a várzea bem como temas correlatos da agricultura familiar. Análise do desenvolvimento de várias modalidades agrícolas, onde a utilização racional desse ecossistema pode contribuir para o estabelecimento de uma nova racionalidade ambiental e econômica na região. Para isso maiores atenções precisam ser dadas para os ecossistemas de forma diferenciada.

13 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 1ª Sessão

Ciência, senso comum ou ação política? uma discussão crítica sobre a agricultura familiar e os mitos de um debate recente

Ivan Sérgio Freire de Sousa – EMBRAPA, Zander Navarro – UFRGS

A expressão ‘agricultura familiar’ tornou-se corriqueira a partir de meados da década de 1990, com a institucionalização do Pronaf, tendo sido formalizada sob a lei que instituiu critérios de identificação, dez anos depois. Atualmente é designação compulsória da estrutura discursiva das formulações governamentais e da linguagem das práticas sociais em regiões rurais, assim como de todos aqueles que têm envolvimento com o desenvolvimento agrário. O artigo discute criticamente aspectos relacionados à expressão, e sugere que o uso indiscriminado e não analítico de uma definição universalizante e homogênea para identificar os produtores rurais de menor porte sob gestão familiar oculta, em especial, a extrema diversidade social e produtiva da agricultura. Ou seja, a suposta universalidade desta noção, de fato, encobre relações sociais, contextos produtivos, formas de desenvolvimento capitalista, estilos de agricultura e estruturas de dominação que são profundamente distintas entre si. É também sugerido que a expressão não se assenta em nenhuma tradição teórica das Ciências Sociais e apenas existe na literatura para evidenciar situações de produção integradas a uma economia mercantil mais desenvolvida, sendo noção apenas descritiva. O artigo discute alguns mitos difundidos sobre este conjunto de produtores e utiliza dados censitários recentes e evidências da literatura sobre as regiões rurais do país. A conclusão principal é insistir sobre a necessidade de ampla rediscussão sobre tal expressão, institucionalizada a partir da ação política (legítima) de organizações de pequenos produtores com gestão familiar. Sem sustentação teórica, no entanto, a noção não reflete processos sociais reais, mais confunde do que esclarece e, igualmente, distorce a formulação de políticas públicas mais eficazes, inclusive aquelas destinadas aos grupos sociais rurais mais pobres.

Estratégias de desenvolvimento local sustentável da pequena produção familiar na várzea do município de Igarapé-miri (PA)

Adebaro Alves dos Reis – IFPA

O presente trabalho tem como perspectiva analisar as estratégias de desenvolvimento local sustentável da pequena produção familiar na várzea do Município de Igarapé-Miri, observando

os traços visíveis de uma revolução silenciosa que vem alterando concretamente as condições de vida da população local deste município a partir da década de 80. As reflexões teóricas com base na realidade prática dos agricultores familiares mostram que há uma mobilização desse território específico em busca de acompanhar as profundas mudanças econômicas, sociais e ambientais que vem impactando este município, as quais iniciaram na década de 70 com o esgotamento e crise das atividades produtivas de plantação de cana-de-açúcar para a produção de açúcar e cachaça, a extração de madeira, palmito, o que foi agravado com a implantação da Hidrelétrica de Tucuruí, que teve como consequência para atividade pesqueira, redução das espécies de peixes nos rios do município, alterando significamente o modo de vida da população e a paisagem local. Com essas mudanças econômicas e ambientais, os agricultores (as) familiares passaram a conviver com o êxodo rural, a pobreza e o desemprego no município, em especial na várzea. Assim, os trabalhadores rurais a fim de alterar essa situação de estagnação passaram a desenvolver, a partir da década de 80, estratégias que possibilitassem o desenvolvimento local sustentável na várzea, introduzindo atividades produtivas como manejo e boas práticas de produção sob princípios da agroecológica. A gestão participativa tem sido uma das principais estratégias para o desenvolvimento local sustentável à medida que possibilita a organização coletiva de instrumentos para a comercialização da produção do açaí, bem como a ampliação de conquistas para a localidade. A implementação do projeto integrado MUTIRÃO e da organização social dos agricultores familiares em rede levou a constituição de empreendimentos coletivos, que hoje são essenciais à geração de renda e à ocupação dos trabalhadores no meio rural, em especial, na várzea do município de Igarapé-Miri, a partir de atividades que são econômicas, sociais e ecologicamente sustentável. As estratégias de desenvolvimento local sustentável são mostradas inicialmente a partir do debate teórico e apresentação das categorias analíticas que dão sustentação à compreensão dos fenômenos decorrentes da trajetória da pequena produção familiar e suas ações voltadas ao desenvolvimento local sustentável. Tratamos ainda da caracterização física, territorial e sócio-produtiva do município de Igarapé-Miri, particularizando a várzea de Igarapé-Miri e sua produção familiar. Detalhamos as estratégias de desenvolvimento sustentável, contextualizando-as historicamente, a partir das práticas de manejo imanentes à Associação Mutirão e à Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri, finalizamos com a demonstração dos achados sobre a complexidade socioambiental que possibilitam o desenvolvimento local sustentável e conseqüentemente a preservação dos recursos naturais existentes na região.

Limites e possibilidades do modelo de pecuária utilizado pelos assentados em Palmares II, Parauapebas – Pará - Brasil.

Gláucia de Sousa Moreno – UFPA, Laura Angélica Ferreira – UFPA, René Pocard-Chapuis – CIRAD

A pesquisa foi realizada no assentamento Palmares II, localizado no município de Parauapebas, região Sudeste do Estado do Pará. O estudo teve como objetivo analisar a dinâmica da pecuária no assentamento em questão e através disso verificar, se o modelo de pecuária utilizado no Palmares II, que é um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é o mesmo utilizado nos demais assentamentos da região. Para esta discussão nos baseamos na caracterização das práticas de manejo do rebanho e das pastagens, assim como na dinâmica da pecuária local. Foram feitos levantamentos bibliográficos, entrevistas com as

pessoas chaves do MST e levantamento de campo com aplicação de questionário com famílias do Projeto de Assentamento Palmares II. Verificou-se uma dinâmica forte no crescimento da pecuária no assentamento, detectado com o aumento da área de pastagem. Esta, no início da ocupação, representava 25% da área total do assentamento, influenciado tanto pelos grandes pecuaristas, que praticam a atividade com finalidade para corte, quanto pelos pequenos agricultores familiares com sistema extensivo de criação composto por animais mestiços de dupla aptidão (leite e carne), criados soltos a pasto. Porém nenhum destes foi o modelo pensado pelo MST, pelo contrário pensou-se em instituir a pecuária de forma coletiva onde os animais seriam criados juntos numa mesma área, as práticas de manejos de pastagens a serem adotadas seriam baseadas em princípios agroecológicos, o rebanho seria leiteiro com a finalidade de fornecer matéria prima para o laticínio gerido pelos próprios assentados, com intuito de agregar valor à produção leiteira do assentamento e inserir os agricultores na rede de comercialização da região.

Manejo da agrobiodiversidade por agricultores da comunidade nossa senhora das graças, AM

Janaina de Aguiar – UFAM, Therezinha de Jesus Pinto Fraxe – UFAM, Ivan Augusto Souza de Queiroz – UFAM, Albejamere Pereira de Castro – UFAM

A agricultura na várzea amazônica é uma atividade produtiva praticada por muitas famílias moradoras de comunidades ribeirinhas, e ao passo que possui particularidades positivas, como a fertilidade da terra trazida com as cheias, também apresenta algumas limitações, principalmente em relação à disponibilidade de terras agricultáveis, nos períodos de cheia. A pesquisa foi realizada na Comunidade Nossa Senhora das Graças, na margem esquerda do Rio Solimões, em frente ao município de Manacapuru – AM. A coleta de dados foi realizada através de formulários, entrevistas semi-estruturadas e observação participante. Além destas ferramentas, foram realizadas visitas aos sistemas produtivos para complementar as informações obtidas através das entrevistas, já que as informações sobre as diferentes espécies cultivadas são necessárias para a caracterização da agrobiodiversidade. O perfil da agricultura praticada nesta região da Amazônia abrange características complexas, não só do ponto de vista ecológico e regional, mas também sociocultural. As particularidades entre os sistemas produtivos de várzea são constatadas mesmo em uma área geograficamente restrita, como na comunidade estudada. Os sistemas produtivos são caracterizados como tradicionais e, portanto bem adaptados às pequenas propriedades rurais. Uma das características destes sistemas refere-se à alta diversidade de espécies cultivadas, dentre as quais destacam-se as variedades mandiocas e macaxeiras a mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), feijão (*Phaseolus vulgaris* L.), pimenta ardosa (*Capsicum* sp), milho (*Zea mayz*), Jerimum (*Curcubita pepo* L.) e melancia (*Citrullus lanatus*). A grande diversidade de espécies cultivadas proporciona ao agricultor e sua família uma série de produtos alimentícios, dos quais alguns possuem grande potencial para a geração de renda, através da comercialização dos produtos agrícolas.

Pôster

A agricultura familiar como alternativa sustentável na Região Metropolitana de Manaus Gizele Melo Uchôa – UFAM, Caroline Yoshida Kawakami – UFAM, Sandra do Nascimento Noda – UFAM

A agricultura familiar como alternativa sustentável na região metropolitana de Manaus – AM
A agricultura familiar vem sendo apontada como uma alternativa para o uso mais sustentável dos recursos naturais. Assim, o presente artigo tem por objetivo fazer uma discussão acerca da agricultura familiar e sua relação com a sustentabilidade na região metropolitana de Manaus, que compreende os municípios de Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Careiro da Várzea, Iranduba, Novo Airão e Manacapuru. Quanto ao método da pesquisa, este foi hipotético-dedutivo, posto que se partiu de uma situação problema da agricultura em geral, que se utilizam de métodos pouco sustentáveis, que demandam muita energia e podem ser agressivos ao ambiente e a solução provisória na forma de Teoria-Tentativa (POPPER, 1993), que seria a agricultura familiar, onde houve a tentativa de eliminação dos erros com a colocação dos problemas, comparando-se de maneira dialética suas características principais. Para tal, essa pesquisa teve como pressuposto uma revisão bibliográfica sobre a abordagem da agricultura familiar na atualidade. No decorrer da pesquisa verificamos que a economia dos municípios que compõem a área metropolitana de Manaus está basicamente orientada para a agricultura e o extrativismo, além de em alguns casos para a pecuária, com manejo e uso dos recursos naturais caracterizados pela utilização da tradição e costumes locais, sendo estes passados por meio das gerações, demonstrando como a cultura é essencial neste processo. Verifica-se desta forma que a agricultura familiar é um sistema no qual predomina o conhecimento tradicional das comunidades, contribuindo para que exista maior sustentabilidade na produção agrícola, onde tal sistema mantém a floresta em pé por fixar os agricultores na terra, bem como por estar relacionada diretamente com o etnoconhecimento.

A sustentabilidade da agricultura familiar sob a forma de empreendimentos econômicos solidários

Anderson Roberto Pires e Silva – UFPA

O objetivo do presente estudo é analisar a sustentabilidade de empreendimentos de base na agricultura familiar, tendo como universo a Região do Baixo Tocantins/Pará, aonde vem se desenvolvendo uma experiência concreta de consolidação da produção de alimentos com valores agregados sob a consonância dos princípios da economia solidária, ou seja, cooperação, autonomia e gestão democrática. O estudo, de caráter exploratório-descritivo, foi realizado a partir da Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba – COFRUTA, na qual ocorre processos de inter-cooperação, cujo resultado mostra ser possível a sustentabilidade desse tipo de empreendimento quando o mesmo tem capacidade de articular redes de constituição econômica, política e social, observou-se que a gestão partilhada torna-se uma dimensão essencial na medida em que garante a inter-relação entre as demais dimensões, particularmente, quando há a efetiva participação de seus atores sociais em busca da inserção de seus produtos em diferentes escalas de mercado, sob a base local para valorização da agricultura familiar. Palavras chaves: sustentabilidade, agricultura familiar, economia solidária

Agricultura familiar tradicional e os múltiplos usos de Saf's pelos agricultores da comunidade Palestina, Caapiranga/AM.

Karina de Oliveira Milhomem – UFAM, Albejamere Pereira de Castro – UFAM, Jozane Lima Santiago – UFAM, Alberlane Pereira de Castro – FAMETRO, Therezinha de Jesus Pinto Fraxe – UFAM, Tatiana de Souza Figueira – UFAM, Hécio Honorato de Souza – UFAM

Na Amazônia a agricultura familiar está baseada em sistemas agroflorestais (SAF's), que como técnica alternativa de uso da terra, tenta proporcionar um rendimento sustentável ao longo do tempo. Diante disso, este trabalho buscou caracterizar a importância, do manejo e uso dos sistemas agroflorestais (SAF's) pelos agricultores familiares da comunidade Palestina situada no município de Caapiranga, Estado do Amazonas, que apresenta sua economia voltada para a produção de farinha, cará, extrativismo pesqueiro e criação de peixe. O método utilizado para realização do trabalho foi o estudo de caso, tendo como principal ferramenta: aplicação de questionários (familiar e focal), mapas mentais e observação participativa. Através deste estudo, observou-se que o plantio das culturas agrícolas, no subsistema roça, da comunidade Palestina é feito manualmente pela força de trabalho familiar, utilizando diversas práticas de manejo obtidas através do saber local. Outro subsistema encontrado na comunidade pesquisada é a capoeira, que tem como principal função a recuperação da capacidade produtiva do solo. Diante deste contexto verificou-se que os agricultores tradicionais da Palestina, possui diversos conhecimentos sobre o manejo e o uso de plantas em SAF's que pode servir como alternativas agroecológicas na implantação de sistema de produção para o Amazonas, fomentando assim em “nova” uma antiga prática agrícola usadas pelos povos indígenas.

Cooperativismo a agricultura familiar: a contribuição da CAMTA para uma nova racionalidade ambiental na Amazônia.

Armando Wilson Tafner Junior – NAEA/UFPA

Em 1929, chegou o primeiro navio que trazia imigrantes japoneses para a Amazônia tendo à bordo 43 famílias e um total de 189 pessoas, com o intuito de plantar cacau. Esses imigrantes foram destinados a Tomé-Açu, então distrito do município de Acará. Assim, iniciou-se o processo de colonização japonesa na Amazônia. De início, a saída encontrada pelos imigrantes japoneses para que houvesse o desenvolvimento da colônia e para que alcançassem melhores condições de vida, foi o cooperativismo. A cooperativa formada pelas famílias dos imigrantes produziam hortaliças, cultura a qual já dominavam. Após a II Guerra Mundial, a alta do preço da pimenta-do-reino, fez com que os japoneses direcionassem a sua produção para a pipericultura. Com os recursos proporcionados por essa monocultura, houve a fundação da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), fazendo com que esses imigrantes gozassem dos direitos permitidos em lei à esse tipo de instituição. Com o aumento do preço da pimenta-do-reino, a produção foi intensificada, assim como o desmatamento. Os lucros eram significativos. No fim dos anos 60, houve a recuperação de alguns mercados produtivos, e logo em seguida surgiu a fusariose, doença que reduz de imediato a vida útil da pimenteira. Assim, várias famílias deixaram Tomé-Açu, tendo como destino São Paulo e até mesmo o Japão. As famílias que permaneceram, tiveram que diversificar a sua produção. Inicialmente o cacau foi a saída, mas posteriormente com a instalação da fábrica de sucos da CAMTA, a fruticultura ganhou força na produção da colônia. Assim, os cooperados desenvolveram um Sistema Agroflorestal que minimiza os impactos sobre o meio ambiente, plantando de forma consorciada, uma grande variedade de culturas, que fazem com que as plantações acabem por se confundir com a floresta atraindo a biodiversidade da fauna e da flora para a região.

16:00h às 18:00h - 2º Sessão

Redes sociais como instrumento de participação da agricultura familiar no desenvolvimento rural sustentável na Amazônia

Luiz Guilherme Teixeira Silva – EMBRAPA

Este trabalho faz uma abordagem do potencial atribuído às redes sociais como importante instrumento de participação da agricultura familiar em processos de desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. Parte-se do princípio de que esta categoria social reúne por natureza características e singularidades que se bem exploradas em arranjos institucionais estrategicamente montados e articulados conduzam a sua atuação, como sujeito e objeto de um processo de desenvolvimento no qual esteja igualmente envolvida e ampliada a sua atuação na criação de estruturas sinérgicas à reprodução social e sistêmica de comunidades rurais no meio rural. No que se refere ao uso e apropriação dos recursos naturais, como da água, associada aos diferentes sistemas de uso da terra praticados na região, se tratados sob a perspectiva de uma rede técnica de informação, conhecimentos, saberes, na qual os estudos técnico-científicos relacionados à qualidade da água e aos impactos ambientais decorrentes de sistemas de produção agrícola tradicionais em bacias hidrográficas, o todo instrumental metodológico usado possui certa semelhança à posição estrutural, forma, conteúdo e função que assumem as redes sociais, onde a posição dos indivíduos nessas redes é interdependente em relação à posição de outros indivíduos, ou seja, a função dessa relação depende da posição estrutural. Da mesma forma, os impactos ambientais decorrentes do preparo de áreas no sistema tradicional com o uso de corte e queima da vegetação ao favorecer a atuação de processos erosivos no solo, afeta a qualidade da água de modo diferente em cada posição e distância ocupada entre estes sistemas de produção e a causa do impacto destes na bacia hidrográfica. Nas duas situações, o status e papel assumido pelos atores nestes sistemas (social e natural) em rede, não se reduz a simples soma das relações, pois a forma interfere em cada relação. É uma vez considerada a hipótese que a articulação e o fortalecimento das redes técnica e social conduzem a socialização de informações, conhecimentos e saberes, sobre do uso de boas práticas relacionadas ao manejo e conservação dos solos e da vegetação, se trabalhadas segundo as leis naturais que informam a necessidade da reprodução de sistemas de produção sustentáveis facilitaria a apropriação de conhecimentos e informações compartilhadas por meio dessas redes entre agricultores familiares e comunidades rurais. Destarte, a aposta na atuação de redes sociais virtuosas pode contribuir para aumentar o leque de possibilidades à solução de problemas da produção rural em bases sustentáveis. Palavras-chave: Redes sociais, Agricultura familiar, Rede técnica, Redes temáticas

Reforma agrária e meio ambiente: reserva legal e APP's no Assentamento Canaã no Pará

Elton Carlos Garcez da Silva – INCRA, Rubens de Oliveira Meireles – INCRA

A questão agrária no Brasil sempre foi marcada pela geração de conflitos, refletindo uma imagem associada à inoperância do Estado em resolver o problema da concentração fundiária e a incapacidade de gerir suas ações efetivas no espaço rural sem provocar danos ambientais e conflitos sociais. Na região amazônica o cenário não é diferente, conflitos pela posse da terra, degradação ambiental, grilagem e latifúndio são temas recorrentes tanto nos noticiários locais quanto nos debates acadêmicos. Atualmente, recoloca-se no seio das discussões a

relação entre a reforma agrária, mas especificamente a constituição de assentamentos rurais e a questão da degradação ambiental, isto é, esta última estaria relacionada ao aparecimento do primeiro, devendo o Estado, com isso, repensar o modelo de reforma agrária praticado nesta região. Destarte o fato de que a questão agrária seja uma temática bastante recorrente tanto na literatura quanto na mídia, percebe-se a carência de análises sobre a estreita relação entre a reforma agrária e o meio ambiente, recorte tão caro para o entendimento de conflitos e redes de relações que, por sua vez, acabam por fomentar uma série de problemas como a degradação ambiental, a reconcentração fundiária, a exploração humana, mas também, a construção de espaços possíveis de reprodução camponesa aliada à preservação e conservação dos recursos naturais. Para a realidade regional que se põe diante de nós, pensou-se num recorte analítico relacionado à questão ambiental no âmbito da criação e desenvolvimento de assentamentos rurais (mas especificamente o Projeto de Assentamento Canaã, no estado do Pará), a partir, por exemplo, da recomposição e manutenção das Reservas Legais e das Áreas de Preservação Permanente existentes nestes espaços.

Agricultores e pesquisadores na fronteira amazônica: uma análise do centro agroambiental do Tocantins

Luciano Leal Almeida – UFRRJ

O Centro Agroambiental do Tocantins (CAT) foi fundado em 1989 a partir de uma parceria entre pesquisadores ligados à Universidade Federal do Pará, pesquisadores franceses do Groupe de Recherche et d'Échanges Technologiques, um grupo de sindicalistas e entidades parceiras, como a Comissão Pastoral da Terra, que atuavam no sudeste paraense. O programa tinha como um dos objetivos permitir a estabilização da agricultura familiar na região, melhorar a gestão dos recursos naturais, principalmente florestais, e consolidar um novo campesinato na fronteira amazônica. Partindo do princípio de que as relações de mediação criam vínculos ambíguos que envolvem reciprocidade e dominação, o objetivo da comunicação é apresentar os resultados de uma pesquisa sobre a relação estabelecida entre a UFPA e o sindicalismo de trabalhadores rurais, por meio do CAT, procurando entender o que significou essa mediação institucional e acadêmica para ambos atores envolvidos, ou seja, o que levou a Universidade a se articular com os sindicatos e vice-versa, tentando entender quais as posições relativas que ocuparam os principais agentes na execução do Programa, analisando as representações que estavam em jogo, assim como as expectativas e as regras que se instituíram e o tipo de bens intercambiados. Também analisaremos as formas de compatibilização das motivações dos participantes, a emergência de conflitos entre pesquisadores, técnicos e agricultores, e as lógicas com as quais os agentes lidavam com a assimetria de poder inerente a essa relação. Por fim, identificar os elementos que caracterizaram a intervenção técnica do CAT, tentando entender como as ações do Programa influenciaram o modo de atuação e o desenvolvimento da agricultura familiar na microrregião de Marabá.

Pôster

Galinheiro alternativo com uso de técnicas ecológica para comunidades ribeirinhas do estado do Amazonas.

Kirk Renato Moraes Soares – UFAM, Jozane Lima Santiago – UFAM, Albejamere Pereira de Castro – UFAM, Heloiza Jussara Vasconcelos Aguiar – UFAM, Delrivete Cruz Stone – UFAM

As populações ribeirinhas da Amazônia demandam por técnicas produtivas que atendam as suas necessidades alimentares, técnicas essas que possam manter o equilíbrio ecológico dos recursos naturais. Nesse sentido, foi desenvolvido na comunidade São Francisco, localizada na Costa da Terra Nova, município do Carreiro da Várzea-AM, um modelo alternativo de galinheiro com técnicas ecológicas, adaptado ao ecossistema de várzea. A metodologia utilizada possibilitou a troca de saberes entre a população local e pesquisadores da Faculdade de Ciências Agrárias (discentes e docentes). Primeiramente, foi verificada a disponibilidade de matéria-prima local e as formas de manejo utilizadas pelos moradores. A partir dessa premissa, foi elaborado um protótipo de galinheiro e o planejamento das etapas de implementação do projeto. Os objetivos da criação de galinhas nesse sistema, visa complementar a merenda escolar dos alunos que freqüentam a escola Francisca Góes, oferecer uma fonte alternativa de proteínas para os períodos de cheia do rio, onde o pescado torna-se escasso além de possibilitar a manutenção da segurança alimentar não apenas para esse período mas para o ano todo.

Horta-escola: uma alternativa para a segurança alimentar em comunidades de várzea no Amazonas.

Éder Nascimento Galúcio – UFAM, Jozane Lima Santiago – UFAM, Albejamere Pereira de Castro – UFAM

A necessidade de produzir alimentos nas comunidades de várzea durante todo o ano tem sido um dos grandes desafios para as populações que vivem nessas áreas alcançadas pelo regime das cheias dos rios. Essas comunidades, em sua grande maioria são caracterizadas espacialmente por possuírem uma escola, a qual é utilizada não só como instrumento de escolaridade dos moradores, mas também como espaço de reuniões da comunidade. Baseado nesse contexto social resolveu-se adotar práticas agrícolas na escola voltadas para o cultivo de hortaliças, de forma orgânica, sem a utilização de adubos ou fertilizantes químicos. Esta iniciativa está ligada a necessidade de disseminar nas comunidades ribeirinhas práticas mais sustentáveis de cultivo alternativo ao atual modelo de agricultura praticado no mundo todo. Utilizando-se de métodos práticos e de fácil aprendizagem buscou-se adotar práticas dentro das várias alternativas agroecológicas existentes, que vão desde a compostagem, fertilizantes e defensivos naturais até a utilização de matérias primas encontradas na própria comunidade para a construção e manutenção dos canteiros. Esse trabalho foi desenvolvido em conjunto com os próprios comunitários utilizando métodos participativos de interação, englobando experiências tradicionais aliadas a métodos agroecológicos, visando não só a obtenção da qualidade produtiva desses alimentos, mas também o conhecimento da importância de produzir alimentos mais saudáveis, de forma eficiente e sem causar impactos ao meio ambiente. Através da escola o projeto encontrou uma forma de promover essas informações de forma ampla e didática direcionando-a não só aos produtores, mas também às crianças e adolescentes da comunidade, público esse que possui uma contribuição primordial no processo de transição de conhecimentos, pois representam os agricultores futuros e que terão grandes desafios para manter e fortalecer a agricultura familiar e os agroecossistemas em que vivem. Palavras-chave: Horta-escola, agricultura familiar, agroecologia.

Uso de agrotóxicos por agricultores periurbanos no município de Manaus/AM: o estudo do bairro do Puraquequara.

Paulo Henrique da Silva – UFAM, Albejamere Pereira de Castro – UFAM, Jozane Lima Santiago – UFAM, Helcio Honorato de Souza – UFAM

O trabalho buscou estudar as práticas de uso de agrotóxicos por agricultores periurbanos do Bairro Vila do Puraquequara, considerando o sistema de produção adotado, os tipos e formas de uso de agrotóxicos, o conhecimento do agricultor periurbano quanto à manipulação de agrotóxicos e a ocorrência de sintomas de intoxicação por agrotóxicos. A coleta de dados de campo se deu por meio de roteiro de entrevistas e do registro de observações em diário. Com base nos dados de campo, foram levantadas informações complementares para subsidiar a discussão dos mesmos, principalmente aquelas referentes às especificações técnicas dos produtos encontrados. O estudo permitiu constatar o preocupante quadro de uso incorreto de agrotóxico por parte dos produtores da Associação João Paulo. Além do comprometimento da qualidade do ambiente e do consumidor das hortaliças produzidas nestas áreas, os produtores já estão apresentando sintomas de comprometimento da própria saúde. Nesse sentido, é necessário propor mudanças para as formas de produção que esta população utiliza com a finalidade de orientar e monitorar a diminuição do uso agrotóxicos e estimular o uso de práticas agroecológicas através do manejo integrado de pragas e/ou do manejo agroecológico de pragas e doença da agricultura.

Sociabilidades em assentamento de reforma agrária no Pará, a comunidade Santa Ana.

Dalva Maria da Mota – EMBRAPA, Maria Grings Batista – IFPA, Maria Bárbara de Andrade Figueira, Dulcilene Alves de Castro – EMBRAPA, Glaucia Macedo Sousa – UFPA

O Assentamento Itabocal, Nordeste Paraense, como tantos outros no Estado do Pará, faz parte do que Hébette (2001) chama do “trágico projeto ainda não concluído de ocupação das terras do Brasil” cujos processos deram origem a uma diversidade de situações de assentamentos, nem sempre visíveis, desde aqueles criados através de desapropriações no lastro de violentos conflitos até a regularização fundiária de áreas há décadas ocupadas por camponeses que se anteciparam e, através da posse, realizaram uma reestruturação fundiária. Segundo Magalhães (2003), esta é uma situação muito comum na Amazônia e ela afirma que para um assentamento no Sudoeste paraense, “a implantação dos assentamentos é, de fato, uma ação tardia do Estado de reconhecimento de uma situação de reforma agrária promovida pelos camponeses há décadas”. Neste quadro de passagem da condição de “posseiros” para a de assentados, que sociabilidades estes agricultores e suas famílias vivenciam? Buscando responder esta pergunta, analisamos, neste artigo, a sociabilidade dos moradores da Comunidade Santa Ana localizado no Assentamento Itabocal no município de Mãe do Rio. Trata-se de um estudo de caso com observação direta nos espaços domésticos, de trabalho e de lazer. Também foram realizadas histórias de vida com moradores mais idosos. Os resultados permitem concluir que a sociabilidade primária ou informal se dá em lugares como residências, casas de farinha, igarapés e praças. Já a secundária ou formal, via adesão voluntária a instituições, tendo homens e mulheres com pertencimentos distintos (Clube de mães e clube agrícola). Em qualquer um dos casos, entretanto, “a família é o centro da vida social” (Wagley, 1988, p. 159), conseqüentemente, o parentesco constitui um fator de fundamental importância para as demais relações que ali se tecem.

As contribuições da escola família agrícola do carvão para o desenvolvimento local, Amapá-Brasil.

Francele Benedito Baldez de Sousa – UNIFAP, Antonio Sergio Monteiro Filocreão – UNIFAP

Na Amazônia muitos camponeses tiveram que abandonar o meio rural, migrando para as grandes cidades acelerando a perda da identidade e do êxodo rural, que nas regiões de predomínio da agricultura familiar atinge hoje principalmente a juventude. A primeira escola família Agrícola (EFA), no Brasil foi instalada visando uma formação em que o trabalho junto às famílias e estudos estivesse interligado, mantendo os jovens vinculados ao seu meio, tendo como método de ensino a pedagogia da alternância. O objetivo desta pesquisa é verificar em que medida a Escola Família Agrícola do Carvão (EFAC) ao adotar a pedagogia da alternância, tem contribuído para o desenvolvimento local. Para efetivação da pesquisa utilizou-se como estratégia um estudo de caso, tendo como base a experiência da Escola Família Agrícola do Carvão localizado no município de Mazagão-AP. A pesquisa baseia-se fortemente no trabalho de campo, pois, o mesmo visa reunir e organizar um conjunto comprobatório de informações que se preste para fundamentar o trabalho, resultado da aplicação de questionários estruturado e semi-estruturados. A implantação da Escola Família Agrícola na comunidade do Carvão tem proporcionado as famílias associadas o fortalecimento da agricultura familiar, através da difusão da consciência preservacionista, espírito empreendedor, novas oportunidades de trabalho e renda assim como a diminuição de êxodo para as cidades. Com essa experiência, percebe-se os benefícios econômicos e sociais conquistados a partir da implantação da EFAC que interfere diretamente sobre aspectos essenciais ao bem estar social.

GT 14 – O ensino da sociologia na educação básica e seus desafios nas escolas amazônicas

Coordenadores: Encida Assis (UFPA), Eleanor Gomes da Silva Palhano (UFPA/ Comissão de Ensino SBS), Amaury Cesar Moraes (USP/Comissão de Ensino SBS), Elisabeth da Fonseca Guimarães (UFU/Comissão de Ensino da SBS), Eleizi Luciana Fiorelli (Comissão de Ensino da SBS)

A Sociologia no Ensino Básico tem como um dos objetivos constituir-se como o principal lócus de debate e circulação da produção intelectual de estudos e pesquisa sobre a temática. Há um discurso recorrente na sociedade brasileira sobre a necessidade de debater e ampliar as ações de pesquisa sobre ensino da sociologia como disciplina integrante do currículo do ensino básico. A sociologia como disciplina possui uma historicidade distinta e diversa de outras disciplinas do currículo do ensino básico, conforme informa a LDB – Lei nº 9.394/96 –, em seu Artigo 36, § 1º, Inciso III, que sinaliza a importância do conhecimento produzido pela sociologia como estruturador ensino básico. O GT ensino de sociologia visa em especial o diálogo interdisciplinar com as contribuições de pesquisas realizadas sobre temas como: formação do docente de sociologia; conteúdos curriculares e metodologias de ensino; recursos didáticos. Este GT se constituiu como mais um passo importante ao processo de consolidação do ensino curricular de sociologia na educação básica, em especial nas escolas da área amazônica, uma vez que envolverá professores do ensino superior e básico, pesquisadores e estudantes das áreas de Ciências sociais e ciências afins.

13 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 1ª Sessão

A articulação de Teorias, Conceitos e Temas no Ensino da Sociologia no Ensino Médio: O que nos apontam os Clássicos?

Juliana Borba Santos de Souza Pinto - SEDUC/PE

O presente trabalho busca refletir sobre o Ensino da Sociologia no Ensino Médio a partir do marco teórico-conceitual dos Clássicos que fundaram a Ciência Sociológica. E neste sentido o que estes tem a contribuir para o entendimento da transposição didática de conteúdos sociológicos considerando a volta desta disciplina ao Ensino Médio. Toma-se ainda como ponto de partida destas reflexões a problemática concreta apresentada com relação ao déficit de formação acadêmica de professores especializados em Sociologia e habilitados ao ensino desta disciplina no Ensino Médio. Ademais considerar-se-á neste contexto de déficit de formação o problema que surge em Como ou De que forma o professorado deste nível de ensino irá articular Teorias, conceitos e temas sociológicos, segundo o que propõe as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, tais como a formação do estudante do Ensino Médio para exercer a cidadania, por exemplo. Consideraremos o contexto apontado a luz do que os Clássicos da teoria sociológica podem contribuir para este desafio de transposição didática de um setor do conhecimento, cujos objetos de estudo são diversificados e remetem a uma realidade contemporânea diversa e multifacetada como a que se apresenta nas Regiões brasileiras.

Construindo a Sociologia no Ensino Médio: Possibilidades de um diálogo entre as Teorias Sociológicas e as Culturas Juvenis

Raquel Cunha – UFPA

Este artigo tem como objetivo contribuir na compreensão do momento referente ao estágio docente na disciplina de Sociologia, refletindo-o como um tempo de construção identitária do aluno de Ciências Sociais com a prática docente. Visa também demonstrar as dificuldades de percepção das diversas culturas juvenis encontradas nas salas de aula do Ensino Médio e de como este fator apontou para a possibilidade do uso das temáticas deste universo para a construção de um diálogo com as teorias sociológicas. Os dados que dão suporte a este trabalho foram coletados durante o período de meu estágio docente na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará no ano de 2008.

Ensino de Sociologia no Nível Médio: Estudo exploratório baseado em concepções de professores e estudantes da Grande Florianópolis

Ana Carolina Bordini Brabo Caridá - Universidade Federal de Santa Catarina

O trabalho buscou analisar em que medida a disciplina de Sociologia cumpre suas potencialidades educativas nas Escolas Públicas de Florianópolis, Palhoça e Antonio Carlos, todas em Santa Catarina, no período que compreende os anos de 2006 a 2009. Foram coletados dados primários (entrevistas, questionários e observação direta) referentes às concepções de professores e estudantes sobre a disciplina. Intento levantar o que pensam os primeiros com relação às particularidades, os desafios e as funções com as quais a sociologia se depara no âmbito escolar, para enfim contrapor tais concepções com o entendimento dos estudantes em contato com esta ciência. A proposta de estudos consiste em desenvolver reflexões que permitam pensar as contribuições e obstáculos da disciplina nas salas de aula atualmente. Palavras-chave: Ensino de Sociologia; Ensino Médio; Escola Pública.

Trajetória(s) Acadêmicas e a formação de Cientistas Sociais

Thaize Bianca Figueiredo de Souza – UFPA, Samuel Maria de Amorim e Sá– UFPA, Denise Machado Cardoso– UFPA, Kilra Korina dos Santos Anderson– UFPA, Adilásio Pedro Pereira Cruz Neto – UFPA, Dalila Goes Antéro – UFPA, Luiz Eduardo Santos do Nascimento – UFPA, Juliana da Silva Barroso– UFPA

Este trabalho tem como objetivo investigar o perfil do discente de ciências sociais das turmas de 2005 a 2009, dos turnos matutino e noturno. Em vista de identificar pistas de como são estabelecidas as trajetórias destes discentes ao longo de cerca de cinco anos de curso, além da prática burocrática que se refere nos conceitos dos históricos escolares. Segundo Durkheim, o homem é formador de saberes na sociedade e, também produto dessa consciência coletiva, na medida em que as consciências individuais acabam por refletir aspectos da cultura local e dos valores da sociedade em que está inserido. Deste modo, podemos compreender através de algumas trajetórias estudantis, como as características individuais contribuem para a formação de um grupo de futuros profissionais das ciências sociais, que pelo menos em tese deverão compreender o contexto de sociedade em que vivem. Para esta investigação, foram utilizados questionários com questões objetivas e discursivas, com a ajuda de 108 interlocutores, no qual buscou-se identificar traços da identidade universitária sob uma perspectiva de troca

entre universidade e discentes. O que significa tratar o discente universitário, não só como mero expectador, mas sim compreende-lo como um sujeito cuja história estudantil está em construção. A universidade “abre as portas” oficialmente para estes novos membros, com a aprovação no processo seletivo. Mas como se dá essa abertura para esse estudante? Quais são os demarcadores presentes durante a formação de um graduando em ciências sociais? Entendemos que a universidade é uma instituição que faz parte de uma sociedade complexa que possui em seu interior uma grande diversidade de sujeitos desiguais e, que o papel social da universidade em formar recursos humanos precisa ser compatível também com os saberes desta sociedade que a circunda. A pesquisa foi realizada em outubro de 2009, tendo como maioria de interlocutores: 32% de alunos da turma de 2009, 24% da turma de 2007 e 21% da turma de 2006 do Curso de Ciências Sociais. Nota-se através das respostas dadas ao instrumento de coleta que a maioria dos estudantes ingressou através de exame vestibular, como justificativa gostar da área, o que reitera o fato de além de 90% dos entrevistados pleitearem uma continuidade na carreira acadêmica, cursando uma pós-graduação na área das Ciências Sociais. A “descoberta” desse caminho acadêmico se dá também pelo espaço além das salas de aula, onde podemos notar que a utilização das bibliotecas do campus e os espaços de convivência como a beira do rio e o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas foram citados pelos estudantes como espaços importantes para a complementação da aprendizagem dos conteúdos ministrados em sala de aula. Isso nos remete ao conceito de aprendizagem significativa de Ausubel, pois podemos notar que além da disposição do aluno frequentar as aulas, há a disposição de conhecer e criar, o que permite a formação de um verdadeiro cientista que não só absorve, mas pensa a cerca do conhecimento adquirido. A partir dessa pesquisa, constatamos entre os discentes de Ciências Sociais (2005-2009), controem sua identidade universitária através das bases da universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão, aliados a sua vivência particular. Haja vista que a geração ingressante na universidade é cada vez mais jovem, necessitando deste modo de mecanismos como a orientação, auxílios para permanência na universidade como bolsas para proporcionar a continuidade de uma trajetória acadêmica, cujo profissional será um constante conhecedor, consciente da realidade a sua volta.

16:00h às 18:00h - 2º Sessão

O Ensino da Sociologia na Rede Municipal de Ensino de Belém: Construção de Conhecimento e Desafios

Rosana Chermont Mesquita - SEMEC – Belém, Celso Silva de Oliveira - SEMEC – Belém

A implantação e implementação da disciplina Sociologia no Ensino Fundamental (modalidade Regular – Ciclo IV, e Suplência – 4ª Etapa/Totalidade) na Rede Municipal de Ensino de Belém, se inicia em 2006 em atendimento a Lei Municipal 8.338/04, em consonância com a LDBEN 9.394/96 (Art.26), mediante o Projeto de Lei 033/04 da Câmara de Vereadores. A disciplina é implantada em caráter de Programa Experimental e compõem a parte diversificada do currículo. O Sindicato dos Sociólogos do Pará e a Secretaria de Educação realizam processo seletivo para contratação de dois professores (5h. mensais para 47 turmas) e discutem os conteúdos a serem ministrados. O objetivo da disciplina é a reflexão crítica do mundo sob as bases sociológicas, contribuindo para qualificar o convívio social e a transformação da realidade. As experiências vivenciadas por professores e alunos revelam uma prática docente construída na perspectiva interdisciplinar respeitando o Projeto Pedagógico da escola. Em 2008 a avaliação das escolas partícipes e a solicitação das demais escolas provoca a ampliação

do Programa para 36 escolas que atendem ao Ciclo IV e 4ª Etapa/Totalidade, apontando os desafios existentes na organização do ensino escolar, que dentre outros se destaca a escola que atende em quatro turnos (demanda para o turno intermediário) não podendo ampliar o horário de funcionamento; a contratação de professores (de dois para treze) e a proposta curricular que não contemplava conhecimentos específicos da disciplina. Na reflexão dessas questões e enfrentamento desses desafios, estamos no processo de reorientação curricular em conjunto com os professores da rede, no acompanhamento da demanda de matrícula para o turno intermediário na perspectiva de extingui-lo paulatinamente, buscando junto ao órgão competente a criação do cargo de professor desta disciplina.

O Binômio: Sociologia - Literatura

Jorge Oscar Santos Miranda – UFPA, Samir Araújo Casseb – UFPA

A obra literária é uma forma de manifestação artística condutora de diversos aspectos sociais da realidade que visa retratar. Para que ela exista e tenha certa função, é necessário que haja uma troca de valores entre o autor e o seu público. Nesse sentido, os ritos, heróis, conflitos e enredos advindos das peças literárias cumprem uma função social: cria um espaço de interação de valores sócio-históricos entre os sujeitos aí envolvidos (autor e leitor); a literatura só existe nesse intercâmbio social (OLIVEIRA, 2008). O presente trabalho busca explicar a utilização da literatura como método de ensino para a compreensão da sociologia. Essa proposta de ensino visa despertar outro olhar sobre a disciplina, proporcionando aos alunos a capacidade de estabelecer conexão entre os fenômenos sociais estudados pela sociologia (abordados em sala de aula) e o cotidiano. Também possibilita os alunos a conhecer a região amazônica a partir da produção literária local tão esquecida e, não menos fiel ao contexto sócio-cultural da Amazônia.

“Colírio para os olhos”: o potencial analítico-sociológico dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio da Escola Lameira Bittencourt.

Breno Rodrigo de Oliveira Alencar - Escola Bosque

A sociologia compreende o estudo sistematizado do conhecimento produzido, em parte, pelos efeitos da interação social em sua perspectiva estrutural e, por outro lado, pela visão reflexiva acerca da realidade que se nos apresenta e é construída interacionalmente. Neste sentido, este trabalho visa discutir o processo de ensino-aprendizagem das turmas do 3ª ano da Escola Estadual de Ensino Médio “Lameira Bittencourt” (Castanhal, Pará) ao longo do primeiro semestre de 2010, no sentido de apresentar os resultados obtidos com a proposta de desenvolver habilidades analítico-discursivas relacionadas a temas como gênero, hierarquia e estrutura social; meio ambiente, economia e desenvolvimento; política e democracia; distinção de classes; natureza e cultura. O programa da disciplina foi elaborado tendo como proposta inicial desenvolver no educando a capacidade crítica e sua autonomia intelectual de modo a permitir-lhe produzir concatenações teórico-dedutivas. Para isto foram selecionados textos de referência como “Filiação religiosa e estratificação social” (Max Weber) “A democracia na América” (Tocqueville), “Globalização: novo paradigma das ciências sociais” (Ianni), “Política” (Aristóteles), “Trabalho e Aventura” (Sérgio Buarque de Holanda), “Princípios de Economia” (Mankiw), “Natureza e Cultura” (Lévi-Strauss), “Noção de cultura nas ciências sociais” (Cuche), “A democracia do carnaval” (Damatta), “Dois é par” (Heilborn). Chamando atenção

para o exposto será apresentada a metodologia da disciplina, as atividades desenvolvidas ao longo do período supracitado (seminário, exposições orais, trabalhos escritos, avaliações), assim como os principais resultados obtidos com as mesmas, no intuito de demonstrar haver intensa compatibilidade entre a leitura e interpretação de tais textos e o potencial reflexivo dos(as) estudantes acerca destas questões. Desse modo, é possível concluir que, apesar das dificuldades apresentadas com atividades escritas, os(as) estudantes desenvolveram inúmeras habilidades interpretativas e elevada consistência argumentativa em suas reflexões analítico-sociológicas.

14 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 3ª Sessão

A música nas aulas de sociologia

Miguel Neto Rodrigues Caripuna – UFPA

O trabalho aqui apresentado consiste em uma pesquisa sobre o uso de músicas nas aulas de Sociologia nos primeiros anos do Ensino Médio no Colégio São Francisco Xavier, Abaetetuba, Pará, no ano de 2009. Foram analisadas duas atividades com músicas, uma no primeiro semestre e outra, no segundo. A primeira atividade se chamou “Problemas em Perfeição” e foi desenvolvida como complemento do conteúdo “A Revolução Industrial e o Surgimento da Sociologia” quando se discutiu os problemas sociais que emergiram durante a Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX e que serviram para instigarem os pensadores da época a elaborarem a ideia da formação de uma ciência para estudar a sociedade. A proposta da atividade foi usar a música “Perfeição” (da Banda Legião Urbana) para discutir problemas sociais fazendo uma analogia entre os problemas do período histórico de início da Revolução Industrial e os problemas na sociedade brasileira. Após discutirem a letra da música os alunos produziram desenhos e textos sobre o tema “problemas sociais”. No segundo semestre as turmas de primeiro ano participaram de outra atividade com música denominada “Voz, Arte e Reflexão”. Nesta atividade cada turma foi dividida em oito equipes onde foram trabalhadas oito músicas diferentes. A ideia foi discutir a partir das músicas temáticas distintas e relacioná-las a questões debatidas pela Sociologia no sentido de contribuir para que os alunos olhassem a realidade local, nacional e mundial por meio de uma visão sociológica. As músicas trabalhadas foram: “Cálice” (Chico Buarque); “Milhos aos Pombos” (Zé Geraldo); “Belém-Pará-Brasil” (Mosaico de Ravena); “Encanto e Desencanto” (Adenaldo Cardoso); “Eva” (Rádio Táxi); “Rosa de Hiroshima” (Ney Matogrosso); “Cidadão” (Zé Geraldo); e, “Que País é Este” (Legião Urbana). A proposta da atividade consistia nas equipes apresentarem suas compreensões das letras das músicas por meio de uma tarefa artística, assim algumas equipes optaram por confeccionarem desenhos, outras fizeram dramatizações teatrais e danças. Uma equipe chegou a apresentar a reflexão sobre a música “Que País é Este?” em forma de quadrinhos. Durante as atividades foi percebido que o interesse dos alunos cresceu pelas aulas de Sociologia que ficaram mais dinâmicas com o uso das músicas. A presença do micro system na sala de aula durante todas as aulas que as atividades foram desenvolvidas instigava os alunos, eles pediam para tocar outras músicas e sabendo que o aparelho estaria na próxima aula traziam CD’s com músicas e solicitavam que elas fossem exibidas. É interessante observar que as músicas da Legião Urbana foram muito solicitadas mesmo àquelas que não fizeram parte das atividades como “País e Filhos” e “Faroeste Caboclo”, mas constavam do CD que foi usado para trabalhar as músicas “Perfeição” e “Que País é Este?”. A música “Cálice” de

Chico Buarque foi uma surpresa para os alunos, eles afirmaram que nunca a haviam escutado, a referida música serviu para discutir a questão da ditadura militar no Brasil e a repressão política. Também foram usadas nas atividades duas músicas locais, “Encanto e Desencanto” do compositor abetetubense Adenaldo Cardoso, que fala da realidade do município de Abaetetuba; e, “Belém-Pará-Brasil” da Banda Mosaico de Ravena, que faz reflexões sobre a exploração da Região Norte e a desvalorização da cultura amazônica.

“Rapensando” o ensino de Sociologia na Amazônia Urbana

Bruno Borda - UFPA/Seduc, Lúcia Maciel Lima - GEAAM/UFPA

O RAP é um estilo musical com raízes na cultura oral e na rítmica percussiva Africana, este estilo musical da Diáspora relata histórias com fundo moral, baseadas no canto resposta, sobre uma base percussiva pautada no padrão rítmico quatro por quatro. O presente trabalho trata da utilização do RAP como ferramenta pedagógica para o entendimento da história social do negro no Brasil contemporâneo. Eu utilizei este procedimento metodológico no ensino médio regular público do estado do Pará, na disciplina Sociologia, visando à elevação da auto-estima dos jovens refletida na visão de mundo, e fundamentado na experiência de uma oficina de RAP ministrada por Bruno Borda, formulada em parceria com Lúcia Maciel, proponho a utilização desta metodologia de ensino nas unidades de internação da FUNCAP (Fundação da Criança e do Adolescente do Pará) uma vez que houve grande receptividade a este estilo musical de contestação da ordem social, o RAP, entre os adolescentes que cumprem medidas sócio educativas em regime de internação. Esta proposta formulada para a Sociologia no ensino médio, é composta por um pequeno texto introdutório (identificação do espaço, sujeitos e metodologia), e de uma mensagem ao educador, e posteriormente do texto didático sobre a temática, acompanhado de sugestão para atividades em sala e avaliação.

Desafios e experiência do ensino de Sociologia no Ensino Médio

Antonio Marcos Gomes – UFMA, Rafael Bezerra Gaspar – UFMA, Benedito Souza Filho – UFMA

A obrigatoriedade do ensino da Sociologia no Ensino Médio, além de representar uma grande conquista, significa um enorme desafio aos profissionais das Ciências Sociais que, além da tarefa de ensinar Sociologia, têm que lidar com a realidade das escolas públicas nas quais se verificam inúmeros problemas. A complexidade de temas e problemas que interessam e/ou afetam jovens e adolescentes nos dias atuais requer profissionais que possam confrontar e/ou relacionar conhecimentos oriundos da formação em Ciências Sociais com esses temas e problemas identificados na realidade escolar. Essa tarefa exige não só a utilização de conhecimentos sociológicos, mas também o uso de novas metodologias de ensino que permitam enfrentar esse desafio. O trabalho procurará dar conta de dois aspectos: refletir sobre a experiência do ensino de Sociologia em escolas da rede pública e analisar as ações propostas no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID de Sociologia) relacionando-as com as experiências de vivência escolar realizadas por estudantes de Licenciatura em Ciências Sociais da UFMA em duas escolas públicas de ensino médio de São Luís (MA).

A literatura e seus leitores: representações e pressupostos sociais dos manuais de sociologia para o ensino médio

Robson dos Santos – UNIR, Ádima Domingues da Rosa - SEDUC – DF

Este trabalho se concentra na investigação dos pressupostos sociológicos que orientam o conteúdo e a forma dos livros didáticos de sociologia voltados para o ensino médio. Almejando conciliar reflexões oriundas da sociologia da literatura e da educação, a análise recai particularmente sobre a maneira pela qual a literatura e a figura social do leitor são representados e concebidos nos manuais mais difundidos no mercado editorial. Os livros de sociologia voltados para a educação básica, muitas vezes, produzem uma introdução à sociologia sem sociologia, isto é, realizam a apresentação de conceitos sociológicos sem problematizar as condições de recepção entre os agentes e o mundo social para o qual se dirigem. Nesse sentido, a literatura é mobilizada nos livros como recurso de ilustração de questões sociológicas sem que os mesmos problematizem o acesso diferenciado ao mundo da arte, as estratégias de hierarquização do campo literário e as apropriações desiguais do capital cultural existentes entre os estudantes, isto é, o leitor para os quais o material se destina. Apresentar a forma pela qual literatura e leitores são mobilizados pelos manuais e problematizar as implicações socioculturais, educacionais e políticas desta situação constitui a intenção central deste trabalho.

16:00h às 18:00h - 4ª Sessão

Educação para sustentabilidade: uma abordagem multidisciplinar

Denise Machado Cardoso- UFPA, Nadia Magalhães da Silva Freitas – UFPA, Deizeane Costa dos Santos – UFPA, Genisson Paes Chaves– UFPA, Thomas Rafael Alves Teixeira– UFPA, Suziane Palmeira dos Santos– UFPA, Kamilla Sastre da Costa– UFPA, Irana Bruna Calixto Lisboa– UFPA

O projeto Educação para sustentabilidade: uma abordagem multidisciplinar foi desenvolvido com estudantes da graduação em Ciências Sociais ao longo do ano de 2009 e contou com apoio do projeto Prodocência da CAPES. As propostas e práticas desenvolvidas neste projeto tiveram como principal elemento norteador a contribuição para a formação de discentes desta licenciatura. As atividades foram desenvolvidas em escolas públicas da rede estadual de ensino a partir da inserção destes discentes a partir de estratégias de ensino-aprendizagem: exposição dialogada, estudo de textos, estudo de casos, painel de discussão, mapas conceituais, exposição de documentário/filmes, simulação da “pegada ecológica”, iniciação a pesquisa, apresentação de pôster, elaboração de artigo, oficina de planejamento de projeto de ensino (minicurso), oficina de produção de material didático, execução de minicurso; palestras com temas diversificados, proferidas por profissionais de diferentes áreas de formação. Observou-se que a educação ambiental é uma temática ainda a ser explorada neste curso de graduação, mas o projeto em questão oportunizou a discussão teórica e conceitual relacionada à educação e sustentabilidade, bem como a prática docente, ainda que de modo incipiente. O projeto Educação para a Sustentabilidade contribuiu para a formação de licenciandos, numa perspectiva cidadã – um profissional com sensibilidade socioambiental. Isso porque propôs difundir valores solidários e comportamentos responsáveis tanto no âmbito pessoal como profissional. Os esforços também se direcionaram para a difusão dos conhecimentos relacionados à interdependência e fragilidade dos sistemas que sustentam a vida no planeta.

A perspectiva enfatizada foi a de fomentar uma prática docente qualificada e consciente das questões socioambientais fundamentais da contemporaneidade.

A arte como recurso metodológico para o ensino da sociologia

Eleide da Silva Rodrigues - EA/UFPA, Maria do Carmo Dias - EA/UFPA

O projeto visa contribuir: 1) para que a disciplina sociologia, no ensino Fundamental e Médio da Escola de Aplicação da UFPA, se torne cada vez mais interessante e criativa, propiciando o envolvimento do jovem estudante com os temas abordados; (2) com a criação de metodologias e recursos didáticos para o ensino de sociologia nos ensino Fundamental e Médio e 3) com a formação de professores. Recorre, para isso, às diferentes linguagens da arte (charges, grafites, músicas, pinturas, filmes, propaganda, poesias, etc) que, associados às teorias e perspectivas analíticas da sociologia, possibilitem uma educação “viva”, capaz de despertar no aluno a prática da leitura e no professor uma prática docente para além simples da transmissão de conteúdo. Acredita-se que à relação entre o conteúdo da disciplina sociologia e as diferentes linguagens da arte poderá ser capaz de extrapolar os recursos didáticos habituais, e facilitar a leitura e compreensão dos conceitos sociológicos fundamentais e contribuir para a formação dos sujeitos.

Ensino e Aprendizagem de Sociologia: Alguns olhares sobre a prática docente no ensino médio em Belém-PA

Kirla Korina dos Santos Anderson - PPGCS/UFPA, Milton Ribeiro da Silva Filho – PPGCS/UFPA, Edinelson Vieira Sena – UFPA, Karen Gabriely Sousa Santos – UFPA, Cassiano dos Santos Simão – UFPA, Anna Barbara Cardoso da Silva - Laboratório de Arqueologia/UFPA, Luiz Eduardo Santos do Nascimento – UFPA

O presente trabalho se propõe a refletir sociologicamente sobre a prática docente acerca da disciplina sociologia no ensino médio na cidade de Belém, estado do Pará. Para isso, temos como ponto de partida, de um lado, a maneira como o conteúdo programático foi organizado para ser ministrado, procurando contextualizar os temas sociológicos a partir de exemplos da realidade amazônica; e, por outro, analisando (e problematizando) também a própria prática docente no sentido de uma constante busca e aprendizado, em que bacharelado e licenciatura no campo de formação das ciências sociais se entrecruzam. Como procedimento metodológico, foram aplicados sete formulários privilegiando questões qualitativas, no que se referem a forma de organização do conteúdo programático (teorias e/ou temas), avaliação, quais os pontos positivos e negativos da prática docente. Fazendo uma reflexão sobre a experiência cotidiana de professores de sociologia, observamos que há uma interseção de “papéis”, seja como professor (de Ensino Médio e/ou curso Pré-vestibular), no que se refere a tarefa de organizar os conteúdos, seja como aluno (no ensino de graduação e/ou pós-graduação), pois podemos dizer que eles também aprendem em sala de aula, mesmo assumindo a postura de professores.

PUA – quer dizer PET Unido Aprendendo? Ensino com Pesquisa e Extensão

Samuel Maria de Amorim E Sá – UFPA, Adilásio Pedro Pereira Cruz Neto- UFPA, João Fernando Pereira Lima- UFPA, Juliana da Silva Barroso- UFPA, Kelly Naiane Pinheiro Gaia-UFPA, Willame Fonseca dos Santos- UFPA, Thaís de Almeida Costa- UFPA

O Projeto Universidade Aberta (PUA), coordenado pelo Programa de Educação Tutorial em Física (PET-Física) da UFPA, existe há 7 anos e conta com a colaboração, entre outros, de discentes do Pet/GT/CS da UFPA. Há 6 anos o Pet/GT/CS trabalha com a tarefa de ensinar sociologia para candidatos ao vestibular. Nesta proposta de pesquisa avaliamos nosso trabalho e o colocamos em uma perspectiva de que a extensão pode ser significativa, ao lado do ensino e da pesquisa. Se todo operário é também um filósofo, isto é, tem capacidade de pensar o que está e ainda não está pensando, e se assumimos o viver como mais que uma imitação, entendemos a ocasião das aulas como uma oportunidade de interagir com estudantes de sociologia – do ensino médio – como quem traz mais sociologia “nas veias” do que pensam eles e pensamos nós; e isto é uma modo novo e gratificante de assumir a tarefa de trabalhar com eles na descoberta do “outro” bem mais perto do que se admite rotineiramente. Por outro lado, não vamos às aulas sem pensar de modo contínuo o que temos em mãos, não podemos ministrar aulas sem aplicação de exercícios, levando vídeos, revistas, técnicas de estudos, máscaras representados máscaras sociais, etc.; também reservando tempo para lembrar das aulas anteriores, de forma conversada e encadeada logicamente, ou seja, com significado.

15 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 5ª Sessão

O Currículo e a formação docente no curso de Ciências Sociais/UFPA

Leandro Klineyder Gomes de Freitas – UFPA

O presente trabalho tem como objetivo principal: possibilitar uma reflexão sobre o currículo e a formação docente no curso de Ciências Sociais no Brasil, e particularmente, no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA), campus de Belém. Também visa discutir a formação docente, dentro do cenário de transformações e reestruturação produtiva ocorridas no sistema capitalista. O presente trabalho faz parte da pesquisa de doutorado que estou desenvolvendo e foi feito a partir de levantamento bibliográfico e documental sobre a temática, bem como sobre o “Projeto político pedagógico para o curso de Ciências Sociais da UFPA” de 2008. O referencial teórico apoia-se no conceito de campo de Bourdieu e no conceito de identidade profissional de Dubar entre outros autores. As principais conclusões apontam para um favorecimento do bacharelado em relação à licenciatura, e, com efeito, para um profissional que tem uma identidade profissional vinculada mais de pesquisador que professor, assim como de um currículo organizado e centralizado nas disciplinas do bacharelado (Antropologia, Ciência Política e Sociologia), que privilegia a formação do pesquisador em detrimento da do professor. Bem como, uma formação docente afinada com a lógica das habilidades e competências prescrita nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

História em Quadrinhos como recurso didático para o ensino da Sociologia

Amaro Xavier Braga Júnior – UFAL

Visando promover a produção de recursos didáticos na área de sociologia e sua utilização pelos professores desta disciplina na discussão de seus temas, este trabalho de divulgação inicial, refere-se a projeto, aprovado em nível de extensão e pesquisa na UFAL, que tem o intuito de verificar a eficiência de material didático em algumas escolas de Maceió\Recife em nível comparativo, visando levar ao conhecimento dos futuros profissionais licenciados a possibilidade de produções de materiais didáticos semelhantes e as facilidades do uso do

veículo (História em Quadrinhos) na divulgação destes conteúdos pedagógicos. São poucos os materiais didáticos produzidos para o ensino da sociologia e menores ainda aqueles que se preocupam em estimular visualmente o interesse do aluno e que mostrem que conteúdos devem ser trabalhados em sala de aula. Uma equipe de desenhistas de quadrinhos produziu - entre 2005 a 2010 - com financiamento público em Pernambuco, sete álbuns de 80 páginas cada, ricamente ilustrados e coloridos, disponibilizados nas escolas públicas da região metropolitana do Recife que focalizava a parâmetros sócio-antropológicos relacionados às temáticas de abordagem das ciências sociais, tais como religiosidade, etnicidade, formação étnica do povo brasileiro, cultura e diversidade, como a presença e heranças judaicas em PE (Passos Perdidos, História Desenhada) e as contribuições culturais da cultura africana para a formação do Brasil (AfroHQ). Este trabalho se constitui dos resultados preliminares da pesquisa que avalia a eficácia destes materiais em sala de aula no ensino da Sociologia.

Sociologia no Ensino Médio: Reflexões acerca da Construção de Metodologias e Conteúdos

Fernanda Feijó - UNESP - Faculdade de Ciências e Letras

O projeto proposto pretende contribuir para a reflexão de “o que” e “como” ensinar ciências sociais, através da disciplina sociologia, para jovens do ensino médio, a partir do desenvolvimento de uma minuciosa pesquisa acerca do tema, levando-se em consideração o importante papel da Sociologia, enquanto disciplina autônoma para a formação básica dos adolescentes, seres sociais submetidos à moderna condição humana, em situação de grande complexidade, dadas as ambigüidades de nossa sociedade permeada por assimetrias sociais e políticas profundas. Levando em questão estas considerações, o desafio é pensar o que ensinar e como transmitir o conteúdo escolhido para que a sociologia possa se consolidar no rol de disciplinas do ensino médio, através de propostas que levem a uma base nacional que possa ser seguida, legitimando a disciplina. Mas, ao mesmo tempo, esta disciplina deverá cumprir um papel fundamental na formação dos adolescentes, se a pensarmos como um referencial teórico que possibilite uma auto compreensão do mundo. As pistas nesta direção tem sido dadas por Bauman (1998, 2002, 2004, 2008 2010), autor que vem desenvolvendo uma notável produção sociológica voltada para a compreensão do moderno em suas múltiplas dimensões. Portanto, este esforço de investigação pretende, de um lado, identificar os problemas, conceitos, e modos de percepção sobre os dilemas da modernidade que a sociologia de Bauman vem construindo e, de outro lado, refletir como estas referências poderão ser re-trabalhadas e mesmo servirem como inspiração para a construção de metodologias e de conteúdos para a sociologia no ensino médio.

16:00h às 18:00h - 6ª Sessão

Estudando a feira: uma experiência interdisciplinar na formação de docentes de Sociologia para o ensino básico

Orlando José Ribeiro de Oliveira – UESB, Marília Flores Seixas de Oliveira – UESB, Clara Flores Seixas de Oliveira – UESB, Gabriel Souto Pinheiro – UESB

O projeto Estudando a Feira consistiu na realização de atividades de extensão envolvendo a apresentação de comunicações orais, posters e exposição fotográfica sobre a feira-livre, escolhida como tema transversal trabalhado de maneira interdisciplinar no primeiro semestre

do Curso de Licenciatura em Sociologia (UESB/PARFOR/CAPEs). O curso, voltado para a formação de docentes da rede pública, estadual e municipal, envolve 22 municípios da região sudoeste do Estado da Bahia. Visando a interação ensino-pesquisa-extensão, o projeto possibilitou a aplicação crítica dos conteúdos teóricos à interpretação de aspectos da realidade social, mediante a realização de pesquisa de campo e estudos na principal feira livre de Vitória da Conquista, sede do curso, além de observações e registros fotográficos feitos nas feiras dos locais de origem dos alunos. A sistematização dos dados da pesquisa fundamentou a elaboração de análises da feira com abordagens teóricas e disciplinares específicas (Antropologia, Sociologia, Política, Economia, História, Semântica), cujas sínteses foram apresentadas (e discutidas) durante seminário acadêmico no encerramento do semestre letivo. A investigação de aspectos sociológicos, antropológicos, econômicos e políticos da feira-livre possibilitou o estabelecimento de diálogos interdisciplinares entre os diversos atores sociais, pesquisadores/ professores, alunos/comunidade local, contribuindo para a formação de docentes-pesquisadores, atentos aos fenômenos socialmente situados.

No “médio”, a Sociologia!

Bartolomeu Rodrigues Mendonça – UFMA, Emanuel Pacheco de Souza – UFMA

O presente trabalho faz leitura, análise e considerações sobre a proposição de programa e conteúdos para a disciplina de sociologia, da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, em comparação com a experiência dessa disciplina na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Maranhão, após a aprovação da sua obrigatoriedade nas três séries do ensino médio.

Sociologia do Meio Ambiente a Cultura de Paz Através da Educação: Relato de Experiência no Município de Tailândia/PA

Samir Araujo Casseb – UFPA, Jorge Oscar Santos Miranda – UFPA

Recentemente, o Município de Tailândia no Estado do Pará, ficou conhecido através da mídia por consequência da deflagração da operação “Arco de Fogo” do Ministério do Meio Ambiente, que visa combater o desmatamento e o comércio ilegal de madeira. Esta operação causou incidentes no Município, o que levou a comunidade local a organizar ações para a reflexão e intervenção no intuito de promover atividades para a preservação do meio ambiente pautada em uma relação não-violenta com a natureza. Neste sentido, lideranças comunitárias, principalmente ligadas à educação, solicitaram e viabilizaram curso ministrado pelo Projeto de Extensão Universitária “Peregrinos da Paz”, com o objetivo de capacitar educadores e lideranças comunitárias para programar ações que visam um outro olhar, uma outra relação – mais ética – da população local com a natureza que os cerca. O trabalho em Tailândia foi desenvolvido nos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2009 a partir de dois módulos: um de caráter teórico-prático, ancorado em teorias e conceitos da Sociologia do Meio Ambiente, tais quais: natureza, desenvolvimento sustentável, ecologia; e a filosofia do diálogo para uma cultura de paz em Martín Buber e Gabriel Marcel. O objetivo do curso foi delineado em 3 perspectivas: 1ª) Discutir nas escolas ética, cultura de paz, não-violência e educação para valores, tanto nas relações entre os homens quanto entre estes e a natureza; 2ª) Socializar conteúdos, metodologias e experiências voltadas à educação para a paz através da teoria e temas da Sociologia; 3ª) Colaborar com o interesse do público alvo em

multiplicar as ações voltadas para a educação orientada para a não-violência. Após a realização do curso, os educadores da rede municipal de ensino elaboraram projetos e metodologias de abordagem para a educação ambiental nas escolas e para o trabalho junto à comunidade (em desenvolvimento).

Pôster

O curso de Ciências Sociais-UFPA e os desafios para a formação de professores em relação à Educação Ambiental

Vanessa Frazão Lima– UFPA

Este trabalho propõe-se a analisar a questão da Educação Ambiental e do curso de graduação em Ciências Sociais da UFPA no que tange a formação docente tendo como elemento norteador os temas transversais e, particularmente a Educação Ambiental. A análise foi desenvolvida de modo interdisciplinar destacando no âmbito do curso de Ciências Sociais, especificamente, na ciência antropológica a antropologia da educação e antropologia ecológica, bem como a sociologia do meio ambiente e a pedagogia crítica como pressuposto pedagógico para a consecução da Educação Ambiental. Neste estudo foi realizada a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental sobre o curso de Ciências Sociais na UFPA, onde notamos que apesar da implícita relação entre a Educação ambiental e as Ciências Sociais, a temática encontra-se ainda à margem da produção sociológica atual. No curso de Ciências Sociais da UFPA, verificamos que, do universo de 45 disciplinas ofertadas ao longo de cinco anos de estudo, raras são aquelas que discutem teórica e metodologicamente a questão da educação ambiental, o que aponta para a necessidade urgente da aproximação entre as Ciências Sociais e a Educação Ambiental.

GT 15 – Africanidades e Negros na Sociedade Amazônica

Coordenadores: Assunção Amaral (UFPA - Campus de Castanhal), Marilu Capelo (GEAM/UFPA), Alessara Macial (UNIFAP)

Debatedora: Raimundo Jorge (IFCH/UFPA) e Eleanor Palhano (CASA BRASIL-ÁFRICA – IFCH/UFPA)

As Ciências Sociais foram as pioneiras nos estudos do negro no Brasil. Com a oficialização da inclusão da “educação para as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-descendentes e africana”, no sistema de ensino do país, são elas, mais que outras ciências, que vêm assumindo o papel de protagonistas das discussões sobre as sociedades de matrizes africanas, as organizações negras, quilombolas, sobre a cultura negra, além da análise das condições dos negros no país em meio urbano e rural. O GT 15 se propõe agrupar os diversos trabalhos e aprofundar o debate sobre os temas ligado ao negro, as sociedades quilombolas; aos saberes africanos, bem como revisitar as questões atuais ligadas ao afro-descendentes na Amazônia.

14 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 1ª Sessão

A Constituição Local: Direito e território quilombola na Comunidade de Bairro Alto, Ilha de Marajó – PA.

Luis Fernando Cardoso e Cardoso – UFPA

Direito e território quilombola na Comunidade de Bairro Alto, Ilha de Marajó – PA Luis Fernando Cardoso e Cardoso Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina/PPGAS RESUMO Este trabalho tratará do ordenamento jurídico da Comunidade de Bairro Alto, na Ilha do Marajó, no Estado do Pará. O ordenamento jurídico local, constituído concomitantemente à formação da Comunidade, define os sujeitos de direitos locais, os laços de pertencimento ao grupo, as relações com o território e os princípios de uso e usufruto do território. O território está, portanto, ordenado a partir de práticas jurídicas surgidas no processo de ocupação da terra e num conjunto de relações sociais com os fazendeiros, com outras comunidades e com o Estado. A Comunidade hoje está empenhada em reaver parte de seu território, perdido em confrontos com fazendeiros lindeiros. A organização política local se baseia na ideia de que suas noções intrínsecas de direito foram violadas, e assim busca dialogar com o Estado a possibilidade de corrigir situações de iniquidades que acompanham a história do grupo. Palavras-chave: comunidade quilombola, direito ao território, ordenamento jurídico local e estatal e práticas jurídicas locais.

Os impasses do direito quilombola: a questão do Rio Grande / Bequimão – MA

Daisy Damasceno Araújo – UFMA

O presente trabalho analisa os procedimentos formais para a regularização fundiária da terra quilombola do Rio Grande, situada na microrregião do litoral ocidental maranhense, no município de Bequimão. Toma como referência as discussões em torno do artigo 68, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (CF 88), que garante a titulação das terras remanescentes de quilombos. Este artigo baliza o Decreto 4887/03 da Fundação Cultural

Palmares, que determina os procedimentos formais para que tal direito seja efetivado. Nessa perspectiva, são discutidos posicionamentos em torno da categoria quilombo e as dificuldades de regularização dessas terras, considerando os procedimentos exigidos pela FCP. Dentre os critérios exigidos para a titulação definitiva dos territórios quilombolas exige-se que as comunidades enviem ao órgão gestor federal um relato de sua trajetória histórica, vinculada à ancestralidade negra da comunidade e à situação de opressão histórica sofrida. Partindo deste contexto indago: como as comunidades podem acessar este direito? Como garantir o direito a sujeitos que o desconhecem? Com o intuito de discutir essas questões, este estudo analisa ainda as representações construídas pelos moradores, no processo de identificação como remanescentes quilombolas. Os procedimentos de certificação, conjugados aos problemas em torno da questão fundiária no Brasil, são indicativos que dificultam o processo de garantia desse direito e expressam a tensão entre os modos de o Estado fazer política e as demandas de grupos quilombolas pelas conquistas de seus direitos. A pesquisa utilizou como fontes relatos dos moradores e documentos históricos, envolvendo um levantamento cartorial das terras da comunidade do Rio Grande. A comunidade foi certificada pela FCP em 19 de novembro de 2009.

Regidos pelo signo da violência: as dores do racismo e da discriminação racial.

Zelia Amador de Deus – UFPA

O trabalho tem como ponto de partida realizar uma breve reflexão sobre a violência de que são vítimas os negros advindos da diáspora africana nas Américas, particularmente, no Brasil. O foco central é o fato de que ser negro é ser violentado cotidianamente. A violência que atinge o negro se fez contínua nos países colonizados. A colonização como processo político deixou de existir, porém, a violência que os descendentes de africanos experimentam no cotidiano, é capaz de ressignificar-se, mascarar-se e assumir novas personas. O fundamento dessa violência é o Racismo entendido como um fenômeno superestrutural que reflete a irracionalidade da estrutura que o produz. Compreendê-lo é compreender o duplo-narcisismo por ele produzido: o considerado branco escravo de sua branquidade e o negro escravo de sua negrura.

Racismo Institucional e Trajetórias de Professores(as) Negros(as) na UFPA: um estudo de caso.

Jose Gonçalves Silva – DNIT/MT

O presente trabalho estuda as relações raciais institucionais de professores negros(as) com base em suas trajetórias profissionais na Universidade Federal do Pará. Objetiva-se identificar e analisar as condições em que os profissionais da educação traçam suas trajetórias e estratégias para a ascensão dentro do espaço acadêmico. Os principais resultados colhidos nesta pesquisa mostraram que a universidade enquanto “locus” de massa pensante, reflete o mesmo preconceito pulverizado na sociedade, mudando apenas de estratégias; enquanto as trajetórias desses sujeitos estão vinculadas à origem socioeconômica e as barreiras discriminatórias do silêncio forçadas pela academia secularmente. Observou-se que o preconceito racial opera na dimensão subjetiva, das trajetórias profissionais e pessoais destes docentes no interior da academia. Verificou-se resistências na superação das barreiras discriminatórias, reflexos presentes no imaginário coletivo edificado na construção do mito da inferioridade e incompetência do negro/a, causado pelo “mito da democracia racial”.

A implementação da Lei Nº 10.639/2003 nos cursos de graduação, na área de licenciatura no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará.

José Luiz Terceiros Sirotheau – UFPA, Emille Samara Silva Caribé – IFPA, Helena S. C. da Rocha – IFPA

A Lei 10.639/03, que estabelece o ensino da História da África e da Cultura Afro Brasileira nos sistemas de ensino, é um instrumento legal que, junto ao Parecer do CNE-03/2004 e com a Resolução 01/2004, orienta ampla e claramente as instituições educacionais quanto a suas atribuições. A partir deste cenário, direcionamos a pesquisa a partir de um problema central: os conteúdos trabalhados nas disciplinas de formação dos cursos de graduação na área de licenciatura no IFPA estão de acordo com as diretrizes da Lei 10.639/03? Nesse sentido, esse artigo é mais um esforço para identificarmos se os conteúdos trabalhados nas disciplinas de formação dos cursos de graduação, na área de licenciatura no IFPA, estão de acordo com as diretrizes da referida lei, analisando quais as práticas pedagógicas adotadas pelo professores para a implementação da lei nos cursos. Através de uma pesquisa qualitativa apuramos opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados, a partir de questionários semi-estruturados, aplicados à discentes e docentes da instituição. Sendo assim, estruturamos o trabalho da seguinte maneira: no primeiro tópico do artigo iremos destacar um breve histórico de como aconteceu o desenvolvimento da Lei 10.639/03, perpassando pela Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 e o Parecer 03/04 de 10 de março de 2004, além de expor, basicamente, os objetivos do Plano Nacional de Educação para Relações Étnico Raciais; no segundo tópico iremos mostrar um breve histórico de como as diretrizes dos termos de lei no que tange a Lei 10.639/03 está sendo inserida no IFPA desde o ano de 2006; por fim, no terceiro tópico, vamos expor os resultados da pesquisa feita juntos aos professores e alunos, tentando perceber se dentro dessa microesfera, que é a sala de aula, a lei está sendo implementada, mostrando a visão dos docentes, discentes e algumas proposições. As reflexões desenvolvidas apontam para o reconhecimento de que a diversidade cultural é uma realidade que se impõe ao pensar e fazer educação na contemporaneidade. Como elemento constituinte de um novo contexto e demandas, a questão da diversidade deve ser refletida dialógica e criticamente nas práticas curriculares, em especial nos currículos da educação do professor, na ressignificação de valores e conceitos.

16:00h às 18:00h - 2º Sessão

Notas de pesquisa sobre movimentos, sociabilidades e fugas escravas nas fronteiras do Amazonas Imperial (1850-1870).

Ygor Olinto Rocha Cavalcante – UFAM

A presente pesquisa pretende analisar as fugas escravas na província do Amazonas e suas dimensões no contexto de área de fronteira internacional no período de 1850-1870. A pesquisa utilizou jornais publicados no período, relatórios de presidente da província e correspondências consulares sobre as questões de limites. Utilizamos anúncios de fugas e notícias de fugas e capturas, bem como notícias e informações sobre fugitivos escravos na fronteira norte do império brasileiro. Dentre os resultados obtidos até o presente momento, podemos destacar, de modo geral, que as fugas faziam parte do cotidiano da escravidão no Amazonas e que fugir para os países do além-fronteira que já haviam abolido a escravidão

em seus territórios era uma realidade tangível para os escravos da região amazônica. A grande maioria das fugas era realizada por escravos do sexo masculino, em plena idade produtiva. A capital, Manaus, aparece como principal destino das fugas e, ao mesmo tempo, como principal lugar de origem de fugas. No entanto, as demais fugas têm como destino cidades do interior da província em estreita proximidade com as faixas fronteiriças internacionais. Os ofícios e profissões dos fugitivos apontam para o desempenho de atividades de caráter urbano e ofícios especializados. Foi possível restituir parte das estratégias utilizadas pelos escravos para fugir, bem como as rotas e experiências compartilhadas estabelecidas pelos fugitivos em suas relações com outros atores sociais. Por fim, argumentamos que a delimitação dos limites e fronteiras no extremo norte do império brasileiro foi uma questão premente das autoridades locais e que as fugas dos escravos da região ocupavam lugar central em tais discussões.

Rua dos Pretos” Unidade na Diversidade

Gilberto Teixeira Lima – UFPA

“Rua dos Pretos” Unidade na Diversidade Na década de 80, o Estado do Pará, tornou-se celeiro dos Grandes Projetos e milhares de pessoas, principalmente nordestinos, em especial os maranhenses, que migraram para Belém, em busca de melhores condições de vida. A maioria dessas pessoas deslocaram-se para as áreas mais afastadas como os bairros da Guamá, Pedreira e fundamentalmente para Terra Firme. A Passagem Bom Jesus, conhecida como Rua dos Pretos, localizada no bairro da Terra Firme representa essa realidade, pela elevada concentração de negros maranhenses, oriundos dos municípios de Cururupu, Santa Ines e Bacuri entre outras cidade do Estado do Maranhão, que se reorganizaram nesta área comunidade urbana a qual pode ser que pode ser caracterizada como um território urbano quilombola. Foram vários os elementos que agregaram essa comunidade (música, religião, trabalho etc..) que apesar de estarem em num espaço urbano, longe de seus amigos e parentes, reconstroem relações de sociabilidade, interagem com os outros que tiveram a mema trajetória, sentindo-se integrante desse novo espaço. Outro elemento agregador dessa comunidade, é o REGGAE, enquanto expressão cultural, com seu ritmo, composição, filosofia e musica, os atores sociais fortalecem os laços de sociabilidade e reciprocidade, utilizando o reggae, como estratégia de reconstrução de sua etnicidade e identidade.

“Seu filho quer ser preto, ah... que ironia!”: O fenômeno das festas Black em Belém.

Lúcia Maciel Lima – UFPA

Este trabalho analisa as Festas Black como fenômeno associado a produção de novas identidades, ou identificações, no contexto da sociedade pós-moderna. Sendo assim, antigos elementos de “resistência” como o corpo, a música e a dança são reapropriados e “consumidos” pela classe média e alta da cidade de Belém, em pubs e boates do centro da cidade. Assim como cada festa tem uma proposta, seus cartazes também são diferentes, mas há um fator que os assemelha, a forma que esta divulgação é feita. A internet é o principal meio de divulgação, mas especificamente a rede social chamada Orkut, fechada para membros e interliga milhões de pessoas no mundo. O fato de se fazer a divulgação somente na internet, mesmo que seja em uma rede social que interliga milhões de pessoas, limita a um determinado público ter acesso a informação que a festa existe. Os cartazes seguem um padrão de uso de fotos de pessoas que apresentam estereótipo negro, tanto feminino quanto masculino. Vale ressaltar que o

feminino predomina principalmente o que está ligado a sensualidade. Ao colocar uma imagem em algo está se criando uma idéia em torno daquele produto baseado no que se pretendeu definir a respeito dele. A proposta da sensualidade ligada a mulher negra é algo que vem sendo desconstruído desde a abolição da escravidão. O desligamento da imagem da “mulata” ligada a mulher negra é um estigma que ainda hoje é combatido pelos movimentos sociais negros, no entanto, nestes anúncios é algo exaltado e usado repetidamente. Por fim pretendeu compreender este fenômeno contemporâneo para auxiliar a construção de um conhecimento acerca das relações raciais em Belém, a partir da manipulação de símbolos identitários.

A cor da violência entre adolescentes e jovens: um estudo de caso na Vila da Barca em Belém.

Deylane Corrêa Pantoja Baía – IFPA

A publicização da síntese dos indicadores sociais e de dados nacionalmente representativos, a exemplo do Índice de Homicídios na Adolescência-IHA e do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência-IVJ-Violência, analisados por Programas e pesquisadores, evidenciam que os adolescentes e jovens negros figuram como os alvos principais da violência letal nas cidades brasileiras (IBGE, 2008; PRVL, 2009; PJPV, 2009; Silva & Carneiro, 2009; Waiselfisz, 2005, 2010). Este trabalho versa sobre as experiências de violência vivenciadas por vinte adolescentes e jovens negros moradores da Vila da Barca, bairro do telégrafo em Belém. Tem como questão orientadora: “Como, e em que medida, estes sujeitos são socializados em um cotidiano realmente “violento”, estruturado a partir da segregação socioespacial, da discriminação racial e da vivência da pobreza? Até que ponto estes elementos convergem para seu envolvimento direto como vítimas ou perpetradores?”. Objetiva conhecer suas trajetórias de vida, compreender os processos de construção identitária desenvolvidos em espaços como a família, a escola e a comunidade, bem como suas percepções sobre a relação cor/violência. Constituíram as técnicas de pesquisa, a observação participante e a realização de entrevistas semi-estruturadas. Os resultados iniciais indicam a inserção direta ou indireta desses adolescentes e jovens negros em atividades ilícitas, seja por vias familiares ou individuais. Destaca-se ainda a resistência dos adolescentes e jovens que acreditam ser possível, diante de tal cenário, seguir um caminho alternativo. Utilizou-se referências de temas como violência, identidade e relações étnico-raciais, políticas públicas e questões geracionais, dialogando com Abramovay (2002), Gomes (2008), Sento-Sé (2003, 2005, 2007, 2009) e outros.

Carnaval no meio norte brasileiro: negões, branquelos e os novos modelos da festa.

Eugênio Araújo – UFMA

Carnaval no meio norte brasileiro: negões, branquelos e os novos modelos da festa. Minha pesquisa de mestrado (1998) versou sobre o carnaval de São Luís e a principal problemática da época: a substituição de alguns modelos de brincadeira por outros considerados mais adequados às novas políticas culturais que privilegiavam o turismo. Neste processo, perderam espaço as escolas de samba enquanto outras brincadeiras foram criadas, adaptadas e/ou recuperadas para tomar seu lugar no panorama cultural da cidade – com destaque para os pequenos blocos regionais e para os grandes trios elétricos sob, influência do carnaval baiano. A justificativa era clara: “escolas de samba são estrangeirismos cariocas e o carnaval de São Luís deve ser original, com brincadeiras e personagens peculiares...” O trabalho de pesquisa, no entanto,

demonstrou (histórica e antropológicamente) a legitimidade destes grupos culturais (alguns com mais de 60 anos) e com ligações estreitas com suas comunidades – bairros populares da cidade, onde se concentram maioria de moradores negros e mestiços. A escola de samba é vista aqui não apenas como manifestação lúdica, mas também como importante alavanca para organização sócio-política nestas comunidades – já que toda agremiação para ser oficialmente reconhecida e ter direito aos benefícios financeiros do estado, deve possuir diretoria, promover o revezamento dos dirigentes, emitir e receber documentos, etc., ou seja, seguir a liturgia democrática universalizada. A história do carnaval ludovicense demonstra com folgas o quanto a influencia das escolas de samba foi benéfica, em vários sentidos, para a dinâmica cultural da cidade: de modo coletivo, pela escolha e tratamento dos enredos, em sua grande maioria sobre temas locais; e de modo individual para os agentes produtores e apoiadores, alavancando carreiras artísticas e políticas. O carnaval é visto, então não como período de brincadeira e inversão da ordem – postura já considerada superada – mas como uma reorganização da ordem estabelecida, que pode promover processos de mediação, julgamento e consciência especialmente qualificados. O trabalho de produção e organização de uma escola de samba envolve tantas variantes e agentes mutuamente dependentes, chegando mesmo a abranger o tecido social de toda a cidade, com destaque para os órgãos oficiais de cultura, possibilitando ricas discussões sobre o tema “política cultural”. Deste modo desenham-se novos modelos da festa carnavalesca, onde a participação negro-mestiça talvez já não seja tão determinante, ou pelo menos social e politicamente relevante. Estudos sobre o carnaval baiano demonstram como uma célula cultural musical de predominância negro-mestiça foi definitivamente incorporada pela classe média branca, burocrata e artística, a ponto de o carnaval ter virado assunto de gabinetes oficiais e as grandes estrelas da música carnavalesca baiana, hoje serem todas brancas. No Rio de Janeiro, há muito se fala de uma “samba negro e uma espoliação branca”, a respeito das escolas de samba. Neste sentido um trabalho sobre o carnaval na região que denomino provisoriamente “meio-norte brasileiro” – que se identifica com a chamada região pré-amazônica” – é também uma pesquisa sobre identidade e o papel cultural das comunidades negro-mestiças em suas respectivas cidades.

15 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 3ª Sessão

Coordenador: Marilu Márcia Campelo

A História das Religiões Afro-Brasileiras em Belém do Pará e seu Processo de Interiorização.

Anaíza Vergolino – UFPA, Leonardo Margalho – IFET

Este trabalho tem por objetivo analisar a história das religiões afro-brasileiras em Belém do Pará. Destaca o processo histórico apontando as rotas de tráfico África-Brasil, os principais grupos étnicos estabelecidos na região, o tráfico interno e o processo de migração dos afro-religiosos dos principais centros como São Luís, Rio de Janeiro e Salvador em diferentes períodos dos séculos XIX e XX. Depois de estabelecido e pluralizado o campo religioso afro-belemense analisar-se-á o processo de interiorização dessas religiões para as principais meso-regiões do Pará.

A nobreza européia montou corte na Encantaria

Taissa Tavernard – UEPA

O presente trabalho tem por objetivo apresentar o panteão da religião de matriz africana mais antiga de Belém do Pará: a mina. Analisa principalmente uma categoria de entidades denominadas, senhores de toalha ou nobres gentis nagô, reis ou aristocratas europeus que possuem ligação com o processo de cristianização da Europa, expansão marítima e colonização do Brasil. Neste sentido, recupera parte da história de vida desses personagens na tentativa de entender a construção mítica e a lógica interna do processo de divinização dos mesmos. Procura também, apontar valores que estão subjacentes a todas as narrativas dentre os quais destaca o simbolismo da branquidade.

Candomblé, natureza e sociedade: reinvenção da África mítica no Brasil.

Marília Flores Seixas de Oliveira – UESB, Orlando José Ribeiro de Oliveira – UESB, Clara Flores Seixas de Oliveira – UESB, Gabriel Souto Pinheiro – UESB

Este trabalho discute a atuação da religião do candomblé em processos de vinculação simbólica de comunidades afrodescendentes brasileiras à África mítica ancestral, agindo como fortalecedora de suas referências identitárias culturais. Aborda também a relação estreita dos fundamentos religiosos e míticos do candomblé com a natureza. A religião do candomblé - constituída por cosmologias e interpretações do mundo específicas e distintas da tradição cristã - relaciona elementos simbólicos e concretos vinculados à África: mitos e ritos atravessaram séculos de escravidão ancorados em espaços sagrados e em processos múltiplos de reelaboração da vida africana ancestral, permitindo a preservação de um ethos particular que sobreviveu a diversas pressões dos grupos dominantes, como verdadeiros nichos de resistência cultural, espaços de re-organização de suas estruturas sociais e culturais. Apesar das fortes assimetrias entre as forças culturais atuantes (de dominação, de resistência, de negociação, de adaptação etc.), o candomblé foi se constituindo como um espaço simbólico capaz de atuar entre os membros de sua comunidade de tal maneira que possibilitou uma percepção do mundo distinta da “cultura oficial” que tentava se impor como modelo. Interpretações particulares do mundo, da vida e da natureza permaneceram como referência para as comunidades relacionadas. A religião manteve coesa uma consciência coletiva de pertencimento a uma cultura, se modificando, certamente, em cada contexto local, mas mantendo os sistemas originais básicos, ramificados nas muitas variáveis das religiões afrobrasileiras. Tais reelaborações deram significado e possibilitaram a sobrevivência física e espiritual de importantes setores da população negra e mestiça. A religião, neste caso, é vista como um poderoso refúgio de resistência ao processo de desafricanização do homem negro.

Pôster

“Africanos Livres” e Índios: Experiências de precarização da liberdade na Amazônia, século XIX .

Patrícia Melo Sampaio – UFAM

Os “Africanos Livres” configuram uma categoria particular de escravos liberados pelas ações britânicas contra o tráfico ilegal nas primeiras décadas do século XIX. Por conta de seus diferentes destinos, suas experiências na fronteira da escravidão e da liberdade marcaram

as sociedades em que viveram. Partindo de documentação inédita dos arquivos do Pará e do Amazonas, o texto se propõe a recuperar a presença dos Africanos Livres na Amazônia, entre 1854 e 1866. Pretende identificar as diferentes modalidades pelas quais esses homens e mulheres foram inseridos no mundo do trabalho na região acompanhando, também, as estratégias locais quanto ao uso do trabalho compulsório das populações indígenas com a finalidade de buscar experiências em comum que conectaram índios e africanos. Com esse esforço, o trabalho se alinha a um esforço historiográfico que se propõe a lançar luz sobre estas outras experiências de escravidão e liberdade no Império Brasileiro e, ao mesmo tempo, colocar em cena as trajetórias desses indivíduos em áreas de fronteira, até aqui bem pouco investigadas nessa perspectiva.

A mídia brasileira como instrumento de racismo e interdição do negro no contexto das ações afirmativas.

Vivian Jaqueline Lima Viana – IFPA

Este artigo tem como objetivo o estudo da Mídia escrita e sua influência na formação da opinião pública e na propagação do racismo. No decorrer deste estudo foram analisadas sete Revistas de grande circulação nacional (VEJA e ÉPOCA), em busca de detectar a presença de discursos racistas que venham de encontro às políticas de ação afirmativa. A Mídia enquanto veículo de informação de largo alcance, é um instrumento eficaz na formação da opinião pública e pode ser um mecanismo que deponha contra ou a favor de práticas racistas e preconceituosas contra negros e afro-descendentes, dependendo do discurso adotado por esse meio de comunicação de massa. A Mídia brasileira apresenta-se hoje como um meio ímpar para grande parte da população, no tocante a busca de informações. Mas além de informar ela forma opiniões, define valores, comportamentos, moda, isto é, determina em um raio bastante extenso, o que é “certo” ou “errado” em nossa sociedade. É nesse sentido que estes veículos de comunicação de massa podem assumir uma nova postura, que muitas vezes pode ser massacrante para uns e justiceira para outros: o racismo, além da declarada guerra ideológica contra as políticas de ação afirmativa, que trazem em seu bojo a promoção da igualdade aos negros no Brasil, colocando assim as vítimas de um longo processo histórico (os negros e seus descendentes) no banco dos réus. Este estudo apontou que as Revistas analisadas, servem ao interesse de uma classe hegemônica e por isso apresentam discursos racistas de combate as políticas de ação afirmativas.

Quadro Negro ou Quadro Branco, Rasura ou Palimpsesto: notas sobre ofensas verbais e identidade entre estudantes.(Alan Augusto Ribeiro)

Alan Augusto Moraes Ribeiro – UFPA

A partir da apresentação de resultados preliminares de uma etnografia referente a trocas de ofensas verbais entre estudantes de duas escolas do bairro do Guamá, periferia de Belém, uma particular e confessional católica, a Escola Madre Zarife Sales e outra pública, a Escola Estadual de Ensino Médio Alexandre Zacharias de Assumpção, busca-se construir uma forma de interpretação e de análise das informações obtidas a partir de um diálogo interdisciplinar entre Sociologia, Antropologia e Educação e Artes Plásticas, articulando interlocuções metodológicas entre categorias analíticas e êmicas (nativas) elaboradas entre os sujeitos entrevistados e observados. As categorias cor-raça, “lugar de moradia”, classe, orientação

sexual e gênero se interseccionam entre si e com as terminologias e vocábulos enunciados nas ofensas. Tais noções são elaboradas pelos estudantes dentro de percepções e definições de si e do outro (a) que tomam como referencialidades os discursos e práticas discursivas que circulam em ambas as escolas, em ditos e falas docentes, em materiais pedagógicos e em discursos escolares oficiais e não-oficiais. Tenta-se propor um modo de operacionalizar idéias, concepções políticas, conceitos e teorias dos chamados Estudos Culturais para pensar um modo alternativo de interpretação etnográfica dos dados obtidos na pesquisa, ao mesmo tempo em que se busca responder à indagação acerca do significado das ofensas verbais trocadas para a elaboração de identidades sociais persistentes entre os estudantes entrevistados.

As questões étnico-raciais e a incubação de empreendimentos econômicos solidários: um estudo de caso na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários, da UFPA.

Eder Ferreira Monteiro – UFPA, Helison Geraldo Ferreira Cavalcante – UFPA

O ano de 2003 trouxe à tona a efervescência de dois importantes debates no Brasil, o referente à emergência da Economia Solidária, a qual foi agraciada com a criação de uma Secretaria Nacional (SENAES) pelo governo Lula, e também o acaloramento do debate sobre as questões étnico raciais, sobretudo após a promulgação da lei 10693/03, que exige o cumprimento de uma carga horária mínima de estudos referentes a História e Cultura afro-brasileira e africana no ensino básico. Tais medidas e debates nos fazem refletir sobre a construção da cidadania e a luta contra a exclusão. Dentro deste quadro, devemos ter em mente a vasta abrangência desses dois movimentos, visto que a economia solidária é um movimento que abarca a classe trabalhadora, sob vários aspectos, inclusive o educativo, e que as relações étnico-raciais estão intrínsecas, não somente na educação, mas no dia-a-dia de qualquer brasileiro. No presente trabalho, buscamos mostrar pontos de entrecruzamento entre essas duas temáticas, abordando a forma sobre como a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Pará trata as questões étnico-raciais em seu processo educativo. Assim, o que se pretende é proporcionar um diálogo efetivo entre esses dois campos, aparentemente tão opostos, mas que possuem perspectivas semelhantes. É necessário trazer a discussão das Relações Étnico-Raciais pra dentro das incubadoras, ao invés de discussões fáceis e maneiristas, buscando uma discussão ampla e consciente do tema, visto que ambas possuem afinidades importantes, pois lutam contra desigualdades e a falta de oportunidades, o que existe e marca profundamente o mundo capitalista. Palavras-chave: Economia Solidária, Incubadora, Educação, Questões étnico-raciais.

Ruptura e Recomeço: significados do trabalho em casa de família.

Lana Claudia Macedo da Silva – UFPA

O presente artigo resulta de uma investigação etnográfica sobre matrifocalidade em duas famílias afrodescendentes na capital paraense. O estudo compõe as considerações iniciais da pesquisa realizada para a tese de doutorado em Sociologia com famílias chefiadas por mulheres na região metropolitana de Belém. Nos arranjos familiares estudados, a centralidade da figura feminina e do papel exercido pelas mulheres, desponha enquanto traço característico, eixo “estruturador-estruturante” da forma de reprodução e modo de ser dos grupos familiares estudados. Se, por um lado, a condição de provedora da família apresenta-se como

um indicativo de autonomia e poder nas relações familiares, por outro lado estudos sócio-antropológicos sobre chefia feminina em camadas populares denunciam esse modelo inserido entre os mais vulneráveis aos condicionantes econômicos. Todavia, a experiência de pesquisa aqui apresentada sinaliza para outros contornos da família chefiada por mulheres. Nesse sentido, os casos são atípicos, pois revelam a ascensão social de mulheres migrantes do interior do Estado do Pará, oriundas de famílias pobres e negras. A situação econômica desfavorável em que tais famílias se encontram produz um cenário paradoxal de dificuldade e superação que acompanha a história dessas mulheres desde a infância e em diferentes modalidades. Considera-se, portanto que, as diferentes estratégias individuais e coletivas adotadas por essas mulheres, desde práticas moderadas até as mais imprevisíveis são determinantes para redimensionar o projeto de vida individual e familiar. Palavras-chaves: Matrifocalidade. Casas de família. Trabalho doméstico.

Uma análise da representação social da mulher negra na sociedade amazônica.

Aldiane da Silva Nascimento – UFPA

Esta pesquisa se propõe analisar a representação social da mulher negra na sociedade brasileira - atentando para a especificidade da realidade amazônica. Sabe-se que a situação da mulher negra na atualidade se assemelha com a realidade vivida no período escravista, pois ela ainda está em último lugar na escala social, e é quem mais sofre com as adversidades do sistema machista e racista do Brasil. E é dentro deste contexto que se objetiva analisar de que modo a representação social da mulher negra foi construída e reproduzida na história da sociedade brasileira até os dias atuais. A metodologia baseou-se num levantamento bibliográfico acerca do conceito de representação social - atentando para as diferenças nos contextos históricos de formulação e aplicação desse conceito. Aliando a isto fez-se um levantamento bibliográfico sobre a mulher negra na sociedade brasileira. Verificou-se que a representação social da mulher negra é construída e reproduzida sob parâmetros de subalternidade/inferioridade dentro da sociedade brasileira - e isto está relacionado a questão do gênero e étnico-racial.

GT 16 – Cidades Amazônicas, Urbanização e Produção de Desigualdade

Coordenadoras: Edna Castro (NAEA/UFPA) e Sirlei Silveira (UFMT)

14 de setembro de 2010

14:00h às 16:00h - 1ª Sessão: MetrÓpole, urbanização e fronteiras.**Debatedores:** Willi Bolle – USP e Elenise Scherer – UFAM**MetrÓpole, desenvolvimento territorial e capital social ribeirinho: perspectivas de desenvolvimento endÓgeno da RegiÓo Metropolitana de Belém (RMB) com base em recursos de capital social ribeirinho**

Maria Elvira Rocha de Sá – UFPA, Sandra Helena Ribeiro Cruz – UFPA, Valcir Bispo dos Santos – UFPA

Apesar da intensa expansÓo demogrÁfica urbana de Belém, nas Óltimas quatro dÓcadas, percebe-se que tal expansÓo se deu fora de qualquer impulso ou dinamismo endÓgeno à economia local. Este artigo parte do suposto de que uma perspectiva alternativa de desenvolvimento territorial para a metrÓpole da AmazÓnia Oriental deve ter como base a mobilizaÓo de recursos de capital social ribeirinho, baseado em valores sociais e de identidade social inerentes às populaÓes nativas, particularmente do caboclo ribeirinho, especialmente em sua capacidade de articulaÓo em redes econÓmicas e sociais. A expansÓo da RMB pode ser em grande parte associada às condiÓes de desenvolvimento impostas à AmazÓnia e ao seu processo interno de regionalizaÓo, especialmente tendo em vista que tal expansÓo reflete, acima de tudo, as condiÓes de pobreza que caracterizam a mÓo-de-obra disponÍvel no espaço amazÓnico, produzindo uma espÓcie de “metropolizaÓo da pobreza”. A visÓo hegemÓnica, especialmente das elites econÓmicas e polÍticas dirigentes no Âmbito local e regional, é que o aspecto “ribeirinho” de Belém é um fator de atraso e nÓo de potencial desenvolvimento econÓmico e social. Isso se deve em parte ao fato de que boa parte destes migrantes ribeirinhos terem baixas qualificaÓes para atividades urbanas mais complexas e ocuparem os assentamentos perifÓricos do espaço metropolitano de Belém, engrossando as fileiras do mercado informal. No entanto, boa parte destes migrantes nativos mantém fortes identidades culturais, proveniente dos seus locais de origem, manifestas em diversas tradiÓes e manifestaÓes culturais (especialmente de ritmos regionais, como o carimbÓ) e religiosas (como a romaria do CÍrio de Nazaré, maior manifestaÓo popular catÓlica do Brasil). AlÓm disso, tais segmentos sociais ocupam atividades com potencial e peso relativo na economia metropolitana, como o artesanato regional e cerÁmico, mobiliÁrio, carpintaria, construÓo civil, alimentÍcio, entre outros, inclusive em feiras e mercados, traço marcante da capital paraense, como a feira/mercado do Ver-o-Peso, a maior da AmÓrica Latina.

Cidades novas, polÍtica publicas e fronteiras: a expansÓo recente da rede urbana na AmazÓnia e na regiÓo Centro-Norte

LuÍz OtÁvio Rodrigues Silva – UTL e Edilson Nazaré Dias Motta – UNL

O fenÓmeno das Cidades Novas é um campo privilegiado para analisar as relaÓes entre Estado e Sociedade na AmazÓnia. Entendemos que a histÓria da rede urbana regional ocorre, na longa duraÓo, mediante modelos e dinÁmicas de criaÓo, exploraÓo e expansÓo de fronteiras econÓmicas e sociais. Por sua vez, cada nova fronteira mantém estreitas relaÓes

com reestruturações globais no espaço regional e na produção de riquezas. Na região Centro-Norte do Brasil, políticas de desenvolvimento baseadas no agronegócio e na exploração mineral são determinantes na construção das mais recentes Cidades Novas. Esse fenômeno revela a organização e espacialização de amálgamas ou hibridismos culturais e de poder. Consideramos o planejamento das cidades novas planejadas mostra uma espécie de mito organizativo associado às elaborações teóricas de experiências da organização científica do trabalho e do espaço. Reproduz-se a idéia de que as cidades podem ser auto-suficientes e capazes de eliminar os problemas sociais do seu tempo e as influências indesejáveis do seu entorno. No caso analisado, que se mostra em contínua transformação, o acesso aos serviços públicos urbanos vem a se concretizar dentro dos limites possíveis de um acirrado jogo de forças entre os atores envolvidos. Nessa rede, a cidade de Palmas, fundada em 1988, ocupa um lugar dos mais significativos, pelo seu papel de cidade-capital. Com sua implantação e consecutivo desenvolvimento, apreendemos políticas de estruturação do território, práticas, interesses, concepções e contradições que refletem modelos urbanos que tendem a um papel de instrumentos de concentração de renda e de exclusão social. Neste trabalho apontamos transformações ocorridas na rede urbana, bem como o impacto de Grandes Projetos de exploração econômica e seus reflexos sobre o território, nomeadamente, a partir da criação da capital do Estado do Tocantins.

Leitura da escrita sobre cidade e clima na formulação governamental

Joelle Katiussia Macedo da Silva – NAEA/UFPA

Este resumo examina o texto principal que forma o corpus do recente Plano Nacional de Mudanças Climáticas do governo federal que baliza, na atualidade, a ação e as políticas públicas nessa área. Será objeto de análise para efeito deste trabalho a documentação sobre as informações produzidas para acompanhamento das políticas públicas sobre mudanças climáticas e para apoio à diplomacia brasileira nas negociações sobre o regime internacional de mudanças climáticas. Trata-se de uma pesquisa em curso, no âmbito da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede CLIMA), financiada pelo MCT, tendo como objetivo principal gerar e disseminar conhecimentos para que o Brasil possa responder aos desafios representados pelas causas e efeitos das mudanças climáticas globais. Contribuir para a formulação e acompanhamento de políticas públicas sobre mudanças climáticas no âmbito do território brasileiro em especial o caso da cidade de Belém. Nosso interesse nesta fase inicial é entender como se estabelece esse novo discurso e como este influencia a interpretação da relação sociedade e clima.

Modernização, regulação de condutas e conflitos sociais: o processo civilizador e os bondes de Belém

Alexandre Martins de Lima – UFPA

Ao desenvolver a tecnologia de construção de estradas de ferro no século XVIII, a Grã-Bretanha colocou no mercado mundial um produto que representou a mais espetacular inovação tecnológica nos meios de transporte e comunicação até então inventados pelo homem. Assim, a ferrovia, e conseqüentemente a locomotiva a vapor, se tornaram símbolos do progresso da civilização industrial. Não tardou para que a tecnologia inglesa fosse incorporada ao transporte público através por bondes, os quais ganham importância

crescente no meio urbano como vetor de novos arranjos sócio-espaciais, trazendo em seu bojo diversos significados, como polissemia, modernidade, civilidade, status, exclusão, ruptura e continuidade. Em Belém, a implantação dos bondes esteve relacionada com uma época em que se enobrecia a “técnica” e fazia-se dela tanto um objeto artístico quanto agente promotor de um novo tempo, no qual o processo de modernização adquirira um viés “tecnocrático” e excludente. Neste período, constata-se a emergência de outra cultura (material e não-material), com pretensões cosmopolitas e civilizadas, notadamente europeizada, onde o urbano proporciona novas experiências e perspectivas, desde que fosse garantida a regulação dos instintos e dos afetos como componente da marcha civilizatória. Nesse sentido, o bonde aparece como locus privilegiado para observação de fenômenos sociais, tais como as relações de dominação e de resistência, as sociabilidades e as afetividades. É, portanto, a partir desta perspectiva e com as contribuições da sociologia de Norbert Elias, que o presente trabalho se propõe a analisar, através dos bondes, aspectos do processo de modernização em Belém do Pará na virada do século XIX para o século XX.

Oiapoque: relações sociais e modo de vida na fronteira

Betânia de Souza Oliveira – UNIFAP e Marinete Anselmo Albuquerque Guerra – Estácio/AP

Este trabalho ocupa-se em apresentar um estudo etnográfico do modo de vida e das relações sociais dos trabalhadores migrantes da cidade de Oiapoque, sua dinâmica e os problemas sociais gerados a partir desse fenômeno. A trajetória deste município é marcada por sua posição geográfica e nos últimos anos tem se destacado no contexto nacional por fazer fronteira com a Guiana Francesa. É passagem obrigatória para inúmeros trabalhadores que buscam do outro lado da fronteira melhores condições de vida e trabalho, em cidades da Guiana ou nos garimpos ilegais que ficam do lado francês. Possui fama de local que circula muito dinheiro, fonte atrativa de inúmeros migrantes de todas as regiões do país. As transações comerciais e o câmbio clandestino do euro em Oiapoque são realizados no porto da cidade a luz dia. Estes atrativos são propagados no imaginário social de inúmeros trabalhadores migrantes, que na tentativa de migrar para a Guiana Francesa acabam se estabelecendo em Oiapoque. Este fato ocasionou um acelerado surto populacional, a infra-estrutura municipal não acompanhou as transformações advindas desse processo e hoje a cidade convive com inúmeras tramas sociais causadas pela fragilidade das instituições locais. A proximidade com um país rico vem gerando inúmeros conflitos, determinados pelas disparidades econômicas e sociais que podem ser observadas lado a lado na fronteira. Município que escolheu a clandestinidade como modo de vida é porta de entrada para a Europa e precisa ser concebido como parte integrante do país para além da noção de território.

Salvaterra e o papel dos cursos d'água em um contexto de mudanças

Lanna Beatriz Lima Peixoto - UFPA

Este trabalho objetiva analisar as mudanças que vêm ocorrendo de forma acelerada no município de Salvaterra-Pa e como se caracteriza o papel dos cursos d'água neste contexto, com o propósito de entender a maneira com que influenciam, ainda hoje, as dinâmicas sociais em vigor em cidades ribeirinhas da Amazônia. Sua execução envolveu constante revisão da literatura pertinente acerca do assunto e a isto foram incorporadas a obtenção e organização de

dados que permitiram a caracterização e análise dos fluxos sociais, econômicos e de trabalho existentes no município de Salvaterra-Pa. A ocupação humana desta área remonta à fase pré-colonial de ocupação da Amazônia cuja cultura dos primeiros habitantes, deixou um legado socio-cultural para as populações contemporâneas em termos de manejo ambiental, hábitos alimentares, relação entre mundo terrestre e mundo aquático, que agregada às heranças da fase colonial constituíram as particularidades do modo de vida amazônico. Hoje, nesta relação com o território, atores locais recriam as relações do presente, as trocas materiais e simbólicas essenciais à reprodução da cultura regional. Muitas das relações entre homem e território foram reorientadas, diferenciando o trato e o acesso aos recursos naturais, refletindo relações sociais e de poder baseados na dicotomia homem x natureza que constituem problemas ambientais que evidenciam a carência de estudos e planejamentos que as preparem para enfrentar danos provenientes do alto adensamento urbano. Além da necessidade de entendê-los de forma mais profunda, enquanto problemática estrutural da sociedade em que vivemos.

16:00h às 18:00h - 2ª Sessão: Identidades, saberes e experiências sociais.

Debadora: Maria José Jackson Costa – IUPEA

Moradias em áreas inundáveis: As intervenções do PROSAMIM em Manaus zona Oeste

Núbia Irailde Fernanades Gurgel – UFAM, José Aldemir de Oliveira – UFAM

Este trabalho analisa o processo de ocupação das áreas de igarapés cujo enfoque se dá no bairro da Glória, nas moradias tipo palafitas situadas no igarapé de São Raimundo. A análise desenvolve-se a partir da compreensão da dinâmica e formação do espaço urbano de Manaus. Para além desse processo, o estudo visa explanar sobre os impactos sociais ocasionados pela intervenção urbana nas áreas inundáveis às margens do Igarapé do São Raimundo - bairro da Glória, por meio do Programa Social e Ambiental de Igarapés de Manaus - PROSAMIM. Trata-se de intervenção estatal cujo financiamento é oriundo de agências internacionais visando à transformação urbanística da cidade. A pesquisa aborda sobre a dinâmica social dos moradores da área de intervenção do programa e como os moradores percebem esta intervenção. A metodologia trata da compreensão da formação do espaço urbano entendido como um produto social, desigual e complexo. Tal como conceitua Corrêa (1995), o espaço, representa uma condição material enquanto produto social expresso na construção histórica dos grupos sociais. Nesse contexto, a cidade de Manaus a partir da Zona Franca, apresenta-se como o lugar onde as disparidades justapõem-se ao desenvolvimento do capitalismo e expressam-se nos espaços da cidade. A abordagem se pauta no enfoque teórico sobre a gênese das construções de palafitas, além de analisar o processo de expansão da cidade pós Z.F.M cuja finalidade é de compreender a formação espacializada concernente aos bairros nos quais se dá o processo de ocupação nas margens de igarapés que é o nosso objeto de análise, com ênfase na intervenção governamental por meio do PROSAMIM. Para o desenvolvimento deste trabalho, partiu-se da abordagem teórica analítica, com o aporte de um conjunto de obras relacionadas com a temática, tomando por método a análise bibliográfica, a pesquisa de campo, entrevistas, aplicação de formulários, registros fotográficos e observação participante de modo que o desenvolvimento da mesma contemplasse os objetivos propostos.

Urbanismo e dinâmica de urbanização: Porto Velho, anos de 1970

Wilton Medeiros – UFG

No decorrer do século XX o urbanismo foi utilizado como dinamizador para processos de urbanização. Esse foi um procedimento visível em iniciativas públicas e privadas, seja na criação de cidades novas ou na ordenação da urbanização em curso. É possível observar o foco na relação entre urbanismo e urbanização como um *modus operandi* das políticas públicas, tendo em vista o desenvolvimento do Brasil, incidido a partir do Estado. Em parte, essas iniciativas ocorreram no Brasil Central, e, como consequência, na Amazônia. Nesse influxo, tem-se o urbanismo levado a termo em Porto Velho, na década de 1970, pela SUDECO. O que se pretende neste artigo, é tecer considerações a cerca da relação entre urbanismo e urbanização em Porto Velho, tendo-se em contra as interfaces com a noção de planejamento e desenvolvimento do período em tela.

Expansão Urbana e Políticas Públicas na Cidade de Presidente Figueiredo – Amazonas

Tiago Maiká Müller Schwade – UFAM

A pesquisa buscou compreender e discutir as principais causas da expansão das ocupações populares na Cidade de Presidente Figueiredo. Para isso, adotou-se uma abordagem histórica e descritiva que incluiu pesquisa documental, em instituições públicas e privadas, levantamentos de dados em campo com aplicação de formulários socioeconômicos e entrevistas abertas. O trabalho de pesquisa ocorreu em 3 anos, entre 2006 e 2009. Primeiramente, identificou-se os principais agentes envolvidos na expansão urbana. Em seguida propôs-se uma periodização das ações desses agentes sobre o espaço. Por fim relacionou-se esses dados com as políticas públicas e empresariais. Com isso inferiu-se que as ocupações populares ocorreram durante o período em que não foram abertos novos loteamentos públicos, impulsionadas pela crescente demanda por habitações urbanas e pela massa de desempregados potencializada pela rotatividade da mão de obra em empresas privadas. Conclui-se que, as ocupações populares devem ser entendidas de maneira integrada às políticas de acesso à terra e às políticas econômicas, e superá-las depende de uma releitura dessas políticas.

A Política Urbana pelos olhares de conselheiros estaduais -CONCIDADES/PARÁ e a 4ª Conferência Estadual das Cidades.

Edivania Santos Alves – UFPA

Em abril de 2010, a realização da 4ª Conferência Estadual das Cidades/Pará teve como principal objetivo avaliar as Políticas Urbanas implementadas pelo Estado e a capacidade efetiva do Conselho Estadual das Cidades (CONCIDADES/Pará) de co-gerenciar esse processo. O balanço fez-se necessário pelo fato da conferência ser a primeira a ocorrer já com o Conselho constituído, fruto de reivindicação histórica de diversos setores sociais, sobretudo os que lidam com a questão da reforma urbana. Este artigo tratará portanto, de compor o pano de fundo das discussões realizadas no evento, além daquelas que o sucederam, buscando explicitar os jogos políticos e as temáticas mais relevantes. Utilizaremos as falas de alguns delegados da Conferência, para demonstrar o nível do debate e questões que por critérios políticos foram retiradas do debate, empobrecendo-o e as vezes desqualificando-o. Outra situação diz respeito à composição do segundo mandato do Conselho Estadual que reflete em nível local, certo esvaziamento da elaboração e implementação das Políticas Urbanas em detrimento de pressões de setores imobiliários, da construção civil, cartoriais e ainda de

acordos políticos eleitorais. Palavras-chave: Conselho Estadual das Cidades/Pará, Políticas Urbanas, Jogos Políticos, Reforma Urbana.

Mudanças na paisagem da área do porto em Santarém desde a chegada da Cargill no local

Zaine Frazão Lima – UFPA

Serão apresentadas algumas considerações acerca da questão ambiental envolvendo a Cargill agrícola S.A e os moradores do bairro do Laguinho no município de Santarém-Pará. Esta localidade está sendo diretamente impactada pela construção de um terminal graneleiro na área do porto pela Cargill, e alguns dos moradores discordam da forma como ocorreu todo o processo de consolidação da mesma no lugar. Este trabalho pretende dar voz aos moradores do local acerca dos acontecimentos, já que poucas vozes dissonantes têm levado em conta este outro lado da moeda ao falar deste conflito. Refletir sobre conflitos ambientais urbanos nos possibilita a utilização do meio ambiente como formador de cidadania, sendo um dos principais desafios da sociedade contemporânea o de lidar com esta natureza modificada pelo homem, a natureza artificial, humanizada. Ouvimos os moradores em entrevistas sobre sua relação com a Cargill e com a paisagem agora modificada. Nesta perspectiva procedemos nossa análise nos reportando aos sentimentos de pertença dos moradores para com aquela paisagem, compreendendo essa, como um fator constitutivo de identidade, onde, eles se relacionam com a mesma de forma diferenciada da Cargill, a qual regula sua intervenção sobre a natureza a partir de demandas mercadológicas. A sustentabilidade aqui é vista como uma forma de incluir os afetados por impactos ambientais na gestão dos mesmos proporcionando a inter-relação e justiça social almejadas. Palavras-chave: Paisagem, identidade, sustentabilidade, Cargill, Laguinho.

Políticas públicas e urbanização em cidades amazônicas: estudo de Marabá

Jovenildo Cardoso Rodrigues – UFPA, Jondison Cardoso Rodrigues – UFPA

O avanço do processo de urbanização e a forte atuação do Estado em direção ao espaço amazônico evidenciado a partir dos anos de 1970 contribuiu decisivamente para a atual condição de Marabá, como uma “cidade de conflitos”, produto e resultado de estratégias de intervenção governamentais que tem gerado sérias implicações socioespaciais aos habitantes desta cidade. Dentre tais implicações, pode-se destacar o aumento da violência urbana, a precarização das relações de trabalho, com o crescimento da informalidade. Não obstante, essa condição se revela não apenas pelo crescimento da economia informal (vendedores ambulantes, mototaxistas, feirantes), como também a partir do acelerado aumento do processo de ocupações urbanas. Assim, o presente trabalho tem por objetivo analisar as implicações resultantes de políticas governamentais concebidas e implementadas pelo Estado para a cidade de Marabá a partir dos anos de 1990. Para tanto, optou-se por uma abordagem teórico-metodológica interescalar, levando em consideração as escalas intra-urbana e regional, enquanto possibilidade analítica para se refletir acerca do movimento de contradições inerentes ao processo de produção do espaço urbano de Marabá, bem como as transposições de tais das políticas públicas para os espaços urbanos de outras cidades amazônicas. Palavras-chave: Urbanização, Estado, Políticas Públicas, Marabá.

O movimento dos atingidos por barragem na Amazônia: um movimento nascente das contradições do modelo de desenvolvimento

Sérgio Roberto Moraes Corrêa – UFCG, Roberto Veras de Oliveira – UFCG

O presente trabalho é parte integrante do Capítulo I da pesquisa de mestrado, intitulada: “Educação Popular do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural na Amazônia: uma leitura a partir da Pedagogia do Movimento dos Atingidos por Barragem”, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE-UFPB), ao qual procuramos interligar a pesquisa de doutoramento em curso no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS-UFCG). Nesse trabalho, entrelaçamos alguns fios acerca da origem do MAB, para apresentar um divisor de águas na história da sociedade brasileira, identificando novos sujeitos, novas demandas e temas, que passam a impulsionar a reconfiguração de novas contradições e conflitos na dinâmica socioespacial deste país e da Amazônia, particularmente em torno do modelo de desenvolvimento. Para tanto, delimitamos esse breve percurso e navegar histórico no município de Tucuruí, no Estado do Pará, a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT).

